

REVISTA

TRILHOS

UFRB • CECULT ☼ ano 2, v. 2, n. 1, junho de 2021



COMISSÃO EDITORIAL

Lucio José de Sá Leitão Agra
Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa
Rubens da Cunha
Thaís Fernanda Salves de Brito
Victor Hugo Soares Valentin
Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins
Walter Emanuel de Carvalho Mariano

COORDENADORES DESTA EDIÇÃO

Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa
Rubens da Cunha
Thaís Fernanda Salves de Brito
Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins

IMAGEM DA CAPA

Geisa Lima Santos

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Walter Mariano

GERENTE TÉCNICO DO SITE

Victor Hugo Soares Valentin

COMISSÃO REVISORA DOS TEXTOS

Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins
Júlia Vasconcelos Gonçalves Matos
Kelly Barros Santos
Rubens da Cunha

COMITÊ CIENTÍFICO

Albino Rubim • Universidade Federal da Bahia
Ana Ângela Farias Gomes • Universidade Federal de Sergipe
Ayrson Heráclito Novato • Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Carlos Sandroni • Universidade Federal de Pernambuco
Caroline Knowles • University of London/Goldsmith
Deise Lucy Oliveira Montardo • Universidade Federal do Amazonas
Edson Farias • Universidade de Brasília
Eduardo Pedrózian • Universidad de Montevideo
Eva Scheliga • Universidade Federal do Paraná
Fernanda Areas Peixoto • Universidade de São Paulo
Julie Antoniette Cavignac • Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Liliana Reales • Universidade Federal de Santa Catarina
Lucrecia Ferrara • Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Márcio José Silveira Lima • Universidade Federal do Sul da Bahia
Maria Teresa Perdigão Santos Oliveira Rito • Universidade Nova de Lisboa
Michael Iyanaga • College of William and Mary
Renato Peixoto Dagnino • Universidade de Campinas
Ricardo Basbaum • Universidade Federal Fluminense
Samuel Mello Araujo Jr. • Universidade Federal do Rio de Janeiro
Suely Rolnik • Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Sylvia Caiuby Novaes • Universidade de São Paulo
Vincenzo Matera • Università di Bologna
Xavier Coller • Universidad Pablo de Olavide
Xavier Vatin • Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Apresentação

A **Revista Trilhos** é um periódico interdisciplinar semestral editado pelo Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) que tem como missão publicar artigos científicos e trabalhos não-acadêmicos que apresentem possibilidades de fluxos interdisciplinares na cultura, na arte e na ciência. Buscamos contribuições significativas e críticas sobre o pensamento social, cultural, artístico, científico e tecnológico, bem como seus relatos de experiências sobre processos criativos e metodológicos. A **Revista Trilhos** publica artigos, ensaios, resenhas, entrevistas, traduções, experiências em artes e literaturas, ensaios fotográficos, relatos de campo e de processos artísticos inéditos e originais.

Sumário

Editorial

Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa, Thaís Fernanda Salves de Brito e Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins

6

Dossiê “Mobilidades, controle e resistência: jornadas e inclusões diferenciadas”

A Lei e seus Outros: a negociação e produção do “bom” (“legal”) e o “mau” (“ilegal”) migrante entre os brasileiros em Londres

Angelo Martins Junior

11

A dinâmica de gênero na dissuasão da migração e intervenções anti-tráfico: o caso das profissionais do sexo nigerianas em Kumasi, Gana

Samuel Okyere

34

O fazer e o não-fazer de imigrantes e cidadãos: repensando o estudo de movimento humano

Bridget Anderson

49

Criação musical a partir de caminhadas em uma cidade do Norte Global e o corte da pandemia: uma experiência composicional na cidade de Berlim em meio à quarentena do Covid-19

Alexandre Sperandéo Fenerich

66

Lar é...

Sophia Cantave

86

Sumário

Experiências em Arte

Cartografias e desertificações (in) humanas

Geisa Lima dos Santos

98

Artigos

Escritos de geração:

Jorge Amado e Edison Carneiro na roda da capoeira

Maurício Acuña

105

Efeitos do exotismo:

Ideologia na prática do jornalismo de viagens

Vinicius Brito

120

Sede de grupos de teatro:

espaço de afeto dedicado à produção de memória e conhecimento

Thiago Carvalho

139

Caminhos da pesquisa performance:

notas para uma metodologia indisciplinada

ThIgressa Almeida

153

Editorial

Por Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa, Rubens da Cunha, Thais Fernanda Salves de Brito e Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins

O segundo número da Revista Trilhos é lançado em meio a uma série de crises que ferem a experiência com a vida comum. Apesar da ampla caminhada em prol da vacinação, ainda há inúmeras barreiras simbólicas e políticas no combate à Covid-19. No encerramento desta edição, registrou-se 4,55 milhões de mortos no mundo, sendo cerca de 590 mil mortos no Brasil¹ Soma-se à situação sanitária, um acúmulo de crises: econômica, ambiental e da própria democracia.

Em meados de agosto de 2021, o mundo presenciou mais uma cena de pessoas buscando desesperadamente se moverem para fora de seu país em busca de segurança. Em virtude da retirada não planejada e desastrosa das tropas americanas do Afeganistão, após 20 anos de ocupação, e do retorno do grupo extremista Talibã à capital do país, Cabul, assistimos às cenas de Afegãos perdendo suas vidas na tentativa de entrar em aviões que levavam os cidadãos ocidentais de volta para seus países, em segurança.

Pessoas se movendo em busca de segurança não é novidade. O deslocamento forçado, a contingência de conflitos, perseguições, crises econômicas e políticas de controle migratório - que são cada vez mais rígidas e letais - têm levado pessoas a arriscarem suas vidas - e as de suas famílias - em uma luta desesperada pela sobrevivência. Violência e desespero assinalam os desfechos dos conflitos envolvendo as mobilidades humanas e as jornadas migratórias de muitos grupos na atualidade.

Nesta situação limítrofe que trazemos para a apresentação deste número da Revista Trilhos, vale destacar que nem todos os imigrantes estão em situação de deslocamento forçado. As pessoas migram para estudar, trabalhar, em busca de aventuras, porque se apaixonam... No entanto, seja por razões “de vida ou morte”, como nos casos que vimos no final da ocupação americana, entre milhares de refugiados no mediterrâneo ou, ainda, acerca das deportações norteamericanas que separam famílias, ou em busca de outras oportunidades, concluímos que a questão da imigração é cercada de estigmas.

¹ Segundo dados do DATASUS em 18 de setembro de 2021.

E, com eles, multiplicam-se as fronteiras que, longe de serem apenas físicas, são também signícas, culturais e simbólicas. Por consequência, pensar a contínua redefinição e diversificação das fronteiras no atual contexto geopolítico implica considerá-las não apenas como espaços de exclusão e separação, mas, sobretudo, como zonas de intercâmbio, tensionamento, fissuras, traduções e intraduzibilidades, pelas quais se constroem novas subjetivações, espacialidades, percepções e formas de ação.

Neste contexto, crescem os discursos políticos e midiáticos relacionados à presença do “outro” e às suas “singularidades” como um “problema social”, afetando a experiência não apenas daqueles que chegam, mas também o daqueles que já vivem em um dado território. Além disso, também é preciso considerar as complexas relações que caracterizam o processo de deslocamento em si, pois inúmeras são as negociações a serem realizadas entre os seus atores que, inclusive, podem vir a subverter e redefinir determinados papéis.

O dossiê “Mobilidades, controle e resistência: jornadas e inclusões diferenciadas” é composto por artigos que tanto problematizam as categorias de análise já existentes e que, cada vez mais, mostram-se insuficientes para apreender a ambivalência que caracteriza as mobilidades no atual cenário geopolítico, como apresentam experimentos de análise empíricos que, justamente, demonstram tais insuficiências e levantam novas hipóteses, proposições e encaminhamentos de análise.

A presença de pesquisas internacionais apresenta uma contribuição relevante para a discussão proposta, uma vez que nos anima a ampliar as referências teóricas e metodológicas. Vale a pena observar, entretanto, que alguns artigos são o resultado investigativo de pesquisadores, também imigrantes. Além disso, a experiência com a tradução levou a algumas adequações como, por exemplo, o uso da palavra *imigrante*, ao invés de *migrante*. No português, há uma diferença que distingue migrante e imigrante. “Migrante” é quem migra, quem muda periodicamente, quem se desloca. “Imigrante” trata, também, de quem migra, mas é aquele que se estabelece. Há, ainda, a palavra emigrante, destinada àquele que sai. As traduções deste dossiê foram realizadas a partir do inglês, cuja grafia marcava *migrant* e, como decisão do corpo editorial, priorizamos, em algumas situações, a palavra imigrante, e noutras, usou-se migrante, sendo este um exercício ou uma tentativa de aproximação dos debates propostos pelos autores. Traduzir, de certa forma, não deixa de ser um exercício de migração, portanto, segue essa ressalva.

O artigo que abre este dossiê, intitulado “A lei e seus Outros: a negociação e a produção do “bom” (“legal”) o “mau” (“ilegal”) migrante entre os brasileiros em Londres”, de autoria de Angelo Martins Junior, discute a maneira pela qual migrantes brasileiros residentes em Londres se baseiam em categorias administrativas do serviço de imigração para estabelecer a distinção material e simbólica entre o migrante “legal” ou “bom” e, por isso, merecedor da cidadania estrangeira, e o “ilegal” ou “mau”. O sociólogo aborda as contradições presentes nos discursos maniqueístas, e na própria dicotomia entre “legal” e “ilegal”, analisados na sua investigação, uma vez que explicita que muitos migrantes, considerados “bons”, realizam atos “ilegais” para, assim, conquistarem a legalidade, e o modo pelo qual eles justificam a legitimidade de suas ações.

Para além das lógicas moralizantes e maniqueístas, o artigo “A dinâmica de gênero na dissuasão da migração e intervenções anti-tráfico: o caso das

profissionais do sexo nigerianas em Kumasi, Gana”, de Samuel Okyere, apresenta em uma pesquisa cuidadosa e detalhada sobre a criação de uma nova rota de contrabando/imigração irregular de mulheres da África Ocidental para a realização de trabalho sexual e outros trabalhos precários em países da União Europeia. O artigo discute as ambivalências e paradoxos que envolvem as relações entre facilitadoras e “clientes” nigerianas que, longe do padrão “explorador-explorado”, muitas vezes, se caracterizam pelo sentimento de “gratidão” pelas facilitadoras, que cobram altos valores pelo serviço prestado e pelos custos relacionados às viagens.

Diferentemente dos artigos anteriores, que partem de estudos empíricos, Bridget Anderson, no texto “O fazer e o não-fazer de imigrantes e cidadãos: repensando o estudo de movimento humano”, apresenta uma discussão teórico conceitual sobre os estudos sobre mobilidades humanas, em que questiona os equívocos provenientes do nacionalismo metodológico e das categorias administrativas criadas pelos Estados para situar a condição dos imigrantes. Com isso, a autora objetiva desnaturalizar a divisão entre “imigrante” e “cidadão”, ainda muito recorrente nos estudos sobre o tema, e aponta para a necessidade de se pensar novas categorias e abordagens capazes de apreender a complexidade que caracteriza as mobilidades e mobilidades humanas na atualidade.

Em “Criação musical a partir de caminhadas em uma cidade do Norte Global e o corte da pandemia: uma experiência composicional na cidade de Berlim em meio à quarentena do Covid-19”, Alexandre Sperandéo Fenerich apresenta uma reflexão sobre o experimento de criação de uma peça musical, realizado em 2020, na cidade de Berlim, durante a pandemia do novo coronavírus. Para tal, o autor faz uso da sua própria condição estrangeira, ou seja, de brasileiro residente na capital alemã, e da polifonia de vozes e línguas apreendidas nas ruas, provenientes de distintos lugares do mundo e que, na maioria das vezes, não distingue nem o significado e nem o sentido das palavras, e o levam a refletir sobre alteridade linguística, ser estrangeiro e sentir-se fragmentado diante da reclusão obrigatória.

Por fim, no último artigo que compõe este dossiê, intitulado “Lar é...”, de Sophia Cantave: um ensaio autobiográfico sobre a diáspora haitiana nos Estados Unidos”, Camila Rodrigues Francisco apresenta a tradução do trecho de um ensaio da escritora haitiana Sophia Catave, em que a autora expõe as contradições que envolvem sua condição estrangeira e de sua família que emigraram para os Estados Unidos.

No mesmo sentido do Dossiê, mas por outros percursos, as experiências que compõem o Fluxo contínuo da Revista Trilhos caminham nas encruzilhadas discursivas da fotografia, da performance, da análise linguística, do teatro e da relação entre pensamento social e a capoeira.

Estes trânsitos, deslocamentos, trechos e trilhas da edição se encontram na capa da Revista. A proposta fotográfica é de Geisa Lima dos Santos, intitulada “Cartografias e desertificações (in) humanas”. Enquanto corpo em linguagem, a artista inscreve sua experiência e criação artística no discurso fotográfico, inserindo novos olhares e caminhos de apreensão da realidade. As fotografias da autora, que também percorrem o interior da revista, nos convidam a refletir sobre

a hipersensibilidade ou hiperestesia proposta por Evelyne Grossmana². Para ela, a hipersensibilidade ou a hiperestesia seria o momento agudo percebido por apenas alguns corpos ao mínimo acesso do contato (seja visual, gustativo, tátil, auditivo ou olfativo). Esse transbordamento de sensações pode causar nesse indivíduo dois sentimentos próximos, mas conflitantes: muita dor e demasiada excitação. Mas o corpo e o sujeito estão em crise³, em deslocamento, em trânsito forçado. Como, então, essas sensações atravessam o sujeito cotidiano? Nos tempos atuais, a crise do corpo vem pelo desmoronamento do sujeito, pela lacuna do afeto, pela ruína política e pelo desvio da ética. Esse corpo, antes anestesiado pelos acontecimentos (talvez pelo excesso de dor empática), acorda e se vê em uma bolha sufocante de sucessivos ataques sensoriais. O que acalanta e retoma a humanidade suspensa na longa esfera de solidão? A arte, a esperança, a cultura, a solidariedade e o corpo em discurso político. Embora pareçam ideias ou conceitos distantes, na atualidade elas se acercam e se articulam em rede para atravessar a bolha e colocar o humano *in loco*.

Nesse mesmo trajeto de imbricações não convencionais, Maurício Acuña nos convida, no artigo “Escritos de geração: Jorge Amado e Edison Carneiro na roda da capoeira”, a percorrer uma forma de percepção contemporânea de conhecimento através da capoeira, da literatura e da etnografia, tendo a ginga e o jogo como um espaço de encontros e de possibilidades. Nessa incomum roda de saberes e fazeres, e nas confluências entre a cultura popular e a cultura universitária, o autor nos apresenta uma dimensão política, social e histórica que se erige como possível mecanismo pedagógico e metodológico de aprendizagem e de construção do pensamento social brasileiro.

No mesmo caminho da singularidade, Vinícius Brito, no artigo “Efeitos do exotismo: Ideologia na prática do jornalismo de viagens”, propõe uma análise discursiva complexa do jornalismo de viagens que, pelo viés ideológico do exotismo, executa um intenso processo comercial e subjetivo da cidade. Nesse texto, Brito reflete, mesmo que de maneira sintetizada (mas nem por isso superficial), sobre os conceitos de ideologia e exótico, para levantar questões pertinentes sobre o jornalismo de viagens na contemporaneidade.

Por outro lado, no artigo “Sede de grupos de teatro: espaço de afeto dedicado à produção de memória e conhecimento”, Thiago Carvalho apresenta uma reflexão sobre a importância do espaço/sede para grupos de teatro. O texto concentra-se na experiência de alguns grupos da cidade de Salvador, apontando a importância destes ambientes para seus processos criativos, bem como as dificuldades enfrentadas pelos grupos para manter esses lugares.

Por fim, Thlgesa Almeida nos traz um artigo sobre seus caminhos no desenvolvimento de planos metodológicos de uma pesquisa teórico-prática sobre a arte da performance. São experimentações estéticas e teóricas que se aprofundam e atravessam a inter, a multi e a transdisciplinaridade. Para isso contempla-se o *work in process*, a rebeldia e a indisciplina no desenvolvimento de uma pesquisaperformance. Talvez, aqui, o corpo que vai e volta, viaja e se

² Em *Corpos hipersensíveis: para além da diferença dos sexos*. Trad. Ana Kiffer. Dinamarca Zazie Edições, 2016. (Col. Pequena Biblioteca de Ensaios)

³ Breve menção ao livro de Christine Greiner, *O corpo em crise: novas pistas e o curto-circuito das representações*. São Paulo: Annablume, 2010. (Col. Leituras do Corpo)

encontra em uma nova casa, que pode ser a mesma de sempre, apenas reconhecida ou refeita de outra forma.

Paulo Nazareth, ao tratar em suas incríveis obras sobre viagens e retornos, afirma que “ao final, todas as grandes viagens retornam para dentro de casa”, talvez, este segundo número da Trilhos seja o resultado deste tipo de andança e, por isso, se compôs de corpos, identidades, desejos, frustrações e pensamentos em trânsito. Esperamos, assim, que esta transitoriedade de palavras, argumentos, imagens e imaginações fomentem encontros e escapes, revelando mais uma possibilidade desta (e de outra) jornada.

A Lei e seus Outros: a negociação e produção do “bom” (“legal”) e o “mau” (“ilegal”) migrante entre os brasileiros em Londres¹

Angelo Martins Junior

Resumo: O artigo explora o papel do Estado na negociação e na produção de diferenças em um “mundo em movimento” (*world on the move*). Considera, em particular, as consequências da divisão binária migrante “legal” e “ilegal” no modo como brasileiros estruturam suas vidas na cidade de Londres, nos níveis materiais e simbólicos. Apesar do discurso político sobre imigração frequentemente homogeneizar o “migrante” enquanto uma figura simbólica em oposição ao “cidadão”, as políticas de imigração também servem para dividir os imigrantes em diferentes tipos de atores em função das suas motivações de entrada no país (estudante, reunião familiar, refugiado, trabalhador temporário, imigrante altamente qualificado, etc.), ou ainda por status legal (“legal”/“ilegal”). Essas categorias administrativas da imigração são frequentemente tomadas como naturais, neutras e meramente descritivas, refletindo a identidade da pessoa (o “ilegal”), em vez de refencionalizar e moldar tipos particulares de relação. Além disso, as categorias empregadas pelo Estado para seus próprios fins administrativos são voláteis e não correspondem à realidade das vidas das pessoas que se mudam. No entanto, essas categorias impactam em como as pessoas podem viver e planejar suas vidas, quais são seus direitos, como se imaginam e que formas de socialidades constroem em seu cotidiano. O artigo baseia-se em pesquisa empírica que combina uma etnografia de 18 meses em locais de lazer com 33 entrevistas em profundidade com brasileiros em Londres.

Palavras-chave: Brasileiros em Londres; ilegalidade; migrante; lei; Estado; deportabilidade.

¹ Artigo baseado na pesquisa etnográfica subvencionada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES - Doutorado Pleno) e no atual projeto de pesquisa *Modern Marronage?: the pursuit and practice of freedom in the contemporary world*, financiada pelo *European Research Council* (Conselho Europeu de Pesquisa).

The Law and its Others: the production and negotiation of the “good” (“legal”) and “bad” (“illegal”) migrant among Brazilians in London

Abstract: This article explores the role of the state in the production and negotiation of difference in a “world on the move”. In particular, it is concerned with the consequences of the divide between the “legal” and “illegal” migrant, at both a material and symbolic level, for how Brazilians live and structure their lives in London. Although political discourse about immigration often works to homogenize “the migrant” as a symbolic figure in opposition to “the citizen”, immigration policies also work to split migrants into different types of actors for reasons of entry (student, family reunion, refugees, temporary worker, highly skilled and business migrant), or for legal status (“legal”, “illegal”). These administrative migration categories are often taken as natural, neutral and descriptive, reflecting person’s identity (“the illegal”), rather than referencing and shaping particular types of relation. Moreover, categories employed by the state for its own administrative purposes are volatile and do not map onto the realities of the lives of people who move. Nevertheless, these categories affect how people can live and plan their lives, what rights they have, how they imagine themselves and what forms of socialities they construct in their daily lives. The article draws on empirical research that combines an 18-month ethnography in places of leisure with 33 in-depth interviews with Brazilians in London.

Keywords: Brazilians in London' illegality; migrant; law; State; deportability.

La ley y sus Otros: la negociación y producción del “buen” (“legal”) y el “mal” (“ilegal”) migrante entre los brasileños en Londres

Resumen: El artículo explora el papel del Estado en la negociación y producción de diferencias en un “mundo en movimiento”. En particular, considera las consecuencias de la división binaria de migrantes “legales” e “ilegales” en la forma en que los brasileños estructuran sus vidas en la ciudad de Londres, tanto a nivel material como simbólico. Aunque el discurso de la política de inmigración suele homogeneizar al “inmigrante” como figura simbólica frente al “ciudadano”, las políticas de inmigración también sirven para dividir a los inmigrantes en diferentes tipos de actores según sus motivaciones para entrar en el país (estudiante, reagrupación familiar, refugiado, trabajador temporal, inmigrante altamente cualificado, etc.), o según su estatus legal (“legal”/ “ilegal”). Estas categorías administrativas de la inmigración se toman a menudo como naturales,

neutrales y meramente descriptivas, reflejando la identidad de la persona (el “ilegal”) en lugar de replantear y dar forma a determinados tipos de relaciones. Además, las categorías empleadas por el Estado para sus propios fines administrativos son volátiles y no se corresponden con la realidad de la vida de las personas que se desplazan. Sin embargo, estas categorías repercuten en la forma en que las personas pueden vivir y planificar sus vidas, cuáles son sus derechos, cómo se imaginan a sí mismas y qué formas de socialidades construyen en su vida cotidiana. El artículo se basa en una investigación empírica que combina una etnografía de 18 meses en locales de ocio con 33 entrevistas en profundidad con brasileños en Londres.

Palabras clave: Brasileños en Londres; ilegalidad; inmigrante; ley; Estado; deportabilidad.

Introdução

É difícil ouvir essas histórias, mas como trabalho no NHS², entendo e apoio o que o governo está fazendo. Imagine que você tem uma casa boa, muito limpa, cheirosa, móveis bons, bem pintada e etc. Aí, um dia, de repente, um monte de ratos sujos e cachorros fedorentos da rua começam a invadir e bagunçar sua casa, sujando e destruindo tudo. Você não gostaria que cães e ratos viessem da rua e destruíssem sua casa limpa. Isso é o que está acontecendo com este país [o Reino Unido]. (MANOEL)³

Durante um churrasco em seu jardim, Paulo, um brasileiro pardo, pertencente à classe trabalhadora e que vive irregularmente em Londres nos últimos 18 anos, estava falando comigo sobre como se tornou difícil viver irregularmente no Reino Unido. Estávamos falando sobre a história de uma amiga que descobriu que tinha um tumor no cérebro, mas que não pôde receber tratamento por causa de seu status de imigração em situação irregular. Manoel, amigo de Paulo, entrou na conversa para defender as ações do governo contra os “ilegais”, ou “ratos sujos”, como ele, metaforicamente, os descreve na citação de abertura deste artigo. O relato de Manoel apoiava o que o então primeiro-ministro David Cameron chamou de “um sistema de imigração que coloca o Reino Unido em primeiro lugar”, o que significava “uma série de mudanças que diz às pessoas que se você vier [para o país] ilegalmente, tornaremos mais difícil para você ter uma casa, conseguir um carro, ter um emprego ou uma conta no banco” (CAMERON, 2014).

Tanto Manoel quanto David Cameron falam como se as categorias administrativas de migração fossem naturais, neutras e descritivas, refletindo a identidade da pessoa (“o ilegal”), em vez de referenciar e de moldar determinados tipos de relação. Embora o discurso político sobre a imigração muitas vezes funcione para homogeneizar “o imigrante” como uma figura simbólica em oposição ao “cidadão”, as políticas de imigração também funcionam para dividir os imigrantes em diferentes tipos de atores por razões de entrada (estudante, reunião de família, refugiados, trabalhadores temporários, altamente qualificados, etc.), ou por status legal (“legal”, “ilegal”).

No entanto, as categorias usadas pelo Estado para seus próprios fins administrativos são voláteis e não correspondem às realidades das vidas das pessoas que “se movem/mudam” (ANDERSON, 2013). A maioria das pessoas classificadas como “migrantes”, por exemplo, entra em um país ou permanece nele por vários motivos, simultaneamente. No entanto, como será demonstrado neste artigo, essas categorias impactam o modo como as pessoas podem viver e planejar suas vidas, o entendimento de quais são seus direitos, o modo como se imaginam e quais formas de socialidade constroem em seu cotidiano. Assim, este trabalho explora o papel do Estado na produção e negociação da diferença em um “mundo em movimento”, por meio da produção institucionalizada do migrante “legal” e “ilegal”. Serão analisadas, em particular, as consequências da divisão entre o (migrante) “legal” e “ilegal” na forma como os brasileiros vivem e estruturam suas vidas em Londres, tanto ao nível material quanto simbólico.

² *National Health Service* (NHS) é o sistema público de saúde britânico.

³ Nota de campo, tomada em uma festa na casa de Manoel.

Com base em pesquisa empírica que combinou uma etnografia de 18 meses em locais de lazer, com 33 entrevistas em profundidade com brasileiros em Londres, primeiro contextualizo e enquadro o artigo conceitualmente ao desnaturalizar o Estado e suas categorias (morais), como os migrantes “legais” e “ilegais”. Em seguida, exploro e problematizo empiricamente a dicotomia entre migrante “legal” (“bom”) e “ilegal” (“criminoso”) como uma divisão porosa e estruturalmente dependente. Em seguida, baseando-me nos casos daqueles que passaram por longos períodos sem documentação regular, examino as consequências materiais e simbólicas da ilegalidade institucionalizada sobre as maneiras como os imigrantes conduzem suas vidas em Londres. Por fim, discuto como os brasileiros negociam e lidam de forma diferente com a imagem estigmatizada do migrante “ilegal” reproduzida pelo Estado em termos individualizantes. Devido ao estigma contra aqueles com a situação migratória irregular, bem como a exploração e violência simbólica facilitada pela produção da (i)legalidade, meus dados mostram que as categorias legais da imigração ajudam a instilar percepções de conflito e divisão na população brasileira em Londres.

Desnaturalizando o Estado e suas categorias (morais)

Bourdieu (2014, p. 115) chama a nossa atenção para uma “amnésia da gênese”, na qual tendemos a “des-historicizar” e naturalizar o Estado e seus mecanismos internos. Dentro desses processos, o Estado – bem como suas categorias – são tomados como “um objeto que parece existir por si mesmo ou que foi criado pela natureza” (SAYAD, 2004, p. 280). Tal processo de “naturalização” e “des-historicização” resulta da reprodução contínua em nossa vida cotidiana do que Bourdieu (2014, p. 108) chama de “pensamento de Estado”. É uma forma de pensamento que reflete as estruturas mentais que o Estado produziu e inculcou em cada um de nós. Este modo de pensamento “des-historicizado”, naturalizado, está inscrito na linha de demarcação que divide os “nacionais” dos “não-nacionais”, “legais” dos “ilegais”, “cidadãos” dos “não-cidadãos”.

“Migração ilegal”, por exemplo, é entendida pelo *Home Office*⁴ como:

(...) um termo coletivo para muitas formas de abuso das regras de imigração. Pode-se entrar no país ilegalmente – tentando passar pelos controles que temos no exterior, ou em nossa fronteira por meio de entrada fraudulenta ou clandestina – ou quebrando as regras de imigração no Reino Unido – trabalhando em tempo integral tendo tido permissão apenas para estudar, ou por não se retirar do país no final do período de permanência autorizada. (HOME OFFICE, 2007, p. 8)

⁴ Segundo o site institucional, Home Office é o principal departamento do governo britânico voltado para políticas de imigração e controle de passaportes, proteção de fronteira do Reino Unido e controle a imigração. Como um órgão de segurança nacional, cabe, ainda, a definição de políticas e estratégias relacionadas ao uso de drogas ilegais, ao crime e às possíveis ameaças terroristas, apoiando a polícia tanto no combate às mais variadas formas de crime quanto às emergências civis. Para mais detalhes, ver:

<https://www.gov.uk/government/organisations/home-office/about>

Nesse sentido, como afirma Gutierrez-Garza (2013, p. 88), o termo “migrante ilegal”, para o *Home Office*, constitui um sujeito, um estrangeiro, que por sua “falta” de documentação adequada para entrar, ficar e trabalhar no país comete, assim, um crime. Como consequência, a “ilegalidade” é enquadrada e naturalizada como ausência de status (ANDERSON, 2010). Contudo, como muitos estudiosos mostraram, a “ilegalidade” é produzida pelo Estado por meio de estruturas legais que constroem diferentes status dentro das categorias de imigração, e esta produção institucionalizada de “ilegalidade” tem consequências diretas sobre como as pessoas podem viver suas vidas (DE GENOVA, 2002, 2004; COUTIN, 2000; ANDERSON, 2010).

Além de ter que lidar com a exploração e a restrita mobilidade física e social devido a impedimentos legais, ser categorizado como “ilegal” também significa ser submetido a uma violência simbólica que sequestra migrantes em “um espaço de invisibilidade forçada, exclusão, subjugação e repressão” (COUTIN, 2000, p. 30). Isso ocorre porque migrantes “legais” e “ilegais” fazem parte de um sistema de oportunidades e julgamentos sociais diferenciados – consagrados pelo Estado –, além de fazer referência à situação legal (SAYAD, 2004). O Estado – e a lei – tem o poder de criar divisões sociais e um sistema simbólico de classificação que gera valores morais e funções a partir de representações (signos e objetos), e que coloca as pessoas em posições diferenciais no espaço social, algumas das quais são fortemente estigmatizadas (SAYAD, 2004; LOYAL, 2014).

Mas a lei de imigração e suas categorias estão em fluxo constante, mudando junto com as transformações para fatores sociais, econômicos e ideológicos mais amplos. Nesse sentido, a “(i)legalidade”, tanto como categoria legal quanto como representação social, é historicamente produzida dentro de lutas contextuais específicas de poder para definir o que é “legal” e “ilegal”, e o valor que essas representações carregam (LOYAL, 2014; DE GENOVA, 2002). Como o restante do artigo mostra, as histórias dos brasileiros participantes de minha pesquisa contribuem, empiricamente, para o esforço de desnaturalizar a divisão institucional entre o migrante “legal” e “ilegal”, em linha com o projeto mais amplo de Bourdieu (2014, p. 114), voltado a “des-historicizar” o Estado e suas categorias.

Problematizando a figura do “bom imigrante”

Temos que ser muito melhores em encontrar esses [imigrantes ilegais] e tirá-los de nosso país. Como sabemos quando estamos acertando a imigração? É quando estamos recebendo as pessoas certas que precisamos para nossa economia [...] e quando todos aqueles que vêm aqui o fazem por motivos genuínos e se unem ao resto da sociedade para tornar nosso país mais forte, mais rico e mais seguro. (CAMERON, 2011)

Estudiosos apontaram que as leis e as políticas recentes em relação à imigração na Europa são moldadas por um discurso moral e individualizante, que afirma a existência de migrantes “bons” desejados e merecedores, contrapondo-os aos migrantes “maus” indesejados e não merecedores (ANDERSON, 2013; GOLDBERG & GIROUX, 2014). Após a crise econômica de 2008, tal discurso tem cada vez mais mesclado ideias racistas e classistas com ideias neoliberais,

gerando políticas que criminalizam e racializam a migração (GOLDBERG & GIROUX, 2014; TYLER, 2013). Este é o caso no Reino Unido, onde as mudanças na lei de imigração foram “justificadas para fins de segurança nacional, proteção da economia nacional e emprego” (GUTIERREZ-GARZA, 2013, p. 104). Assim, o discurso de David Cameron, citado acima, enquadra a divisão “legal”/ “ilegal” dos migrantes como uma questão de escolha individual e de boa vontade. “Conseguir a imigração certa” é apenas uma questão de “encontrar e remover os “ilegais”, por um lado, e, por outro lado, “conseguir as pessoas certas de que precisamos para nossa economia”. Aqui, Cameron não apenas individualiza “legalidade”/ “ilegalidade”, tratando-os como categorias fixas naturais, mas também condena moralmente “o imigrante ilegal” que entra no país por razões “não genuínas”, ameaçando a segurança do Reino Unido.

A distinção entre “bom e mau”, “legal e ilegal” não é tão fixa na experiência de vida das pessoas como no “pensamento do Estado”, e, certamente, não pode ser mapeada nas qualidades morais dos indivíduos assim designados. A legalidade da situação do “bom” migrante é, para começar, determinada pelas táticas usadas para entrar e permanecer no país. Mas o modo de entrada dos migrantes é moldado por seus atributos e seus recursos pessoais (como “capital racial”, que lhes permite reivindicar ascendência europeia para obter um passaporte europeu, por exemplo) e diferentes formas de capital que podem fornecer-lhes um visto de casamento ou de reunião familiar, um visto de estudante, um visto de trabalho, um visto “dourado” (*Golden Visa*), ou permitir que eles solicitem um visto de turista de seis meses ao chegar ao aeroporto no Reino Unido (MARTINS Jr, 2020b). Os agentes sociais usam essas táticas – que Bourdieu (1983, p. 317) chama de estratégias – para gerenciar os controles impostos pelo Estado por meio da lei de imigração. As ações calculadas do fraco (imigrante) dentro do campo de visão do inimigo (o Estado) e o espaço por ele controlado (DE CERTEAU, 1997, p. 59-60), são moldadas pela variedade de capitais e recursos disponíveis para os migrantes (BORDIEU, 1983). Podemos ver isso na jornada de Fernando até a cidadania britânica.

Fernando, um brasileiro de 39 anos (racializado no Brasil como branco), de classe média, decidiu ir para Londres em 2004 para estudar inglês por um ano, habilidade crucial para o desenvolvimento de sua carreira, uma vez que se formou em marketing. Fernando chegou em Londres com visto de estudante de um ano e acomodação paga por dois meses. Com a ajuda de um amigo que morava na cidade, Fernando começou a trabalhar como lavador de prato em sua segunda semana no Reino Unido, assim que recebeu o número do seguro social. Nos primeiros dois meses, Fernando conseguia ir à escola pela manhã e trabalhar à tarde e à noite. No entanto, como muitos outros “bons imigrantes”, depois de um tempo, ele parou de frequentar as aulas, como diz: “No meu terceiro mês, eu já tinha decidido ficar mais tempo, então consegui um segundo emprego para poder trabalhar e renovar meu visto”.

A primeira vez que o encontrei, em um *pub* no sul de Londres, Fernando estava com seu amigo, e enfatizava continuamente que ele nunca “faria nada duvidoso ou ficaria aqui [Reino Unido] ilegalmente”, por isso continuou renovando seu visto. Ainda assim, para fazer isso, teve que trabalhar mais do que o número máximo de horas permitido para o seu visto de estudante. Por trabalhar longas horas em “subempregos” que ele “nunca faria no Brasil”, como limpeza e alimentação, Fernando conseguiu ficar no país com vistos de estudante por

quatro anos – dois anos fazendo cursos de inglês e dois anos em um curso de marketing. Depois disso, e por meio de um contato feito em Londres, conquistou um emprego em uma empresa de marketing que lhe concedeu um visto de trabalho.

Embora Fernando tenha se formado em Turismo no Brasil, ele havia feito um MBA em design gráfico e decoração de interiores antes de se mudar para Londres. A empresa que patrocinou seu visto de trabalho informou ao *Home Office* que ele atendeu às expectativas da companhia quanto a um designer gráfico especializado em decoração de interiores. No entanto, Fernando me disse: “minhas qualificações não importavam de fato para o trabalho, mas era a única maneira pela qual a empresa poderia justificar a necessidade do meu visto de trabalho. Eu trabalhei muito lá. Eles precisavam de mim. Além disso, o gerente se tornou um grande amigo, então ele me ajudou muito com isso”. Em 2014, Fernando teve o direito de requerer a permanência por tempo indeterminado no país, que posteriormente lhe permitiu pleitear – e finalmente obter – a cidadania britânica.

A trajetória de Fernando é semelhante a outras que ouvi ao conversar com pessoas que seriam consideradas “bons migrantes”, que estariam aqui por motivos “genuínos”, ajudando a tornar o país mais forte e rico, e que se viam como pessoas “boas” e íntegras que nunca “fariam nada duvidoso”. No entanto, as táticas que Fernando usava para ficar “legalmente” e adquirir “cidadania” – estudar, trabalhar e pagar impostos –, dependiam de seu capital econômico, social e cultural. Ele tinha dinheiro para pagar um visto de estudante⁵ e os contatos na empresa que o empregava o ajudaram com seu visto de trabalho, usando suas qualificações acadêmicas para justificá-lo no pedido de visto de trabalho.

Além disso, suas táticas para manter sua “legalidade” eram, muitas vezes, tecnicamente “ilegais”. Ele quebrou as regras sobre a jornada máxima de trabalho para os residentes com visto de estudante e a empresa que lhe concedeu o visto de trabalho inventou o fato de exigirem especificamente um designer gráfico especializado em decoração de interiores. Sua jornada, portanto, problematiza a noção de uma distinção naturalizada, “fixa” entre “o bom” (“legal”) e “o mau” (“ilegal”). Além disso, é importante reconhecer que a legalidade do “bom migrante” depende do “repertório de possibilidades” (BOURDIEU, 2014) que o sistema oferece. Fernando só conseguiu implantar sua tática com eficácia devido ao contexto jurídico em que chegou e viveu no Reino Unido, o que lhe permitiu solicitar a cidadania britânica após morar no país por dez anos. O tempo desempenhou um papel importante na jornada de Fernando para a cidadania e, portanto, em sua capacidade de se ver e ser visto como um “bom migrante”.

A rota do visto de estudante para entrar legalmente no país, caminho que Fernando também tomou, foi usada por muitos outros “bons imigrantes”. De 2005 a 2013, 57% dos vistos no Reino Unido emitidos para brasileiros eram vistos de

⁵ Ao solicitar um visto de estudante, os imigrantes têm de pagar pelo processamento da requisição e por um curso, normalmente, realizado em uma escola inglesa. É preciso, ainda, comprovar que têm um lugar onde residir, assim como, o dinheiro suficiente, depositado em conta bancária, referente à cada mês que se pretende permanecer no país. Em 2016, o mínimo necessário por mês para este depósito era de £1,265 (*Home Office*, 2016).

estudo. Antes de 2008⁶, esses vistos não eram apenas uma boa opção para entrar no país, mas também uma forma de permanecer por anos, sob uma situação legal (GUTIERREZ-GARZA, 2013). Daquele ano em diante, no entanto, a lei de imigração começou a se tornar mais restritiva e a impactar, em maior grau, os brasileiros em Londres (DAVIES, 2015). Como Fernando, muitos desses alunos (“bons imigrantes”) decidiram ficar no país mais tempo do que haviam planejado inicialmente e, assim, deixaram de frequentar as aulas e passaram a trabalhar mais do que as 20 horas permitidas a estudantes a fim de economizar dinheiro e renovar o visto (MARTINS Jr, 2014).

No entanto, a partir de 2009, com a implementação do sistema baseado em pontos e as restrições crescentes das leis de imigração, as coisas começaram a mudar (DAVIES, 2015; ALLEN & SUMPTION, 2015; SCHAIN, 2012). Registro de frequência, por exemplo, foi implementado pelo *Home Office*, no qual as escolas eram obrigadas a fazer, semanalmente, uma anotação da frequência de cada aluno. Se os alunos não comparecessem à maioria das aulas, perderiam o visto de estudante. Como consequência, algumas escolas de inglês passaram a negociar a venda de registros de frequência. Esses casos foram relatados com maior incidência entre 2009 e 2011 (MARTINS Jr, 2014). Além disso, até 2009, o estudante de língua inglesa tinha permissão para trabalhar no máximo vinte horas semanais. Em 2010, esse tempo foi reduzido para dez horas e, em 2011, foi decidido que alunos de inglês não poderiam mais trabalhar. Além disso, as facilidades para renovar vistos de estudantes por meio de escolas de idiomas foram retiradas (DAVIES, 2015). Com essas mudanças, os vistos em língua inglesa caíram de 19.253 em 2010 para 3.532 em 2013 (DAVIES, 2015). No caso dos brasileiros, o número de vistos de estudante passou de 4.781, em 2008, para 1.938 em 2011.

As novas regras de imigração significavam que o acesso aos vistos de estudante se tornaram limitados às pessoas com recursos econômicos para permanecer no país sem trabalho remunerado. Impediram, também, que as pessoas renovassem, continuamente, o visto de estudante até conseguirem o seus vistos de trabalho, cumprindo os 10 anos de residência necessários para solicitar o visto por tempo indeterminado, como fez Fernando. Entretanto, os brasileiros que migraram após essas mudanças viveram uma experiência diferente, uma vez que não tiveram tempo de solicitar o visto de residência indefinida antes que a lei fosse alterada. Na verdade, as mudanças na lei de imigração, desde 2008, têm restringido cada vez mais as possibilidades de “bons migrantes” permanecerem “bons” em suas jornadas no Reino Unido. Isso não significa necessariamente que eles deixaram o país, mas, sim, que tiveram que desenvolver outras táticas para tentar manter seu status “legal”, mesmo que isso significasse entrar em situações que, em geral, alegavam que jamais fariam, como foi o caso de Jairo.

Jairo vem de uma família branca de classe média, descendentes de britânicos e italianos, carioca e com alto capital cultural. Jairo concluiu seu bacharelado em ciências sociais e decidiu ter uma experiência de vida em Londres por um ano em 2009. Ele não teve problemas na passagem pelo controle de

⁶Até 2007, um brasileiro poderia requerer um visto de estudante no Aeroporto ou poderia entrar no país com um visto de turista e requerer o visto de estudante já na Inglaterra (DAVIES, 2015).

imigração porque era sua terceira entrada no Reino Unido⁷. Jairo tinha uma carta convite de sua tia britânica, dinheiro fornecido por seus pais e um visto de estudante que lhe permitia trabalhar 20 horas por semana. Inicialmente, ele recebeu apoio econômico de seus pais, o que lhe permitiu frequentar a escola, apesar de não ganhar muito com um trabalho em um restaurante dentro das horas legalmente permitidas. No entanto, após alguns meses, Jairo também decidiu que queria prolongar a sua estadia no Reino Unido: “Comecei a trabalhar mais, fazendo mais de 40 horas por semana e parei de ir à escola. Eu queria sugar esta cidade, ao máximo, absorver tudo que eu pudesse, e um ano não foi o suficiente”. Jairo ia renovar o visto de estudante, mas, “isso foi em 2009, quando a lei aqui já estava mudando muito, era mais difícil conseguir o visto e eu podia trabalhar apenas dez horas – legalmente – por semana. Então, decidi tentar obter minha cidadania italiana”.

Sendo neto de italiano, Jairo tinha o direito de solicitar a cidadania italiana. Ele contatou um suposto advogado brasileiro, residente na Itália, que operava um esquema que facilitaria obter a cidadania sem que precisasse morar no país, como é legalmente exigido, e sem precisar esperar por longos anos, como normalmente seria, caso se ele se candidatasse à cidadania de fora da Itália. Jairo foi para a Itália e pagou £ 3.000 ao seu contato, que iniciou o processo. Enquanto isso, voltou a Londres com sua carteira provisória de identidade italiana. Na fronteira, ele apresentou outra carta-convite de sua tia e entrou no país. “Quando voltei, comecei a trabalhar com a minha carteira de identidade italiana. Eu não tinha o direito de trabalhar com esse documento, mas as pessoas aqui não sabiam, mas seria só até eu receber o documento definitivo.” Porém, após cinco meses morando em Londres com a carteira de identidade provisória, descobriu que seu contato brasileiro na Itália não era advogado e não havia iniciado seu processo de maneira adequada - faltavam alguns documentos em seu pedido.

Jairo voltou a trabalhar para economizar dinheiro e reiniciar todo o processo na Itália, desta vez com um advogado de fato. Levou mais de um ano para economizar mais £3.000 e, durante todo o tempo, morou e trabalhou no Reino Unido com sua carteira de identidade italiana, que não era válida. Isso o assustou. Ele estava em uma posição que nunca imaginou, mas, como ele disse, “as pessoas não sabiam, e foi por um curto período de tempo”.

Assim como a experiência de Fernando, a situação de “legalidade” de Jairo foi possibilitada por seus diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social). Ele, também, se apoiou no capital “racial” de sua família, em virtude de sua descendência inglesa e italiana que lhe permitiram navegar pelas mudanças no quadro legislativo. No início, seu caminho foi facilitado pelo dinheiro dos pais e por já falar inglês - além da carta-convite da tia e do visto de estudante. Tais fatores não só facilitaram sua entrada no Reino Unido, mas também sua possibilidade de encontrar trabalho como garçom, um serviço que paga melhor que outros em que a fluência na língua inglesa não é exigida, como limpeza. Esses privilégios permitiram que ele ficasse sem fazer “nada duvidoso”. No entanto, a decisão de ficar mais tempo e as mudanças na lei de migração combinaram-se para limitar o espaço de possibilidades entre o “legal” e o “ilegal”. Como

⁷ Um dos avós de Jairo era britânico. Quando era criança, viajou com sua família para o Reino Unido para visitar os membros britânicos da família.

Fernando, Jairo achou necessário usar meios “ilegais” para sustentar sua “legalidade”, como tentar obter sua cidadania italiana por meios extrajudiciais e usar uma carteira de identidade italiana provisória para ficar e trabalhar em Londres.

As trajetórias de Fernando e Jairo ilustram a porosidade da fronteira entre migrantes “legais” e “ilegais”, “bons” e “maus” (MEZZADRA & NEILSON, 2011, p. 67). No caminho para a “legalidade”, as pessoas estão continuamente parando, negociando e navegando (KNOWLES, 2014) por meio dessas fronteiras, movendo-se por caminhos descontínuos entre precariedades e táticas, todos mobilizados de acordo com o momento e as circunstâncias. Aqui, as histórias coloniais e pós-coloniais de “raça”, classe (acesso a diferentes capitais econômicos, culturais e sociais) e nação, no Brasil, viajam com aqueles que se movem, moldando as possibilidades individuais dos brasileiros enquadrados como “legais” e “dentro da moralidade” no Reino Unido. Como resultado, nem todos são capazes de navegar pelas fronteiras da legalidade e da ilegalidade para adquirir a cidadania formal. Isso tem consequências distintas para a maneira como as pessoas mapeiam suas vidas em um mundo global.

Inclusão diferencial estruturando vidas

Baseando-se nos casos de quem viveu longos períodos sem documentação regular, a produção institucional do imigrante “(i)legal” tem consequências materiais e simbólicas diferenciadas para a vida dos brasileiros em Londres. Alguns são integrados com diferentes níveis de direitos, enquanto outros são marginalizados como “ilegais” sem direitos. Neste sentido, as fronteiras, ao lado das leis de imigração, desempenham um papel importante na produção jurídica e cognitiva da diferença, uma vez que permitem tanto o estabelecimento de taxonomias quanto de hierarquias conceituais - como migrantes “legais” e “ilegais” - que estruturam o movimento de pessoas e pensamentos. Assim, eles estão centralmente envolvidos na produção de dominação e violência simbólica (BOURDIEU, 1978b; VILLEGAS, 2004; WEININGER, 2005), pois as fronteiras físicas e políticas são projetadas para separar o “outro” do “cidadão”, alimentando tensões e projetando como ameaças aqueles que estão - ou deveriam estar - do outro lado do “muro” (GOLDBERG & GIROUX, 2014, p. 140). No entanto, as fronteiras, assim como as leis de imigração, são porosas e não impedem as pessoas de entrar nos territórios. Em vez de acabar com a “ilegalidade”, as fronteiras porosas resultam em uma inclusão diferencial (de classe e racializada), levando à diferenciadas distribuições materiais e de acesso a bens e serviços, (re)produzindo relações de dominação, exploração e sujeição, poder e resistência (MEZZADRA & NEILSON, 2012; DE GENOVA, 2013; BALIBAR, 2002; FOUCAULT, 1975).

As jornadas de brasileiros sem passaporte europeu e com menor capital econômico e cultural são uma excelente ilustração dessa inclusão diferencial (MARTINS Jr, 2020b). O espaço de possibilidades de entrada “legal” no país é consideravelmente mais restrito para quem não tem capital econômico. Contando com seu capital social e a quantidade limitada de dinheiro à sua disposição, a maioria das pessoas tenta entrar no país como turistas. As informações fornecidas por suas redes sociais desempenham um papel fundamental no sucesso desta tentativa. Como argumentam Mezzadra e Neilson

(2012, p. 69), uma constelação de outros atores - como agentes de trabalho, agências de migração, ONGs e intermediários (incluindo amigos pessoais e/ou parentes) - trabalham ao longo das fronteiras hierarquizadas entre “legalidade” e “ilegalidade”, lucrando, muitas vezes, por meio da exploração do processo. Esses atores são importantes na travessia da fronteira e contribuem no desenvolvimento de táticas para os migrantes viverem e, às vezes, regularizarem sua situação no país de destino⁸. Tais redes sociais estão diretamente envolvidas na produção e no alívio das múltiplas precariedades pessoais e econômicas que os migrantes enfrentam quando estão no país. Isso pode ser verificado no caso de brasileiros sem documentação regular em Londres, que vivenciam uma inclusão por meio de múltiplas camadas de precariedade.

A diferença de status dos imigrantes, criado pelo Estado, reflete-se diretamente na estratificação do mercado de trabalho, produzindo diferentes níveis de precariedade e exploração. Em particular, como observa Anderson (2010, p. 311), uma força de trabalho barata e flexível é “produzida estruturalmente pela interação da legislação de emprego e imigração”. Entre os brasileiros, essa precariedade muitas vezes é percebida nas interações com seus conterrâneos. Incapazes de obter trabalho formal devido à falta de documentação regular e baixo capital econômico e cultural (como a incapacidade de falar inglês), alguns brasileiros precisam contar com seu capital social para encontrar trabalho informal e sobreviver. Isso, no entanto, pode resultar em exploração, como vemos na jornada de Adriano, em Londres. Paulista, negro, pertencente à classe operária, 44 anos, Adriano chegou ao Reino Unido sem documentação regular.

Eu perdi muito dinheiro nesta cidade porque não tinha documento. Fui enganado e explorado em casas - pagando um depósito e depois eles não me devolviam quando eu saía da casa, trabalhando para pessoas que nunca me pagaram e sendo roubado. O primeiro que me explorou foi meu primo. Liguei para ele depois que cheguei em Londres. Ele me disse que um amigo tinha um quarto para mim, £90 por semana, mais um depósito de dois meses de aluguel. Mais tarde, meus colegas de casa disseram que estavam me roubando: o quarto custava 60 libras por semana e um depósito de duas semanas. Então, um brasileiro - que era o proprietário da minha segunda casa - me ofereceu um emprego ajudando-o na reforma da casa. Eu trabalhei para ele por duas semanas, sem parar. Ele disse que meu trabalho valia apenas o aluguel de uma semana e não me deu nenhum dinheiro. Pelos contatos desta casa consegui alguns outros empregos e fui explorado novamente. Ajudei um homem que tinha uma van e trabalhava fazendo mudanças em Londres. Depois de duas semanas de trabalho, ele me deu £100 e disse que me daria mais depois; claro que não deu. Como eu era ilegal, fiquei quieto, melhor não pressionar. Então paguei um brasileiro que me disse que conseguiria abrir uma conta no banco para mim, sem documentos, por £150. Mais tarde, um brasileiro que trabalha para um banco britânico disse que seu banco abria contas para pessoas de graça e eu não precisava de visto.

A jornada de Adriano, sem documentação regular, traz à tona vários pontos analíticos sobre a produção legal da “ilegalidade” e suas múltiplas consequências

⁸ Para táticas desenvolvidas por imigrantes brasileiros para entrar no país e, assim, formalizar a sua situação legal, ver Martins Jr (2020b, 2014).

para aqueles sujeitos ao controle de imigração. Em primeiro lugar, podemos ver que, além de ser fundamental para entrar no país, o capital social continua a desempenhar um papel crítico na vida dos imigrantes em Londres (PORTES, 1995; TILLY, 1990). É por meio de seus contatos que esses sujeitos adquirem as habilidades necessárias para navegar na cidade, encontrar empregos, comprar documentos “falsos” necessários para trabalhar, abrir contas bancárias e acessar bens e serviços. No entanto, isso não resulta em uma “reciprocidade generalizada”, como Putnam (2001, p. 21) a chama, entre brasileiros, pela qual os membros se ajudariam por se verem “como pertencentes ao mesmo grupo de pessoas que estão ‘no mesmo navio’ e têm que cooperar para ‘sobreviver’ no ambiente estranho e talvez ‘hostil’ para o qual migraram” (DEN BUTTER et al., 2007, p. 49). Muitas vezes, o acesso proporcionado pelas redes sociais, na verdade, vem acompanhado de exploração e precariedade. Como disse Adriano, desde que entrou no Reino Unido, ele tem trabalhado constantemente para pessoas que não lhe pagam, recebendo bem menos do que o salário mínimo e tendo que aceitar condições precárias por não ter documentos.

Em segundo lugar, a produção de status migratórios hierárquicos tem consequências não apenas para o posicionamento dos migrantes no mercado de trabalho, mas também para a criação de condições de exploração em outras esferas da vida do migrante, como suas relações pessoais. Adriano “foi enganado e explorado” pelo primo, pelos proprietários de casas onde morou e por pessoas que lhe arranjaram trabalhos e documentos. Assim, estar sujeito ao controle de imigração torna-se um importante elemento estruturante das formas como os brasileiros sem documentação regular interagem com seus conterrâneos em Londres.

A “ilegalidade” também produz falta de solidariedade, isolamento e medo. Os brasileiros sem documentação regular tendem a dizer que não confiam nos brasileiros em Londres, já que aqueles com mais experiência e acesso a bens e serviços frequentemente exploram os recém-chegados sem documentos. Assim, ao invés de falar sobre “solidariedade étnica”, eles falam sobre a falta de solidariedade entre os brasileiros e sobre isolamento, não comunidade. Adriano me disse:

A vida aqui me mostrou que não posso confiar nas pessoas até que provem o contrário. Tive que desenvolver um mecanismo de defesa aqui: não me envolver com brasileiros. Tornei-me uma pessoa muito isolada. Quando você é ilegal, você é sempre inferior, então quando um brasileiro sabe que você não tem documentos, ele automaticamente se sente superior a você. Eles exploram e ameaçam e você não pode fazer nada porque não tem direitos. No mês passado, uma brasileira que trabalhava comigo disse que queria me ver. Eu a encontrei em *Elephant and Castle* [bairro]; ela me levou a um prédio dizendo que um amigo morava lá. Quando cheguei lá, havia quatro homens esperando por mim. Eles me deram um soco e colocaram uma faca no meu pescoço. Pegaram meus cartões e eu dei a eles os números das senhas. Perdi £1.500. Eles me deixaram ir depois disso, mas eu não pude fazer nada porque não tenho documentos.

Ser um migrante com situação imigratória irregular coloca Adriano em uma “condição sem direito” (DE GENOVA, 2010, p. 116), que não lhe permite ter acesso a nenhum tipo de proteção estatal. Isso cria a possibilidade de que ele seja facilmente explorado por outras pessoas. Assim, ser “legal” ou “ilegal”

resulta em uma percepção de hierarquia dentro da população brasileira, e aqueles posicionados em seu “degrau inferior” não veem solidariedade entre os migrantes brasileiros em Londres. Em vez disso, eles falam de brasileiros atacando sua vulnerabilidade e os sujeitando à violência e à exploração. O isolamento é a forma de Adriano lidar com as vulnerabilidades decorrentes da “produção da ilegalidade”. Como essa produção resulta em diferenças sociais que também se inscrevem na ordem simbólica, por meio de discursos e classificações cognitivas, ela exerce violência tanto simbólica quanto física (LOYAL, 2014; BOURDIEU, 1987b) sobre aqueles submetidos ao controle migratório. Além disso, como Willen (2007, p. 09) argumenta, “a ilegalidade não afeta apenas a estrutura externa dos mundos dos migrantes, mas também molda sua experiência subjetiva de tempo, espaço, socialidade e *self*”. Um dos principais exemplos de tal violência simbólica que molda a experiência subjetiva de migrantes irregulares é o medo constante de serem deportados.

O medo da deportação facilita a sujeição e a exploração, expondo migrantes irregulares a altos níveis de abuso e de humilhação em todas as esferas de suas vidas. Como vimos na trajetória de Adriano, um imigrante sem documentação regular tende a aceitar qualquer tipo de condição de trabalho sem reclamar, pois a ameaça de denúncia e deportação paira sempre sobre sua cabeça. Eles vivem em um Estado constante de “deportabilidade”, como De Genova (2004) se refere, e o medo da denúncia facilita sua subordinação como uma força de trabalho dócil e altamente explorável. Outro participante da pesquisa, Guilherme, descreveu como se sentiu nos anos em que morou em Londres, sem documentação regular, da seguinte forma:

Estive ilegal durante quatro anos, era como se eu morasse numa jaula, sofrendo injustiças e ficando quieto, saindo de casa pela manhã para ir trabalhar sem saber se voltaria ou não. É uma sensação horrível, você não pode confiar em ninguém. O tempo todo você ouve falar de casos de brasileiros denunciando brasileiros. Você vive em constante medo - em casa, no trabalho, no trem. Você vê os policiais, mesmo que eles não olhem para você, mesmo que eles não saibam que você está lá, você tem medo deles.

Para Guilherme, esse tipo de violência simbólica contínua estruturou toda a sua vida em Londres. Seu comentário de que ele estava “vivendo em uma gaiola”, captura vividamente seu senso de “vulnerabilidade sempre presente” (DE GENOVA, 2004, p. 178), seja no trem, no trabalho ou em casa.

Essa vulnerabilidade cria uma incerteza contínua. A descrição de Guilherme de “sair de casa sem saber se vai voltar” expressa não só um sentimento de controle constante, mas também um sentimento de efemeridade. O medo da deportação aprisiona os imigrantes “em um presente vazio, repleto de ansiedade e pontos de interrogação sobre o amanhã” (AHMAD, 2008, p. 315). Isso leva à pressão de ter que maximizar o “agora”, quaisquer que sejam as oportunidades atuais, “sofrer [...] injustiças e ficar quieto”, como Guilherme diz. Ser explorado e viver com medo constante, por sua vez, reforça a percepção de isolamento e a tendência de desconfiança, já que “brasileiros denunciam brasileiros”. Mas, embora seu status documental criminalizado tenha consequências profundas para a vida das pessoas, elas não contestam, necessariamente, o “pensamento do Estado” que o produz.

Negociando o “bom” e “mau” imigrante

Para lidar e se distanciar da representação estigmatizada de “ilegal” ou “mau imigrante”, os brasileiros tendem a legitimar o “pensamento do Estado” que descontextualiza e naturaliza a dicotomia “legal/ilegal” e a enquadra como uma questão moral individual ou de classe. Como discutido anteriormente, as categorias de Estado são mais do que categorias jurídicas, fazem parte de um sistema simbólico que as imbuí de valores e de funções morais, com as quais os agentes sociais devem negociar constantemente. Cidadania, por exemplo, tem sido um conceito historicamente nebuloso, conectado a uma ideia de civilidade, e suas fronteiras imprecisas não são definidas simplesmente por lei, mas também moldadas por noções de “raça”, classe e gênero (ANDERSON, 2013; MEZZADRA, 2005).

Para Anderson (2013, p. 2-5), os Estados modernos não se representam apenas como coleções de pessoas unidas por um estatuto jurídico comum, mas como uma “comunidade de valor” imaginada, composta por pessoas que compartilham ideais comuns e padrões exemplares de comportamento expressos por meio de etnia, religião, cultura ou idioma. A comunidade de valor é povoada por “bons cidadãos”, membros cumpridores da lei e trabalhadores de famílias estáveis e respeitáveis, que sentem que devem protegê-la daqueles que não são “bons”. A comunidade de valor é definida, a partir de fora, pelo “não cidadão” (o imigrante) que pode estar associado a um determinado estatuto jurídico e, a partir de dentro, pelo “cidadão fracassado” [*failed citizen*], indivíduos e grupos considerados incapazes de (ou que não conseguiram) viver de acordo com os ideais liberais, tais como criminosos, ladrões de benefícios e outros. Assim, nem todos os cidadãos formais (legais) são “bons cidadãos”, tampouco o “não cidadão” ou o “cidadão fracassado” são devidamente modernos (civilizados) se comparados ao bom cidadão.

Anderson (2013, p. 07) observa ainda que há forte tendência de naturalizar categorias estigmatizadas (racializadas e de classe) por meio de explicações “genéticas” ou “culturais”. Isso permite que o considerado “bom cidadão” e o Estado reproduzam discursos individualizantes de “sucesso” e “fracasso” que não levam em consideração as restrições estruturais. Mas não é apenas o Estado e os considerados “bons cidadãos” que implantam e reproduzem categorias estigmatizadas e o discurso moral associado, como revelam meus dados sobre a compreensão dos brasileiros em Londres, participantes da pesquisa, sobre o migrante “bom” e “mau”. Para lidar com representações estigmatizadas de migrantes, os brasileiros que detêm documentação regular para viver no Reino Unido tendem a reproduzir a distinção binária, excessivamente simplificada e individualizante, entre o “legal” e o “ilegal”. Isso é particularmente verdadeiro para aqueles que entraram no país com visto de estudante e posteriormente conseguiram se qualificar para um visto de permanência por tempo indeterminado e/ ou cidadania britânica. Fernando, por exemplo, disse-me com orgulho:

Eu sou a prova viva de que você pode obter um passaporte britânico sem fazer nada criminoso, como esses brasileiros fazem – comprar um casamento e assim por diante. Tem dias que abro minha gaveta e pego meu passaporte [Britânico] e olho para ele, sinto-me tão feliz, orgulhoso, não consigo descrever. Eu fico emocionado quando o seguro. É por isso

que sempre digo às pessoas: venha pra cá como estudante, arrume um emprego, torne-se indispensável para a empresa e é isso. Você consegue. Eu não fiz nada criminoso e consegui.

Apesar do fato de que, como discutido acima, sua própria jornada foi estruturada por privilégios e cheia de “ilegalidades”, Fernando ainda insistia que qualquer um pode ser legal “sem fazer nada criminoso”, seguindo seu exemplo. A compreensão meritocrática ao estilo “*self-made man*” de Fernando, a respeito de sua própria “legalidade”, é um exemplo claro de como o discurso neoliberal dominante, que enfatiza a autorresponsabilidade individual ao lado de uma negação do social, é reproduzido, confirmando a legitimidade da ordem estabelecida como verdadeira aos olhos daqueles que são sujeitados ao poder do Estado (BOURDIEU, 2014). A falta de reflexão autocrítica de Fernando sobre as condições que lhe permitiram obter a cidadania britânica expõe os mecanismos de um poder simbólico que des-historiciza e naturaliza “legalidades e ilegalidades” ao reduzir tudo à vontade e ações do indivíduo.

Enterrar a dependência contraditória e estrutural de sua “legalidade” e legitimar o pensamento do Estado ao enfatizar que adquiriu sua cidadania “da maneira correta” é uma forma de Fernando se distanciar de sua condição anterior, estigmatizada, de “imigrante” e “não cidadão” e chegar o mais perto possível do que Anderson (2013) chama de “bom cidadão”. Essa mudança também significa se diferenciar de outros brasileiros, que também podem ter adquirido a cidadania, mas o fizeram por meios “criminosos” e que, portanto, “falharam” nos ideais de cidadania. O impulso de dividir outros brasileiros em “bons” e “maus” foi compartilhado por muitos outros participantes da pesquisa, e os limites morais tendem a ser traçados, dependendo do contexto, em termos regionais e de classe. Brasileiros em Londres frequentemente negociam a “(i)legalidade” como uma categoria (moral) de classe. Pesquisas em Amsterdã (ROGGEVEEN & MEETEREN, 2013) e em algumas cidades dos EUA (OLIVEIRA, 2003) demonstram que os imigrantes brasileiros muitas vezes discutem “ilegalidade” em termos de classe. Roggeveen e Meeteren (2013) descrevem como a maioria dos migrantes brasileiros documentados chamavam seus pares sem documentos como pessoas “vulgares” com as quais não desejam se associar. Assim, as autoras dividem os brasileiros em Amsterdã em dois grupos:

A partir de agora, vamos nos referir a esses dois grupos como imigrantes regulares e irregulares [...] Os migrantes regulares geralmente têm educação superior e são oriundos de famílias de classe média alta ou média [...] Os entrevistados do segundo grupo têm ensino inferior, de famílias de classe média baixa, e têm um estatuto de residência irregular ou têm um histórico de migração irregular. (1085-6).

Assim, para Roggeveen e Meeteren, o migrante das classes mais baixas é ‘irregular’; mesmo que aqueles que tinham status regular tivessem um histórico de imigração irregular. No entanto, essa correlação contundente entre classe e (ir)regularidade é problemática. Como já argumentado, o binário “legal/ilegal” nem sempre se sustenta empiricamente. Muitos brasileiros de classe média permaneceram em Londres com documentação irregular por um tempo, ou mantiveram sua situação regular por meios irregulares. Além disso, as representações racializadas e de classe dessas categorias são classificadas de

formas que vão além da questão de serem realmente regulares ou irregulares, permitindo que as pessoas evitem se classificar como “ilegais” mesmo quando vivenciam uma situação de documentação irregular, como é o caso de muitos brasileiros de classe média em Londres.

Aqueles pertencentes à classe média brasileira que usaram táticas irregulares – como casamento arranjado – para adquirir a cidadania europeia/britânica, tendem a justificar contraditoriamente suas próprias ações “más”/“ilegais” de duas maneiras. Primeiro, eles culpam as condições estruturais como forma de se justificarem. Em segundo lugar, ao falar sobre classe, eles se diferenciam de “outros” (inferiores) brasileiros, cujos atos sempre carecem de “boa fé”. Essa foi a explicação, por exemplo, de Priscila.

Vinda de uma família branca de classe média alta, com bacharelado em Administração, Priscila veio para Londres em 2007 para estudar inglês por um ano. Como muitos outros, ela também ficou mais tempo do que o planejado. Em 2011, quando a entrevistei pela primeira vez, ela tinha uma narrativa parecida com a de Fernando. Ela não só tinha orgulho de estar no país “legalmente”, já que sempre havia renovado seu visto de estudante, mas também se distinguia “daqueles brasileiros” que estavam aqui “ilegalmente”. Porém, ao contrário de Fernando, Priscila não teve tempo de adquirir visto definitivo antes que a lei mudasse. Assim, para tentar manter sua situação de “legalidade” e continuar a se ver como “boa migrante”, ela precisou navegar de forma diferente dentro da nova legislação de imigração.

Quando encontrei Priscila pela última vez, em 2011, ela estava solicitando a renovação do visto por meio de um advogado brasileiro. A ideia do advogado era tentar renovar seu visto de estudante sabendo que o Ministério do Interior recusaria, mas eles continuariam apelando, o que lhe daria mais alguns anos no país, “legalmente”. No entanto, depois de receber £5.000 de Priscila para renovar seu visto, o advogado desapareceu com seu dinheiro. Assim, Priscila permaneceu no país sem carteira assinada, o que a levou a fazer outra coisa que ela também havia me dito que nunca faria: casar-se para obter o visto.

Estou fazendo isso [se casar], mas é com alguém em quem confio. Eu não faria se não estivesse nessa situação, mas só estou nessa situação por causa daquele idiota que me roubou [o advogado brasileiro], e porque a lei mudou e eu não pude mais renovar meu visto. Não estou fazendo como esses brasileiros ilegais que vêm aqui para juntar dinheiro e comprar um terreninho no Brasil. Eles chegam aqui e a primeira coisa que fazem é pagar um estranho para se casar e pronto. Sempre fiz tudo certo, sempre gastei muito dinheiro renovando meu visto, mas as coisas mudaram.

Como podemos observar, embora ela tenha feito algo ‘ilegal’ ao arranjar um casamento para obter um visto, aqui, Priscila ainda se vê como “boa imigrante”, já que não foi sua responsabilidade. Ela só está fazendo isso por causa do advogado que a fraudou e porque “a lei mudou”. Assim, ao falar sobre sua violação pessoal da lei, considera as restrições sociais como fatores atenuantes. Isso está em contraste direto com a forma como ela julga a situação “ilegal” de outras pessoas, que se presume ser simplesmente uma questão de vontade individual. Assim, ao final, ela mantém a lógica individualizante para se distanciar do “outro brasileiro” – o “mau” migrante – que não vem para o Reino Unido por “razões genuínas”, como David Cameron colocou.

Além disso, Priscila utiliza a classe social para se distanciar desses “brasileiros ilegais” que também adquirem cidadania europeia, mas não têm as qualificações morais para se tornarem “bons cidadãos”. Conforme discutido em outro trabalho (MARTINS Jr, 2020c), os brasileiros de classe média narram sua experiência migratória como uma busca por capital cultural, a qual seria diferente de uma suposta busca econômica do “outro brasileiro imigrante” como uma forma de refazer fronteiras de classe e de se distinguir do chamado “imigrante econômico”, a quem faltaria civilidade, seria moralmente inferior e faria qualquer coisa por dinheiro. Priscila moraliza a fronteira de classe social ao enfatizar que, embora tenha se casado para adquirir a cidadania europeia, não veio a Londres com a intenção de “pagar a um estranho para se casar” a fim de obter ganho financeiro pessoal. Por ser uma “boa migrante”, com uma “razão genuína para estar aqui”, ela – como Jairo – não considera que seu uso de meios “ilegais” para alcançar a “legalidade” a torne uma “má migrante” ou uma criminosa. Até porque, Priscila se vê pelas lentes brasileiras que historicamente a construíram como “boa cidadã”, alguém que pertence ao “valor da comunidade” e, portanto, o oposto dos corpos brasileiros pobres que formam a “classe criminosa” no Brasil, e que se constituem nos verdadeiros “ilegais” quando vão para o Reino Unido. No entanto, como será visto abaixo, muitos brasileiros da classe trabalhadora, sem documentação regular, também reproduzem o ‘pensamento do Estado’ e tentam se diferenciar moralmente dos “outros” estigmatizados ao discutir seus conterrâneos em Londres. Isso é geralmente feito a partir da negociação da “ilegalidade” por meio da moralidade individual e regional.

Depois de me contar sobre sua experiência sem documentação regular em Londres, Adriano, por exemplo, explicou que estava vivendo com mais medo devido às recentes mudanças nas políticas migratórias do Reino Unido. No entanto, ele disse que entendia e apoiava os controles de imigração mais rígidos e punitivos do governo porque:

(...) eles dão tudo para as pessoas aqui, a qualidade de vida aqui é muito boa; o governo tem o país nas mãos, do jeito que eles querem que seja. Portanto, eles precisam manter a ordem, coagindo e restringindo esses ilegais que vêm de todas as partes do mundo, querendo tirar vantagem do país. Essas pessoas não vêm com boas intenções. Eles vêm para obter o dinheiro, os benefícios do governo. Tem muito brasileiro aqui que está enganando o sistema, então o governo precisa pegar esses caras e mandá-los embora, porque eles estão enganando o sistema e destruindo esse país, como muitos goianos aqui. É por isso que não me misturo com goianos.

É importante notar que, como Priscila, Adriano reproduz o pensamento do Estado, ao passo que tenta se diferenciar dos “ilegais” que estão “enganando o sistema” e “destruindo o país”. Por vir de uma origem operária e imigrar, em grande parte, para melhorar seu capital econômico, e por ser racializado como negro, não pode usar classe ou “raça”, como faz Priscila, para tentar se diferenciar dos estigmas do “ilegal”. A opção que Adriano tem é jogar com as

diferenças regionais brasileiras e, por isso, usa a figura do goiano para cristalizar a representação do “outro” brasileiro inferior em Londres⁹.

Mais genericamente, minha conversa com Adriano demonstra como o medo e a sujeição das pessoas que vivem irregularmente podem vir acompanhadas de uma certa validação da ordem estabelecida. Depois de me relatar todas as precariedades na sua vida causadas por não ter documentação regular, Adriano expressou sua posição de apoio às políticas de imigração do Governo. Seguindo Loyal (2014, p. 3), aqui podemos ver como a classificação legal e cognitiva de imigrante (i)legal é parte de um sistema simbólico no qual “as relações de poder são disfarçadas, mascaradas e exercidas com a cumplicidade daqueles sobre quem elas são exercidas”¹⁰. Os comentários de Adriano esclarecem a durabilidade do pensamento do Estado na imigração. Aqui vemos que sua constância e repetição (BOURDIEU, 2014) podem fazer com que mesmo aqueles que são os mais afetados por sua violência material e simbólica configuram o par “legal / ilegal” como uma questão de escolha individual.

Conclusão

Neste artigo, analisei o modo como a produção e a negociação da diferença em um mundo globalizado é moldado pelo Estado, que cria e impõe divisões sociais por meio de categorias jurídicas, nomeadamente as de imigrante “legal” e “ilegal”. Ao examinar a divisão entre imigrantes “legais” e “ilegais” empiricamente, alguns pontos analíticos importantes emergem. Em primeiro lugar, há um espaço de possibilidades entre “legal” e “ilegal”, o qual é obscurecido quando a fronteira entre essas categorias é conceituada como fixa. Os migrantes estão constantemente navegando neste espaço (poroso) de possibilidades, muitas vezes usando meios “ilegais” para manter sua situação “legal”. Além disso, a forma como eles navegam neste espaço é tudo menos uma questão individual. A “(i)legalidade” é fortemente dependente de constrangimentos estruturais que abrem oportunidades para alguns que são excluídas de outros. Aqueles com menor capital econômico e cultural, por exemplo, têm um espaço mais restrito de possibilidades para entrar e viver no país “legalmente”. Isso resulta em uma inclusão diferencial de classe, em que os indivíduos são integrados com vários níveis de direitos, enquanto outros são apenas marginalmente incluídos como “ilegais”, sem direitos. Dentro dessa inclusão marginal, muitos migrantes estão expostos a altos níveis de exploração no mercado de trabalho e em suas relações pessoais. Eles narram experiências de medo e isolamento, nas quais a população brasileira em Londres é vista não apenas como “carente de solidariedade”, mas, em alguns casos, como predatória e traiçoeira.

No entanto, apesar da inclusão diferenciada e da violência simbólica decorrente da lei de imigração, o pensamento estatal, que naturaliza e individualiza a “ilegalidade”, é frequentemente legitimado pelos brasileiros. Isso é especialmente evidente quando tentam se distanciar da representação do

⁹ Para uma discussão maior sobre as diferenças regionais entre brasileiros em Londres, ver Martins Jr, 2020a.

¹⁰ É importante lembrar que, em alguns casos, os grupos de imigrantes organizam uma resistência, tal como as mobilizações de massa de imigrantes nos Estados Unidos, afirmando: “Aqui estamos, y no nos vamos!” [Here we are, and we´re not leaving!] (DE GENOVA, 2010).

“ilegal”. Como consequência, “ser migrante legal”, bem como ser um “bom cidadão”, torna-se uma aspiração de si mesmo. No entanto, as maneiras pelas quais os migrantes são capazes de negociar essa representação também são circunscritas a restrições estruturais, como classe e região. Engajar-se com representações estigmatizadas de imigrantes “ilegais” é uma maneira pela qual os brasileiros em Londres reforçam as diferenciações sociais entre a população migrante.

Tradução: Lúcio Agra

Referências

AHMAD, A. Dead Men Working: Time and space in London’s (illegal) migrant economy. *Work, Employment and Society*, v. 22, n. 2, 2008. p. 301-318.

Allen, W. and Sumption, M. UK migration policy since the 2010 general election. Disponível em: <https://fullfact.org/immigration/migration_policy_since_election-41297>. Acesso em 19 de agosto de 2016.

ANDERSON, B. *Us and them? The dangerous politics of immigration control*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

_____. Migration, immigration controls and the fashioning of precarious workers. *Work, Employment and Society*, v. 24, n. 2, 2010, p. 300-317.

BALIBAR, E. What is a border? In: Balibar, E. (Ed.). *Politics and the other scene*. New York: Verso, 2002. p. 75-86.

BOURDIEU, P. *On the state: lectures at the College de France 1989-1992*. Cambridge: Polity Press, 2014.

_____. The force of law: towards a sociology of the juridical field. *Hastings Law Journal*, v. 38, n. 5, 1978b, 814-853.

_____. The field of cultural production, or: the economic world reversed, *Poetics*, v. 12, 1983, p. 311-56.

CAMERON, D. We're building an immigration system that puts Britain first, *The Telegraph*, 2014. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/uknews/immigration/10995875/David-Cameron-Were-building-an-immigration-system-that-puts-Britain-first.html>>. Acesso em 06 de maio de 2016.

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. Bolsistas pelo mundo, Brasil, Ministro da Educação, 2015. Disponível em: < <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf> >. Acesso em 05 de junho de 2016.

COUTIN, S. B. *Legalizing moves: Salvadoran immigrants' struggle for US residency*. Ann Arbor: University Michigan Press, 2000.

DAVIES, J. *Migration polices and migration streams: a case study of Brazilian immigration to the UK*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Brazil Institute, King's College, London, 2015.

DE CERTEAU, M. *The practice of everyday life*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1997.

DE GENOVA, N. Spectacles of migrant "illegality": the scene of exclusion, the obscene of inclusion. *Ethnic and Racial Studies*, v. 36, n. 7, 2013, p. 1180-1198.

_____. The queer politics of migration: reflections on "illegality" and "incorrigibility". *Studies in Social Justice*, v. 4, n. 2, 2010, p. 101-126.

_____. The legal production of Mexican/migrant "illegality". *Latino Studies*, v. 2, n. 2, 2004, p. 160-185.

_____. Migrant "illegality" and deportability in everyday life. *Annual Review of Anthropology*, v. 31, 2002, p. 419-447.

DEN BUTTER, F.; MASUREL, E.; MOSCH, R. The economics of co-ethnic employment: incentives, welfare effects and policy options. In: DANA, L. P. (Ed.). *Handbook of Research on Ethnic Minority Entrepreneurship*. Northampton, MA: Edward Elgar, 2007. p. 42-60.

FOUCAULT, M. *Discipline and punish: the birth of the prison*. New York: Random House, 1975.

GOLDBERG, D.T.; GIROUX, S.S. *Sites of race: conversations with Susan Searls Giroux*. Cambridge: Polity Press, 2014.

GUTIERREZ-GARZA, A. *The everyday moralities of migrant women: life and labour of Latin American domestic and sex workers in London*. Tese (Doutorado em Antropologia). The London School of Economics and Political Science (LSE), London, 2013.

HOME OFFICE. *Tier 4 of the points based system - Policy Guidance*, 2016. Disponível em: https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/540421/T4_Migrant_Guidance_July_2016.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2016.

_____. *Enforcing the rules: A strategy to ensure and enforce compliance with our immigration laws*. London: Home Office, 2007.

KNOWLES, C. *Flip-flop: A Journey through Globalization's Backroads*. London: Pluto Press, 2014.

LOYAL, S. From the sanctity of the family to state sovereignty: the Irish supreme courts changing role in maintaining national sovereignty. *Critical Sociology*, v. 43, n.1, 2014, p. 1-18.

MARTINS JR, A. Moving difference: Brazilians in London. London: Routledge, 2020a.

_____. “Differentiated journeys”: Brazilians in London beyond homogenising categories of “the migrant”. *PLURAL - Revista de Ciências Sociais*, v. 27, n. 1, 2020b, p. 114-144.

_____. (Re)fazendo diferenças de classe em movimento: a classe média brasileira em Londres. *RevIISE - Revista De Ciências Sociais Y Humanas*, v. 16, n. 16, 2020c, p. 165-180.

_____. *Lives in Motion: notebooks of an immigrant in London*. Copenhagen: Whyte tracks, 2014.

MEZZADRA, S. Citizen and subject: a postcolonial constitution for the European Union? *Situations*, v. 1, n. 2, 2005, p. 31-42.

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. (2012) Between Inclusion and Exclusion: On the Topology of Global Space and Borders, *Theory, Culture and Society*, v. 29, n. 4/5, 2012, p. 58-75.

_____. Borderscapes of differential inclusion: subjectivity and struggles on the threshold of justice’s excess. In: BALIBAR; MEZZADRA, S; SAMADDAR, R. (Eds.). *Borders of justice*. Philadelphia: Temple University Press, 2011. p. 181-203.

OLIVEIRA, A. C. O Caminho sem volta – classe social e etnicidade entre os brasileiros na Flórida. In: MARTES, A, C, B; FLEISCHER, S. (Eds.). *Fronteiras Cruzadas: Etnicidade, Gênero e Redes*. Petrópolis: Editora Paz e Terra, 2003. p. 115-138.

PORTES, A. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: PORTES, A. (Ed.). *The Economic Sociology of Immigration*. Princeton: Russel Sage Foundation, 1995. p. 1-41.

PUTNAM, R D. *Bowling alone*. New York: Simon & Schuster, 2001.

PUTNAM, R. D. Bowling alone: America’s declining social capital. *Journal of Democracy*, v. 6, n.1, 1995, p. 64-78.

ROGGEVEEN, S.; VAN MEETEREN, M. Beyond community: an analysis of social capital and the social networks of Brazilian migrants in Amsterdam. *Current Sociology*, v. 61, n. 7, 2013, p. 1078- 1096.

SAYAD, A. *The Suffering of the Immigrant*. Cambridge: Polity, 2004.

SCHAIN, M. *The politics of immigration in France, Britain and the United States*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

TILLY, C. Transplanted Networks. In: YANS-McLAUGHLIN, V. (Ed.). *Immigration reconsidered. History, sociology, and politics*, New York: Oxford University Press, 1990. p. 79- 95.

TYLER, I. *Revolting Subjects: Social Abjection and Resistance in Neoliberal Britain*. London: Zed Books, 2013.

VILLEGAS, M. (2004) On Pierre Bourdieu's legal thought. *Droit et Société*, v. 56, n. 57, 2004, p. 57-71.

WEININGER, E. B. Pierre Bourdieu on social class and symbolic violence. In: WRIGHT, E. O. (Ed.). *Approaches to Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 116-65.

WILLEN, S. S. Toward a critical phenomenology of “illegality”: state power, criminalization, and abjectivity among undocumented migrant workers in Tel Aviv, Israel. *International Migration*, n. 45, v. 3, 2007, p. 8-38.

Nota Biográfica

Angelo Martins Junior é doutor em Sociologia pela Goldsmiths College, Universidade de Londres. Pesquisador Associado na Escola de Sociologia, Política e Estudos Internacionais, Universidade de Bristol. Professor Permanente do PPGS-UFSCar.

E-mail: angelo.martinsjunior@bristol.ac.uk.

ORCID: <http://www.orcid.org/0000-0002-0878-8096>

Recebido em: 28 de abril de 2021

Aceito em: 06 de junho de 2021

A dinâmica de gênero na dissuasão da migração e intervenções anti-tráfico: o caso das profissionais do sexo nigerianas em Kumasi, Gana.

Samuel Okyere

Resumo: Este trabalho examina como as medidas anti-tráfico, anti-contrabando e outras, que fazem parte das operações de dissuasão da migração da União Europeia (EU) na Nigéria, estão afetando práticas migratórias e vidas sociais na Nigéria e em outros Estados da África Ocidental. Baseia-se em dados de pesquisa com um grupo de facilitadores de viagens nigerianos (frequentemente chamados de “contrabandistas”) gerenciadores e seus clientes para discutir uma rota emergente de “contrabando de pessoas” (Nigéria-Benin-Togo-Gana-Europa) que surgiu em resposta às medidas de dissuasão da migração da UE em aeroportos internacionais nigerianos. A discussão destaca o recorte de gênero deste novo fenômeno migratório e as complexas relações recíprocas entre facilitadores de viagens e seus clientes, desafiando assim as frequentes narrativas sobre “traficantes ou contrabandistas do mal” que exploram “desafortunadas vítimas de tráfico”. O artigo conclui que as pessoas consideradas vítimas de tráfico enfrentam desafios que tendem a ter origem na criminalização da mobilidade pela União Europeia e outros agentes. Defensores de direitos devem, portanto, desafiar tais sistemas de controle e criminalização da mobilidade.

Palavras-chave: tráfico; migração; trabalhadores do sexo; tráfico sexual; fronteiras.

The gendered dynamics of migration deterrence and anti-trafficking interventions: the case of Nigerian sex workers in Kumasi, Ghana

Abstract: This examines how anti-trafficking, anti-smuggling and other measures that form part of European Union migration deterrence operations in Nigeria are affecting migratory practices and social lives in Nigeria and other West African

States. It draws on data from research with a group of Nigerian smugglers, handlers and their clients to discuss a nascent people smuggling route (Nigeria-Benin-Togo-Ghana-Europe) which has arisen in response to EU migration deterrence measures at Nigerian international airports. The discussion highlights the gendered nature of this new migratory phenomenon and the complex reciprocal relationships between travel facilitators and their clients, thereby challenging the popular narratives of unequivocally 'evil traffickers or smugglers' exploiting 'hapless trafficking victims' which pervade such debates. The article concludes that the challenges confronting those deemed to be victims of trafficking tend to originate from the criminalisation of mobility by the EU and other actors. Rights advocacy should therefore challenge such systems.

Keywords: trafficking; migration; sex workers; sex trafficking; borders.

Dinámica de género en la disuasión de la migración y en las intervenciones contra la trata: el caso de las trabajadoras sexuales nigerianas en Kumasi, Ghana

Resumen: Este artículo examina cómo las medidas contra la trata, el contrabando y otras, que forman parte de las operaciones de disuasión migratoria de la Unión Europea (UE) en Nigeria, están afectando a las prácticas migratorias y a la vida social en Nigeria y en otros estados de África Occidental. Se basa en los datos de una encuesta realizada a un grupo de gestores de viajes nigerianos (a menudo denominados "contrabandistas") y a sus clientes para analizar una nueva ruta de "contrabando de personas" (Nigeria-Benín-Togo-Ghana-Europa) que ha surgido en respuesta a las medidas de disuasión de la UE en materia de migración en los aeropuertos internacionales nigerianos. El debate pone de relieve el corte de género de este nuevo fenómeno migratorio y las complejas relaciones recíprocas entre los facilitadores de viajes y sus clientes, desafiando así las frecuentes narrativas sobre los "malvados traficantes o contrabandistas" que explotan a las "desventuradas víctimas de la trata". El artículo concluye que las personas consideradas víctimas de la trata se enfrentan a retos que suelen derivarse de la criminalización de la movilidad por parte de la Unión Europea y otros actores. Por tanto, los defensores de los derechos deben desafiar estos sistemas de control y criminalización de la movilidad.

Palabras clave: tráfico; migración; trabajadores del sexo; tráfico sexual; fronteras.

Introdução e contexto

Cada vez mais, a União Europeia (UE) tem terceirizado seu gerenciamento de fronteiras e modalidades de dissuasão de migração de países africanos nas últimas duas décadas (BOSWELL, 2003; ADEPOJU & VAN NOORLOS & ZOOMERS, 2010; ANDRIJASEVIC, 2009; d'HUMIÈRES, 2018). Como exemplificado pelos acordos Itália-Líbia de 2005 e 2008 e Espanha-Marrocos de 2012, a UE exige que os países africanos cooperantes: detenham ou frustrem as tentativas de migrantes irregulares, requerentes de asilo e refugiados de chegar à Europa através do Mar Mediterrâneo; readmitam os deportados da UE; ou participem em programas anti-contrabando e anti-tráfico dirigidos pela UE. Em troca, o país africano cooperante recebe apoio político, ajuda ao desenvolvimento, assistência técnica e outras recompensas da UE ou de países europeus.

Em 2015, a UE decidiu intensificar o uso de medidas de externalização de fronteiras para frear a migração irregular da Nigéria (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p. 2-9). Esse objetivo está sendo perseguido por meio de duas grandes estratégias. Em primeiro lugar, a UE aumentou o montante de financiamento e suporte técnico que fornece ao governo nigeriano, ONGs e agências da ONU, como a ION, UNODC, UNICEF, para campanhas anti-tráfico, anti-contrabando e de dissuasão da migração na Nigéria (EU, 2016, p. 2). Notavelmente, em 2016, a UE concedeu à Agência Nacional da Nigéria para a Proibição do Tráfico de Pessoas (NAPTIP) aproximadamente US\$11.217.550 para tais atividades. Além deste valor, a UE adicionou mais US\$144.338.466,04 para fortalecer a capacidade das autoridades nigerianas em aumentar a conscientização sobre e prevenir o tráfico, o contrabando e a migração irregular de cidadãos nigerianos para a UE¹. Em 2018, o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido também comprometeu mais de US\$50 milhões para iniciativas contra “migração e escravidão moderna” na Nigéria. Vários países da UE também forneceram financiamento e suporte técnico para a mesma missão.

Um segundo aspecto da implementação das medidas de externalização das fronteiras da UE na Nigéria é a mobilização de Oficiais de Ligação da Imigração da UE (OLI da UE) para esse país. No momento em que este trabalho foi escrito, a Nigéria é um dos 15 países em todo o mundo com mais de 10 OLIs da UE (UE, 2018, p. 4) OLIs de pelo menos 15 diferentes estados-membros da UE (EU, 2018, p. 16)² estão atualmente localizados neste país. Uma das principais funções dessas OLIs da UE é examinar os passageiros destinados a voar da Nigéria para a UE e, assim, evitar que pessoas com irregularidades o façam. Os OLIs da UE também são encarregados de treinar agentes de imigração, anti-tráfico e anti-contrabando na Nigéria e de facilitar o retorno e a readmissão de cidadãos nigerianos que foram deportados da Europa (EU, 2015b, p. 7; EU, 2018, p. 3-4)³.

A implementação de medidas de externalização das fronteiras da UE na Nigéria, juntamente com o próprio desejo do governo nigeriano de abordar seu “problema de imagem” nos discursos sobre migração irregular, resultou em um

¹ https://ec.europa.eu/trustfundforafrica/region/sahel-lake-chad/nigeria_en

² https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/20180516_cswd-regulation-proposal-european-parliament-council-creation-network-immigration-liaison-officers_en.pdf

³ [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/621810/EPRS_BRI\(2018\)621810_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/621810/EPRS_BRI(2018)621810_EN.pdf)

aumento acentuado no combate ao tráfico e ao contrabando e à implementação de outras análises de segurança nos dois aeroportos internacionais na Nigéria: *Nnamdi Azikiwe* em Abuja e *Murtala Muhammed* em Lagos. As pessoas que viajam por esses aeroportos para a UE (e outros lugares) enfrentam ampla triagem e detenção se forem suspeitas de estarem envolvidas no tráfico, contrabando e migração irregular.

Muito tem sido escrito sobre o impacto de tais práticas de externalização de fronteiras sobre os migrantes nas regiões do Norte da África e Magrebe. Por exemplo, as intervenções da UE implementadas pelas autoridades líbias para evitar que migrantes cruzem o Mar Mediterrâneo para a Europa resultaram em milhares de migrantes sendo retidos no país. Aqueles apreendidos pelas autoridades líbias enfrentam detenção prolongada sob condições desumanizantes, como também extorsão. Muitos são sequestrados para resgate, trabalho forçado e remoção de órgãos do corpo, entre outros abusos cometidos por gangues de criminosos (AYOUB, 2017; LEMBERG-PEDERSEN, 2018).

Em contraste com lugares como a Líbia, Marrocos e outros, tem havido uma exploração limitada do impacto das medidas de externalização das fronteiras da UE na Nigéria e na região da África Ocidental de modo geral. A NAPTIP divulga frequentemente as apreensões feitas pelas ações anti-tráfico e anti-contrabando e outras descobertas decorrentes do reforço e securitização dos aeroportos nigerianos (ver exemplos deles no Daily Post,⁴ 2016; NAPTIP 2017⁵; The Vanguard 2018⁶, The Punch, 2018⁷) mas, de modo geral, sabe-se relativamente pouco sobre as intervenções de dissuasão da migração em andamento conduzidas pela UE que afetam os direitos e a vida social dos migrantes nesta parte do mundo.

Este artigo é uma contribuição que busca preencher tal lacuna no conhecimento sobre o assunto. Baseia-se nas descobertas de pesquisas com um grupo de mulheres nigerianas cujos planos de viagem para a Europa foram impactados pelas atuais modalidades de externalização das fronteiras da UE em seu país e que estão, portanto, explorando meios alternativos de viagem. O artigo começa delineando o estudo da pesquisa, seguido pela análise dos relatos das mulheres. Nas seções de discussão e conclusão, o artigo argumenta que as medidas de externalização das fronteiras da UE representam uma ameaça contínua aos direitos dos migrantes nesta região, uma vez que estão produzindo formas de migração mais precárias que desfavorecem principalmente as mulheres. Tais medidas deveriam, portanto, ser desmontadas com urgência.

Delineamento de pesquisa e coleta de dados

O principal objetivo deste projeto exploratório, que ocorreu entre maio e junho de 2018, foi compreender os impulsionadores do recente aumento no envolvimento de mulheres nigerianas na prostituição em Gana, conforme amplamente divulgado pela mídia e pelas autoridades de ambos os países nos

⁴ <http://dailypost.ng/2016/03/05/naptip-arrests-woman-for-trafficking-over-100-girls-to-libya-for-prostitution/>

⁵ <https://www.naptip.gov.ng/?p=1254>

⁶ <https://www.vanguardngr.com/2018/02/human-trafficking-naptip-rescues-14-victims-nnamdi-azikiwe-airport-2/>

⁷ <https://punchng.com/trafficking-dss-naptip-rescue-16-women-at-abuja-airport/>

últimos 3 anos (Modern Ghana, 2017⁸; Daily Guide 2017⁹; Pulse, 2017¹⁰; Punch, 2018¹¹, WazupNaija, 2018¹²). Há uma tendência histórica e estabelecida de migração da Nigéria para Gana, principalmente para fins de educação e comércio (ANTWI-BOASIAKO, 2009). No entanto, como foi observado na mídia e nas discussões públicas, a dimensão da prostituição é relativamente nova (Daily Guide 2017; Punch, 2018; Busari 2019; NewsGhana, 2019; Nigerian Voice, 2019) e, portanto, requer uma análise cuidadosa. Este é o primeiro estudo acadêmico que se conhece sobre os impulsionadores e as dinâmicas desse fenômeno.

Um total de dezesseis participantes estiveram envolvidas neste estudo, todas mulheres. Conforme será discutido, o gênero homogêneo das participantes reflete a forma como as medidas de externalização das fronteiras da UE afetam desproporcionalmente mulheres e meninas na Nigéria. O grupo era composto por duas facilitadoras de viagens (“contrabandistas”); duas “reparadoras”, responsáveis pelos alojamentos e outras logísticas para as viajantes; e outras doze que contavam com as facilitadoras e reparadoras para realizarem suas viagens.

Os dados foram coletados a partir das histórias de vida, jornadas e experiências vividas das mulheres, usando uma combinação de entrevistas não estruturadas e análise fenomenológica interpretativa (AFI). Esta escolha metodológica deu-se pelo fato de que o estudo buscava obter histórias vividas e profundas sobre as experiências das mulheres participantes em seus próprios termos, em vez daqueles estabelecidos pelo pesquisador. Estes são alguns dos pontos fortes das entrevistas não estruturadas e da AFI, que situam a construção de significado no nível da pessoa em contexto e produzem narrativas pessoais detalhadas quando usadas de forma eficaz (SMITH, 2004; PALMER et al. 2010; LARKIN & THOMPSON, 2011). AFI e entrevistas não estruturadas são, também, muito adequadas para o estudo de tópicos complexos, evolutivos, ambíguos e carregados de emoção, tal qual o que formou o foco deste estudo (SMITH; OSBORN, 2015, p. 41).

Para ter acesso às participantes, primeiro foram enviados convites por meio de um escritório de advocacia que presta serviços a migrantes nigerianos em Kumasi, onde o estudo foi realizado. Também foram afixados avisos em bares, mercearias e outros estabelecimentos, convidando pessoas interessadas a telefonar para o pesquisador. Aquelas que responderam a esses convites tiveram encontros individuais durante os quais receberam informações detalhadas sobre a pesquisa e a oportunidade de discutir quaisquer questões ou preocupações relacionadas ao projeto. Posteriormente a esses encontros, foi solicitado que refletissem sobre as informações e que ligassem novamente para o pesquisador, caso desejassem participar do estudo.

De acordo com os padrões éticos, todas as participantes foram informadas do caráter voluntário de sua participação e de seu direito de se retirarem do estudo a qualquer momento, sem necessidade de justificativa. Ao final das

⁸ <https://www.modernghana.com/news/809564/young-nigerian-prostitutes-in-ghanahigh-commissioner-wee.html>

⁹ <https://dailyguidenetwork.com/32-nigerian-prostitutes-arrested-abeka-lapaz/>

¹⁰ <https://www.pulse.com.gh/ece-frontpage/sex-workers-32-nigerian-prostitutes-arrested-at-abeka-lapaz/6tcbz72>

¹¹ <https://punchng.com/ghanaian-police-arrest-41-nigerian-prostitutes/>

¹² <https://wuzupnigeria.com/illegal-stay-ghana-to-deport-72-nigerian-prostitutes/>

entrevistas, as gravações de áudio foram transcritas e analisadas de acordo com as orientações de Smith et al. (2009) e Larkin e Thompson (2011, p. 106). Primeiro, li todas as transcrições em detalhes, voltando às gravações em que senti que o tom não havia sido captado adequadamente pelo texto. Isso foi seguido por uma anotação de primeira linha (codificação rápida) e uma codificação linha por linha para identificar padrões cumulativos e familiaridades ou categorias de ideias emergentes. Por fim, conciliei ideias e padrões cumulativos em temas principais. Ambos os processos de coleta e análise de dados foram executados respeitando a hermenêutica da empatia com a da crítica e do questionamento, proposta por Smith, Flowers e Larkin (2009).

Resultados e Discussão

“Um estado de crises na Nigéria”

O objetivo principal deste estudo foi explorar os fatores que impulsionaram o recente aumento no envolvimento de mulheres nigerianas na prostituição em algumas cidades ganenses. Um tema dominante que surgiu das análises de dados foi que este fenômeno é, em parte, impulsionado pelas operações anti-tráfico e anti-contrabando que fazem parte da implementação de medidas de externalização das fronteiras da UE na Nigéria. De acordo com os relatos das participantes da pesquisa, mulheres e meninas (especialmente) enfrentaram fiscalização reforçada e potencial detenção em aeroportos internacionais em seu país. Aquelas cujos motivos para viajar foram julgados suspeitos ou cuja documentação foi julgada inautêntica enfrentaram detenção e seus planos de viagem foram comprometidos. Esta “crise”, conforme as mulheres descreveram a situação, as levou a perseguir suas ambições de viagem através de Gana e outras rotas alternativas.

As “contrabandistas” explicaram que geralmente fornecem às suas clientes passaportes, vistos e outros documentos - autênticos ou adquiridos ilicitamente - que lhes possibilitam voar diretamente da Nigéria para a Europa e outros destinos, evitando assim as passagens precárias do Saara e do Mediterrâneo. Elas trabalham com informantes da imigração nigeriana, polícia e outros serviços para ajudá-las a evitar a identificação, quando possível. Como Bella - uma de duas “contrabandistas” - explicou no trecho da entrevista a seguir, seus custos (e os de suas clientes, por sua vez) aumentaram significativamente porque seus contatos nos aeroportos e em outros lugares agora estavam exigindo exponencialmente mais dinheiro, citando o aumento da segurança:

Os aeroportos de Naija não chamam muita atenção [os aeroportos nigerianos passaram a chamar muita atenção]. Nossos caras lá dentro ainda nos ajudam, mas estão sempre pedindo mais dinheiro, mais dinheiro a cada dia por causa da situação. É muito!¹³

Mesmo quando as contrabandistas e suas clientes pagaram as quantias mais altas e receberam garantias de que poderiam passar pelos aeroportos sem serem detectadas, isso não era garantido como Pearl, a outra “contrabandista”, observou.

¹³ A tradução foi feita na norma padrão do português, mas vale ressaltar que o trecho da entrevista original está escrito em linguagem coloquial (inglesa), respeitando as palavras da entrevistada.

Sete das nossas meninas foram detidas em Abuja, apenas em janeiro deste ano. Já havíamos pago nosso pessoal em Abuja e eles disseram que devíamos trazer as meninas para voar sem qualquer problema, mas ainda assim elas foram presas. Suas famílias e nós tivemos que pagar muito dinheiro para tirá-las de lá. A Nigéria é muito arriscada agora.

O tema da crise também estava explícito nas narrativas das mulheres que estavam usando os serviços das “contrabandistas”, conforme exemplificado pelo relato de Mary, por ter sido impedida de viajar para a Bélgica em 2017:

Eu estava na fila quando os dois policiais vieram me remover. Eles me levaram para um quarto e perguntaram para onde eu estava viajando. Eu lhes disse. Eles então me perguntaram onde consegui meu passaporte e visto e eu disse a eles. Disseram “você é uma mentirosa, isso é falso e você vai fazer ‘ashawo’ [prostituição]”.

Mary foi detida por 2 semanas até que sua família pagou um suborno para garantir sua liberação. Ela estava muito amargurada com a situação, não apenas por causa de sua detenção e pela quantidade de dinheiro que ela e sua família haviam perdido como pagamento por seus documentos de viagem, além da quantia adicional do suborno para sua libertação, mas também porque ela sentiu que foi detida pela segurança porque ela era uma mulher jovem. Como ela explicou: “Dois meninos que estavam conosco foram autorizados a passar. Ninguém disse nada a eles”. Aqui, podemos ver que a ênfase nas mulheres e nas meninas (crianças) em risco particular de tráfico produz um cenário perverso, em que suas oportunidades migratórias são reduzidas sob o pretexto de “resgatá-las” ou “salvá-las” do tráfico.

Uma terceira dimensão do tema da crise que estava associada às medidas de externalização das fronteiras da UE dizia respeito à hostilidade para com os migrantes na UE e nas políticas europeias de visto e imigração. A retórica comum da imigração sugere que as pessoas devem procurar viajar pelos canais regulares ou legais. No entanto, como explicou Cindy, uma das mulheres que usam os serviços dos contrabandistas foi levada a essa opção depois de várias tentativas malsucedidas de obter um visto para o Reino Unido para se juntar a seu parceiro em Birmingham:

O primeiro [pedido de visto] foi para visita, mas eles recusaram. Ele [namorado] mandou novos documentos e tentamos de novo, e recusaram novamente. Um de nossos amigos nos aconselhou a tentar um visto de parceiro, mas eles recusaram de novo. Eles disseram que seu dinheiro [o limite mínimo de renda imposto aos residentes do Reino Unido que se candidatam a vistos de parceiro ou de cônjuge] “não era suficiente”.

Mobilidade restrita: riscos e custos aumentados para os viajantes

As questões discutidas sob o tema das crises em torno dos esforços das mulheres para migrar reforçam que as operações em andamento da NAPTIP-UE, na Nigéria, não estão apenas levando as viajantes aos serviços de “contrabandistas”, mas também criando novas rotas migratórias pela África Ocidental. Segundo as mulheres, elas sabiam de outras pessoas que estavam tentando migrar para a Europa através de outros países da região. A preferência delas por Gana se deve

ao idioma e aos laços históricos entre os dois países, como explicou Chidinma, uma das viajantes:

Gana e Naija [Nigéria] são primos, como todo mundo diz. Ambos falamos inglês e muitos dos nossos nigerianos já estão aqui. Eles conhecem os “grandes homens” aqui com quem podemos conversar. Não é o mesmo em Togo ou Benin. Nos Camarões, eles sempre suspeitaram dos nigerianos! Gana é ok. Você pode até voltar para a Nigéria hoje, agora, se algo acontecer.

Apesar desse relato, o estudo descobriu que as tentativas das mulheres de voar para a Europa via Gana e outros países da África Ocidental e, assim, superar as limitações impostas à sua mobilidade pelas medidas de externalização das fronteiras da UE em andamento em seu próprio país, apresentaram riscos e custos elevados. Seus relatos e a análise de dados mostraram que esses riscos e custos extras foram o outro fator crítico por trás do número crescente de mulheres nigerianas envolvidas na prostituição em Gana.

De acordo com os relatos das “contrabandistas”, custa aproximadamente US\$5.000 para garantir passaportes, vistos legítimos ou adquiridos ilegalmente, passagens aéreas e subornos para a polícia, equipe de imigração e aeroporto para facilitar a entrada de cada cliente na Europa através da Nigéria. No entanto, este custo aumentou para aproximadamente US\$10.000 em vista dos novos contatos que foram forçados a estabelecer no Togo, Benin e Gana para facilitar as viagens de suas clientes por esses países da África Ocidental. Elas, normalmente, cobram de US\$11.500 a US\$19.000 por seus serviços, dependendo das circunstâncias da cliente, da qualidade dos documentos que estão sendo oferecidos, do relacionamento entre as duas partes e assim por diante.

Nem todas as viajantes podem arcar com todo esse valor antecipado. Na verdade, algumas das mulheres envolvidas neste estudo ainda não haviam pago um centavo às “contrabandistas” na época das entrevistas. É frequente, portanto, que as duas partes entrem em um acordo segundo o qual a viajante pagará a “contrabandista” pelos seus serviços ao chegar com sucesso à Europa. A viajante, geralmente, concorda em pagar juros sobre as despesas de viagem assim que chegar à Europa, uma vez que a “contrabandista” arcará com todas as despesas financeiras da viagem e corre o risco de perder seu dinheiro se a viagem for interrompida ou falhar.

Sendo assim, em vez da quantia do “empréstimo” original de US \$11.500 a US \$19.000, a viajante pode ser obrigada a pagar cerca de \$50.000 assim que chegar à Europa. Além disso, como a viajante enfrentará o *status* de migrante sem documentos ao chegar à Europa, muitas vezes há o reconhecimento tácito ou implícito entre as duas partes de que pagar a quantia colossal exigiria a participação na prostituição e em outras formas precárias de trabalho. Esses acordos foram documentados de forma semelhante por Mai (2016, p. 01), que aponta que: “ao contrário do apagamento essencialista do consentimento pelos estudos abolicionistas e pela formulação de políticas, as migrantes podem decidir enfrentar acordos de exploração limitados com pessoas que permitem suas viagens e trabalho no exterior a fim de cumprir os objetivos econômicos e administrativos (tornando-se documentados) que elas se propuseram”.

O estudo descobriu que esse arranjo migratório estava sendo replicado na rota da Nigéria para Gana, sendo utilizado pelas “contrabandistas” e viajantes

para facilitar seus planos de viagem na Europa. De acordo com seus relatos, as “contrabandistas” gastam em média US\$130 em transporte, hospedagem, refeições e subornos para trazer uma cliente de Lagos, na Nigéria, para Kumasi ou Accra, em Gana, mas pedem reembolsos de US\$1.300 ou quase dez vezes o custo original. A maioria exige a liquidação desse valor antes de fornecer os documentos ou arranjos necessários para o trecho europeu. Sendo assim, embora mulheres como as envolvidas neste estudo tivessem considerado participar de trabalho sexual e outros trabalhos precários na Europa para liquidar suas dívidas, elas agora teriam que fazê-lo em Gana ou muito mais cedo do que o previsto, com os consequentes riscos.

Um caso de “vítimas” (traficadas) e “agressoras” (traficantes)?

Os relatos convencionais de tráfico, contrabando e “escravidão moderna” podem interpretar a situação apresentada na seção anterior como evidência de “tráfico”. Essa análise tende a nivelar esses casos em um relato simplista de atores malignos, criminosos consumados ou sindicatos do crime organizado que traficam mulheres indefesas e vulneráveis para a prostituição e outros trabalhos precários na Europa (BABATUNDE, 2014; KARA, 2017; IOM, 2017; OBAJA, 2018; NWAUBANI, 2018; EUROPOL, 2018). No entanto, as participantes pintaram um quadro mais complexo de exploração, benevolência e interdependência que problematiza o retrato de seu relacionamento como uma simples questão de “criminosas explorando vítimas ingênuas ou infelizes”.

Em entrevistas com as viajantes, elas frequentemente indicaram que eram gratas pelas “contrabandistas” e seus serviços. Um exemplo disso é registrado no trecho da entrevista abaixo, apresentando a resposta de Vanessa sobre como ela se vê face a face com as “contrabandistas” e reparadoras:

Nós não apenas nos levantamos um dia e dissemos que íamos para Gana. Você conhece alguém em Gana ou na Alemanha? Você não conhece ninguém lá. Então, alguém deve ajudá-la. Por exemplo, como eu poderia ter conseguido chegar aqui se ela [a “contrabandista”] não me ajudasse [...] eu estaria lá [Nigéria] ainda, sofrendo. Ainda estou sofrendo agora, mas ao menos estou vendo dinheiro também.

Todas as viajantes conheciam as “contrabandistas” antes de embarcar na viagem. Duas mulheres frequentavam a mesma igreja que Bella, que era bem conhecida em sua comunidade como uma facilitadora de viagens de renome. As negociações de preços e de outros termos em torno da viagem envolveram a família de cada mulher e a de Bella, em vez de acordos individuais. Devido a esses vínculos sociais e a um desejo de manter sua reputação como uma “contrabandista” de confiança, Bella também explicou que ela se sentia totalmente responsável pela segurança das duas mulheres. O relacionamento delas era colaborativo ou recíproco, em vez de antagônico ou puramente explorador, como também pode ser visto no relato de Mary, sobre como ela acabou usando os serviços de Pearl que, por acaso, era sua veterana no ensino médio.

Mary: Eu nem sabia que ela estava levando pessoas para o exterior. Uma das meninas do nosso complexo [residencial] me disse que deveríamos ir

encontrá-la. Quando chegamos à casa dela e eu vi que era Pearl, pensei, agora sei que está tudo bem porque ela era uma boa pessoa na escola.

S: E se ela tivesse mudado desde então?

Mary: Eu a conheço agora e também conheço sua família. Meu tio e mãe foram comigo vê-la antes de partirmos. No começo, ela disse que iria cobrar US\$2.000 como depósito antes de partirmos, mas porque ela me conhecia, ela concordou que não ia pagar até começar a trabalhar. E agora eu estou trabalhando e pagando. Eu confio nela e ela também confia em mim.

Conexões sociais ou pessoais são, portanto, importantes para esses arranjos. O envolvimento de membros da família nas negociações, por exemplo, agrega outra camada de obrigação para ambas as partes cumprirem sua parte do acordo: a “contrabandista” deve fazer o seu melhor para levar, com sucesso, a viajante ao destino combinado; e a viajante, por sua vez, deve honrar seu compromisso de pagamento do valor acordado. Assim, quando questionadas sobre seu conhecimento sobre o tráfico de pessoas e se elas se viam como vítimas de tráfico, as viajantes rejeitaram esse rótulo, como pode ser visto no seguinte trecho da entrevista:

S: Outra pergunta que quero fazer - você já ouviu o termo “tráfico”?

P2: Sim.

S: Eu tenho lido em muitos lugares [...] A informação que tenho é que mulheres jovens como você, que são levadas da Nigéria para fazer este trabalho em Gana ou Itália e outros lugares, foram traficadas. Posso dizer que isso representa sua situação?

P2: Eu não concordo com isso.

S: Por que você não concorda com isso?

P2: Porque ninguém pode te forçar.

S: Sim?

P2: Ninguém pode te forçar a fazer o que você não quer fazer; eles não podem apenas forçá-lo e trazê-lo aqui para fazer isso. É você - se você deseja fazer, você faz, se não, você não vem com eles. O dinheiro que eles querem que eu pague é muito, mas esse é o acordo que eu aceitei.

P2: Eu não acho que eles estão forçando alguém, mas não conheço a cabeça de todo mundo; eu só conheço a minha.

Com certeza, P2 e as outras viajantes concordam a respeito da quantidade de dinheiro exigida por suas “contrabandistas”. Elas veem isso como especulativo e explorador, e era a questão mais provável para prejudicar o relacionamento entre as duas partes. A despeito de seu descontentamento, elas rejeitaram completamente serem apresentadas como vítimas de tráfico ou “cordeiros ingênuos para abate”, como geralmente sugerido em relatos anti-tráfico

dominantes. A maioria delas (incluindo P2), de fato, também racionalizou os pagamentos quando discutimos mais o assunto.

S: Eu estou bastante surpreso que você esteja pagando esse tanto para XXX. Você já discutiu uma redução desse valor com ela?

P2: ... Sim. Mas, depois que conversamos, agora também a entendo. Quando calculamos o dinheiro, a gente não acrescenta nada do suborno que ela também precisa dar aos policiais e outras pessoas para a nossa segurança. Agora, eu mesma, eu nem dei um centavo a ela quando saímos da Nigéria. Ela pagou tudo. Tudo o que fiz foi sentar no carro e vir para Gana, porque eu quero ir para a Alemanha. É tudo dinheiro dela e eu só tenho trabalhado para retribuí-la para que possamos continuar. Eu entendo o caso dela [...] Se fosse eu, acho que faria a mesma coisa. Então eu não estou feliz sobre o dinheiro que estou pagando, mas entendo.

Esse relato da P2 e de outras mulheres corroboraram as justificativas das “contrabandistas” para as quantias exorbitantes exigidas após uma viagem bem-sucedida. Na seção conclusiva, o artigo argumenta que, se a facilitação de viagens clandestinas é primeiramente um negócio, conforme sugerido por alguns atores (ZHANG, 2007; GAMMELTOFT-HANSEN & SORENSEN, 2013; EUROPOL, 2018), as medidas de externalização das fronteiras da UE e outros esforços de dissuasão da migração na África Ocidental involuntariamente fazem da UE um parceiro fundamental nesta empreitada, nesta parte do mundo. As medidas da UE em andamento são “fabricantes de contrabandistas” (BRACHET, 2018), enquanto os esforços para reprimir seus serviços tendem a afetar também seus clientes (SANCHEZ, 2014).

Discussão e conclusão

Por meio das narrativas de um grupo de mulheres que tentam viajar para a Europa via Gana, este artigo traçou alguns dos impactos nocivos das iniciativas anti-tráfico e anti-contrabando que estão sendo executadas na Nigéria como parte das medidas de externalização das fronteiras da UE e operações mais amplas de dissuasão da migração na África Ocidental. Notavelmente, o artigo mostra que as medidas em andamento levaram à criação de uma nova rota de contrabando da Nigéria, Benin, Togo e, eventualmente, Gana, onde as mulheres se envolvem em trabalho sexual e outros trabalhos precários em suas tentativas de retribuir os custos relacionados à sua viagem à África Ocidental para continuar sua viagem à Europa.

Embora a facilitação da migração irregular pelos aeroportos nigerianos possa parecer ter sido minimizada ou derrotada, as alegações de sucesso em relação aos objetivos mais amplos de dissuasão da migração da UE por trás desta medida são questionáveis e também mostram falta de compreensão da história de intervenções semelhantes. Entre 2007 e 2008, a aplicação de medidas semelhantes de externalização das fronteiras da UE no Senegal viu um declínio no número de migrantes irregulares que cruzaram a costa senegalesa para a Europa. No entanto, isso foi acompanhado por um aumento simultâneo no número de pessoas que viajam pelo deserto do Saara para tentar fazer a travessia da Líbia, Marrocos e outros lugares ao longo da costa do norte da África para a Europa (COLLYER, 2007). De maneira similar, contrabandistas e viajantes da Nigéria

simplesmente encontraram novas rotas em Gana e em outros lugares da África Ocidental em resposta aos esforços para suprimir sua mobilidade e serviços.

Os resultados também mostram que o contrabando de pessoas e a facilitação da migração irregular da África Ocidental para a Europa são extremamente diversificados, com graus variados de segurança: desde os mais arriscados, como as viagens pelo Saara para travessias de barco da costa norte-africana para a Europa, até a opção mais segura de usar documentos adquiridos legítima e ilegitimamente para voos para a Europa. O paradoxo é que, mesmo as “contrabandistas” sendo denunciadas por levar migrantes desesperadas por rotas de viagem perigosas (COONAN & ROBINSON, 2005; EUROPOL, 2016), a UE e os governos colaboradores da África Ocidental estão ativamente desmantelando opções de viagem menos perigosas. Neste caso, o que seria uma viagem de 7 horas em voo direto da Nigéria leva pelo menos dois meses, com maiores riscos e repercussões adversas para as mulheres envolvidas.

As decisões das mulheres de usar os serviços das “contrabandistas” também estão relacionadas às suas frustrações com os processos e decisões de solicitação de visto europeu, juntamente com práticas e retóricas anti-migrantes hostis mais amplas que agora permeiam muitos países da UE (ANDERSSON, 2014; ANDERSEN, 2015; LEMBERG-PEDERSEN, 2017). Vários participantes entraram em parcerias com as “contrabandistas” após recusas persistentes e injustas de vistos por parte de países da UE.

Em última análise, portanto, os custos, riscos e outras questões em torno da relação entre viajantes e “contrabandistas” que participaram deste estudo também devem ser entendidos no contexto mais amplo de como as medidas de externalização das fronteiras da UE estão impactando vidas sociais dentro das comunidades afetadas na África Ocidental. A preocupação com a dissuasão da migração da Nigéria para a Europa significa que a atenção muito limitada tem sido até o momento para como as práticas migratórias dentro daquele país e na região também estão sendo impactadas. Há uma necessidade urgente de explorar essas mudanças para entender melhor suas dinâmicas.

Tradução: Tamara Carla dos Santos

Referências

ADEPOJU, A.; VAN NOORLOOS, F.; AND ZOOMERS, A. Europe’s migration agreements with migrant-sending countries in the global south: a critical review. *International Migration*, v. 48, n. 3, 2010, p. 42- 75.

ANDERSSON, R. *Illegality*, Inc. Berkeley, CA: University of California Press, 2014.

ANDRADE, P.; MARTÍN, I.; MANANASHVILI, S. *EU cooperation with third countries in the field of migration. Study for the EP LIBE Committee, European Parliament*. Brussels: European Union, 2015.

ANDRIJASEVIC, R. Deported: The right to asylum at EU’s external border of Italy and Libya. *International Migration*, v. 48, n. 1, 2009, p. 148-174.

ANTWI BOSIAKOH, T. Understanding migration motivations in west Africa: the case of Nigerians in Accra, Ghana. *Legon Journal of Sociology*, v. 3, n. 2, 2009, p. 93-112

AYOUB, J. How the EU is responsible for slavery in Libya. Al Jazeera Online, 2017. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/slavery-walls-fortress-europe-171128094218944.html>>. Acesso em 25 de maio de 2019.

BABATUNDE, A. Human trafficking and transnational organized crime: implications for security in Nigeria. *Peace Research*, v. 46, n. 1, 2014, p. 61-84

BOSWELL, C. (2003) The “external dimension” of EU immigration and asylum policy. *International Affairs*, v. 79, n. 3, 2003, p. 619-638.

BUSARI, K. Special report: inside the apprehensive world of Nigerian sex workers. Ghana [online] Premium Times Nigeria, 2018. Disponível em: <<https://www.premiumtimesng.com/news/headlines/295077-special-report-inside-the-apprehensive-world-of-nigerian-sex-workers-in-ghana.html>>. Acesso em 21 de maio de 2019.

COLLYER M. In-between places: trans-saharan transit migrants in Morocco and the fragmented journey to Europe. *Antipode*, v. 39, n. 4, 2007, p. 668-90.

COONAN, T; THOMPSON, R. Ancient evil, modern face: the fight against human trafficking. *Georgetown Journal of International Affairs*, v. 6, n. 1, 2005, p. 43-51.

DAILY GUIDE. Nigerian prostitutes flee tamale. Daily Guide Network. [online], 2017. Disponível em: <<https://dailyguidenetwork.com/nigerian-prostitutes-flee-tamale>>. Acesso em 21 de maio de 2019.

d’HUMIÈRES, V. European Union/African cooperation: the externalisation of Europe’s migration policies, foundation Robert Schuman Policy Paper. *European Issues*, n. 472, 2018.

EUROPEAN COMMISSION. European Commission Agenda on Migration [online], 2015. Disponível em: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-information/docs/communication_on_the_european_agenda_on_migration_en.pdf. Acesso em 25 de maio de 2019.

Europol (2016) *Migrant smuggling in the EU*. The Hague: Europol. Disponível em: <https://www.europol.europa.eu/publications-documents/migrant-smuggling-in-eu>. Acesso em 26 de junho de 2020.

EUROPOL. Trafficked by voodoo threats: one of the largest operations in Europe rescues 39 Nigerian women Europol. Disponível em <<https://www.europol.europa.eu/newsroom/news/trafficked-voodoo-threats>>

one-of-largest-operations-in-europe-rescues-39-nigerian-women> . Acesso em 13 de maio de 2019.

GAMMELTOFT-HANSEN; SORENSEN, N. *The migration industry and the commercialization of international migration*. Oxford: Routledge, 2013.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. UN migration agency issues report on arrivals of sexually exploited migrants, chiefly from Nigeria. [online] Disponível em: <<https://www.iom.int/news/un-migration-agency-issues-report-arrivals-sexually-exploited-migrants-chiefly-nigeria>>. Acesso em 13 de maio de 2019.

LARKIN, M; THOMPSON. A. Interpretative phenomenological analysis. In: THOMPSON, A.; HARPER, D. (Eds.). *Qualitative research methods in mental health and psychotherapy: a guide for students and practitioners*. Oxford: John Wiley & Sons, 2012. pp. 99-116

LEMBERG-PEDERSEN, M. Making money from EU's migration policies in Libya EU's outsourced 'migration control' to Libya has yielded a humanitarian disaster and billions in profit. Al Jazeera, 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/making-money-eu-migration-policies-libya-180102100915057.html>>. Acesso em 25 de maio de 2019.

MAI, N. “Too much suffering”: understanding the interplay between migration, bounded exploitation and trafficking through Nigerian sex workers experiences. *Sociological Research Online*, v. 21, n. 4, 2016, p. 1-14

NIGERIAN VOICE. Prostitution: Ghanaian police arrest 41 Nigerian prostitutes. [online] Disponível em: <https://www.thenigerianvoice.com/news/270076/prostitution-ghanaian-police-arrest-41-nigerian-prostitutes.html>. Acesso em 21 de maio de 2019.

PALMER, M.; FADDEN, G.; LARKIN, M.; VISSER, R. Developing an interpretative phenomenological approach to focus group data. *Qualitative Research in Psychology*, v. 7, 2010, p. 99 - 121.

PUNCH. Ghanaian police arrest 41 Nigerian prostitutes. Disponível em: <<https://punchng.com/ghanaian-police-arrest-41-nigerian-prostitutes>>. Acesso em 21 de maio de 2019.

SANCHEZ, G. *Human smuggling and border crossings*. New York, NY: Routledge, 2014.

SMITH J.A.; OSBORN M. Pain as an assault on the self: an interpretative phenomenological analysis. *Psychology and Health*, v. 22, n. 5, 2007, p. 517-534.

SMITH, J. A.; FLOWERS, P.; LARKIN, M. *Interpretative phenomenological analysis: theory, method and research*. Los Angeles, CA: SAGE, 2009.

SMITH, J.A. Reflecting on the development of interpretative phenomenological analysis and its contribution to qualitative research in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 1, 2004, p. 39-54

SMITH, J.A.; OSBORN, M. Interpretative phenomenological analysis as a useful methodology for research on the lived experience of pain. *British Journal of Pain*, v. 9, n. 1, 2015, p. 41-42.

UE (2018) Revision of the immigration liaison officers network Regulation (EC) 377/2004. Online. Disponível em:
[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/621810/EPRS_BRI\(2018\)621810_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/621810/EPRS_BRI(2018)621810_EN.pdf). Acesso em 11/07/2021

ZHANG, S. *Smuggling and trafficking in human beings: all roads lead to America*. Westport, CT: Praeger/Greenwood, 2007.

Nota Biográfica

Samuel Okyere é Doutor em Sociologia pela Universidade de Nottingham. Professor na Escola de Sociologia, Política e Estudos Internacionais, Universidade Bristol.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1389-1127>
E-mail: sam.okyere@bristol.ac.uk

Recebido em: 28 de abril de 2021

Aceito em: 13 de junho de 2021

O fazer e o não-fazer de imigrantes e cidadãos: repensando o estudo de movimento humano

Bridget Anderson

Resumo: Os estudos sobre as mobilidades e as mobilidades humanas nos chamam a atenção para o problema do nacionalismo metodológico e constituem um campo que demanda novas abordagens. Ainda que os Estados produzam muitas categorias para agrupar e governar pessoas, certas categorias são necessárias à própria formação do Estado-nação, e a população "imigrante" é uma dessas categorias. No contexto onde subjetividades são moldadas por dicotomias, tais como cidadão/imigrante, o artigo pergunta como pesquisamos a imigração sem reforçar o imigrante como um sujeito problemático e como reconhecemos o papel fundamental desempenhado pelo Estado-nação sem cair no nacionalismo metodológico. O estudo defende a desnaturalização das categorias tanto a de imigrante quanto a de cidadão. Recomenda que tomemos mais cuidado com as limitações existentes no âmbito da cidadania mediante a abordagem racial, e à forma como alguns Estados exercem controle sobre o deslocamento de cidadãos pela via do Estado de bem-estar social. Estas duas formas podem contribuir para estabelecer conexões entre os migrantes e os cidadãos (formais).

Palavras-chave: migrante; cidadão; nacionalismo metodológico; racismo; mobilidade.

The making and un-making of migrants and citizens: re-thinking the study of human movement

Abstract: The study of mobilities and human mobilities draws attention to the problem of methodological nationalism and is a field, which demands new approaches. While states produce many categories to group and govern people, some categories are necessary for the nation state form itself, and 'migrant' is one such population. In the context where our subjectivities are shaped by national/migrant dichotomies the paper asks how we research migration without reinforcing the migrant as a problematic subject and recognise the key role

played by the nation state without falling prey to methodological nationalism. It argues for denaturalising the categories of both migrant and citizen. It suggests we attend more carefully to the exclusions *within* citizenship through attention to race, and to the ways that some states exercise control over the movement of citizens via the welfare state. Both of these can help draw out connections between migrants and (formal) citizens.

Keywords: migrant; citizen; methodological nationalism; racism; mobility.

El hacer y el no hacer de los migrantes y el ciudadano: repensar el estudio del movimiento humano

Resumen: El estudio de las movilidades y los desplazamientos humanos llama la atención sobre el problema del nacionalismo metodológico y es un campo que exige nuevos enfoques. Aunque los Estados producen muchas categorías para agrupar y gobernar a las personas, algunas categorías son necesarias para la formación del propio Estado-nación, y el "inmigrante" es una de ellas. En un contexto en el que nuestras subjetividades están moldeadas por dicotomías como ciudadano/migrante, el artículo se pregunta cómo investigar la migración sin reforzar al migrante como sujeto problemático y reconocer el papel clave que desempeña el Estado-nación sin caer en el nacionalismo metodológico. Por lo tanto, este artículo aboga por la desnaturalización de las categorías de migrante y ciudadano. También sugiere que prestemos más atención a las exclusiones que existen dentro de la categoría "ciudadano" desde un enfoque de raza y a las formas en que algunos Estados ejercen el control sobre el movimiento de los ciudadanos a través del Estado de bienestar. Ambos pueden ayudar a establecer conexiones entre los inmigrantes y los ciudadanos (formales).

Palabras clave: inmigrante; ciudadano; nacionalismo metodológico; racismo; movilidad.

Introdução

Por mais de trinta anos, os estudiosos da migração têm lutado com o desafio de tentar escapar do nacionalismo metodológico. Todos aqueles que se autodescrevem como "estudiosos críticos da imigração" concordam, em geral, que "o imigrante" é uma identidade relativamente recente. Não porque o movimento humano seja um fenômeno novo. O que é novo, entretanto, é a categorização de "imigrantes" para definir os movimentos de pessoas. "Imigrantes" não nascem, mas são socialmente e legalmente construídos. Eles são os fora do lugar, os estrangeiros/alienígenas e, assim, podem ser contrastados com aqueles que são do lugar, nativos/cidadãos incorporados. Pesquisas sobre imigração, frequentemente, demonstram como os imigrantes têm enriquecido as comunidades de forma econômica, social e cultural, porém, mesmo ao fazer tal análise, excepcionalizam a migração e, portanto, reforçam a norma fortemente imaginada de que as comunidades nacionais e estáveis são transtornadas pela presença dos imigrantes. Como pesquisadores podem evitar reproduzir os esforços dos Estados¹ na tentativa de "fixar o papel" das mobilidades no papel das relações sociais, em que o "migrante" aparece como uma figura racializada e problemática? Como ir além da crítica e propor caminhos a seguir?

Problema de Análise

A teoria social e as ciências sociais têm debatido o desafio que o nacionalismo metodológico representa para o pensamento científico social desde a década de 1970. O nacionalismo metodológico equipara a "sociedade" ao Estado-nação moderno, naturalizando-o como um celeiro de processos sociais, predefinindo, portanto, determinados objetos como de investigação sociológica e negligenciando outros, sobretudo a própria construção do Estado-nação (WIMMER & GLICK-SCHILLER, 2002). Os estudiosos da imigração continuam a considerar o nacionalismo metodológico como um desafio epistemológico, empírico e ético particularmente vexatório, na medida em que normaliza os controles relativos à mobilidade transnacional e posiciona o imigrante internacional como um transgressor das fronteiras territoriais naturalizadas e como um perturbador da "ordem nacional das coisas" (MALKKI, 1995).

Um dos pontos-chave é que os próprios pesquisadores da imigração estão contribuindo para que os imigrantes se tornem imigrantes pela própria delimitação de seu campo. Entretanto, quem é considerado imigrante é extremamente contestável. Por exemplo, nos dados oficiais, "imigrante" é definido, entre outras formas, pelo fato de ser nascido no exterior, ou um cidadão de nacionalidade estrangeira ou, ainda, como uma pessoa com intenção de permanecer em um novo país por um determinado período de tempo (ANDERSON & BLINDER, 2019). Definições que são mutuamente contraditórias, uma pessoa pode ter nascido no exterior e ainda ser um cidadão, além disso, muitas vezes, os conjuntos de dados incluem como "imigrantes" pessoas cujo status legal é de cidadania. O pesquisador de imigração, então, traz a sua própria interpretação (e, eventualmente, suposições) ou aquelas das agências financiadoras ou, ainda, da opinião pública em geral, a fim de avaliar a população de "imigrantes" a ser investigada. É fácil

¹ Nota das tradutoras: Estado e Estado-nação são usadas, aqui, com a letra inicial maiúscula, exceto em citações nas quais optou-se por preservar a grafia do texto original

escorregar para a utilização de "categorias de prática" como "categorias de análise" (BRUBAKER, 1996), sobretudo ao conduzir estudos relevantes em termos de política sobre aqueles considerados como um problema social. Dahinden argumenta: " Confundi-las e, em particular, utilizar as categorias de senso comum na pesquisa científica em ciências sociais é uma forma basilar na qual os pesquisadores reproduzem a migração normalizada, a distinção étnica e a lógica do aparato migratório" (DAHINDEN, 2016, p. 2213).

Uma vez que a definição de " imigrante " é contraditoriamente definida em bases de dados e na legislação, não deveria ser surpreendente que também ela seja mal delineada no discurso público. Quando se trata de um imigrante, quem é considerado como tal não se encontra sob um conceito fixo e enfrenta uma contestação no interior e entre diferentes domínios de dados, leis/políticas e narrativas/políticas públicas. Entretanto, o que fica evidente é que no debate público contemporâneo, a expressão "imigrante", tipicamente, significa uma pessoa cuja mobilidade ou cuja presença é problemática. Os aspectos negativos associados ao termo são tão graves que, em agosto de 2015, o canal de notícias Al Jazeera declarou que, "por razões de exatidão", não usaria mais a palavra imigrante, visto que "se tornou um termo degradado... Transformou-se da definição do dicionário em uma ferramenta que desumaniza e distancia, um pejorativo brutal" (MALONE, 2015). As pesquisas tendem igualmente a se concentrar nos problemas associados à mobilidade - ainda que os problemas são aqueles experimentados pelos próprios migrantes.

Assim, estudiosos preocupados com a aceitação acrítica da nação/Estado/sociedade como uma forma social e política natural, tornaram-se cada vez mais enfáticos sobre os riscos da cooptação intelectual e as maneiras pelas quais os acadêmicos da imigração/integração podem se encontrar implicados na reprodução de "imigrantes" como sujeitos subordinados e racializados (DE GENOVA, 2018; FAVELL, 2015; SCHINKEL, 2018; SHARMA, 2020). À medida que o interesse científico-social na imigração e na mobilidade humana cresceu, esse problema tornou-se cada vez maior. No entanto, é importante reconhecer que esse desafio é compartilhado por muitos domínios de pesquisa. Ian Hacking teorizou como as ciências humanas "maquiam as pessoas" e, sob essa rubrica de ciências humanas, inclui

muitas ciências sociais, psicologia, psiquiatria e, falando vagamente, uma boa parte da medicina clínica (...) ciências específicas nunca devem ser definidas, exceto para administração e fins educacionais. As ciências vivas estão sempre cruzando fronteiras e pegando emprestado umas das outras. (HACKING, 2006, p. 293)

Em seu trabalho sobre "nominalismo dinâmico", Hacking fundamenta e questiona a tradição nominalista filosófica que sustenta, grosseiramente, que as taxonomias são criadas por seres humanos. Quando se trata da classificação das pessoas, ele argumenta que os nomes interagem com o nomeado e a ação humana está intimamente ligada à descrição humana. Não que burocratas ou cientistas sociais e humanos reconheçam a existência de um tipo de pessoa, mas que este tipo de pessoa passa a despontar, exatamente ao mesmo tempo, quando se inventa um tipo de pessoa: a geração da categoria gera novas possibilidades de (ou delimitações de) ação. De acordo com a análise do Hacking, especialistas e

cientistas desempenham um papel importante no que ele chama de "efeito looping", inicialmente, na identificação de uma forma potencial de agrupamento e, mais tarde, na geração de conhecimento especializado sobre o agrupamento que é, simultaneamente, legítimo e divulgado via instituições. Um dos exemplos que Hacking apresenta é o da mulher refugiada no Canadá (HACKING, 1999, p. 11), talvez, essa seja, particularmente, uma categoria contemporânea de notável relevância para os pesquisadores de imigração: a Vítima do Tráfico. À semelhança de outras categorias sociais-forenses recentemente identificadas, do autismo à trans-identidade, uma vez identificadas como um fenômeno, seus números disparam e esta identificação muda a forma pela qual as pessoas se sentem a respeito de si mesmas e de suas experiências, e modela as possibilidades de ação. Ademais, isto acaba convertendo-se em uma área de especialização e de intervenção, e nós temos visto, junto à questão do tráfico, um enorme aumento no número de funcionários do Estado, empresas, ONGs e organizações internacionais gerando conhecimento e políticas sobre o tráfico e, mais recentemente, o tema da "escravidão moderna".

Segundo Hacking, as questões epistemológicas e as questões éticas do conhecimento científico especializado não se limitam aos estudos de imigração. Estado e governança são decisivos na formação e na categorização social da população, e os Estados têm capacidade para criar múltiplos e variados tipos de povos. Entretanto, ainda que, por exemplo, os Estados possam ou não constituir uma população autista, enquanto Estados-nação são obrigados a criar "imigrantes" para poder ser um Estado-nação (SHARMA, 2020; ANDERSON & DUPONT, 2019). Desse modo, a categoria "imigrante"/não cidadão é excepcional, uma vez que é parte integrante da lógica da construção do Estado-nação contemporâneo. Como John Torpey (2000) argumentou, seguindo Weber, o monopólio dos Estados modernos sobre os meios legítimos de circulação é um elemento essencial do "não-estado dos Estados".

Fabricar pessoas "altera o espaço em função das possibilidades de personalização" (HACKING, 1986) e, no caso dos "imigrantes", o rótulo de imigrante (em oposição à ação de migrar) traz uma mudança, geralmente, negativa. Mesmo que seja possível conceber um mundo no qual os recém chegados sejam alimentados e favorecidos, a possibilidade de muitos imigrantes em "ser pessoa", atualmente, é algo severamente limitado. Suspeito que esta seja a razão pela qual o nacionalismo metodológico, que é um problema que se dissemina pelas ciências sociais, é particularmente incômodo para os estudiosos da imigração. Ele expõe como nosso conhecimento especializado está implicado nos processos de construção do Estado-nação que produzem, de forma direta, sujeitos subalternizados.

Reações

Reconhecer os problemas do nacionalismo metodológico e a natureza construída do "imigrante" não significa, pois, que simplesmente nos livramos da categoria. Não são as construções sociais que estão montadas em La Bestia ou se afogando no Mar Mediterrâneo. Ser rotulado como "imigrante" realmente importa. Este dado é importante em, pelo menos, três aspectos. Para começar, o *status* de imigração importa: sujeitar-se ao controle de imigração, não ser um cidadão do Estado em que você vive/transita, além de ser, em última instância, deportável,

afeta toda a sorte de experiências e a vida cotidiana de uma pessoa. Isso tem impacto em uma série de direitos e sobre os planos de vida, bem como sobre a forma de imaginar um futuro, inclusive se é mesmo possível imaginá-lo. O *status* legal tem impactos, inclusive, nas relações sociais. Em sistemas onde os cidadãos podem patrocinar imigrantes como empregados e cônjuges, por exemplo, faz com que exista mais trabalhadores e cônjuges comprometidos. Em segundo lugar, as subjetividades nacionalizadas são importantes para a forma pela qual nos imaginamos e à quem pertencemos. Nossas subjetividades nacionalizadas são criadas, em parte, mediante o controle e a coerção da imigração, muito embora esta seja apenas uma das contribuições para múltiplas e cotidianas formas em que somos ensinados a nos imaginar como sujeitos nacionais. Tais subjetividades nacionalizadas podem naturalizar a exclusão daqueles que são imaginados como estrangeiros, todavia, tais subjetividades não se limitam aos cidadãos. Aqueles classificados como "imigrantes" podem, ainda, ter suas subjetividades fortemente nacionalizadas e, de fato, estar longe de seu "país de origem" pode fazer com que as pessoas percebam a importância de seu idioma e de seus hábitos com ainda mais intensidade do que quando estão "em casa". Grande parte da organização dos "migrantes", por exemplo, gira em torno do seu "país de origem". Em terceiro lugar, o Estado, enquanto contingente e multifacetado, estabelece relações econômicas e sociais. Cria leis e políticas, incentiva comportamentos e vínculos que moldam a vida e a política, bem como as experiências sociais de forma bastante material, incluindo, mas não se restringindo, à instituição da cidadania e das suas relações. A pandemia da COVID-19, em particular, nos lembra, diariamente, através de quadros, gráficos e comparações internacionais, que o Estado em que vivemos realmente importa. A infraestrutura, a prontidão e as soluções apresentadas pelos Estados divergiram substancialmente e se converteram, literalmente, em uma questão de vida ou morte. E mais, considerando toda a crítica acadêmica das ferramentas conceituais tradicionais, fomentadas pela política liberal e pela sociologia, como a ideia de "Estado" e "nação", e a despeito de mudanças significativas nas formas de pensar o poder, o Estado/Governo continua a ser estrutura cujo o discurso público compreende a distribuição e a responsabilidade do poder político (ROSE, 1999).

Então, como pesquisar imigração sem reforçar o "imigrante" como um sujeito problemático? Como reconhecemos o papel fundamental desempenhado pelo Estado-nação sem cair no nacionalismo metodológico? Grandes esforços têm sido feitos, especialmente por estudiosos da imigração, para reconhecer que a sociedade não precisa ser nacional e que o Estado é apenas um dos vários atores globais. Os "Estudos transnacionais" procuraram descentralizar o Estado-nação, considerando-o por meio de espaços e de escalas, explorando como o "global" e o "local" se deslocam quando nós "não assumimos que eles estão intrinsecamente ligados a tipos de território ou a espaços determinados" (LEVITT & KHAGRAM, 2007, p. 33). Analisar os imigrantes como "comunidades transnacionais" implica reconhecer que as comunidades humanas e os meios de comunicação podem se estender para além de seus Estados-nação e que os "imigrantes" constroem campos sociais que se conectam através das fronteiras (VERTOVEC, 2007; GLICK SCHILLER, 1999). Embora menos focado na imigração *per se* (na verdade, este é, sem dúvida, um dos benefícios desta literatura para pesquisadores de imigração), o trabalho de estudiosos do paradigma da mobilidade desafia a posição da sociedade nacional como "conceito central" da sociologia, argumentando que isso

nos priva das ferramentas para entender a globalização. A “virada das mobilidades” busca “desenvolver, por meio de metáforas apropriadas, uma sociologia que se concentra no movimento, na mobilidade e na ordenação contingente, ao invés de uma estagnação estrutural e da ordem social” (URRY, 2007, p. 18). Vincula-se, deste modo, em diferentes escalas e modalidades de movimento, promovendo deslocamentos metodológicos para além das fronteiras e do sedentarismo, reconhecendo, assim, o “emaranhado dos movimentos com sentido e poder” (CRESSWELL, 2011, p. 553). Esta “virada” realça a importância da interseção da vida cotidiana com os sistemas de mobilidade para a economia global, promovendo o novo campo de “mobilidades” (SHELLEY & URRY, 2006; URRY, 2007).

Tanto os paradigmas transnacionais quanto os que se referem às mobilidades têm procurado analisar processos e relações transnacionais e transfronteiriças, sob uma ótica que “parte de um mundo sem fronteiras” (LEVITT & KHAGRAM, 2007, p. 34). É importante ressaltar que para a maioria dos estudiosos de tais tradições, isto não significa que se negligencia o poder e o papel do Estado-nação, mas que há a preocupação em historializar e considerar o Estado como um entre vários agentes, instituições e partes interessadas no assunto. Ambos os paradigmas, mas especialmente, o das mobilidades nos ajuda a conectar o movimento de pessoas a outros sistemas de circulação, em vez de focar, implacavelmente, na “imigração” como um “problema” autônomo.

Além dos esforços no sentido de mudança de paradigma, também tem havido iniciativas internas no campo dos estudos de imigração para abordar o problema do uso acrítico das categorias desenvolvidas pelos Estados-nação que naturalizam as diferenças relacionadas à migração. Esforços reais têm sido conduzidos para ampliar o escopo dos estudos de migração a fim de incluir toda a diversidade de não-cidadãos em mobilidade, abrangendo grupos relativamente privilegiados e prósperos, em particular os que estão contemplados pela “imigração de estilo de vida”, imigração de retorno, imigrantes altamente qualificados, crianças e jovens, e aposentadoria. Em seu artigo seminal, *Ethnic and Racial Studies - A Plea for the ‘De-Migranticization’ of Migration and Integration Research*, Dahinden (2016) propõe três “saídas” metodológicas: acolhida simples, essencialismo positivo estratégico e trabalho reflexivo para desnaturalizar e desetnizar os estudos de imigração e de integração.

Embora tenha havido um trabalho contra a fusão do “migrante” como uma categoria política e socialmente construída com o “migrante” enquanto uma categoria analítica, isso, em grande parte falhou em lidar com o fato de que o “migrante” não é apenas uma figura feita pelos Estados, mas também é uma criação de Estado. A própria natureza da forma do Estado-nação e sua associação com a territorialidade transforma certos grupos em estranhos. Para responder a isso, proponho uma abordagem de desnacionalismo metodológico (ANDERSON, 2019). Isso reconhece a importância crítica das categorias “imigrante” e cidadão, em todas as suas multiplicidades para as experiências tanto de indivíduos e grupos, quanto para a construção do Estado e para a gestão, governança e responsabilidade dos territórios nacionais (ou nacionalizados), assim como das relações internacionais/globais. Essa abordagem reconhece, portanto, o papel da lei e da política em delinear a paisagem nacional de instituições e de suas práticas culturais, assim como identificar o modo pelo qual essa paisagem é, ao mesmo

tempo dependente do caminho quanto imbricada às forças e às instituições globais, regionais e locais.

O desnacionalismo metodológico tem como ponto de partida uma atitude que não assume a distinção entre as categorias diferenciadas do Estado (particularmente “imigrante” e cidadão), mas é também sensível à relevância das subjetividades nacionalizadas para o engajamento das pessoas na política, com as histórias e as culturas que são reivindicadas. Essas subjetividades nacionalizadas suscitam muitas formas diferentes de política, - a organização de “imigrantes”, a ascensão da extrema direita nacionalista na Europa, as lutas anticoloniais, bem como o “nacionalismo desastroso/catastrófico” (*disaster nationalism*). Finalmente, o desnacionalismo metodológico é informado por uma sensibilidade que historiciza as teorias, os conceitos e as práticas do campo (neste caso, a imigração) para melhor compreender a contingência, os pressupostos e as possibilidades que informam a pesquisa e a prática. Desta forma, apresenta o potencial para recuperar as “relacionalidades” e a interdependência para lançar luz sobre os impactos do nacionalismo metodológico para além da academia e para a política.

Lei, raça e manutenção da ordem

A atenção à lei é uma forma de desnaturalizar a categoria “imigrante” e, dessa forma, o desnacionalismo metodológico está mais interessado no essencialismo positivo estratégico do que a abordagem de Dahinden. Reconhecer o estatuto do “imigrante” como um constructo do Estado, ao mesmo tempo em que constrói o Estado, põe, em primeiro plano, os aspectos técnicos e a historicidade do estatuto jurídico. A lei é explicitamente construtiva. É um mecanismo de produção de categorias, criando a distinção fundamental cidadão/não cidadão e, em seguida, as múltiplas categorizações de não cidadão. A lei ainda confere sentido às diferenças: não apenas descreve quem tem permissão para atravessar a fronteira, mas também quais são as suas condições de vida após a entrada, por quanto tempo eles podem permanecer, onde poderão trabalhar, seus direitos sociais e políticos, quais poderão se tornar cidadãos e assim por diante.

Tomando isso como ponto de partida, verifica-se que nem todos aqueles que são legalmente construídos, pela lei, como “imigrantes” são imaginados como “imigrantes” pelo público em geral. As pessoas encarregadas de impor o controle migratório se baseiam, tipicamente, nos critérios de raça e/ou etnia como um marcador da diferença nacional e todos aqueles que têm a aparência de imigrantes são mais propensos a serem submetidos à verificação sistemática de documentos e ao policiamento. Em muitos países, há um aumento generalizado da população arrastada para a aplicação da lei de imigração, e os funcionários delegados estão mal treinados e ávidos para errar do lado da lei, frequentemente “reforçando, de forma direta, as distinções simbólicas e morais relacionadas à alteridade e à ilegalidade” (WALSH, 2014, p. 247). Isso tem consequências significativas para os cidadãos. O trabalho da jurista norte-americana Jaqueline Stevens, por exemplo, descobriu que milhares de cidadãos norte-americanos foram ilegalmente deportados. Normalmente, esses cidadãos deportados compartilham características com pessoas reconhecidas como vulneráveis e que são obrigadas a assinar falsas confissões: negros, pessoas com dificuldades de alfabetização e com problemas de saúde mental, quando são jogados no sistema de imigração, não ficam com nenhuma das proteções (reconhecidamente muito

limitadas) disponíveis no sistema de justiça criminal. A racialização do “imigrante” e o não pertencimento não está de forma alguma confinada aos Estados Unidos. Isso foi vividamente ilustrado no final de abril de 2018, quando o Reino Unido foi atingido pelo chamado Escândalo *Windrush*. As vidas de um grande número de cidadãos negros britânicos, residentes no Reino Unido desde a década de 1950 foram destruídas pela política do “ambiente hostil ao imigrante”. Essa política visava tornar o país um “lugar realmente hostil” para “imigrantes ilegais”, implementando duros controles de imigração e tornando toda uma gama de atores individuais responsáveis por sua aplicação: não apenas empregadores, mas motoristas, proprietários, prestadores de serviços públicos e, até mesmo, docentes universitários foram obrigados a verificar se as pessoas estavam cumprindo os requisitos de imigração. O resultado foi que as pessoas racializadas, que tinham todo o direito de estar no Reino Unido, foram deportadas, tiveram seu tratamento médico negado, foram recusadas a entrar no Reino Unido, sumariamente destituídas, detidas - por não conseguirem comprovar sua cidadania. O fato das pessoas serem negras foi interpretado como sendo “imigrantes” e potencialmente “ilegais”, portanto, seu status estava sujeito a um escrutínio rigoroso.

Ao invés de considerar essas questões como assunto relacionado à fiscalização excessivamente rigorosa, executada por indivíduos com tendências racistas, o desnacionalismo metodológico sugere que elas sejam analisadas como exemplos de como “imigrante”/cidadão não são categorias binárias. Há décadas, a literatura acadêmica vem destacando este fato (HAMMAR, 1985; ELLERMAN, 2020) e se torna evidente pelo descritor “imigrantes de segunda geração”, conceito que, na Europa, se aplica às minorias racializadas que, provavelmente, jamais cruzaram uma fronteira em suas vidas. Esta é uma terminologia de uso comum e indica que é possível ser “imigrante” e “cidadão” ao mesmo tempo. Em geral, aqueles que se deslocam e mantêm sua imigração são vinculados às modalidades nacionais específicas de codificação e de recriação de raça (EL-ENANY, 2020) e quando a imigração não está mais na fronteira, ela se torna “raça”.

Na verdade, o “imigrante” não é o único grupo fundamental para a construção do Estado-nação contemporâneo, afinal, os indígenas/nativo/nacional também são fundamentais. Sendo que o último é elevado a um vetor-chave de diferença porque, como Goldberg analisou, a forma do Estado-nação é “racial”:

Os Estados são raciais... devido à posição estrutural que eles ocupam na produção e na reprodução, constituição e efetivação de espaços e lugares racialmente constituídos, grupos e eventos, mundos e possibilidades da vida, acessos e restrições, inclusões e exclusões, concepções e modos de representação. São raciais, em suma, em virtude de seus modos de definição, de determinação e de estruturação populacional. (GOLDBERG, 2002, p. 104)

Goldberg enfatiza a diferença entre o Estado racial e os Estados racistas do tipo *Apartheid* na África do Sul. No entanto, a força racializante da configuração do Estado requer uma forma de navegação por ideologias racistas, e a nacionalidade é crucial para esta navegação.

Há uma área em desenvolvimento da investigação acadêmica que busca explicar a relação entre migração e “raça” (LENTIN, 2008; BHATTACHARYYA, 2018; YUVAL DAVIS et al., 2019; EL-ENANY, 2020; SHARMA, 2020), porém, pouca

atenção foi dada, até agora, ao papel da “nacionalidade”. A nacionalidade pode ser lida tanto como um *status* legal, em consonância com a cidadania, COMO significa o pertencimento à nação do Estado-nação. A filiação nacional, em ambos os sentidos, é rastreada por meio da ancestralidade e a nacionalidade é ligada à raça. “A confusão dos vocabulários de nacionalidade e raça é uma estratégia fundante do Estado-nação moderno e que torna impossível investigar-lo sem atentar para sua criação em um contexto global de colonialismo e racismo” (MONGIA, 2018, p. 113). Não é, apenas, a migração que é erroneamente imaginada como perturbadora de uma homogeneidade nacional anterior, mas a migração precipitou o surgimento da nacionalidade como um vínculo territorial. Portanto, não é apenas a questão da migração que é central para o desenvolvimento e para a governabilidade do Estado, mas também, como geralmente se imagina, o racismo não é somente uma característica infeliz da aplicação da lei de imigração, mas está absolutamente embutido nos controles e na fiscalização da imigração (GOLDBERG, 2002; MONGIA, 2018). A racialização do “migrante” acarreta a racialização do “cidadão” e, como a cidadania é nacionalizada por lei, logo, torna-se racializada na prática.

“Migrando” o cidadão

Apesar de ter me debruçado, até o momento, na instabilidade da categoria construída “migrante”, concentrei-me muito menos no inverso, ou seja, na instabilidade da categoria construída do “cidadão” que, para alguns órgãos, está em constante elaboração. É verdade que o cidadão é privilegiado em relação ao “migrante” que, muitas vezes, aspira à cidadania. Essa não é uma aspiração abstrata: os “migrantes” normalmente aspiram a uma cidadania particular que é a cidadania de seu atual Estado de residência (eles são, afinal, geralmente cidadãos de algum lugar, mas não cidadãos do Estado onde vivem). Não há dúvida de que o estatuto jurídico de cidadania oferece vantagens muito materiais, mais concretamente, garante a segurança de residência. Em alguns Estados, também facilita o acesso a cuidados de saúde, educação e outros direitos sociais que não estão automaticamente disponíveis para os “migrantes”. A linguagem e os processos de aquisição da cidadania contribuem para a cidadania como um *status* altamente desejável. No entanto, os teóricos da cidadania há muito desafiam a suposição de que a cidadania é uma condição de igualdade em termos de diversidade de raça, gênero, sexualidade ou deficiência (WILLIAMS, 1998; YOUNG, 1989). Como afirma Cohen: “Em última análise, a cidadania não torna os cidadãos equalizados. Na verdade, isto parece institucionalizar as diferenças e as desigualdades, embora de maneiras, às vezes, inesperadas” (COHEN, 2014, p. 12). A raça desestabiliza o binário “migrante”/cidadão. Nós temos visto como as pessoas negativamente racializadas podem ser imaginadas como “migrantes”, mas eles podem, por lei, ser cidadãos. Além disso, a branquitude pode se tornar visível por meio da migração e expô-la, também, como algo não estável ou homogêneo. O desnacionalismo metodológico demanda uma reflexão cuidadosa O desnacionalismo metodológico demanda uma reflexão cuidadosa à respeito da relação entre imigração, raça, nacionalidade e classe, como eles se reforçam mutuamente e são contestados na conjuntura contemporânea e como, na prática, esta situação complica o binário migrante/cidadão.

Dada a relevância do pensamento racial, é útil pensar sobre como a teoria racial crítica tem lidado com o desafio epistemológico, ético e conceitual de

gerenciar e desenvolver um conceito “herdado”. Mills (2017) compara, de modo eficaz, “raça” a “flogisto” e “bruxa”. “Flogisto” é um gás que, supostamente, deveria ser eliminado pela combustão de materiais, mas o “flogisto” não existe. Ele foi descartado como um constructo científico. As “bruxas”, na acepção equivocada das mulheres más com poderes mágicos, tampouco existem, no entanto, a “bruxa” ainda é usada em histórias e como um termo que descreve os adeptos da religião Wicca²:

[...] “raça” é indiscutivelmente mais parecida com “bruxa” do que “flogisto”, na medida em que muitos teóricos sociais e políticos têm argumentado tratar-se de um tema que ainda pode ser útil para nós [...] Ao invés de ver a “raça” [...] como parte de uma hierarquia natural, nós a reconceitualizamos, fazendo referência à localização estrutural em um sistema social racializado, gerando, assim, um conceito sucessor. As pessoas são “racializadas” de acordo com regras específicas – passamos de um substantivo para um verbo, de um estado “natural” pré-existente para um processo social ativo. (MILLS, 2017, p. 5)

Os estudos de migração estão a meio caminho de um conceito sucessor nos debates sobre as terminologias de ilegalidade/indocumentado/não autorizado/clandestino etc. Ninguém é ilegal, assim como não são bruxas, mas são “ilegalizados” por meio de um processo social ativo e endossado pelo Estado. Pessoas também entram e saem de diferentes tipos de status e, da mesma forma que algumas são racializadas, outras podem ser “pessoas imigrantes” - embora eu ficaria grata se alguém pudesse pensar em uma palavra menos feia - que significa transformar a pessoa em um imigrante por meio de um processo social e legal ativo. Indubitavelmente, o status legal de cidadania oferece vantagens muito materiais, mais concretamente, concede segurança de residência. Em alguns Estados, isso também facilita o acesso à assistência médica, à educação e a outros direitos sociais que não estão automaticamente disponíveis aos migrantes. Entretanto, embora a cidadania seja tão facilmente caracterizada por ser o “padrão ouro”, a resposta ao problema do imigrante como sujeito subordinado, requer simplesmente abertura para acolher os imigrantes (DAHINDEN & ANDERSON, 2021).

De fato, a atual obsessão com a imigração enquanto problema afasta consideravelmente a atenção das fronteiras de gênero, de classe e de raça no interior da cidadania formal, caracterizando todos os cidadãos como plenamente e igualmente incluídos. Todavia, a fiscalização da imigração, por si só, é um dos mecanismos que ajuda a criar a cidadania diferenciada. Afeta desproporcionalmente não apenas aos cidadãos racializados, mas também àqueles que não têm dinheiro. Consideremos as solicitações de renda que, atualmente, constituem um padrão em muitos Estados, que obrigam aos cidadãos a terem um salário mínimo exigido antes de poderem ser agregados por parceiros e por seus filhos. No Reino Unido, quase dois terços das mulheres britânicas empregadas não têm rendimentos suficientes que permitam sua união com um cônjuge de um terceiro país e, ainda menos, com filhos. O direito à vida familiar

² Nota das tradutoras: A religião *Wicca* foi popularizada na década de 1950, trata-se, portanto, de uma experiência moderna inspirada em religiões pré-cristãs. Ligada aos princípios físicos e espirituais da natureza, com foco no feminino e no sobrenatural, por meio de práticas e crenças ritualísticas que foram comuns na Europa Ocidental.

tem sido negado aos cidadãos com baixos salários ou desempregados, independentemente de sua origem étnica.

Conseqüentemente, o cidadão também pode ser um migrante. O cidadão pode ser criminalizado pelas leis de imigração - seja por ajudar pessoas a cruzar as fronteiras, por empregar pessoas sem documentos ou por não verificá-los. Em alguns casos, os cidadãos podem perder a cidadania, assim como eles também podem se ver metaforicamente expulsos do país de maneiras mais mundanas - considere o fato de que em muitos Estados dos EUA, as pessoas com antecedentes criminais não podem votar pelo resto de suas vidas, por exemplo. Os cidadãos também podem ter seus movimentos controlados. Enquanto cidadão, ele pode ter o direito de estar presente no território, porém, isso não lhe confere permissão de estar em qualquer espaço público. Cidadãos sem-teto ou que pedem esmolas podem ter o acesso proibido a certos espaços ou forçados a se mudarem -em muitos Estados, principalmente, se forem negros. Para que alguns cidadãos gozem de seus direitos de livre circulação, outros são imobilizados, presos ou vedados. De fato, analisar os controles de imigração como parte de uma gama de medidas utilizadas para controlar a mobilidade dos pobres, qualquer que seja sua cidadania, nos ajuda a estabelecer conexões entre os controles de imigração e as diferentes escalas de movimento.

Desnacionalismo metodológico não significa ignorar a mobilidade, mas, considerar a migração como uma das múltiplas maneiras pelas quais o movimento das pessoas tem sido guiado e restringido ao longo dos séculos. Na Europa, a política do Estado de bem-estar social costuma apresentar fortes implicações para as mobilidades dos demandantes e os cidadãos nacionais podem se ver inseguros e deslocados em decorrência de seu engajamento com o Estado de bem-estar social, particularmente quando o assunto diz respeito aos benefícios de moradia. No Reino Unido, por exemplo, a Lei de "Localismo" de 2011 formalizou como orientação estatutária que as autoridades locais imponham "requisitos de residência", exigindo que os candidatos à habitação social tenham vivido no distrito da autoridade local por um período mínimo de dois anos. Sugere-se, assim, salvaguardar a habitação social para a população local e bloquear o acesso a candidatos " indesejáveis " e migrantes da União Européia.³ Pessoas sem-teto, julgadas como não tendo uma suficiente conexão local com uma autoridade, podem ser informadas da necessidade de se mudarem para uma outra autarquia, mesmo antes de reivindicarem o seu direito à moradia. Podem, inclusive, receber ajuda financeira através de uma quantia em dinheiro a fim de encorajá-los a se mudarem. Caso não sejam cidadãos do Reino Unido, poderão ser repatriados para seu país de cidadania, sob o argumento de tratar-se de uma "solução" para sua necessidade de moradia. Em um estudo sobre os documentos das autoridades locais implementando estas propostas, Rosie Carter descobriu que as pessoas que não conseguem estabelecer esta conexão local são referidas de várias maneiras como "imigrantes" e "recém-chegados" e que o movimento de pessoas para as áreas das autoridades locais foi descrito como "imigração", a despeito da cidadania das pessoas que se mudaram e que foram supostamente atraídas para a vizinhança à procura de moradia barata e outros benefícios. Assim, o que é posto como um meio de proteger os cidadãos dos "imigrantes" pode, de fato,

³ <https://www.gov.uk/government/publications/providing-social-housing-for-local-people/providing-social-housing-for-local-people>.

tornar "imigrantes" os cidadãos. Ademais, embora as pessoas devam estar radicadas para ter o direito de reivindicar o benefício de habitação, elas devem, contudo, ter mobilidade para efeitos de trabalho. Como muitos Estados, o Reino Unido dispõe de uma área de viagem obrigatória para o trabalho e, em 2011, o governo anunciou que candidatos ao subsídio habitacional devem estar preparados para aceitar empregos dentro de 1,5 hora de deslocamento de sua casa, a menos que tenham filhos menores de 5 anos de idade ou que sejam portadores de deficiência grave⁴.

Tais políticas não se limitam ao Reino Unido. Em toda a Europa, as políticas de bem-estar podem servir para "imigrantizar" os cidadãos e, de fato, uma forma de conectar as exclusões da cidadania formal com as de uma "cidadania diferenciada" é tornar visível o cidadão trabalhador. Cidadãos desempregados são frequentemente considerados sem mobilidade o suficiente. Presos em conjuntos habitacionais ou em áreas rurais, não preparados para subir em suas bicicletas, eles devem ser empurrados para fora de seus sofás e conseguir um emprego. Esses estímulos podem ser fornecidos por requisitos de benefícios sociais, que exigem que uma pessoa esteja preparada para viajar uma certa distância para trabalhar, mas, ao mesmo tempo, se locomover muito pode levantar problemas quando se quer fazer uma reclamação ao Estado. Na verdade, o acesso ao Estado de bem-estar social substituiu as alavancas dos controles de imigração como meio de controlar a mobilidade internacional de certos cidadãos da União Européia. Para dissuadir as pessoas que não ganham e que não têm recursos para se sustentar, são impostas complexas restrições ao acesso a certos benefícios não contributivos. É importante ressaltar que os cidadãos que retornam não estão isentos dessas restrições – eles podem ser cidadãos legais, mas não são mais residentes locais.

O fator crítico para governar essas restrições não é apenas o movimento, mas o tempo. Os pesquisadores de migração exploraram as diferentes maneiras pelas quais os controles de imigração moldam a relação dos "migrantes" com o mercado de trabalho, e como os vistos temporários, muitas vezes, os empurram para um trabalho altamente precário. No entanto, os trabalhadores que não são empregados por mais de um determinado período não podem fazer certos tipos de reivindicações a um empregador, e os períodos de qualificação estruturam a relação de trabalho padrão para "imigrantes" e cidadãos (GRABHAN, 2016). À despeito de seu status aparentemente marginal, os períodos de qualificação são uma parte fundamental do aparato legal que permite e encoraja "a expansão estrutural do emprego contingencial" (PECK & THEODORE, 2012, p. 742). Períodos de qualificação e controle temporais também aparecem fortemente nos regimes de bem-estar-social. Prioridade do tempo como uma fronteira em torno do acesso aos direitos (COHEN, 2018), ai invés da cidadania em si, tem o potencial de recalibrar suposições sobre a relação entre o cidadão e o "imigrante". Talvez, poderíamos conceber os "imigrantes" como a extremidade mais incisiva das restrições temporais que cercam o acesso a muitos direitos tanto para os cidadãos quanto para os estrangeiros.

⁴ "Em outros Estados, o deslocamento obrigatório pode ser ainda maior - na Áustria, por exemplo, os requerentes devem estar preparados para fazer um deslocamento de ida de duas horas, ainda mais se morarem em uma área remota" (MEIER & TIEFENBACHER, 2019, p. 43).

Na verdade, se as idéias de raça e de etnia falam de inclusões e de exclusões de nação e de histórias, a atenção ao tempo e à temporalidade falam sobre maneiras de conectar “imigrantes” e cidadãos por meio da governança do Estado. Os Estados governam ao longo do tempo e o intenso foco na migração como movimento por meio das fronteiras internacionais tendeu a significar que, até recentemente, as formas pelas quais os Estados exercem controle sobre as temporalidades eram negligenciadas. Muitos teóricos políticos concordam que os “imigrantes” adquirem direitos ao longo do tempo e que a deportação se torna mais flagrante à medida que conexões são desenvolvidas (CARENS, 2013). A forma como os Estados exercem o controle do tempo é intrínseca aos controles de imigração e à movimentação da fronteira dentro do território. Os Estados impõem limitações temporais à residência por meio de vistos com prazo limitado, intervindo nos processos migratórios e nas fases da vida para dividi-los em pedaços temporais, aos quais os “imigrantes”, normalmente, têm que residir legalmente em um Estado por um determinado número de anos antes de poderem reivindicar certos direitos. As burocracias também podem sujeitar os requerentes (para asilo, renovação de visto, cidadania) a longos períodos de incerteza e de suspense. Sem um prazo ou futuro antecipado para trabalhar, as pessoas podem lutar para lidar com a situação e achar difícil fazer algum progresso ou investir em si mesmas.

Considerações finais

O estudo das mobilidades e das mobilidades humanas chama a atenção para o problema do nacionalismo metodológico e é um campo que exige novas abordagens. Promessas de um forte controle dos fluxos migratórios apelam à esperança de um mercado de trabalho e uma economia nacional, de uma sociedade nacional coesa estável e de uma política representativa e democrática. Estas esperanças são eminentemente compreensíveis, entretanto, não serão alcançadas exercendo um controle cada vez mais rigoroso sobre a imigração. Aliás, o risco é que a obsessão gerada pela imigração apenas aumente a exploração nos mercados de trabalho, desestabilize as relações de vizinhança e crie caricaturas da política democrática. A mobilidade e a imigração internacional são indicadores de nossa interdependência, e o desafio consiste em como fazer visível essas interdependências. Possivelmente, poderíamos partir do princípio de que o que é ruim para os “imigrantes” não é bom para os cidadãos, na realidade, geralmente é muito ruim inclusive para os cidadãos.

Tradução de Patrícia Vidal e Thaís Fernanda Salves de Brito
Revisão de Júlia Vasconcelos Gonçalves Matos

Referências

ANDERSON, B.; BLINDER, S. Who counts as a migrant? Definitions and their consequences. Migration Observatory Briefing July 2019. Disponível em : <<https://migrationobservatory.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2017/01/Briefing-Who-Counts-as-a-Migrant-Definitions-and-their-Consequences.pdf>>. Acesso em 23 de abril 2021.

Anderson, B.; Dupont P-L. Just Deserts? Justice, deservingness and social assistance. Report D5.5 for H2020 Project Towards an empirically informed European Theory of Justice (ETHOS). Disponível em: < <https://cpb-eu-w2.wpmucdn.com/blogs.bristol.ac.uk/dist/e/505/files/2020/05/D5.5-Final-revised-May-2020-.pdf>>. Acesso em 15 de julho 2020.

ANDERSON, B. New directions in migration studies: towards methodological de-nationalism. *Comparative Migration Studies*, v. 7, n. 36, 2019, p.1-13.

BHATTACHARYYA, G. *Rethinking racial capitalism: questions of reproduction and survival*. London and New York: Rowman and Littlefield, 2018.

BRUBAKER, R. *Nationalism reframed*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CARENS, J. *The ethics of immigration*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

COHEN, E. F. *Semi-citizenship in democratic politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

COHEN, E. F. *The political value of time: citizenship, duration, and democratic justice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

CRESSWELL, T. Mobilities I: catching up. *Progress in human geography*, v. 35, n. 4, 2011, p. 550-558.

DAHINDEN, J. A plea for the ‘de-migrantization’ of research on migration and integration. *Ethnic and Racial Studies*, n. 39, v. 13, 2016, p. 2207-2225.

DAHINDEN, J.; ANDERSON, B. Exploring new avenues for knowledge production in migration research: a debate between Bridget Anderson and Janine Dahinden Pre and after the burst of the pandemic. *Swiss Journal of Sociology*, v. 47, n. 1, 2021, p. 7-32, 2021.

DE GENOVA, N. The “migrant crisis” as racial crisis: do *Black Lives Matter* in Europe? *Ethnic and Racial Studies*, v. 41, n. 10, 2018, p. 1765-1782.

EL- ENANY, N. *(B)ordering Britain: law, race and empire*. London: Hart, 2020.

ELLERMANN, A. Discrimination in migration and citizenship. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 46, n. 12, 2020, p. 2463-2479.

FAVELL, Adrian. Integration policy and integration research in Western Europe: a review and critique. In: FAVELL, A. (Ed.). *Immigration, integration and mobility: new agendas in migration studies 1998-2014*. Colchester: ECPR Press, 2015. p. 69-122.

GLICK SCHILLER, N. Transmigrants and nation-states: something old and something new in the US experience immigrant experience. In: *The handbook of international migration: the American experience*. NY: Russell Sage, 1999. p. 94-119.

GOLDBERG, D. T. *The Racial State*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

- GRABHAM, E. Time and technique: the legal lives of the 26-week qualifying period. *Economy and Society*, v. 45, n. 3-4, 2016, p. 379-406.
- HACKING, Ian. Making up people. In: BAIGIOLI, M. *The science studies reader*. New York, NY: Routledge, 1986. p. 161-171.
- HACKING, Ian. Kinds of people: moving targets. *Proceedings of the British Academy*, v. 151, 2007, p. 285-318.
- HACKING, I. *The social construction of what?* Cambridge MA: Harvard University Press, 1999.
- HAMMAR, T. *European Immigration Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- LEVITT, P.; KHAGRAM, S. *The transnational studies reader: intersections and innovations*. London: Routledge, 2007.
- LENTIN, A. Post-race, post politics: the paradoxical rise of culture after multiculturalism. *Ethnic and Racial Studies*, v. 37, n. 8, 2014, p. 1268-1285.
- MALKKI, L. Refugees and exile: from “refugee studies” to the national order of things. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, 1995, p. 495-523.
- MALONE, B. Why Al Jazeera will not say Mediterranean ‘migrants’. Al Jazeera Reporter’s Notebook, 2015. Disponível em: <
<http://www.aljazeera.com/blogs/editors-blog/2015/08/al-jazeera-mediterranean-migrants-150820082226309.html>>. Acesso em 20 de maio 2020.
- MILLS, C. *Black rights/white wrongs: the critique of racial liberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- MONGIA, R. *Indian migration and Empire: a colonial genealogy of the modern state*. Durham, NC: Duke University Press, 2018.
- PECK, J.; THEODORE, N. Politicizing contingent work: countering neoliberal labor market regulation...from the bottom up? *South Atlantic Quarterly*, v. 111, n. 4, 2012, p. 741-761.
- ROSE, N. *Powers of freedom: reframing political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SCHINKEL, Willem. Against “Immigrant Integration”: For an End to Neocolonial Knowledge Production. *Comparative Migration Studies*, v. 6, n. 31, 2018, p. 1-17.
- SHARMA, N. *Home Rule: national sovereignty and the separation of natives and migrants*. Durham, NC: Duke University Press, 2020.
- STEVENS, J. U.S. government unlawfully detaining and deporting U.S. citizens as aliens. *Virginia Journal of Social Policy & the Law*, v. 18, n. 3, 2011, p. 606-720.
- TORPEY, J. *The invention of the passport*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

URRY, J. Mobile sociology. *The British Journal of Sociology*, v. 51, n. 1, 2000, p. 185-203.

URRY, J. *Mobilities*. London: Polity Press, 2007.

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies*, v. 30, n. 6, 2007, p. 1024-1054.

WALSH, J. Watchful citizens: immigration control, surveillance and societal participation, *Social and Legal Studies*, v. 23, n. 2, 2014, p. 237-259.

WILLIAMS, M. S. *Voice, trust, and memory: marginalized groups and the failings of liberal representation*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

WIMMER, A.; GLICK SCHILLER, N. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. *Global Networks*, v. 2, n. 4, 2002, p. 301-334.

YOUNG, I. Polity and group difference: a critique of the ideal of universal citizenship. *Ethics*, v. 99, n. 2, 1989, p. 250-274.

YUVAL-DAVIS, N.; WEMYSS, G.; CASSIDY, K. *Bordering*. London: Wiley, 2019.

Nota biográfica

Bridget Anderson é Doutora em Sociologia pela Universidade de Oxford.

Professora Titular na Escola de Sociologia, Política e Estudos

Internacionais, Universidade de Bristol.

E-mail: bridget.anderson@bristol.ac.uk

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8071-2021>

Recebido em: 28 de abril de 2021

Aceito em: 05 de junho de 2021

Criação musical a partir de caminhadas em uma cidade do Norte Global e o corte da pandemia: uma experiência composicional na cidade de Berlim em meio à quarentena do Covid-19

Alexandre Sperandéo Fenerich

Resumo: O texto narra a criação de uma peça musical para voz, sons fixados e sons eletrônicos a partir de caminhadas de captação sonora pela cidade de Berlim, Alemanha. O projeto original buscava refletir sobre as desigualdades culturais e sociais contidas em uma cidade cosmopolita, ou seja, com forte presença imigratória, pela coexistência de povos provindos dos mais diversos países do Sul global. A questão que norteava a pesquisa era como esta diversidade se manifesta sonoramente nas ruas. Entretanto, o autor foi surpreendido pela pandemia, que impediu a integralidade de suas captações, mas que gerou uma intensa atividade onírica, a qual foi absorvida pela peça musical. Esta atividade refletiu e sobrepôs-se ao material já gravado, sendo manifesta pela inclusão, na peça, de trechos de narrativas de sonhos e do conto *A Terceira Margem do Rio*, de Guimarães Rosa, que espelhava sua situação de isolamento linguístico e social. Estratégias composicionais para integrar estes conteúdos textuais com o material sonoro bruto encontrado nas ruas também serão apresentadas.

Palavras-chave: campo de gravações; caminhadas sonoras; Norte e Sul Global; composição musical; pandemia.

Musical Creation upon walkings on a city from Global North and the pandemic cut-off: a compositional experience in the city of Berlin among the Covid-19 quarantine

Abstract: The text describes the creation of a musical piece for voice, field recorded sounds and electronic sounds based on walkings for sound captions on the city of Berlin, Germany. The original project intended to reflect on the social and cultural inequalities enclosed by a global city, i.e, with strong migratory

presence, by the co-existence of people originated from the most diverse countries of the Global South. The main research question was how the diversity manifests as sound on the streets. However, the author has been taken by the pandemic, which prevent the whole of his captions but has created a strong oneiric activity, which has been absorbed by the piece. This activity has mirrored and has imposed on the previously material captured on the streets, being showed by the inclusion, on the piece, of excerpts from dream narratives and of the novel *A Terceira Margem do Rio*, by Guimarães Rosa, which had similarities with the author's linguistic and social isolation. Compositional strategies for the integration of textual contents and the rough sound material will also be presented.

Keywords: field recordings, soundwalks, Global South and North, musical composition, pandemic.

Creación musical basada en paseos por una ciudad del Norte Global y el corte de la pandemia: una experiencia compositiva en la ciudad de Berlín en la cuarentena del Covid-19

Resumen: El texto narra la creación de una pieza musical para voz, sonidos fijos y sonidos electrónicos a partir de paseos de captura de sonido por la ciudad de Berlín, Alemania. El proyecto original buscaba reflexionar sobre las desigualdades culturales y sociales contenidas en una ciudad cosmopolita, es decir, con una fuerte presencia migratoria, debido a la convivencia de pueblos de los más diversos países del Sur global. La pregunta que guió la investigación fue cómo esta diversidad se manifiesta en las calles. Sin embargo, el autor se mostró sorprendido por la pandemia, que impidió completar sus capturas pero que generó una intensa actividad onírica, que fue absorbida por la pieza musical. Esta actividad reflejó y superpuso con el material ya grabado, manifestándose por la inclusión, en la pieza, de extractos de narrativas oníricas y del cuento *A Terceira Margem do Rio*, de Guimarães Rosa, que reflejaba su situación de aislamiento lingüístico y social. También se presentarán estrategias compositivas para integrar estos contenidos textuales con la materia sonora en bruto encontrada en las calles.

Palabras clave: grabaciones de campo, paseos sonoros, Norte y Sur Global, composición musical, pandemia

Introdução

Este artigo trata da peça *Sonhos Caminhos Fragmentos*, música composta especialmente para um concerto com a cantora e compositora Katia Guedes que compreendia o nosso trabalho, dentre outros, sendo que atuei como intérprete na sua composição, intitulada *Ad-diction*, e ela como intérprete na minha. Irei abordar a nossa criação exclusivamente para a peça de minha autoria, visto que tenho mais subsídios para reportá-la.

Esta peça foi encomendada para um repertório voltado a obras para canto e eletrônica, realizado na série *Unerhörte Musik*, em Berlim, em 12 de Maio de 2020¹, e que contou ainda com as peças de Luigi Nono, Laura Mello e Vania Dantas Leite. O concerto aconteceu no início do relaxamento das restrições sociais dadas pela pandemia de Covid-19 na cidade e, portanto, não contou com público ao vivo, mas apenas com a transmissão pela internet. Foi nesta situação insólita, permeada pelo medo do contágio, que ensaiamos e criamos as peças.

Inicialmente, minha pesquisa não previa a composição de uma música com a participação de uma intérprete, e tampouco da voz. Meu projeto inicial, o qual aprofundarei à frente, limitava-se à criação de uma peça *acusmática* ou de uma instalação a partir de gravações de campo na cidade de Berlim (*field recordings*). O convite para o concerto e a pandemia, entretanto, desviaram do plano inicial e introduziram problemas composicionais e de interpretação que enriqueceram a experiência de sua realização. Este artigo, portanto, abre-se com a descrição deste plano inicial e de sua motivação conceitual para, em seguida, discutir como o grande evento conjectural que nos atingiu a todos - a pandemia - desviou das intenções iniciais. Posteriormente, descreverei o modo como a composição trabalhou para integrar sons gravados da cidade com a voz ao vivo. Uma seção do texto se dirige a mostrar e a discutir, a partir da minha experiência e de uma entrevista com a intérprete, como ela compreendeu os três diferentes modos de interpretação sugeridos na peça e qual foi a sua escuta das gravações de campo, inseridas na camada *fixa* da obra. Por fim, apresentarei o caráter inconcluso do trabalho.

Vale ressaltar, de início, que esta música tem três camadas simultâneas: a primeira é uma montagem em *tempo indireto* (sobre suporte fixo) a qual foi feita quase que exclusivamente de sons gravados, na cidade de Berlim, a partir de caminhadas de escuta à procura de vozes que dessem conta de sua diversidade linguística. Uma segunda camada se deu pela voz ao vivo da cantora, seja falada, seja cantada. E uma terceira ocorreu pelo processamento de sua voz em tempo direto por meios computacionais realizada por mim, fato que também me fez intérprete da obra.

Feitas estas observações iniciais, passemos agora para uma discussão sobre o projeto inicial do trabalho e a importância crescente que a voz ao vivo foi tomando ao longo da composição.

Field Recording sobre o Sul Global em uma cidade cosmopolita do Norte

O trabalho composicional desta peça iniciou-se a partir do tema do projeto de

¹ Um registro desta versão em áudio pode ser escutado aqui: https://ia801506.us.archive.org/9/items/peca_live/peca_live.wav, acesso em 14/04/2021.

pesquisa que me levou à cidade, pela prática de caminhadas por Berlim, munido de microfones binaurais acoplados em meus ouvidos. Esta prática resultou em dois aspectos nas gravações: primeiro, o de oferecer uma imagem estereofônica muito similar à da minha escuta, traduzindo também meus movimentos de corpo e de cabeça. Segundo, como os microfones se disfarçavam de fones de ouvido, não se evidenciava ao transeunte que cruzava comigo que eu o estava gravando. Este aspecto, apesar de esbarrar em uma questão ética insolúvel e que, algumas vezes, se tornou tensa, permitiu-me registrar, sem estranhamento, o ambiente cotidiano das pessoas nas ruas - embora o procedimento ainda me incomode: tal qual um espião, realizei documentos em áudio de conversações, aos quais desconheço totalmente o significado, atendo-me somente ao seu aspecto sonoro. E, sobretudo, fiz esse registro em populações que, muitas vezes, se encontram vulnerabilizadas cuja presença na cidade é, por vezes, ilegal.

Em geral, este foi o principal motor dessa pesquisa: uma prática de *jornalismo sonoro*, para me utilizar do termo do músico e artista sonoro inglês Peter Cusack sobre prática semelhante (CUSACK, 2013). Ou seja, reportar, por via do som, uma realidade social, como o fez Luc Ferrari em *Presque Rien n. 1* (KIM-COHEN, 2009, p.179). No meu caso específico, o projeto era o de, em uma metrópole, com forte presença imigratória de diversos povos provindos do Sul Global², registrar suas sonoridades, nesta que é uma cidade-ícone da pós-modernidade, dada pela queda do Muro que leva seu nome, em 1989, e que marca o fim dos regimes comunistas na Europa. Segundo Masci (2013), o evento pontua o início de uma época em que se tem uma cidade sem território, indiferenciada, uma espécie de tábula rasa na qual, supostamente, os conflitos sociais ou políticos teriam sido apaziguados - contradições resolvidas em uma era de pleno mercado. Ainda para Masci, a reunificação da cidade, ou a ideologia da reunificação, homogeneizou diferenças sociais e culturais entre as duas partes da antiga Berlim. A consequência política é uma espécie de atordoamento: “Espaço saturado de imagens vazias em que a subjetividade fictícia universal, finalmente livre de suas inibições, vem satisfazer suas necessidades de escape” (MASCI, 2013, p. 16), “tempo vazio de sua substância” em que se “concilia o *business* do divertimento e da revolta” (MASCI, 2013, p. 16).

Entretanto, se por um lado há uma homogeneização social que resulta em uma apatia política, por outro, esta ideia só se refere aos habitantes do Norte, pois não reflete a realidade dos trabalhadores não-falantes de alemão, ou, pelo menos, aqueles que não dominam perfeitamente a língua de modo a obterem posições profissionais com maior *status*. Desta forma, enquanto que o estado de bem-estar abriga os falantes da língua, os demais estão mais sujeitos às marés do livre mercado. A língua alemã é uma forma de acesso social, e não dominá-la simboliza estar fora de uma cidadania plena - muito embora esta seja apenas uma asserção embasada pela minha impressão ao morar na cidade por um ano e

² O filósofo Boaventura de Souza Santos afirma que o termo Sul Global refere-se mais a uma geografia social que espacial: ao Sul estão países ou povos que sofreram processos mais ou menos recentes de colonização, cujo resultado se reflete no tocante à determinação e hierarquização do modelo epistemológico dominante. Os países ao Sul são tidos como subalternos aos do Norte, e isso se reflete social e economicamente. Mas, para ele, “o Sul está no Norte” na medida em que, levados por guerras ou crises econômicas, enormes populações provindas do Sul têm migrado em massa para os países do Norte (SANTOS, 2011).

conviver diariamente, no meu curso de alemão, com imigrantes de diversos lugares do Sul Global.

Figura 1: Fachada e grade, Berlim 2020



Fonte: Autor

O intuito de ouvir estas vozes é o de se atentar à sua sonoridade: o meu encontro com elas, presentes ao mesmo tempo e em uma mesma cidade, resulta numa experiência de escuta muito diferente da que tenho nas cidades brasileiras, em que tal variedade não ocorre com a mesma intensidade ou que, pelo menos, não ocorre com a mesma combinação de sonoridades. Mas, era o fato de eu não me situar em uma cidade cuja língua principal eu assimilo e, portanto, por eu me encontrar deslocado do ponto de vista linguístico, que encontrei a minha principal motivação. Pois esta condição acentuou minha curiosidade estética: a variedade linguística que me interessava se apresentava, por exemplo, na Alexanderplatz, lugar de comércio popular em que estas vozes se encontravam, confluíam e se misturavam, em um ambiente em que o contexto, seja social, político ou cultural, me era estranho³.

³ Meu trabalho ressoa o projeto pioneiro de Fátima Carneiro dos Santos (2002) que, em uma perspectiva diferente, propõe uma “escuta nômade” das ruas, para além de uma “escuta habitual” destes espaços, qual seja, “aquela que se descodifica índices através dos sons cotidianamente presentes nas ruas”, ou de uma “escuta musical”, ou seja, “aquela que o músico tende a tecer ante a esse entorno sonoro, buscando uma organização musical” (SANTOS, 2012, p.108). Propõe, assim, uma escuta das ruas aberta “ao imediatismo da sensação” (SANTOS, 2012, p. 104). Meu interesse, embora também de um “ouvinte/pedestre” das ruas (SANTOS, 2012, p. 108) é, todavia, mais restrito: mesmo que busque igualmente ater-me livremente - fora de escutas ligadas à minha tradição musical - às sonoridades das ruas de Berlim, através das vozes de seus passantes, não posso deixar de marcar diferenças estéticas, sociais e políticas manifestas nas vozes escutadas, e de tentar significá-las na composição. As escolhas dos materiais, entretanto, passam por uma tomada estética que pode, admito, adquirir tons exotizantes das vozes captadas. Mas não temi esta aproximação: tentei evitar sonoridades que me pareciam inequivocamente ocidentais ao mesmo tempo em que permaneci aberto ao “imediatismo da sensação” a que se refere Fátima Carneiro dos Santos em suas

Fiz, assim, uma série de passeios a pé, tanto nos arredores desta praça quanto no bairro de Neukölln, que concentra uma forte presença turca e síria - dentre outros lugares. A metodologia escolhida - as gravações de trajetos feitos a pé - buscou integrar o contínuo da escuta com o da experiência de transitar caminhando pela cidade, modo de locomoção que privilegia um contato direto e não mediado com o tecido urbano. O geógrafo Milton Santos pensa sobre as qualidades deste modo de se situar nestes espaços - as qualidades dos, para si, “homens lentos”, que não esquadrinham a cidade na velocidade vertiginosa dos meios de transporte contemporâneos ou das trocas de informações e capitais que as tecnologias digitais proporcionam. Em oposição a estes, “envoltos nas teias de uma racionalidade invasora de todos os arcanos da vida” (SANTOS, 1997, p. 85), se movimentam os que podem transcorrê-la no andamento exigido pela economia globalizada do mundo contemporâneo. Para Santos, os *homens velozes* “acabam por ver pouco da Cidade e do Mundo”, sendo que “sua comunhão com as imagens, frequentemente prefabricadas {sic}, é sua perdição” (idem, ibidem). Já os homens lentos, por não poderem acompanhar a velocidade das imagens oferecidas pela mídia ou pelo capital, “acabam descobrindo fabulações” (idem, ibidem) nos seus percursos cotidianos povoados de encontros com o novo.

Enquanto professor e músico, o dia a dia do meu trabalho é o dos *homens velozes*, ou seja, totalmente mediado por *imagens pré-fabricadas*. A Berlim de 2019 é uma cidade-marco desta velocidade vertiginosa, justamente, por construir identidades ligadas a um suposto estado utópico de livre expressão, na qual o sujeito ocidental contemporâneo encontra condições plenas para o desenvolvimento do espírito, conforme ideais formulados pelo humanismo. Mas esta identidade construída esconde as contradições dadas pelo livre-mercado no Norte-Global: desigualdades sociais e culturais que pesam sobre os imigrantes, a quem, enquanto não-europeus, está vetada uma cidadania plena no modelo do estado de bem-estar social (KOTEF, 2015). O caminhar pela cidade escutando-a revelou-me estas fraturas: ao estar atento às diversas línguas de seus habitantes, presenciei tanto uma imensa variedade de falantes quanto situações de tensão social em que minha própria presença - a de um sujeito certamente não-alemão, mas branco e supostamente privilegiado - foi notada e posta em conflito. Assim, se minha metodologia era, inicialmente, a de adotar a postura de trabalhadores que caminham nas ruas, minha própria figura destoava daqueles, visto que minha atividade era, ou evidente - como quando fotografava - ou tida por ócio. Eu encarnava a figura do *flâneur*, e como apontou muito bem a artista e pesquisadora mexicana Amanda Gutierrez (GUTIERREZ, 2018, p. 324), este papel é um privilégio de gênero, raça e classe, sendo que a minha diferença com os demais passantes daquela vizinhança era evidente. Assim, embora estivesse em um regime de locomoção similar aos trabalhadores *lentos* e, portanto, em simetria com a sua escuta da cidade, meu lugar social se distinguia daqueles por conta do meu *não-trabalho* e de minha aparência.

O contexto pandêmico

Vozes e alteridades

Com a quarentena forçada pela pandemia, as possibilidades de passeio tornaram-

reflexões e práticas, precursoras das nossas, mesmo que tal aproximação fosse superficial.

se impossíveis. No máximo, foram realizadas caminhadas no meu bairro mas, pouco a pouco, mesmo estas, se tornaram difíceis, dado o medo do contágio e o súbito desaparecimento de qualquer vestígio sonoro humano nas ruas. Em uma gravação da Alexanderplatz, próxima ao meu apartamento, em pleno horário comercial, a praça está completamente vazia, com comércio fechado, e o único som presente era o dos corvos. A cidade-marco do frenesi moderno desde os anos 1920, com subsequentes períodos de destruição/reconstrução altamente ruidosos, teve seu movimento estancado abruptamente, e isso era evidente, sobretudo, no plano audível.

Com a quarentena, dois fatores levaram-me a pensar no uso do material obtido antes da construção da peça. Por um lado, não podia frequentar um estúdio para a realização da instalação planejada e este projeto teve que ser adiado. Por outro, imaginei que um processo de transcrição tanto em alturas e ritmos quanto das sílabas de fragmentos das vozes gravadas nas ruas, inclusive com eventuais ruídos e interferências, poderia ser um processo de intensificação da apreensão das línguas e falares dos imigrantes. A composição de uma performance vocal, a partir de extratos re-escritos destas gravações de vozes, me pareceu uma experiência quase terapêutica em um momento em que não se sabia por quanto tempo ficaríamos em quarentena e quais as consequências daquele estado.

Passei, então, a lidar com esta alteridade linguística: evitei excertos que eu reconhecia como de línguas ocidentais com as quais tenho certa iniciação⁴, buscando nas demais línguas tanto sonoridades rítmicas e melódicas que me interessavam quanto uma variedade fonética. Como não sabia quais línguas estava escutando, não me preocupei, na transcrição, com uma correção fonética nos seus contextos, mas apenas que fosse simples para a realização pela intérprete, uma cantora brasileira. No entanto, fui rigoroso na recriação rítmica e, tanto quanto possível dentro do escopo temperado⁵, na das alturas. Além disso, não privilegiei conversações ou discursos estáticos, mas “revoadas” que passavam por mim, à medida em que eu caminhava. As amostras sonoras são, assim, incompletas, fragmentadas e com a aspereza das ruas. Dentre muitas transcrições realizadas, saliento algumas que foram de fato utilizadas na peça⁶:

⁴ São as línguas: português, inglês, francês, alemão, italiano e espanhol. Elas coincidem, não por acaso, com aquelas disseminadas pelos países colonizadores seja nos séculos XVI e XVII, seja nos séculos XIX e XX.

⁵ “Afinação temperada” é o termo que, em música, ficou conhecido por referir-se, desde o século XVII, ao modelo de afinção ocidental, que dá a cada semitom um intervalo rigorosamente igual, dividindo assim a oitava em doze partes iguais. Há outros modelos de afinção temperada e, mesmo no Ocidente, há afinções desiguais cujos semitons possuem intervalos distintos, mas estas não são, hoje em dia, o padrão nesta música. Como a voz falada dificilmente se enquadra nos intervalos da afinção temperada, e, para facilitar um método de comunicação entre a composição em si e a intérprete, optamos por manter a transcrição com esta lógica de afinção.

⁶ Os fragmentos em áudio destas vozes podem ser escutados nesse link: https://ia601902.us.archive.org/15/items/exemplos_samples/exemplos_samples.wav

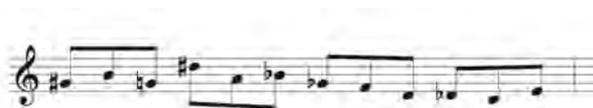
Figura 2: Três transcrições de amostras vocais das ruas de Berlim



Fonte: Partitura do autor, 2020

O material transcrito resultou em uma série de motivos que apareceram inicialmente conforme suas alturas originais, entremeados por pequenos fragmentos melódicos baseados em ideias da quebra brusca de registro vocal do teatro Kabuki⁷ (o qual foi uma aparição em sonho), os quais foram associados às sílabas dos excertos. Todo o trecho foi livremente organizado a partir da série dodecafônica que segue:

Figura 3: Série dodecafônica que estrutura a “Aria” (parte B) da peça

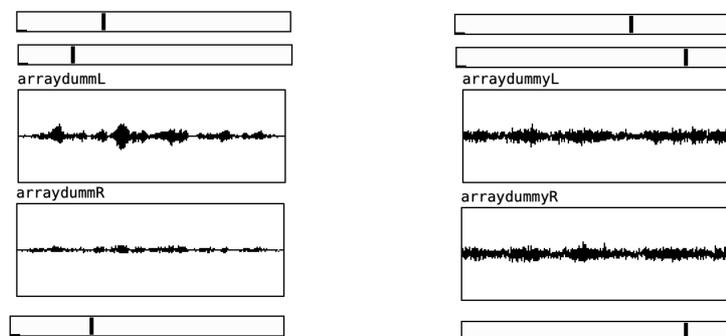


Fonte: Partitura do autor, 2020

A escolha de uma série dodecafônica, uma estratégia ao mesmo tempo arcaica, por resultar em sonoridades que remetem inevitavelmente à música atonal dos anos 1920-30, quanto incongruente com o material original, de origem não-ocidental, deve-se a algumas razões as quais julgo relevante discutir. Em primeiro lugar, trata-se de uma homenagem à cidade em que o atonalismo floresceu e teve tantos adeptos. Por outro lado, a aproximação da voz cantada, organizada desta forma, com as próprias vozes das ruas que, conforme veremos, soam ao mesmo tempo que a voz cantada e que possuem outra lógica e outro gesto, gera um certo eco como se, ao tentar reproduzir aquelas vozes a cantora-personagem não conseguisse fazê-lo. Há uma incongruência inconciliável entre a imitação e o modelo. E, por fim, a série foi baseada nas alturas dos primeiros fragmentos transcritos (como é possível constatar ao comparar-se a Figura 2 com a Figura 3), de modo que permitiu-me transpô-la de modo ordenado sem que os fragmentos, quando repetidos na Aria, fossem alterados significativamente.

⁷ O Kabuki é uma das práticas teatrais tradicionais do Japão. Mais recente que o teatro Noh, originalmente opunha-se ao formalismo daquele, restrito à nobreza, e nasce em contexto urbano e secular. Inicialmente era executado por mulheres, depois por jovens atores, mas desde o século XVII sofreu a censura do governo, que proibiu as atrizes e jovens atores de atuarem por associá-los à prostituição. Desta forma, este teatro tradicionalmente restringe-se a homens maduros que imitavam personagens femininos ou crianças, quando nestes papéis. Talvez este fato, além de ser extremamente expressivo, marque as características vocais das performances: em geral, ao contrário do teatro do Ocidente, cuja entonação mantém-se em duas ou três notas, no Kabuki a extensão pode ser de “duas oitavas ou mais” (HIRSCHFELS-MEDALIA, 1984). E se no Ocidente a performance vocal para salas grandes de teatro exige o predomínio da projeção de vogais, no Kabuki, cujas performances se dão em espaços menores, há um predomínio da projeção de consoantes, além de todo o tipo de expressões não-verbais (HIRSCHFELS-MEDALIA, 1984).

Figura 4: Programação em Pure Data. Em cada bloco, os primeiros dois retângulos menores indicam o início e fim de cada seleção, sendo a amostra sonora indicada pela janela de waveform, abaixo deles. Os retângulos abaixo da waveform indicam o ponto onde se encontra a execução sonora.



Fonte: Patch do autor, 2020

Mas uma outra ideia composicional surgiu decorrente desta variedade de trechos captados. Conforme meu caderno de notas da época, foi a da criação de um “robô meta-línguas, mastigador de vozes com sons das ruas, que cospe um monstro de muitas cabeças”. *O robô* materializou-se em uma programação em *Pure Data* que selecionava um trecho aleatório de uma amostra sonora e misturava com o trecho aleatório de outra - da amostra 1, selecionava da sua primeira metade, e da 2, da segunda. Feita esta operação, a programação selecionava, de um conjunto de dezenas, mais duas outras amostras, e assim sucessivamente. A intenção era a de formar compostos linguísticos, como se a seleção automática das amostras criasse sílabas hipotéticas a partir não apenas de sons vocais, mas também de sons de pássaros ou de elementos percussivos, encontrados nas ruas⁸. Como o ajuste de repetição de cada trecho de amostra (*loops*) podia ser acionado, muitas vezes o resultado trazia mais esta complexidade rítmica ao material sonoro. Além disso, no mesmo instrumento podia-se realizar mesclas simultâneas entre os trechos das duas amostras selecionadas por operação⁹.

Este material serviu de base para a seção central da peça, na qual a cantora realiza, como mencionei, esta espécie de *Aria* com os trechos transcritos, os quais dialogam com elementos da micromontagem automática de amostras descritas acima, que provinha das próprias amostras que geraram a transcrição.

Sonhos: procedimentos oníricos de criação textual

Mas o principal impacto da pandemia na concepção desta peça diz respeito ao que aconteceu com meu estado psíquico no início da quarentena. Durante o período do confinamento, minha atividade onírica se acentuou enormemente, e

⁸ O material resultante pode ser escutado aqui:

https://ia601409.us.archive.org/29/items/artigo_202010/artigo.wav

⁹ Um trecho deste material com *loops* e simultaneidades pode ser escutado aqui:

https://ia803208.us.archive.org/26/items/exemplos_mesclas/exemplos_mesclas.wav

decidi incorporar no trabalho seja extratos de narrativas de sonhos, seja o que denominei procedimentos oníricos de confecção textual, e ainda, uma atmosfera de pesadelo que permeia todo o projeto. Passo, então, a descrever os procedimentos de permutação de textos, que envolveram excertos tanto de narrativas de dois sonhos quanto do conto “A Terceira Margem do Rio”, de Guimarães Rosa, assim como de frases extraídas do meu caderno de notas de composição.

Cabe ressaltar que a escolha do conto de Rosa foi feita por este ressoar meus sonhos em dois aspectos. O primeiro diz respeito a meu pai, que, anos antes, ficara dois meses em coma, isolado de tudo e todos, e sua figura reaparecia, então, no meu imaginário muito fortemente em paralelo ao personagem do pai no texto de Guimarães. Outro aspecto dizia respeito a mim e a minha esposa, que nos meus sonhos também éramos identificados com o mesmo personagem, isolados como num barco, sem família ou amigos próximos e, no exterior de casa, nem mesmo a língua materna. Se, antes, éramos estrangeiros na cidade, nossa fronteira passou a ser a porta de nosso apartamento¹⁰.

Escolhidos os extratos textuais, decidi que faria com eles uma espécie de *remix* inicialmente aleatório para escolher frases soltas que, combinadas, formariam um todo incoerente, mas orgânico. A técnica é inspirada no *cut-up*¹¹ utilizado por William Burroughs na novela *The Soft Machine*¹²: em uma programação em Max/MSP, combinei a fusão de um extrato textual com outro a partir da escolha aleatória em sua enésima palavra, a partir da qual o extrato 1 seria cortado e combinado com um extrato 2.

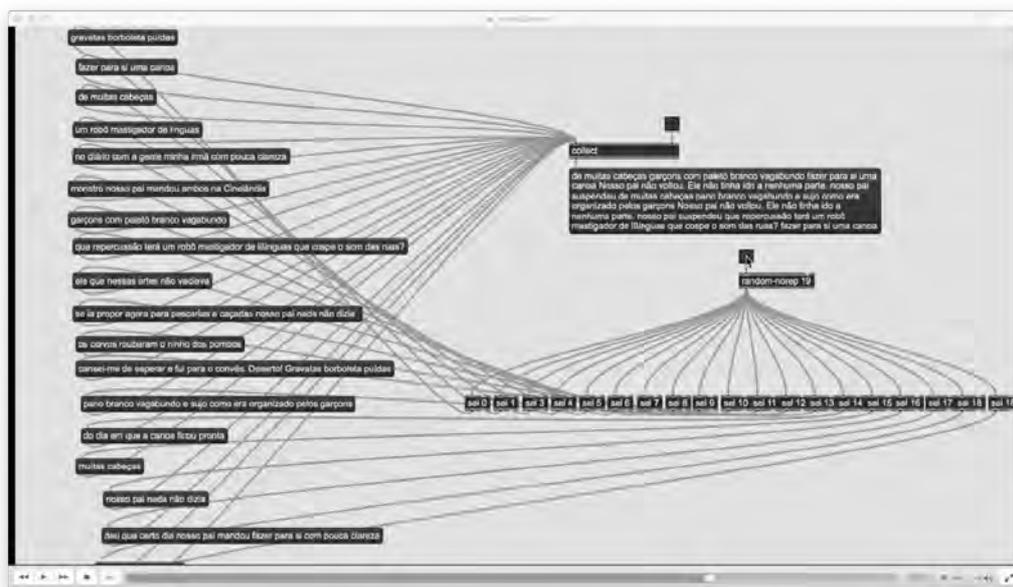
¹⁰ Paul B. Preciado faz uma reflexão a respeito do biopoder na era pós-coronavírus, mostrando exatamente como a noção de imunização - em paralelo com a das fronteiras, que demarcam pertencente/não pertencente a uma comunidade, sai da esfera nacional ou transnacional (no caso da Europa) e se expande agora, no limite, até o domicílio e o corpo. Ver https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html, acesso em 30/10/2020.

¹¹ https://en.wikipedia.org/wiki/Cut-up_technique, acesso em 30/10/2020.

¹² https://en.wikipedia.org/wiki/The_Soft_Machine, acesso em 30/10/2020.

O resultado foi um corpo de frases que era a mistura de excertos textuais do conto de Rosa, de narrativas de sonhos e de minhas anotações sobre a peça, as quais foram posteriormente selecionadas aleatoriamente. Esse material foi a base da primeira cena, em que a cantora inicia murmurando o texto resultante e eventualmente vocaliza uma sílaba, mais adiante uma palavra, e depois uma frase. O trecho dura cerca de seis minutos iniciais. A escolha destes excertos que formaram o texto final foi feita pelo objeto *collect*, também no MAX/MSP:

Figura 7: seleção de excertos pelo objeto *collect* do MAX/MSP



Fonte: Patch do autor, 2020

O texto final e as indicações de voz murmurada *versus* vocalizada resultou na partitura que segue (em excerto) a qual se refere a parte A da peça (até 5'40''):

Figura 8: Excerto, partitura para voz do autor



A

{o texto em preto deve ser sussurrado}

{o texto em vermelho deve ser vocalizado}

00:00:10	Fazer para si uma canoa uma canoa uma canoa para si uma canoa. {repetir esta frase até o minuto 1}
00:01:00	Fazer para si uma canoa uma canoa uma canoa para si uma canoa. Fazer para si uma canoa para si uma canoa uma canoa uma canoa uma canoa. Fazer no diário com a gente minha irmã com pouca clareza uma canoa uma canoa no diário gravatas-borboleta puídas uma canoa uma canoa Monstro nosso pai mandou ambos na Cinelândia uma canoa Fazer para si uma canoa Pano branco vagabundo e sujo uma canoa uma canoa como era organizado pelos garçons uma canoa. Meu pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte uma canoa Nosso pai suspendeu uma canoa uma canoa uma canoa

Fonte: Patch do autor, 2020

Essa declamação, microfonada, passa por procedimentos de gravação-execução, com envelopes de dinâmica, filtragem e panorâmica programados em Max/MSP, além de um banco de filtros e *delays* - realizados ao vivo. Para tais processos aproveitei-me de um *set* que venho utilizando desde 2010 em situações de eletrônica ao vivo, o qual dá certa identidade aos meus trabalhos. É construído, no primeiro caso, a partir de gravações de até cinco segundos cujo ritmo de execução, o envelope (dentre seis modelos), a distribuição panorâmica

e o desenho de um filtro passa-banda são automatizados a partir de escolhas aleatórias balizadas por uma série numérica prévia - em suma, por um processo de automação em *loop* de amostras gravadas em tempo real. Estes procedimentos dão um caráter de *eco*, muito embora não periódico e não idêntico, visto que as reiteradas execuções do material gravado não são regulares, são por vezes fragmentadas, e o material sofre alterações de equalização, volume e panorâmica em cada execução.

Quanto ao banco de delays e filtragens, estes consistem em quinze blocos de delays com tempos escolhidos aleatoriamente (a partir de um determinado âmbito) que são acoplados a outros quinze filtros passa-banda cujo coeficiente é fixo, mas que possuem frequência de corte variável e igualmente aleatória. A cada acionamento, novos valores são gerados. O resultado é um *chorus* ou, por vezes, a sensação (artificial) de um *campo difuso* reverberante (MANNIS, 2008, p. 85) com dimensões flutuantes. Este banco de delays/filtros me permite, portanto, trabalhar em tempo real com aspectos texturais e com sensações de espacialidade distintas, conforme atenuo ou não seu efeito no som direto e conforme o ritmo das alterações dos valores.

O material de fundo: as gravações brutas das ruas

Se na parte B da peça utilizei-me de trechos de conversas para construir tanto o conteúdo vocálico da cantora quanto as inserções de micromontagens feitas a partir destas amostras, em todo o trabalho escuta-se uma sobreposição de muitas camadas de gravações contínuas das ruas. Estas foram feitas de novembro de 2019 a março de 2020, e podemos perceber o caminhar pelos arredores da Alexanderplatz, o interior da estação de metrô de Mehringdamm e uma caminhada que culmina na entrada em uma loja de doces turcos na Sonnenallee, no bairro de Neukölln.

Figura 9: Alexanderplatz, junho de 2020



Fonte: fotos do autor

Figura 10: *Alexanderplatz*, junho de 2020

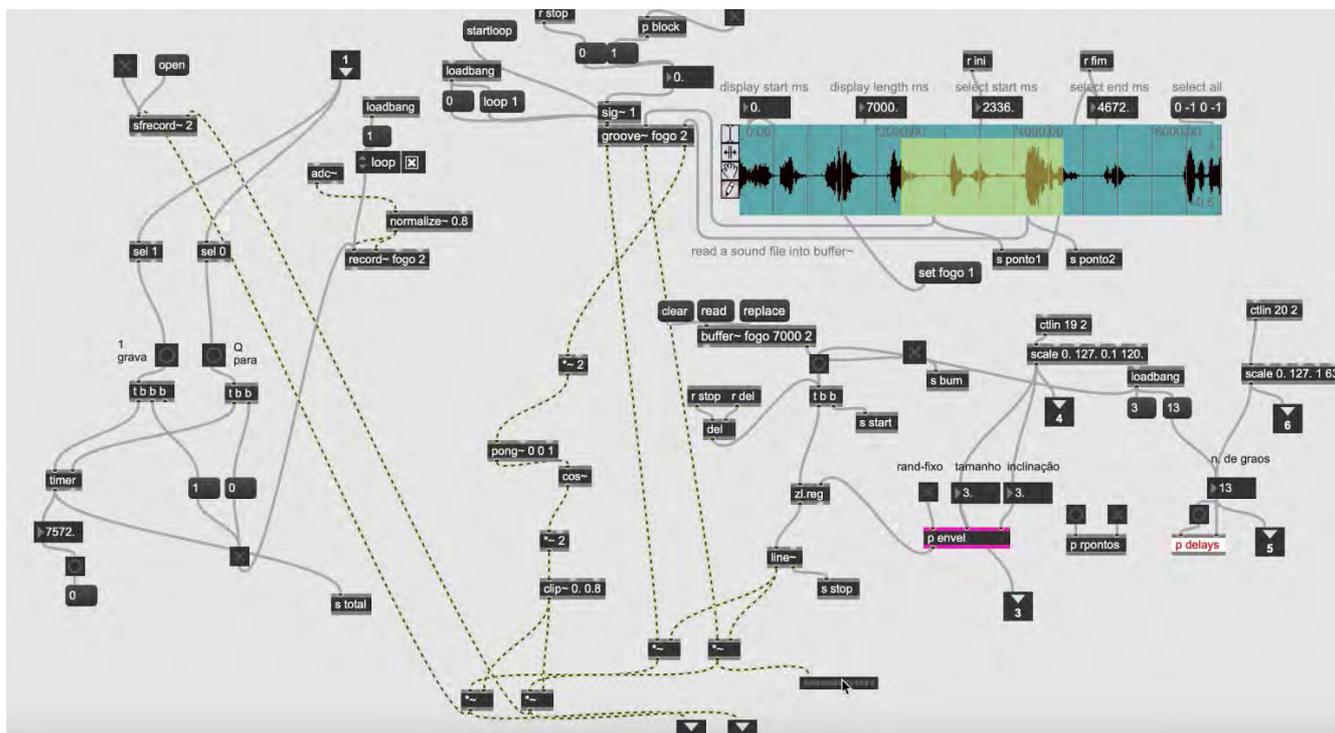


Fonte: Fotos do autor

Era meu intuito que estas gravações fossem, por um lado, registros das sonoridades da cidade que apareceram do meu encontro fortuito com elas, de modo a transparecer pouco, ou quase nada, de minhas intenções ou buscas. E por outro lado, em contradição a isto, que elas aparecessem enquanto imagem destas caminhadas, com a representação idêntica a uma câmera subjetiva cinematográfica - ou seja, que compusessem a imagem da escuta de um personagem-caminhante. À presença cênica da cantora, que traz fragmentos textuais, balbucios e explosões de vozes ininteligíveis - portanto de gestos fracionados - sobrepõem-se a estes longos contínuos em que se escutam os passos, os encontros e as vozes e demais fontes sonoras defronte ao personagem-caminhante. Há, assim, a exploração de uma polifonia imagética que somente o meio eletroacústico misto pode oferecer. As ligações entre os extratos desta polifonia se dão, por exemplo, na segunda parte da peça, na *Aria*, em que os fragmentos cantados ressoam a micromontagem dos originais gravados.

Mas é a intervenção eletrônica ao vivo que busca homogeneizar ambas as camadas, seja na primeira ou na segunda parte. Na primeira, busca-se mesclar o material sonoro vocálico ao da gravação, de modo a criar um certo halo reverberante que confunde a origem das vozes captadas nas caminhadas com a voz da cantora, como se esta estivesse também na gravação das ruas. Isto é feito ao se ajustar o nível das repetições em loop das gravações de trechos da performance vocal e dos delays com o da camada pré-montada. O trabalho consiste, portanto, em uma mixagem em tempo direto de modo que estas duas faixas se equilibrem.

Figura 11: Granulador em MAX/MSP.



Fonte: Patch pelo autor

Já no caso da segunda parte, projetei um granulador em MAX/MSP que escolhia aleatoriamente trechos curtíssimos gravados da performance vocal ao vivo e os colocava em pequenos loops. Os resultados são o prolongamento ou de notas do extremo agudo, ou de consoantes fricativas¹³ cantadas, bem como da simulação de *glitches*¹⁴ ou outros ruídos. E tudo isso aproxima ainda mais a parte vocálica das micromontagens dos fragmentos, visto que estas também privilegiam tanto a repetição em curtos *loops* quanto a interação de ruídos e *glitches*.

Iludido em querer mostrar uma imagem neutra das sonoridades das ruas, perguntei a Katia Guedes, em entrevista, como foi para ela conviver musicalmente com sons da cidade em que vive há mais de trinta anos. A resposta dela me foi reveladora:

¹³ “Fricativas são produzidas pela obstrução do fluxo de ar em algum lugar da cavidade oral, criando assim um ruído dado pela turbulência do ar”(JANNEDY & WEIRICH, 2016, p. 2). “A libertação inicial de ar produz uma consoante oclusiva, mas a distensão que se segue é suficientemente lenta para produzir uma fricção audível, existindo assim, um elemento fricativo nestas consoantes”. (CORREIA, ASHBY & JANSSEN, s.d.). Assim, consoantes fricativas, quando isoladas de seu contexto fonético - como no caso da edição mencionada - aproximam-se dos sons gerados por *glitches* por constituírem ruídos complexos.

¹⁴ O termo *glitch*, se associado à música, relaciona-se a um som com referência indicial ligada a algum tipo de mau funcionamento digital dos aparatos de reprodução ou registro sonoro - um defeito. Tal elemento foi extensivamente explorado pelo músico japonês Yasunao Tone, pelo grupo alemão *Oval* e por *Alva Noto*, pseudônimo do artista e músico alemão Castern Nicolai. Para um estudo aprofundado do tema, ver OLIVEIRA, 2016.

Se no mar você vai lá e tira um balde d'água do oceano, o que você está obtendo? Pode ser que você tire um balde sem peixe. Então, o que é que você retira dessa mescla toda? Os sons que eu estou acostumada são um mundo musical, um tamanho. E quando você retira, grava e corta e monta, você tem um filtro, é o seu balde de água com os seus peixes, então esse seu balde pode ser diferente do meu - achei muito legal conviver com essa escolha, tem a ver com uma escolha que você faz dentro desse universo que você percebeu. A gente vai andando pela rua e vai ouvindo, graças ao John Cage... essa audição minha pode não ser igual à sua, apesar da gente estar morando exatamente na mesma cidade. Então basicamente nós estamos falando de uma escolha, e eu acho interessante porque sempre que você está falando de uma escolha, está falando de uma personalidade, então quando você escolhe, é a sua escolha, é o Alexandre que está escolhendo e tem o seu filtro - vamos dizer assim - que está ali presente, não é só a cidade, o som da cidade, é a sua definição, é a sua máscara, no sentido da máscara do corte, né?, é o seu corte ali que está presente, que tem a ver com você. (GUEDES, 2020, entrevista para o autor).

Para ela, portanto, não era uma Berlim genérica que ali estava, mas a cidade através da minha escuta. Isto parece óbvio, mas uma crença no dispositivo de captação, disfarçado em fones de ouvido, por vezes criou-me a ilusão de que eu era um mero espectador dos sons, que passavam por mim. Na verdade, eu fiz ressoar as minhas questões enquanto não-alemão, estrangeiro e, já na criação da peça, angustiado pelo isolamento social, a distância da família e o medo da morte. Isto fica ainda mais nítido na sua terceira parte. Neste trecho, uma longa transição após a *Aria* é feita pela escuta de um acordeonista, músico de rua gravado na estação de Mehringdamm, que tocava solo em modo menor em estilo de movimento lento Barroco. No mesmo espaço, algumas crianças gritavam - elas brincavam com algo que não me recordo enquanto esperavam pelo trem. Neste ambiente reverberante, fiz ressoar pequenos gestos provindos dos gritos ao adicionar a eles micromontagens de uma série de eventos decorrentes, enfatizando-as. O trecho conta com um ar sentimental, quase piegas, dado pela interpretação do acordeonista. Sobre esta sonoridade, em dado momento, a cantora declama claramente, pela primeira e única vez, a narração de um sonho. É, também, a primeira vez que sua voz não passa por nenhum procedimento de homogeneização com a parte pré-gravada:

Em outro sonho discuto com meu pai. Jogo na cara dele um punhado de papéis (dinheiro?) - em troca joga no meu rosto purpurina, e a sensação era de água como se respingasse com a mão molhada. Na boca gosto de Sonrisal. Ele sorri como quando, eu menino, desmanchava meu cabelo. (Partitura pelo autor, 2020).

Na partitura solicito que dure vinte e quatro segundos - tempo relativamente curto, mas que basta para ressignificar as imagens sonoras que cercam sua aparição: o movimento Barroco no acordeom, o vozerio das crianças e mesmo a reverberação dada pela estação do metrô viram um fundo onírico para outras imagens, dadas pelo texto. As imagens poéticas textuais e as levantadas pela camada pré-gravada são incongruentes e sua combinação, perturbadora.

Conclusão

O trabalho composicional de *Sonhos Caminhos Fragmentos* contou com uma

pesquisa pelas sonoridades de vozes não-ocidentais em uma cidade central do Norte Global. Mas, tomado pelas condições dadas pela pandemia - o isolamento social e linguístico - emergiram outras questões, pessoais, explicitadas pela atividade onírica, as quais passei a incorporar ao trabalho quase como uma forma de extravasá-las. O resultado talvez reflita a proliferação de procedimentos, métodos e linguagens: em um aspecto, escritura tradicional dodecafônica, edição sutil em suporte fixado (como em *Presque Rien*, de Ferrari), micromontagens, proliferação de *glitches*. Em outro aspecto, utilização de elementos cênicos (a partitura de murmúrios e vocalizações, que cria uma ilusão de falhas na microfonação - a qual ressoa os *glitches*), criação textual em três registros distintos: *cut up* de textos, transcrição de vozes passantes em línguas não-ocidentais e narrativa. E, finalmente, a utilização de procedimentos de transformação sonora tanto em tempo diferido quanto em tempo real.

Esta combinação exuberante de elementos acaba por criar uma cena musical fraturada, estranha, em que a imagem da escuta de uma cidade por um caminhante não-alemão é combinada com a presença de uma cantora cuja performance comenta, contrasta ou destoa desta imagem. Tal presença cria como que o efeito de uma escuta externa a estes materiais, trazendo uma perspectiva àqueles sons. Seu sentido ainda me foge, mas a peça continua a ser composta em dois outros movimentos subsequentes - já que continuamos no mesmo estado psíquico de quando fora criada, visto que a pandemia se estende há cerca de um ano. Tenho, portanto, motivação, embora negativa, para prolongar sua realização.

Referências

BURROUGHS, W. *The Soft Machine*. London: Fourth Estate, 2010.

CUSACK, P. Field Recording as Sonic Journalism. In: CARLYLE, Angus; LANE, Cathy (Orgs.). *On Listening*. Axminster: Uniformbooks, 2013.

CORREIA, M; ASHBY, S & JAN.SSEN, M. Consoante Obstruinte. *Portal da Língua Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Linguística Teórica e Computacional, s. d.. Disponível em <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/%3Faction%3Dterminology%26act%3Dview%26id%3D1061?action=terminology&query=fricativa>. Acesso em 02/07/2021.

GUEDES, K. & FENERICH, A. Entrevista realizada em 06/07/2020.

GUTIERREZ, A. Flâneuse. La caminanta. BREITSAMETER, S. & KARAKIZ, C. *The Global Composition 2018 - conference on sound, ecology and media culture - proceedings*. Dieburg: Hochschule Darmstadt, 2018.

HIRSCHFELD-MEDALIA, A. The Voice in *Wayang* and *Kabuki*. *Asian Theatre Journal*, vol 1 n. 2, 1984.

JANNEDY, S. & WEIRICH, M. The Acoustics of Fricative Contrasts in Two German

Dialects. *Proceedings of P&P*. Munich: Ludwig Maximilian University of Munich, 2016. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/MelanieWeirich/publication/309292155_The_Acoustics_of_Fricative_Contrasts_in_Two_German_Dialects/links/580889b508ae07c0baa544881/The-Acoustics-of-Fricative-Contrasts-in-Two-German-Dialects.pdf. Acesso em 02/07/2021.

KIM-COHEN, S. *In the Blink of an Ear - toward a non-cochlear sound art*. New York: Continuum, 2009.

KOTEF, H. *Movement and the Ordering of Freedom on Liberal Governances of Mobility*. London: Duke University Press, 2015.

MANNIS, J. A. *Design de difusores sonoros a partir do processo serial: adequação acústica de pequenas salas a performance e audição musical*. 2008. Tese (Doutorado em Música). Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

MASCI, F. *L'ordre Règne à Berlin*. Paris: Allia, 2013.

OLIVEIRA, R. A. *Glitch Music*. Juiz de Fora: Dissertação (Mestrado em artes). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Artes e Design, 2016.

PRECIADO, P. Aprendiendo del Virus: la gestión política de las epidemias pone em escena la utopía de comunidad y las fantasías inmunitárias de una sociedad, externalizando sus sueños de omnipotencia de su soberanía política. *El País*, Madrid, 28 de março de 2020.

ROSA, J. G. *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

SANTOS, B. Épistémologies du Sud. In: *Études Rurales*. No 187. Open Editions, 2011.

SANTOS, F. C. *Por uma escuta nômade: a música dos sons da rua*. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2002.

SANTOS, M. Elogio da Lentidão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 mar. 2001.

SANTOS, M. *Técnica Espaço Tempo - Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hugitec, 1997.

WIKIPEDIA. Cut-up Technique. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Cut-up_technique. Acesso em: 30/10/202

WIKIPEDIA. The Soft Machine. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/The_Soft_Machine. Acesso em 30/10/2020.

Nota Biográfica

Alexandre Sperandéo Fenerich é Doutor em Musicologia pela USP, com pesquisa sobre a relação entre música concreta, intimidade e voz. Trabalha com composição musical sobre mídias digitais, com foco em *live electronics*, espacialização aural e performances audiovisuais ao vivo. É professor adjunto do Instituto Villa-Lobos da Unirio e membro do Programa de Pós-graduação em Música da mesma universidade. Foi bolsista pelo edital Capes-Humboldt para pesquisador experiente em 2019-2020, desenvolvendo trabalho de pesquisa na Universität der Künste, Berlin.1z\

E-mail: alexandre.fenerich@unirio.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2868-2499>

Recebido em: 15 de abril de 2021

Aceito em: 10 de julho de 2021

**Tradução: “Lar é...”, de Sophia Cantave:
um ensaio autobiográfico sobre a diáspora haitiana
nos Estados Unidos**

Camila Rodrigues Francisco

Resumo: A tradução aqui apresentada objetiva fomentar o acesso às obras de escritoras haitianas, neste caso, que escrevem a partir de sua experiência em diáspora. O ensaio escolhido é de Sophia Cantave, escritora haitiana e professora residente nos Estados Unidos. A obra faz parte de um livro de poemas e ensaios intitulado *Butterfly’s Way: Voices From the Haitian Dyaspora in the United States*, organizado pela renomada escritora haitiana Edwige Danticat. As autoras abordam a questão da identidade em diáspora, atravessada pelas relações cotidianas e, no texto de Cantave, intermediada pela língua e pela linguagem.

Palavras-chave: diáspora haitiana; escritoras haitianas; mulheres haitianas; diáspora

**“Home is...” of Sophia Cantave: an autobiographic essay
about the Haitian diaspora in United States**

Abstract: The main object of this translation is to put forward the access to Haitian female writers and in this particular case, those who write about their diaspora experience. This essay is from Sophia Cantave, Haitian writer and professor in United States of America. Her text is part of a book of poems and autobiographical essays titled “Butterfly’s Way: Voices From the Haitian Diaspora in the United States”, organized by the famous Haitian female writer Edwige Danticat. The authors of the book approach the identity and question about diaspora crossed by the daily relationships and in Cantave’s text precisely, it is interposed by the language.

Keywords: haitian diaspora; haitian female writers; haitian women; diaspora.

“El lugar es...” de Sophia Cantave: un ensayo autobiográfico sobre la diáspora haitiana en Estados Unidos

Resumen: El objetivo de esta traducción es fomentar el acceso a obras de escritoras haitianas, en este caso, que escriben desde su experiencia en diáspora. El ensayo escogido es de Sophia Cantave, escritora haitiana y maestra, residente en Estados Unidos. La obra es parte de un libro de poemas y ensayos intitulado “Butterfly’s Way: Voices From the Haitian Dyaspora in the United States”, organizado por la renomada escritora haitiana Edwige Danticat. Las autoras abordan el tema de la identidad en diáspora entrecruzada por las relaciones cotidianas y en el texto de Cantave, intermediada por la lengua y el lenguaje.

Palabras clave: diáspora haitiana; escritoras haitianas; mujeres haitianas; diáspora.

Apresentação

O ensaio autobiográfico, aqui traduzido, é um dos textos *Butterfly's Way: Voices From the Haitian Diaspora in the United States*, livro organizado pela escritora haitiana Edwige Danticat. O percurso de encontro deste texto foi a busca por escritos de mulheres haitianas para a elaboração da dissertação intitulada “Trajetórias em diáspora: a experiência de universitárias haitianas de Belo Horizonte” (FRANCISCO, 2019). O mergulho foi de tamanho impacto que, além de outras menções, um trecho do ensaio *Home is...* é citado na epígrafe do referido trabalho.

O livro publicado em 2001 é apenas um da extensa bibliografia de Edwige Danticat, que nasceu em Porto Príncipe e reside nos Estados Unidos desde 1981. Segundo Leila Harris, “Danticat enfatiza o performativo, re-escrevendo a história a partir de narrativas individuais e coletivas” (HARRIS, 2010, p. 31). Suas obras de ficção são: *Breath, eyes, memory* publicada em 1994; a coleção de contos *Krik? Krak!*, publicada em 1996; *The farming of bones*, romance de 1998; *The dew breaker*, publicado em 2004; *Brother, I'm dying*, de 2007; *Claire of the see light*, de 2013; *Behind the mountains* de 2014; e, em 2020, foi publicada a obra *Everything inside*. A autora possui ainda obras não-ficcionais e outros escritos.

No Brasil, sua obra foi difundida em português por meio do seu livro de memórias *Brother, I'm dying*, traduzido como “Adeus, Haiti” por Geraldo Galvão Ferraz e publicado pela Editora Agir. Em entrevista para o jornal Substantivo Plural, Danticat fala sobre como contar histórias pode ajudar a cicatrizar as feridas profundas, aliviando seu peso em um senso de comunidade, senso esse que ela aponta como uma marca do caráter haitiano (COSTA, 2010). Importa mencionar que a obra *Breath, eyes, memory* descreve, justamente, a experiência de deslocamento de uma menina haitiana para os Estados Unidos, em que se cruzam questões relativas à identidade, à violência colonial e de gênero (SANTOS, 2015).

É com esta potência que Danticat organiza o compilado de textos de mulheres haitianas em diáspora, que pode ser livremente traduzido como “Caminhos das borboletas: vozes da diáspora haitiana nos Estados Unidos” (DANTICAT, 2010). Os voos das borboletas figuram a obra, cujos textos apresentam importantes reflexões sobre a força da diáspora haitiana nos Estados Unidos. Um elemento para pensar esse fenômeno está na eleição de Mia Love como prefeita de uma cidade no estado de Utah e da primeira congressista da cidade e do Partido Republicano estadunidense, descendente de haitianos, em 2014.

Nos textos compilados, além das questões subjetivas e cotidianas da diáspora, emergem, também, questões da história do país de origem. Temos um convite a vivenciar, por meio da escrita destas mulheres, uma literatura cujos eventos históricos aparecem como importantes marcas, seja pela dor – como a ditadura no país no século XX –, seja pela força e resistência – como as menções às grandes figuras da independência haitiana, como Touissant L'Overture, Jean Jacques Dessalines e Henri Cristophe. As escolhas destas autoras nos dizem muito sobre o impacto dos processos históricos no imaginário de haitianos e haitianas.

Sophia Cantave é a autora do ensaio a seguir. Também haitiana residindo nos Estados Unidos, ela é professora no departamento de inglês da Universidade Comunitária do Bronx, em Nova York. Seu texto foi escolhido justamente pela genial capacidade da escritora em manejar os afetos diaspóricos, por vezes

conflitantes e ambivalentes, por meio da linguagem. Essa experiência atravessa o seu ser de maneira lancinante; no entanto, é na relação - com os pais, os colegas e a língua - que ela se encontra e encontra respostas para suas questões e questionamentos. Fora de casa, ela faz um percurso de saída e de retorno para encontrar o seu lar.

Ainda que o ensaio chame a atenção pela habilidade da autora em transmitir seus sentimentos e vivências pela palavra escrita - que ela usa para organizar seus fragmentos de existência - não foram encontradas, até o momento da publicação deste artigo, obras de sua autoria exclusiva¹. Na literatura, entre as menções e textos da mesma, verificamos que ela participou do livro que discute a obra *Uncle Tom's Cabin*, da escritora norte-americana Harriet Beecher Stowe, no capítulo “*Who gets to create the lasting images? the problem of black representation in Uncle Tom's Cabin*”. A busca por mais preciosidades de Sophia Cantave continua. Por hora, deixo aqui o convite para a grandiosidade deste momento tão único, que é a sua escrita.

Lar é...

Eu escrevi estas palavras na última página do “O despertar para a desconstrução” de Bárbara Johnson² no dia 16 de outubro de 1994, durante meu primeiro semestre de graduação. De repente, em uma aula teórica sobre linguagem, eu me vi sem uma língua que fosse minha. Falando inglês, quando me era exigido um vocabulário diferente, eu respondia com uma troca de códigos, apreendendo o respectivo jargão e acompanhando rapidamente a mudança. Era uma habilidade inestimável e que eu sabia, mesmo na sétima série, que poderia me impulsionar para além dos limites da Quinta Avenida do Brooklyn - onde eu cresci como a filha de imigrantes haitianos - para os corredores da educação superior na Universidade de Tufts³. Claro que, haveria um sacrifício. Somente alguns anos depois me dei conta do que era: minha língua materna. Eu não estava segura se essa língua era o crioulo⁴. Eu só sabia que precisava falar algo que me escapou há anos. O inglês não era minha língua materna, mas eu me fiz acreditar que era. Eu não conseguia me lembrar de um momento em que não falei inglês. *Il n'y a pas de text*. Não há texto. Esta pequena frase em francês representava toda a minha raiva. Eu vivi com esse conceito por toda a minha vida adulta e, de repente, eu não o queria mais. *Il n'y a pas de text* parecia colidir frontalmente com a minha tradução das palavras em francês na bandeira haitiana: *L'union fait la force*. A união faz a força.

Comecei a escrever sobre mim. Revendo diários e cartas que eu escrevi ao longo dos anos, eu me vi expressando repetidamente a mesma ansiedade sobre a

¹ É importante ressaltar que o acesso que temos - enquanto brasileiros e falantes/leitores da língua portuguesa - à produção de autores estrangeiros e estrangeiras de países não-hegemônicos ainda é restrito. Os textos e menções encontrados da autora estavam em inglês.

² Tradução livre do título original *The Wake of Deconstruction*, publicado em 1994, obra que estabelece diálogos com Jacques Derrida e Paul de Man sobre o conceito de desconstrução. Não foram encontradas versões do livro em português. Barbara Johnson era escritora de Literatura e Teoria Crítica Literária, professora na Universidade de Harvard e tradutora. Incorporava em suas obras e escritos questões da psicanálise laciana e teoria feminista, com base no pós-estruturalismo.

³ A universidade está localizada no Estado de Massachusetts, há aproximadamente 350 km da Quinta Avenida no Brooklyn, no Estado de Nova York, onde a autora viveu e a família morava.

⁴ Língua oficial haitiana, escrita em inglês *kreyol* pela autora e *créole* no original.

língua, o desafio de manter uma parte essencial de mim enquanto me modelava e buscava por uma total fluidez. Ao fazer traduções simultâneas de qualquer coisa, inclusive de maneiras para conversar com minha mãe sobre os dizeres da bandeira haitiana, sentia-me flutuando entre fragmentos que estava sempre rearranjando. Para manter o controle destes fragmentos, tinha diários. Eu acreditava antes, e tenho certeza agora, de que a palavra escrita, em qualquer formato, me permite unir os pedaços dispersos de mim. As palavras que escrevi no meu diário eram inscritas em segredo. Aquelas eram palavras que raramente compartilhava com minha família, palavras que escondia ainda mais quando meu pai me perguntava sobre o que era que escrevia tanto. Eu teria que ler e depois traduzir o que havia lido. O inglês que ele e minha mãe me encorajaram a falar com perfeição também contribuiu para o aumento da distância entre nós.

Um dia, em uma aula teórica, a verdade me tomou de golpe: eu não era apenas uma menina negra, mas uma menina haitiana. Pela primeira vez desejei estar em casa, e minha casa era um monte de gente, uma cultura que eu conhecia pelo nome e aceitava pelo seu valor reconhecido, mas não conhecia intimamente. Utilizando o verso das páginas do despertar de Johnson, eu fiz uma ligação mental para minha mãe, imaginando que somente ela seria capaz de explicar porque eu não falava a língua de ninguém. Eu fiz a ligação e ouvi a minha própria voz me perguntar porque eu não tinha uma forma de *falar* com a minha mãe sobre o meu luto e tudo aquilo que me rasgava por dentro.

Eu não estava culpando a minha mãe, eu estava buscando uma língua materna. Até eu me surpreendi com as palavras que escrevi no fim do livro de Johnson. Eu estava admitindo que minha mãe e eu não falávamos a mesma língua e, ainda assim, eu sabia que era uma barreira linguística minha, não dela, que nos impedia de entendermos uma a outra. Eu queria encontrar uma ponte; eu queria aprender a falar uma língua esquecida.

Agosto de 1997, trecho do meu diário: Eu sempre tive problemas linguísticos, sempre senti que minha voz deixa muito espaço para problemas de entendimento, interpretação. Ter que sempre negociar quando e onde usar minha voz, por vezes, deixou coisas importantes sobre mim não ditas. Eu penso na Billie Holiday com todos os seus problemas, vivendo em fragmentos, se despedaçando, sussurrando “silêncio, não explique”⁵. Não ter que me explicar ou criar novas ficções sobre quem eu sou ou o que eu quero é o que procuro, como Billie. Mas nos meus diários eu continuo tentando explicar a mim mesma, minha família haitiana e nosso lugar neste país. Antes de ir para a faculdade, minha mãe me perguntou quando eu iria visitar o “meu país”. Levou um tempo para eu entender que ela estava falando sobre o Haiti, o lugar de onde todos nós migramos quando eu tinha cinco anos de idade. Até aí, eu nunca havia pensado no Haiti como um lugar para o qual as pessoas voltam. Ele nunca era mencionado, exceto como o local do qual as pessoas saem ou foram obrigadas a ir. Minha mãe raramente falava sobre as filhas que ela tinha deixado no Haiti, irmãs que eu raramente lembrava ou não lembrava. Em toda minha vida, o Haiti parecia um local mais distante e mítico que a África perdida dos afro-americanos. Eu nunca neguei ter nascido haitiana, mas também me fazia sentido me considerar afro-americana. Afinal de contas, o Haiti está nas Américas e sou afrodescendente. No entanto,

⁵ Trecho da música *Don't Explain*, da cantora negra norte-americana Billie Holiday, reconhecida por “cantar sua alma”.

eu sabia mais sobre a afro-América do que eu sabia sobre o Haiti. Durante a faculdade, eu busquei uma formação em literatura, história e cultura afro-americanas. E eu acreditei erroneamente que ser haitiana não exigiria um estudo formal ou uma investigação sobre a minha origem. O Haiti estava no meu nome e no meu lar. No entanto, eu ia embora para cada vez mais longe de casa e ainda não sabia como voltar e escolher o que levar de lá e o que deixar ir. Uma crise era inevitável - e como eu estava estudando linguagem e palavras, minha crise veio na sala de aula. Depois de todos estes anos, eu ainda não tinha uma língua própria. Eu teria que voltar à minha origem, ainda que eu não quisesse que a acadêmica em mim tornasse meu dilema pessoal em um tema de pesquisa. Esta jornada aconteceria por meio de minha mãe. Eu tinha que, humildemente, renunciar meus privilégios acadêmicos para ver o que os meus poderiam me oferecer - se eu pedisse. Para começar a consertar meu problema linguístico, eu tive que fazer o impossível: voltar para casa e “entrar no mesmo rio duas vezes”⁶. Eu havia ido embora para conseguir um diploma e agora eu queria voltar. Eu sabia que isso soaria uma maluquice para aqueles com aquele sotaque, que frequentemente tinham que pedir aos seus filhos que os traduzissem ou os acompanhassem em reuniões onde era exigido um “bom” inglês. Na minha família, voltar nunca pareceu uma opção. Voltar para casa sem um diploma era inimaginável. Por todo o trabalho duro que meus pais deram, eles precisavam que os filhos do novo país fizessem coisas que eles apenas imaginaram fazer. Eu fui a primeira dos novos, a quinta filha dos meus pais, mas a primeira que eles tiveram juntos. Eu tinha que ser mais que o que a Quinta Avenida, o Sunset Park, o Brooklyn me permitiam ser e superar seus sonhos tímidos.

Uma vez fiquei me perguntando se minha mãe alguma vez teve outros sonhos que não envolviam ser a cuidadora de uma enorme família fragmentada. Eu me perguntava se ela constantemente falava consigo mesma como eu falava comigo mesma sobre o meu futuro, sobre o caminho que eu queria escolher ao invés daquele que era esperado para mim. Eu temia o que poderia descobrir se o fizesse; era mais fácil planejar secretamente o meu futuro que perguntar a ela sobre seus sonhos de menina.

Eu sabia que meu pai confundia as escolas estadunidenses com aquilo que ele se lembrava das escolas haitianas. No seu Haiti, a escola era reservada para poucos. Eu sabia que meu pai nunca perdoou o pai dele por forçá-lo a abandonar sua educação formal para trabalhar. No início do meu último ano do ensino médio, com amor e respeito, meu pai me sentou e disse “Sophia, você pode ir à universidade que quiser.” Meu coração se apertou e eu disse “Posso?” Ele tomou minha mão na dele e disse, “Sim, qualquer universidade no Brooklyn, Manhattan, Queens, qualquer lugar que o ônibus ou o trem possa te levar.” Meu coração se contraiu. O mundo que eu desejava era maior que os cinco bairros que meu pai acabava de me ofertar.

Eu me inscrevi para universidades bem mais distantes e forjei a assinatura dele e a da minha mãe onde foi necessário. Na primavera, eu recebi uma carta de aceite da universidade que era minha primeira escolha, em Boston, e entendi isso como um sinal de que eu deveria mesmo partir. Compartilhei a boa notícia

⁶ Referência ao pensamento do filósofo grego Heráclito de Éfeso, que aponta para a impossibilidade de entrar no mesmo rio duas vezes, em virtude da mudança ocorrida no rio e naquele ou naquela que retorna.

com meus amigos e professores. Para não ter como desistir, contei a minha mãe. Eu precisava que ela estivesse ao meu lado para reunir as pessoas da minha família e falar em minha defesa. Mas ainda era eu quem falaria com meu pai sobre a minha decisão de deixar sua casa e ir além dos perímetros que ele havia estabelecido.

Quando contei, passaram-se dois meses até que ele falasse comigo novamente, mas quando o fez, me deu seu consentimento. Nós nos sentamos em sua sala e ele me disse que sabia que eu era uma boa menina, que eu iria à universidade para estudar e progredir. Eu concordei. Eu havia vencido. Afinal de contas, eu fiz algo que poucas garotas haitianas da minha idade haviam feito: eu fui ao meu baile de formatura e, por sugestão de meu pai, dormi na casa da minha melhor amiga para evitar voltar para casa tão tarde naquela noite. Foi só quando eu consegui dormir fora de casa - cuja resposta antes era um sério “de jeito nenhum” - é que eu entendi minha vitória. Meu pai e minha mãe estavam me deixando ir embora.

Se eu não sabia como falar com minha família antes, eu certamente não poderia fazê-lo agora. Eu nunca aprendi a falar com a minha família de guarda baixa, sem estar sempre preparada para contra-atacar o “não” de meu pai de alguma maneira. Não, o *l'n'y a pas de text* não poderia explicar minha estrangeiridade naquele primeiro ano fora de casa, nem poderia explicar o lugar que meus pais chamavam de Quinta Avenida no Brooklyn, mas que eu conhecia como Sunset Park. Naquele momento eu queria fugir do fato de nunca saber o que de fato eu era capaz por ser negra, por ser haitiana, por ser pobre. Aquele desejo avassalador me acompanhou pelos anos escolares. Mas de repente, na faculdade, eu precisava falar com minha mãe sobre o que significava ter escapado. Eu queria falar com ela sobre aquilo que eu passei a vida inteira fugindo: sua impotência.

Em uma de minhas incursões contra minha família, minha mãe me perguntou uma vez, “Se nós somos essas coisas horríveis, o que você é?” Só agora eu posso dizer, eu sou a minha mãe. Eu sou o meu pai. Eu sou a Quinta Avenida - também conhecida como Sunset Park - no Brooklyn. E, para fazer o que a vida e a faculdade exigem de mim, eu preciso fazer as pazes com tudo isso. Eu preciso aprender a falar com uma parte diferente de mim.

Eu já não escrevo cartas não enviadas para minha mãe. Eu ligo para ela e digo coisas que eu não sabia que poderia dizer. Entre os anos de 1995 e 1996 na faculdade, eu procurei pessoas haitianas fora da minha família. Em toda minha vida eu nunca tive uma amiga haitiana. Eu decidi voluntariar meus sábados pela manhã juntamente com outra mulher haitiana para a mentoria de meninas haitianas que me lembravam a mim mesma. Olhando para trás, eu me perguntei o que os grandes pensadores como Derrida, De Man, Foucault⁷, ou a própria Johnson poderiam dizer que não parecesse uma zombaria de mim, das coisas que eu havia feito, ou da busca circular que eu estava e sempre estive por uma língua. Como eles poderiam contribuir para o que eu sabia sobre viver nas sombras,

⁷ Jacques Derrida, Paul De Man e Michel Foucault são intelectuais franceses de um movimento filosófico que se iniciou na década de 1960, intitulado pós-estruturalismo. Na impossibilidade de debruçarmo-nos sobre o movimento em si, importaria mencionar que as proposições teóricas trazidas pelo movimento e, em alguma medida, pelos autores que ela aponta, impactaram diretamente a forma como a linguagem é pensada, mais precisamente, segundo James Williams “como uma ruptura de nosso senso seguro do significado e referência na linguagem (...) e de nosso entendimento da linguagem como algo livre do trabalho inconsciente” (WILLIAMS, 2012, p. 16).

fendas, morrendo a cada vez que me refazia, sobrevivendo em abismos ou esperando fazer daquela marca elíptica um espaço para entrar. Existem pessoas cujos espíritos são destruídos por não serem capazes de dominar uma língua, pessoas como meus pais, por exemplo. Eles falam inglês com um sotaque fortemente marcado e, às vezes, precisam usar das vozes de seus filhos ao invés das suas. Eles não falam sobre suas experiências, mas esperam que seus filhos nivelem as coisas no futuro e as tornem justas. Talvez minha mãe tenha me colocado no mundo para que eu pudesse fazer todas as coisas que ela nunca fez. Só agora, que eu aprendo a falar palavras esquecidas, começo a compreender sua bravura. Mesmo entre novos amigos haitianos, alguns que encontrei em Boston e outros que conheci enquanto passava horas na mais bela praia do mais belo mar haitiano, me encontro melancólica; por ela e por mim mesma. Talvez, para que as coisas realmente sejam justas, eu preciso aceitar minha própria versão do Haiti, para me tornar minha própria filha haitiana.

Home is...

I've thought about going home, collapsing into my mother's arms and asking her, without speaking, to comfort me, to tell me that the bad world won't get me. But I know that if I go home—yeah, she'll hold me for a few seconds, but then she'll let out a sigh, with that look in her eyes, that look of decades of working, and worrying and she'll say, "Daughter, since you've been gone ..." beginning her own narrative before I can say, "Manman, I'm tired of being alone. I don't speak their language. They don't understand me." But then I would remember that our vocabulary never included words to explain my loneliness or my sense of fear and if I suddenly started crying because of an unspeakable loss, she would offer to do whatever she could to make me "happy" again. In the end I would say "I'm fine really. That was nothing. I'm just tired." In this way, our vocabulary never expanded. I would take a deep breath and suck in the tears, the fear, and the reason why I came home in the first place, and listen to her instead. Afterward, I would prepare to go back to the world, still feeling lost and alone despite her promise to pray for me and a reminder to keep the Notre Dame amulet on me always. I would go back into the world with the overwhelming desire to turn around and say "Manman, I still don't speak their language." But home and my mother's arms were always beyond reach and unable to hold me for very long because we had never really developed a vocabulary to discuss what was asked of me.

I wrote these words on the back page of Barbara Johnson's *Wake of Deconstruction* on October 16, 1994, during my first semester in graduate school. Suddenly, in a theory class about language, I found myself without a true language of my own. In previous environments, ones that called for a different English, I had responded by code switching, quickly learning the jargon and hastily falling in line. This was an invaluable skill and one that I knew, even as early as seventh grade, could push me beyond the limitations of Fifth Avenue, Brooklyn—where I grew up the daughter of Haitian immigrants— to the halls of higher learning at Tufts University. Of course, there was a sacrifice. Only years later would I seriously think about what my sacrifice had been: my mother tongue. I wasn't sure if that language was Kreyol. I just knew I needed to speak something that had eluded me for years. English was not my mother tongue, but I made myself believe it was. I could not remember a time when I didn't speak English. *Il n'y a pas de*

text. There is no text. This small French sentence had become all the rage. I had lived with this concept my whole adult life and suddenly I didn't want to anymore. *Il n'y a pas de text* seemed to clash with my translation of the French words on the Haitian flag: L'union fait la force. In union, there is strength. I set about writing myself into being. Going through the journals and letters I've written over the years, I see myself expressing over and over the same anxiety about language, the quest to maintain some essential part of myself while shape-shifting and searching for total fluidity. Making simultaneous translations for myself of everything from ways to speak to my mother to the creed on Haiti's flag, I felt myself floating between fragments that I was always rearranging. To keep track of these fragments, I kept journals. I believed then and now that the written word, in whatever form, would ground me and make my fragmented self-whole. The words I wrote in my journal were inscribed in secret. These were words I rarely shared with my family, words that I hid even harder once my father asked to know what it was that I was always writing about. I would have had to read it to him and then do the translation. The English that he and my mother had encouraged me to speak and perfect also helped to increase the distance between us. The truth hit me in theory class one day: I was not just a black girl but a Haitian girl and for the first time I longed for home and home was a bunch of people and a culture I knew by name, accepted at face value, but did not know intimately.

Using the back pages of Johnson's *Wake*, I sent a psychic call to my mother, imagining that only she could explain why I didn't speak anybody's language. I sent out the call and heard my own voice ask why I didn't have any way to speak to my mother about my loss and all that was tearing at me. I was not blaming my mother but searching for a mother tongue. I had surprised even myself with the words I'd scribbled out of frustration and fear in the back of Johnson's book. I was admitting that my mother and I did not speak the same language and yet I knew that it was my language barrier, not hers, that kept us from understanding each other. I wanted to find a bridge; I wanted to learn to speak a forgotten tongue. August 1997 Journal Entry: I have always had language issues, have always felt that my voice leaves too much room for misunderstandings, misinterpretations. Having to always negotiate when and where to use my voice often left important things about me unsaid. I think of Billie Holliday with all her problems, living in fragments, breaking down and whispering "Hush now, don't explain." Not having to explain myself or create whole new fictions about who I am or what I want is what I long for, like Billie. But in my journals I keep trying to explain me, my Haitian family, and our place in this country.

Before I started graduate school, my mother asked me when I was going to visit "my country." It took me a moment to realize that she meant Haiti, the place we had all migrated from when I was five years old. Until then, I had never realized that Haiti was a place that people returned to. It was never spoken of except as a place people left or from which they had to be sent for. Rarely did my mother talk about the daughters that she had left behind in Haiti, sisters I remembered vaguely or not at all. All my life, Haiti had seemed an even more distant, mythical place than the lost Africa of African Americans. I never denied being Haitian-born, but it also made sense for me to be considered an African American. After all, Haiti is in the Americas and I am of African descent. Only I knew more about African America than I did about Haiti. In graduate school, I was

pursuing formal training in African-American literature, history, and culture. I had mistakenly believed that being Haitian didn't require formal study or inquiry. Haiti was in my name and in my home. Only I kept going farther and farther away from home and I hadn't yet learned how to go back and choose what to hold on to and what to let go of. A crisis was inevitable—and since I had been studying words and language, my crisis came in the classroom. After all those years, I still did not own a particular language. I had to go back to my beginning, yet I didn't want the academic in me to turn my personal dilemma into research. This journey was going to come by way of my mother. I had to humbly step down from my scholarly perch to see what my people could give me—if I asked. To begin fixing my language problem, I had to do the impossible, return home and "step in the same river twice." I had left home to get a degree and now I wanted to return. I knew it would sound crazy to people who spoke heavily accented English, who often had to ask their children to translate for them or accompany them on appointments that required "good" English. In my family, going back never seemed to be an option. Going back home without a degree was unimaginable. For all my parents' hard work, they needed the children of the new country to do things they'd only dreamed of. I was the first of the new, the fifth child of both my parents but their first together. I had to do more than Fifth Avenue, Sunset Park, Brooklyn allowed and surpass their tentative dreams.

Once I caught myself wondering if my mother ever had dreams that didn't include being the caretaker of a large splintered family. I wondered if she constantly talked to herself like I talked to myself about my future, about the path that I wanted to choose for myself instead of what was expected of me. I was afraid of what I would find out; it was easier to plan in secret for my future than to ask her about her hopes as a girl. I knew my father conflated U.S. schools with what he remembered of Haitian schools. In his Haiti, school was reserved for the selected few. I knew that my father never forgave his father for forcing him to stop his formal education in order to work. At the beginning of my senior year in high school, out of love and duty, my father had sat me down and said, "Sophia, you can go to whatever college you want." My heart had contracted and I said "I can?" He took my hand in his and said, "Yes, any college in Brooklyn, Manhattan, and Queens, anywhere the bus or the train can take you." My heart had plunged. The world I wanted was bigger than the five boroughs my father offered me. I'd worked on my applications to faraway colleges at school and forged his and my mother's signatures where necessary.

In the spring I received a letter of acceptance from my first choice university in Boston and took that as a sign that I was meant to leave. I'd shared the good news with my teachers and friends. So I wouldn't back out, I'd told my mother. I needed her on my side so she could rally the various family members to speak on my behalf. I still had to be the one to tell my father of my decision to leave his house and go beyond the perimeters he had set for me. Once I'd told him, two months passed before my father spoke to me again, but when he did he gave his consent. We sat down in his room and he told me that he knew I was a good girl, that I was going to school to study and better myself. I agreed. I had won. Afterward I did something that few Haitian girls my age did: I attended my senior prom and at my father's suggestion arranged to sleep over at my best friend's house to avoid traveling alone late that night. Only when I got to sleep away from home—a serious no-no— did I understand my victory. My father and mother were

letting me go. If I didn't know how to speak to my family before, I certainly couldn't speak to them now. I'd never learned how to talk to my family without being on guard, without always preparing to counteract my father's No in some way. No, *Il n'y a pas de text* could not explain my foreignness that first year away from home, nor could it explain the place my parents called Fifth Avenue, Brooklyn but I knew as Sunset Park. Back then I wanted to escape the fate of never knowing what I was capable of because I was black, because I was a Haitian girl, because I was poor. That overwhelming desire sustained me through the college years. But in graduate school, I suddenly needed to talk to my mother about what it meant to actually escape. I wanted to speak to her of what I had spent my whole life unconsciously running from: her powerlessness. During one of my tirades against my family, my mother once asked me, "If we are these terrible things, then what are you?" Only now can I say, I am my mother. I am my father. I am Fifth Avenue— also known as Sunset Park—Brooklyn. And to do what life and graduate school requires of me, I need to make peace with that. I need to learn to speak with a different part of myself. I no longer write unmailed letters to my mother. I call her and tell her things I didn't know I could say. During the 1995-96 school year, I went looking for Haitians outside of my family. My whole life I'd never had one Haitian friend. I decided to volunteer my Saturday mornings with other Haitian women mentoring Haitian girls who reminded me of myself. Looking back I wondered what, if anything, the great thinkers like Derrida, De Man, Foucault, or Johnson could say that didn't seem to mock me and the things I had done, the circular search I had been on, had always been on, in language. How could they account for what I knew about living in shadows, in crevices, dying each time I remade myself, surviving in gaps or waiting on that one elliptical mark for a space to enter.

There are people whose spirits are destroyed by not being able to conquer a language, people like my parents for example. They speak in heavily accented English, and must sometimes use their children's voices instead of their own. They do not get to talk about their experiences but hope that their children will even things out in the future and make them right. Perhaps my mother had given birth to me so that I could do all the things that she never did. Only now, as I learn to speak forgotten words, am I beginning to understand her bravery. Even among new Haitian friends, some encountered in Boston and others while I spent hours on the prettiest Haitian beach, in the prettiest Haitian sea, I find myself mourning, for her and for myself. Perhaps to really make things right, I have to accept my own version of Haiti, to become my own Haitian daughter.

Referências

CANTAVE, Sophia. Home is... In: DANTICAT, Edwige. *Butterfly's Way: Voices From the Haitian Diaspora in the United States*. New York: Soho Press. n.p. Edição do Kindle, 2001.

COSTA, Tácito. "Entrevista com a escritora Edwidge Danticat". Substantivo Plural (site). 2010. Disponível em: <<http://substantivoplural.com.br/entrevista-com-edwidge-danticat/>>. Acesso em: 08 mar 2021.

FRANCISCO, Camila Rodrigues. *Trajetórias em diáspora: a experiência de estudantes haitianas de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

HARRIS, Leila Assumpção. História e memória na literatura diaspórica de Edwidge Danticat. In: HARRIS, Leila Assumpção. (Org.) *A Voz e o Olhar do Outro*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

SANTOS, Lorena Sales dos. *Crescer nas Margens: Diáspora, Migração e Movimento nas Obras de Conceição Evaristo, Edwidge Danticat e Jamaica Kincaid*. Tese (Doutorado em Literatura), Universidade de Brasília, 2015.

WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. Tradução de Caio Liudvig. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Nota Biográfica

Camila Rodrigues Francisco é doutoranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membra do Coletivo de Pesquisadoras e Pesquisadores Negros Neusa Santos.

E-mail: cfmilarodrigues@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9867-9095>

Recebido em: 31 de março de 2021

Aceito em: 14 de junho de 2021

Cartografias e desertificações (in) humanas

Geisa Lima dos Santos

A presente obra foi desenvolvida em 2020, inicialmente para compor a Mostra 2055, coordenada pela professora Ana Valecia Araujo Ribeiro Brissot, realizada pelo Centro de Artes Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A ideia da mostra perpassa pelo debate sobre: questões ambientais, consumo, desigualdade social, pandemias, entre outros, na busca por construir outros mundos possíveis. Para adentrar nesse contexto realizei uma performance e o registro fotográfico da ação executada, posteriormente foi feita a seleção e interferência digital.

A série vem participando entre 2020/2021 da BIG-Bienal dos Pequenos Formatos, da X Mostra de Performance NEGRINDIOS da UFBA e da MOSTRA 2055. A obra fala dos corpos e paisagens desertificadas, transformadas em pó, um verdadeiro cenário pós-guerra. “Tudo que é sólido se desmancha no ar” como foi colocado por Karl Marx. Assim, nós humanos causamos a destruição das espécies vivas do planeta e de nossa própria espécie e impusemos às gerações futuras a impossibilidade de existência. Esse trabalho perpassa por diversos debates e insere o corpo como espaço de onde tudo começa e termina.



Geisa Lima dos Santos.
Foto 1 - Performance Cartografias e desertificações (in) humanas.
2020.



Geisa Lima dos Santos.
Foto 2 - Performance Cartografias e desertificações (in) humanas.
2020.



Geisa Lima dos Santos.
Foto 3 - Performance Cartografias e desertificações (in) humanas.
2020.



Geisa Lima dos Santos.
Foto 4 - Performance Cartografias e desertificações (in) humanas.
2020.



Geisa Lima dos Santos.
Foto 5 - Performance Cartografias e desertificações (in) humanas.
2020.



Geisa Lima dos Santos.
Foto 6 - Performance Cartografias e desertificações (in) humanas.
2020.

Escritos de geração: Jorge Amado e Edison Carneiro na roda da capoeira¹

Jorge Mauricio Herrera Acuña

Resumo: Este artigo investiga a relação entre dois importantes intelectuais baianos e a capoeira durante as décadas de 1930 e 1940, momento fundacional da forma contemporânea de conhecimento que temos sobre tal manifestação. Os encontros de Samuel Querido de Deus, Edison Carneiro e Jorge Amado lançam luz sobre as condições de produção do conhecimento sobre a capoeira, atrelada às dimensões política, social e histórica. O aspecto central de tal configuração cultural foi a circularidade que se estabeleceu entre a capoeira, a literatura e a etnografia. Assim, a presença de Samuel Querido de Deus nos escritos de Jorge Amado e Edison Carneiro revelam as rupturas e os limites dos saberes de uma geração cujas imaginações sobre a cultura popular brasileira dialogaram entre si, ressoando como uma ladainha de versos similares em múltiplas versões.

Palavras-chave: Intelectuais. Capoeira. Geração. Etnografia. Literatura.

Writings of a generation: Jorge Amado and Edison Carneiro in the capoeira

Abstract: This article explores the relationship between two Bahian intellectuals with capoeira during the 1930s and 1940s, and places this relationship as a foundational moment for contemporary literature about this practice. I argue that the encounters among Samuel Querido de Deus, Edison Carneiro, and Jorge Amado shed light on the knowledge production about capoeira's political, social and historical dimensions. The circularity between capoeira, Literature, and

¹ Este artigo foi elaborado a partir do terceiro capítulo do livro *A ginga da nação: intelectuais na capoeira e capoeiristas intelectuais (1930-1969)* (Alameda, 2015). Pude contar com os importantes comentários e as sugestões das pesquisadoras do Núcleo de Etnohistória. Agradeço muito a todas as colegas do grupo, e também aos comentários realizados pela profa. Dra. Lilia Schwarcz e profa. Dra. Heloísa Pontes. Agradeço à Fapesp pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa. Por fim, sou grato pelos comentários generosos dos/das pareceristas da Revista Trilhos.

ethnography is the central aspect of this foundational moment. The representation of Samuel Querido de Deus in Jorge Amado's and Edison Carneiro's writings reveals the ruptures and limits of the knowledge by a generation whose imaginations about Brazilian popular culture were articulated and resonated as a litany with multiple versions.

Keywords: Intellectuals. Capoeira. Generation. Ethnography. Literature.

Escritos de generación: Jorge Amado y Edison Carneiro en el círculo de capoeira

Resumen: Este artículo examina la relación entre dos importantes intelectuales bahianos y la capoeira durante las décadas de 1930 y 1940, un momento fundacional en la comprensión contemporánea de la capoeira. Los encuentros de Samuel Querido de Deus, Edison Carneiro y Jorge Amado arrojan luz sobre las condiciones en que se produjo el conocimiento de la capoeira, vinculado a sus dimensiones políticas, sociales e históricas. La circularidad establecida entre la capoeira, la literatura y la etnografía fue fundamental en esta configuración cultural. Así, la presencia de Samuel Querido de Deus en los escritos de Jorge Amado y Edison Carneiro revela las rupturas y los límites del conocimiento de una generación cuyos imaginarios de la cultura popular brasileña dialogaron entre sí, resonando como una letanía de versos similares en múltiples versiones.

Palabras clave: Intelectuales. Capoeira. Generación. Etnografía. Literatura.

Introdução

O interesse deste artigo é compreender como se relacionavam dois importantes intelectuais com os capoeiras e a sua prática na Bahia durante as décadas de 1930 e 1940. No tocante à capoeira, em meio às várias contribuições relevantes para o estudo das relações com os intelectuais (ACUÑA, 2014; ASSUNÇÃO; DIAS, 2006; PIRES, 2001; REIS, 1997; VASSALO, 2003), nenhuma investigação se deteve com tanta atenção no tipo de afinidade que emergia durante a década de 1930 e que se tornaria predominante nas décadas seguintes. Uma exceção é o estudo de Josivaldo Pires de Oliveira, que vai notar tal situação nomeando-a como a passagem de capadócio das ruas para agente cultural (2004, p. 82), momento em que os capoeiras começam a rarear nas páginas policiais e a emergir nas seções de esporte e cultura (2004, p. 120). As histórias de Mestre Pastinha e Mestre Bimba foram as mais analisadas neste novo registro, mas pouco se observou a figura de Samuel Querido de Deus, que teve um papel central na articulação entre os dois momentos.

Um dos elementos principais na configuração intelectual da Bahia de então foi a circularidade que se estabeleceu entre a capoeira, a literatura e a etnografia. Vários intelectuais se referiram à capoeira baiana em suas elaborações, mas privilegiamos aqueles que o fizeram de maneira contínua, com ampla recepção e de maneira bastante unificada. Nesse sentido, as trajetórias de Jorge Amado e Edison Carneiro fundam um modo exemplar de relações entre os intelectuais e os representantes da capoeira baiana. A principal característica a unir Amado e Carneiro era a de pertencer a um grupo relativamente coeso, que podemos compreender sob a noção de “geração”, conforme adotada por Carl Schorske em seu estudo sobre as vanguardas modernas na Viena de fins do século XIX e início do XX. Na ideia de “geração” reside uma das principais chaves explicativas para este historiador, uma vez que seriam determinados grupos de indivíduos, com experiências marcantes em comum, que levam adiante as transformações em campos como o das artes e das ciências. No caso analisado por Schorske, é assim que ele sintetiza a experiência comum dos *Jungen* vienenses, uma jovem e pioneira geração de artistas austríacos que teria profundo impacto no século XX: “O centro geracional de gravidade de nossos criadores de cultura cai no começo da década de 1860; seu contexto formador, o fracasso do liberalismo austríaco na era da unificação e depressão germânica, na década de 1870” (2000, p. 177). Assim, cultura e política apresentam-se em dinâmica relação, abrindo possibilidades de transformações revolucionárias no caso das artes europeias, mas que requerem uma mediação para entender as condições da Bahia. Nesse sentido, assim como Schorske observa no caso de Viena, além do marco político, é fundamental entender as relações familiares e a formação educacional dos criadores de cultura (2000, p. 281). Somente assim, e sem deixar de considerar os limites da comparação, poderemos enfatizar em Salvador as conexões entre intelectuais, contexto político e criação cultural, conforme evidenciada pelas trajetórias de Jorge Amado e Edison Carneiro e a relação de ambos com Samuel Querido de Deus.

O axé vermelho dos intelectuais rebeldes

Nos apontamentos de Jorge Amado, publicados em *Navegação de Cabotagem*,

encontramos o seguinte comentário de sua primeira experiência literária profissional:

Dias da Costa, Édison Carneiro e eu, em 1929, escrevemos em colaboração um romance sob o título de El-Rey, publicado em folhetim em O Jornal, órgão da Aliança Liberal na Bahia (...). Livrinho com todos os cacoetes da época, Medeiros e Albuquerque o definiu: ‘uma pura abominação’. Um único subliterato não poderia tê-lo feito tão ruim, foi necessário que se juntassem três (1992, p. 40-41).

A maneira bem-humorada com que relembra esta aventura nos permite também compreender como se dava início à carreira intelectual na Bahia das primeiras décadas do século XX. Era comum aos filhos das elites rurais e urbanas estudar em colégios bastante exclusivos para, em seguida, ingressar em algum periódico local, antes de iniciar uma carreira política. Este foi o caso tanto de Edison Carneiro como de Jorge Amado, embora com importantes ressalvas.

O primeiro era filho do professor Souza Carneiro, catedrático da Escola Politécnica, uma das três que oferecia ensino superior na Bahia da época. O cargo do pai no magistério habilitava Edison e seus irmãos a uma educação altamente seletiva, fato correspondido por Edison Carneiro, que se tornou bacharel em Direito pela Faculdade da Bahia em 1935. Jorge Amado, por sua vez, era filho de um fazendeiro de cacau da região de Ilhéus e, tendo estudado no Colégio Padre Vieira, um dos mais importantes de Salvador, foi, posteriormente, para a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

Mesmo antes de conseguirem o diploma, os futuros bacharéis já se lançavam à atividade jornalística e literária. Segundo Paulo Santos Silva, tais profissões eram o estágio inicial de uma carreira que se orientava para a política ou para os poucos cargos públicos disponíveis - cada vez em menor quantidade após a Revolução de 1930, que cassou e exonerou diversos opositores do novo regime na Bahia. Para Silva, os intelectuais baianos, entre 1930 e 1945, eram “a própria classe dirigente na dupla tarefa de se dedicar às letras e à atividade política” (2000, p. 17). Jorge Amado e Edison Carneiro, de fato, pareciam seguir esta receita.

Porém, nenhum dos dois seguiu a carreira tradicional reservada aos filhos das elites locais. Politicamente envolvidos com o comunismo, ambos se distanciaram a passos largos das opções políticas e estéticas encampadas por grande parte das elites baianas. O movimento literário Academia dos Rebeldes, liderado pelo “poeta maldito” Pinheiro Viegas, e do qual participaram Carneiro e Amado, pode ser compreendido como um dos marcos culturais dessa trajetória de distanciamento. Para Gustavo Rossi, a atuação dos rebeldes buscava uma inscrição particular no interior dos grupos oligárquicos da Bahia, operando “códigos de distinção que fossem capazes de marcar a distância relativa que seus membros mantinham das instituições oficiais de manutenção da produção cultural baiana” (ROSSI, 2011, p. 93). É sob tal perspectiva que observamos a declaração de Jorge Amado a seguir. Esta visão imputa aos letrados baianos a divisão entre um Brasil “fictício” e um Brasil “real” e, por consequência, entre escritores mais ou menos comprometidos com o “povo”:

A Academia dos Rebeldes foi fundada na Bahia em 1928 com o objetivo de varrer com toda literatura do passado... sem dúvida concorreremos de

forma decisiva - nós os Rebeldes, e mais os moços do Arco e Flexa e os do Samba - para afastar as letras baianas da retórica, da oratória balofa, da literalice, para lhe dar conteúdo nacional e social na reescrita da língua falada pelos brasileiros. Fomos além do xingamento e da molecagem, sentíamos-nos brasileiros e baianos, vivíamos com o povo em intimidade, com ele construimos, jovens e libérrimos nas ruas pobres da Bahia (AMADO, 1992, p. 85).

A experiência junto a este círculo literário e suas concepções sobre a Bahia e o Brasil estimulou nestes jovens uma “descoberta do povo”, ou seja, o convívio com grupos e manifestações ausentes da retórica daqueles preocupados apenas com a história das elites. Existe um paralelo evidente entre Jorge Amado e Edison Carneiro no movimento de “descoberta do povo”, já que ambos são marcados por um engajamento político e pela busca de uma aproximação junto à população mais pobre da Bahia. “Descoberta do povo” é um termo utilizado por Peter Burke para descrever uma situação que se estabeleceu em algumas regiões periféricas da Europa em meados do século XVIII. Esta situação levou alguns intelectuais e outras pessoas, chamadas por Burke de “mediadores”, a registrar manifestações literárias, orais, religiosas e outras, temendo pelo seu desaparecimento frente ao crescimento de grandes cidades e à migração das populações camponesas (BURKE, 1989, p. 85). No caso de Carneiro e Amado, o temor pelo desaparecimento das culturas populares se articulou com uma visão que definia o afro-baiano como o principal representante de um longo processo de exploração, combinando uma dupla opressão: a racial que os posicionava como bárbaros e inferiores e a individual que os submetia como proletários ao modo de produção capitalista (ROSSI, 2011, p. 171).

Embora não fosse a capoeira uma manifestação camponesa, mas de habitantes de uma cidade em crescente urbanização, não parece diferente o objetivo de Edison Carneiro, ao discorrer sobre a prática em *Negros Bantus*. Carneiro conclui então que, embora a capoeira revele enorme vitalidade, o “progresso dar-lhe-á (...) mais cedo ou mais tarde, o tiro de misericórdia” (1937, p. 160). Em seguida à aventura frustrada de “subliterato” com Jorge Amado, Edison Carneiro passa a interessar-se pelos “estudos sobre o negro”. Em 1934, ele participou do 1º Congresso Afro-Brasileiro de Recife e, três anos depois, foi um dos organizadores do 2º Congresso, realizado em Salvador.

Unindo uma militância comunista à descoberta do povo, Edison Carneiro insistiu, por exemplo, na defesa da liberdade religiosa para os candomblés, uma posição sustentada por suas incursões etnográficas. Toda a ambivalência de sua posição se expressa na avaliação sobre o 2º Congresso Afro-Brasileiro, quando afirma que este teve “uma dupla fisionomia: foi um certame popular, ao mesmo tempo que foi um certame científico. Homens de ciência e homens do povo se encontraram ombro a ombro” (CARNEIRO, 1980, p. 46). Enfatizando o caráter político e científico, Carneiro também marcava posição contrária em relação ao 1º Congresso, organizado por Gilberto Freyre, onde segundo ele, ainda imperou uma visão de intervenção médica sobre as religiões e demais manifestações negras.

No caso de Jorge Amado, tanto a sua militância política, como sua participação no candomblé e sua luta pela liberdade religiosa confirmam postura semelhante à de Carneiro. Amado defendeu ainda a tolerância religiosa em obras como *Jubiabá* (1935), na qual o título faz referência ao personagem de um pai-

de-santo. Um outro exemplo foi a sua atuação como deputado federal, ao propor a criação da lei que garantia a liberdade religiosa.

Para situar o quadro cultural que dava sentido à literatura de Jorge Amado, pode-se evocar sua opinião a respeito do movimento Modernista de 1922, quando afirma:

nada tínhamos a ver com o modernismo, nossa geração não sofreu qualquer influência do modernismo - um movimento regional de São Paulo que teve pequena influência no Rio e quase nenhuma no resto do país, e pequeníssima no Rio Grande do Sul (...) (RAILLARD, 1990, p. 52-53).

Como analisa Ilana Goldstein, a crítica de Jorge Amado incide sobre a postura dos modernistas frente à cultura popular, constituindo importante diferença com as obras de escritores do Nordeste no período: “O fato de Mário de Andrade ser um erudito transparece claramente na forma como lida com a cultura popular e o folclore; para ele, o criador nunca pode se esquecer que está trabalhando em área culta que usa do popular, mas que não se transforma em popular” (GOLDSTEIN, 2000, p. 94). Para Amado, por outro lado, quanto mais os livros tivessem o efeito de linguagem popular, como se fosse o povo falando, maior a realização do romancista. E aqui reencontramos a proximidade entre Amado e Carneiro, pois, como afirma Rossi: “O romance, entendido pelas qualidades de depoimento e fotografia do mundo social, encontrou na linguagem sociológica repertório temático e expressivo, separando literatura e ciências sociais uma linha bastante tênue e porosa” (2004, p. 44).

Ao mesmo tempo em que os romances deveriam ser expressos na linguagem popular, também seriam mensagens para a mobilização política. Desta forma, para Amado, somente após a Revolução de 1930 tal condição seria alcançada, quando surge um “movimento conhecido como o ‘romance de 30’ portador de uma literatura que vem tratar dos problemas do povo e de uma escrita baseada na língua falada no Brasil” (RAILLARD, 1990, p. 60).

A afirmação de Amado converge com a análise de Antonio Candido, para quem, além de popular, a Revolução de 1930 foi um eixo e um catalisador das experiências que ocorriam de maneira dispersa desde a década de 1920. Seria o que o crítico paulista chamou de “sopro do radicalismo intelectual” e que abriu espaço para as “literaturas regionais”, como o romance do Nordeste, “considerado naquela altura pela média da opinião como o romance por excelência” (CANDIDO, 1984, p. 27-36). E se os livros de Jorge Amado expressavam com propriedade essa avaliação, as pesquisas de Edison Carneiro também participavam de tal radicalismo.

Ao lado da experiência política, as figuras do sociólogo Gilberto Freyre e do antropólogo Arthur Ramos também foram importantes, ambos disputando a primazia nos estudos sobre as populações afro-brasileiras. Por exemplo, Jorge Amado - que também participou do I Congresso Afro-brasileiro do Recife - foi o responsável por apresentar Edison Carneiro a Arthur Ramos, o qual viria a publicar o primeiro livro de Carneiro, *Negros Bantus*. Mas, ainda que interessado nas ciências sociais, Jorge Amado construía sua obra no campo da literatura, ao passo que Edison Carneiro dialogava com o escritor e com Arthur Ramos, o que terminou por limitar as interpretações mais originais que elaborou entre o marxismo e o evolucionismo na questão racial (ROSSI, 2011, p. 177-8). De qualquer maneira,

como participantes de uma geração que transigiu com a magia dos candomblés o estrito materialismo comunista, e pintou com as cores da esquerda os mistérios dos axés, Edison Carneiro e Jorge Amado divergiram das opções até então assumidas pelos filhos das elites baianas.

Tal negação, que teve na descoberta do povo uma compreensão de sociedade civil, e no comunismo uma expressão política, assumiu dois caminhos entrelaçados: o científico, professado por Edison Carneiro e o artístico, elaborado por Jorge Amado. A proximidade dos objetivos de ambos é o que permite traçar um círculo imaginário que congrega ambas trajetórias, e as distintas estratégias textuais reforçaram seus discursos, contribuindo para uma certa imaginação sobre a Bahia e o Brasil.

Descobrir o povo, em especial o povo negro e mestiço, refundar a literatura no que acreditavam ser a língua falada pelos brasileiros, contar a história do país a partir dos personagens pobres da Bahia, apoiando a sua organização em associações ou conscientizando-as da sua condição proletária, foram algumas das tarefas assumidas por Amado e Carneiro. Ambos buscaram representar a nação, afirmando peremptoriamente a especificidade local, em notas populares articuladas com a luta de classes. A partir dessas características podemos melhor compreender o lugar do povo na obra desses intelectuais. Assim, também podemos discutir uma das amizades que efetiva o elo com a cultura popular. A partir de 1936, Samuel Querido de Deus passa a transitar entre o romance amadiano e a etnografia de Carneiro.

Samuel Querido de Deus: rebeldia e resistência na capital da Bahia

O conjunto de citações a seguir oferece um quadro ampliado e interessante de características atribuídas a Samuel Querido de Deus:

(...) Querido-de-Deus... chegou hoje dos mares do sul, de uma pescaria. O Querido-de-Deus é o mais célebre capoeirista da cidade. Quem não o respeita na Bahia? No jogo de capoeira de Angola ninguém pode se medir com o Querido-de-Deus (...)

O maior capoeirista da Bahia afirmam-me os negros ser Samuel 'Querido de Deus', um pescador de notável ligeireza de corpo.

O Querido-de-Deus, que era um pescador valente e um capoeirista sem igual, também acreditava neles [os deuses negros da África], misturava-os com os santos dos brancos que tinham vindo da Europa.

E ali mesmo [no Clube de Regatas do Itapagipe], durante toda uma manhã, o melhor grupo de capoeiras da Bahia - chefiado por Samuel Querido de Deus e integrado pelo campeão Aberrê e por Bugaia, Onça Preta, Barbosa, Zepelim, Juvenal, Polu e Ricardo, - exibiu todas as variedades da célebre luta dos negros de Angola.

O Querido-de-Deus é um bom sujeito. Se Pedro Bala não houvesse aprendido com ele o jogo da capoeira de Angola, a luta mais bonita do mundo, porque é também uma dança, não teria podido dar fuga a João Grande, Gato e Sem pernas.

A partir das citações, podemos resumir o perfil de Samuel Querido de Deus como alguém que exercia a profissão de pescador, professava o sincretismo

religioso e era um excelente capoeira, inigualável na Bahia em destreza e agilidade. Junto à valorização de sua luta, encontramos ainda qualidades morais, como a de bom sujeito e valente. Uma vez que os trechos não se contradizem, poderíamos ainda supor uma origem comum, talvez em alguma crônica, num livro de memórias ou numa notícia de jornal do período. Mas os textos têm origens e abordagens distintas, alguns voltados para um enfoque etnográfico elaborado por Edison Carneiro, e outros para uma perspectiva literária criada por Jorge Amado².

Ao provocarmos uma leitura conjunta desses fragmentos, o objetivo é apontar a semelhança entre eles e chamar a atenção para dois aspectos. O primeiro ponto é o consenso sobre certas características e qualidades de Samuel Querido de Deus, em especial sua destreza como capoeira. Foi nesses termos que ele apareceu na obra *Negros Bantus*, para exemplificar a capoeira de Angola³, assim como no livro *Capitães da Areia* para ensinar os meninos que moravam nas ruas e, por fim, no 2º Congresso Afro-Brasileiro, quando o capoeirista realizou uma performance sobre as diferentes formas da luta no Clube de Itapagipe. Samuel Querido de Deus gingava, portanto, em diferentes linguagens, no ensaio, na ficção e em eventos, tornando-se personagem e informante, ao mesmo tempo em que sua presença dava suporte a uma imagem da capoeira de Angola na Bahia da década de 1930. Ele se tornaria exemplo na mesma época em que Mestre Bimba já gozava de fama, desafiando pelos jornais os valentes da Bahia a enfrentarem a sua “luta regional bahiana”. Mas Bimba não correspondia à capoeira imaginada por Amado e Carneiro, dada a sua autoria sobre a criação de uma luta moderna que incorporava novos golpes e movimentos.

A capoeira que Samuel praticava não teria sido criada por ele, ao contrário da luta de Bimba. Samuel era ainda a capoeira coletiva e anônima, jogada nas festas de largo por um pescador valente, que se divertia após dias de trabalho no mar. Por outro lado, Samuel também contribuiu para definir os limites da capoeira de Angola ao participar do 2º Congresso Afro-brasileiro, chefiando o grupo na apresentação do Clube Itapagipe, portanto, fora das festas populares, espaço público por excelência das rodas. Um segundo aspecto dos textos é o que eles dizem do intercâmbio entre experiência etnográfica e literária, pois as fronteiras ainda pouco definidas entre ambas permitiram interessantes diálogos. Rossi, por exemplo, afirma que Jorge Amado vai ao encontro dos estudiosos da antropologia não apenas pela amizade com alguns deles, mas pelo evidente interesse nas culturas afro-brasileiras:

Para tanto, mesmo o ‘compromisso com a verdade’ impregnado na sua literatura, acabou por alinhar seu processo de criação às práticas sociológicas e antropológicas, coletando material e fazendo as vezes de ‘pesquisador’. Só que ao invés de monografias ou estudos etnográficos produziu, principalmente, romances (ROSSI, 2004, p. 68).

² O primeiro trecho foi extraído de *Capitães da Areia* (AMADO, 1937, p. 31), o segundo de *Negros Bantus* (CARNEIRO, 1937, p. 159), o terceiro *Capitães da Areia* (AMADO, 1937, p. 143), o quarto de *Ursa Maior* (CARNEIRO, 1980, p. 44) e o quinto de *Capitães da Areia* (AMADO, 1937, p. 263-4).

³ Utilizo ao longo do texto a denominação “capoeira de Angola” no lugar da mais conhecida “capoeira Angola”. A manutenção da preposição enfatiza o uso dos textos na época e, desta forma, o discreto deslizamento semântico ocorrido ao longo do tempo.

No mesmo ano em que Mestre Bimba desafiava os valentes da Bahia, impressionando a muitos com as suas vitórias fulminantes e ganhando espaço na imprensa, Edison Carneiro circulava interessado “em encontrar traços negros bantus na Bahia”, como afirmou em carta a Artur Ramos (LIMA E OLIVEIRA, 1987, p. 90). Na capoeira, seu principal informante foi Samuel Querido de Deus. Podemos considerar a relação entre ambos nos limites de uma afinidade entre informante e pesquisador, sem grande envolvimento, a quem este se dirigia sempre que precisava conferir certos dados. Tal atitude foi muito distinta da proximidade com que Jorge Amado retratou Querido de Deus, tanto como personagem de *Capitães da Areia* como no guia literário *Bahia de Todos-os-Santos*.

Um dos exemplos da distância que Edison Carneiro estabelece está na menção que faz à excelência do capoeira: “O maior capoeirista da Bahia afirmam-me os negros ser Samuel ‘Querido de Deus’, um pescador de notável ligeireza de corpo” (CARNEIRO, 1937, p. 159). Ao utilizar a categorização de “os negros”, o etnógrafo efetiva o necessário afastamento entre a opinião dele e dos outros capoeiras. Igualmente, a denominação sugere a capoeira como prática exclusiva dos afro-baianos, ou pelo menos como instância legítima para afirmar a destreza de um praticante. Os afastamentos operados por Edison Carneiro podem ser atribuídos a dois motivos: uma posição de constante risco social e sua perspectiva científica. Para o primeiro caso importa destacar que ele era oriundo de uma família negra, a qual ascendeu socialmente pelo mérito intelectual do pai e do avô e que costumava ser visto pelas pessoas dos candomblés como um “branco da Bahia” ou, como dizem seus biógrafos, “um mulato doutor” (COUCEIRO E TALENTO, 2009, p. 39). Assim, a ascensão social da família, as relações com os grupos oligárquicos locais e seu mérito intelectual consolidava um distanciamento nas interações que estabelecia com aqueles que eram objeto de seu estudo e militância política.

Reforça esta perspectiva o relato da antropóloga norte-americana Ruth Landes, que não esperava encontrar em Carneiro “um mulato, da cor trigueira chamada parda no Brasil” (LANDES, 2002, p. 100), uma vez que todas as cartas de recomendação vinham de colegas brancos. A pesquisadora, que realizou suas pesquisas sobre o candomblé entre 1938 e 1939, encontrou no etnólogo seu principal guia pelas ruas de Salvador. Assim, uma prolongada convivência anima o texto, iluminando traços importantes da personalidade de Edison Carneiro. Era, certamente, a visão de uma estrangeira com origem em um país marcado pela segregação entre negros e brancos, mas que notava na Bahia, como a origem social era importante: “Em Edison encontrei um dos melhores exemplos da chamada ‘classe alta’. Era um liberal, e até mesmo o consideravam um radical em certos círculos; mas absolutamente não era um homem do povo (...)” (LANDES, 2002, p. 100). Em outro trecho, ao comentar a importância do candomblé para as pessoas na Bahia, Landes reproduz uma interessante opinião de Edison: “Não são materialistas...e, também nesse sentido, não são modernos. Os pretos são bons e afetuosos e até as relações e a filosofia do culto são afáveis (...). Parece que necessitam desse tipo de segurança. É de fato a única segurança deles” (LANDES, 2002, p. 134). Para Carneiro, o envolvimento das pessoas mais pobres com o candomblé e a capoeira se dava como busca por um fator de segurança, conclusão distinta de Ruth Landes, para quem tais manifestações eram modos de dramatizar as relações sociais, em particular as de gênero.

Se o elemento de classe parecia determinar um certo distanciamento de Carneiro na relação com Samuel Querido de Deus, sua militância comunista o estimulava a apoiar a organização coletiva dos capoeiras para defesa de seus interesses, na forma de associações civis. Carneiro vislumbrava os capoeiristas, assim como os religiosos dos candomblés, unidos em federações e ingressando na luta por direitos junto ao Estado.

Tanto as observações de Landes, como as cartas enviadas por Edison a Arthur Ramos deixam claras tais intenções (LIMA e OLIVEIRA, 1987, p. 131). E aqui, a estratégia discursiva ganha relevância, pois foi com a distância de quem sabia não ser “homem do povo”, mas um homem de ciência, que Carneiro construiu sua relação com Samuel Querido de Deus. Na Bahia da década de 1930, Carneiro se alinhava a um dos dois especialistas que rivalizavam no terreno de estudos sobre as populações afro-brasileiras, cada um deles com diferenças marcantes quanto ao modo de fazer ciência e de descrever seu objeto de estudo. Nesse sentido, Edison Carneiro se alinha mais com Artur Ramos, que dava pouco crédito às colaborações entre ciência e a literatura, ao contrário do que vinha fazendo Gilberto Freyre. Para Carneiro, havia que consolidar uma visão científica sobre o negro no Brasil e a perspectiva de etnografia que defendia implicava reforçar a diferença com a literatura.

Posto em contraste com o etnógrafo, Jorge Amado descreve uma relação muito mais próxima e afetiva com Samuel Querido de Deus, como fica explícito em *Capitães da Areia* e *Bahia de Todos-os-Santos*. No primeiro livro, o pescador é amigo dos meninos que moram nas ruas da cidade, vivendo de assaltos e pequenos golpes. Assim, temos com Samuel o bom sujeito, que ensina capoeira aos meninos para eles se defenderem melhor das violências cotidianas. Em *Capitães da Areia* e *Jubiabá* a capoeira, vista por Amado, ainda possuía todo o seu veneno como arma de defesa dos mais fracos. Por exemplo, em *Jubiabá*, o personagem principal, Antonio Balduino, aprende a jogar capoeira para se defender de um menino mais forte que ele e usa a capoeira para se defender de um ataque de navalha (AMADO, 1995 [1935], pp. 29 e 59). Apesar de valente e imbatível na capoeira, Samuel é também uma pessoa cordial. Quando dois cinegrafistas amigos de Jorge Amado quiseram filmar um jogo de capoeira, foi ao pescador que o escritor recorreu. Após a luta, Amado conta que um daqueles que filmavam perguntou quanto deviam pela exibição:

Samuel disse uma soma absurda em sua língua atrapalhada. Fora quanto os americanos haviam pago para vê-lo lutar [num outro momento]. O escritor explicou então que aqueles eram cinematografistas brasileiros, gente pobre. Samuel Querido de Deus abriu os olhos num sorriso compreensivo. Disse que não era nada e convidou todo mundo para comer sarapatel no botequim em frente (AMADO, 1960, p. 235).

Assim, Amado constrói a figura do velho pescador encarnando as duas faces do que seria a capoeira e, no limite, o próprio povo da Bahia em sua concepção: representando a resistência e a cordialidade dos oprimidos. Querido de Deus ainda seria lembrado nas várias reedições de *Bahia de Todos-os-Santos*, sempre como alguém próximo, parte do convívio do escritor, e por tanto tempo que, ao notar os primeiros fios brancos no cabelo do pescador, Amado se pergunta: “Quantos anos terá? É impossível saber neste cais da Bahia pois de há muitos anos o saveiro de Samuel atravessa o quebra-mar para voltar dias depois, com peixe para a banca

do Mercado Modelo” (AMADO, 1960, p. 235). Sempre de maneira íntima, o escritor sublinha a sua inigualável condição para além da habilidade de Querido de Deus como capoeira: “Sua cor é indefinida. Mulato, com certeza... Os ventos do mar nas pescarias deram ao rosto do Querido de Deus essa cor que não é igual a nenhuma cor conhecida, nova para todos os pintores” (AMADO, 1960, p. 234). Não deixa de ser interessante notar como na própria caracterização fenotípica do amigo, Jorge Amado inscrevia a particularidade de Samuel, amalgamando-a com os ventos e com o mar. Por um lado, Amado parecia seguir a composição naturalista do personagem, que deriva de um certo meio físico e social, traço desenvolvido cuidadosamente por Gilberto Freyre em sua visão ecológica da mestiçagem em *Casa-grande & senzala*. Por outro, Amado cultivava a proximidade com Samuel, baseada na intimidade dos anos passados juntos no cais do porto.

Novamente destacamos como as diferentes estratégias textuais imprimiram uma proximidade entre Amado e Querido de Deus. Assim, se o tratamento da realidade sob a literatura permitia uma maior liberdade do que a etnografia de Edison Carneiro, por outro lado, a preocupação em retratar fidedignamente a realidade social da Bahia era comum a toda geração do romance social - especialmente quando Amado escrevia sob a perspectiva de uma “literatura proletária”. No caso de Edison, embora Freyre fosse uma referência na fusão entre sociologia e literatura, ele escolheu desenvolver uma estratégia discursiva que postulava uma descrição mais objetiva - nos moldes de Arthur Ramos. Portanto, a postura de Carneiro e Amado nos textos mencionados, revelam tanto sobre o tipo de relação que estabeleciam com Samuel Querido de Deus, quanto sobre as estratégias discursivas que adotaram.

Adeus Samuel, boa viagem

O triângulo amistoso entre Jorge Amado, Edison Carneiro e Samuel Querido de Deus revela muito sobre o tipo de relação que se tornou padrão entre intelectuais e praticantes de capoeira ainda na primeira metade do século XX, e que ainda tem impacto sobre os significados contemporâneos da capoeira. Trata-se de ressonâncias sobre a posição social, a racialização dos sujeitos, as estratégias discursivas e a experiência de uma geração. Compartilhando a experiência política da Revolução de 1930 e do comunismo, Amado e Carneiro realizaram a sua “descoberta do povo”. No caso, isso significou “descobrir” alguém como Samuel Querido de Deus para ser expressão de uma capoeira coletiva e imemorial.

Em outro nível, pode-se notar como etnografia e literatura constituíram estratégias que ecoaram uma perspectiva homogênea sobre a capoeira, como uma ladainha de capoeira diversas vezes repetida para os leitores. Por outro lado, tais estratégias também expõem as distintas atitudes de Jorge Amado e Edison Carneiro. A partir de pequenos fragmentos e aproximações com outras fontes, nota-se em Edison Carneiro um distanciamento mais pronunciado do que o de Jorge Amado. Enquanto aquele se dirige ao seu objeto de estudo, este se aproxima o tempo todo, percebendo traços singulares até no fenótipo. A diferença ainda pode ser notada na ênfase que Carneiro dava à defesa das liberdades civis, materializada no apoio à organização de associações de capoeira e de candomblé, enquanto Amado se deteve na esfera pessoal, buscando compreender o capoeira, as suas atitudes e os seus traços. Embora as visões sobre Samuel Querido de Deus sejam semelhantes, percebem-se diferenças nos próprios textos de Amado e Carneiro, que permitem afirmar uma maior personalidade do

primeiro, inversamente ao que ocorre com o segundo. Certamente as próprias formas de conhecimento impunham estilos diferentes na escrita, mas ainda assim, pode-se notar que o “mulato doutor” Edison Carneiro, construía um distanciamento explícito em termos de classe e raça/cor. Ao se conduzir assim, Carneiro fazia contraponto à aproximação que o marcador racial induzia, postura inversa à de Jorge Amado. Para Rossi, Edison Carneiro operava uma sorte de feitiço social com o marcador racial, sendo capaz de estabelecer uma proximidade distanciada com o universo afro-baiano através da qual convertia a sua “cor” em trunfo político e intelectual, sem, no entanto, se objetivar como parte daquele universo, ou seja, sem borrar as fronteiras simbólicas entre “os negros” e ele próprio (ROSSI, 2011, p. 202).

No que se refere a Jorge Amado, a reflexão segue a direção contrária, uma vez que, mais bem inscrito em termos do posicionamento de classe e raça, a procura constante da proximidade com as manifestações populares e seus representantes jamais colocou em suspeição a sua existência social pré-construída. Desta forma, a experiência enquanto “geração”, no sentido dado por Schorske, consolidou em Amado e Carneiro uma compreensão convergente sobre a importância dos afro-brasileiros para a formação nacional e sobre a necessidade da militância para transformar a situação de racismo e marginalização. Ainda que compartilhando tal experiência geracional, Edison Carneiro e Jorge Amado expressaram condutas diferenciadas nas relações com os/as representantes da cultura popular baiana, resultado tanto da posição social, quanto das estratégias discursivas às quais se alinhavam.

O triângulo amistoso de Samuel Querido de Deus, Jorge Amado e Edison Carneiro ganha existência entre as rodas de capoeira sob condições específicas. Para uma compreensão mais cuidadosa da forma como eles definiram um padrão de relações dos intelectuais com os/as representantes de manifestações populares na Bahia da década de 1930, foi fundamental considerar a experiência política, as posições sociais e as estratégias discursivas adotadas. Os escritos sobre a capoeira e descrições como a de Samuel Querido de Deus têm sido usados como referência por pesquisadores e capoeiristas ainda hoje, mas foram elaborados por uma geração de intelectuais que se aproximou das culturas populares sem deixar de viver sob as condições de seu tempo. A principal condição, no entanto, permanece indicada pela efêmera existência de Samuel Querido de Deus, que desaparece da vasta produção posterior de Jorge Amado e Edison Carneiro. Pouco sabemos por eles ou por outras fontes sobre o homem que animou a imaginação dos leitores das etnografias e ficções aqui analisadas e que deixou os seus gestos inscritos em uma das primeiras fotografias conhecida sobre a capoeira.



Figura 1 - Samuel Querido de Deus e Ularé. Fonte: Negros Bantus.

A imagem foi tirada por Edison Carneiro e publicada em 1937 no livro *Negros Bantus*. Carneiro se abaixou em altura próxima a do menino do lado esquerdo da imagem, para fotografar os jogadores de capoeira e o público aglomerado e absorto. As roupas mais formais e elegantes da audiência sugerem um dia de domingo. As vestimentas mais simples dos jogadores indicam a informalidade das atividades de pescador (Samuel Querido de Deus) e de estivador (Ularé). Samuel, agachado no movimento da cabeçada, está descalço e usa um chapéu, destacando, por um lado, simplicidade e, por outro, habilidade. Não podemos afirmar se ambos os jogadores posaram para a imagem ou se os movimentos mais lentos e pausados da capoeira Angola facilitaram o registro. Mas é certo que a fotografia cria uma forma única de memória, pois no “intervalo entre o olho e o dedo, o fotógrafo espera” (LISSOVSKY, 2003, p. 20). No instante suspenso pelo clique de Edison Carneiro, o protagonismo da imagem é de Samuel Querido de Deus.

O movimento em que se abaixa e descreve uma cabeçada no quadril do oponente é um contragolpe que surpreende e inverte o jogo. Imprime assim uma dinâmica no gesto paralisado que anuncia futuras inversões. Já o ângulo formado pelas pernas esticadas dos jogadores compõe um triângulo sem base e em preto e branco no meio da roda. E se uma imagem é um objeto que nunca permanece idêntico a si mesmo, assumindo formas itinerantes (CADAVA, 2013, p. 26), o triângulo na roda poderia ser uma alegoria dos escritos de geração analisados: a perna negra no chão sustenta o realismo etnográfico de Edison Carneiro, ao passo que a perna branca no ar leva às ficções engajadas de Jorge Amado. A base, que não existe, seria o reconhecimento dos limites das representações sobre a cultura popular e, assim, da própria presença precária de Samuel Querido de Deus. Mas, no mesmo triângulo formado pelos jogadores, a base poderia ser os três jovens espectadores, cada um projetando futuros imprevisíveis, como o próprio jogo da capoeira.

Referências

- ACUÑA, Mauricio. *A ginga da nação: intelectuais na capoeira e capoeiristas intelectuais (1930-1969)*. São Paulo: Alameda, 2014.
- AMADO, Jorge. *Bahia de Todos-os-Santos - guia das ruas e dos mistérios da cidade de Salvador*. 1. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945.
- AMADO, Jorge. *Bahia de Todos-os-Santos - guia das ruas e dos mistérios da cidade de Salvador*. 8. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.
- AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- AMADO, Jorge [1935]. *Jubiabá*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- AMADO, Jorge [1937]. *Capitães da Areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. *Capoeira: The History of an Afro-Brazilian Art*. New York: Routledge, 2005.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CADAVA, Eduardo; NOUZEILLES, Gabriela. *The Itinerant Languages of Photography*. Princeton, New Jersey: Princeton University Art Museum, 2013.
- CAMPOS, Maria José. *Arthur Ramos: Luz e Sombra na Antropologia Brasileira*. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CANDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a cultura. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 4, p. 27-36, abr. 1984.
- CARNEIRO, Edison. *Negros Bantus*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- CARNEIRO, Edison. *Ursa Maior*. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1980.
- COUCEIRO, Luis Alberto; TALENTO Biaggio. *Edison Carneiro: o mestre antigo*. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2009.
- DIAS, Adriana Albert. *Mandinga, manha e malícia: uma história sobre os capoeiras na capital da Bahia (1910-1925)*. Salvador: EDUFBA, 2006.
- GOLDSTEIN, Ilana. O Brasil Best-seller de Jorge Amado: Literatura e Identidade Nacional. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- LIMA, Vivaldo da Costa; OLIVEIRA, Waldir Freitas (org.). *Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos*. São Paulo: Corrupio, 1987.

LISSOVSKY, Mauricio. A máquina de esperar. *In*: GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel Angel (org.). *Memória e Espaço: trilhas do contemporâneo*. Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *Pelas ruas da Bahia: Criminalidade e poder no universo dos capoeiras na Salvador Republicana (1912-1937)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões. *Movimentos da cultura Afro-brasileira - A formação histórica da capoeira contemporânea (1890-1950)*. 2001. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2001.

RAILLARD, Alice. *Conversando com Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

REIS, Letícia Vidor. *O mundo de pernas para o ar. A capoeira no Brasil*. São Paulo: Fapesp/Publisher Brasil, 1997.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. *As cores da revolução: a literatura de Jorge Amado nos anos 30*. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2004.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. *O intelectual feiticeiro: Édison Carneiro e o campo de estudo das relações raciais no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2011.

SCHORSKE, Carl. *Viena Fin-de-siècle*. Campinas: Unicamp, 1990; São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia, 1930-1949*. Salvador: EDUFBA, 2000.

VASSALO, Simone Pondé. Capoeira e intelectuais: a construção coletiva da capoeira 'autêntica'. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, 2003.

Nota Biográfica

Mauricio Acuña é doutor em Literatura e Cultura pela Universidade de Princeton e doutor em Antropologia pela Universidade de São Paulo. Autor do livro *A ginga da nação: intelectuais na capoeira e capoeiristas intelectuais* (Alameda, 2015), atualmente investiga o Primeiro Festival Mundial de Artes Negras (Dacar, 1966) e o internacionalismo negro no Atlântico.

E-mail: jacuna@princeton.edu

Recebido em: 14 de abril de 2021

Aceito em: 04 de junho de 2021

Efeitos do exotismo: Ideologia na prática do jornalismo de viagens¹

Vinicius Brito

Resumo: O jornalismo de viagens, praticado por revistas mais comerciais/turísticas e por meios de divulgação científica e cultural, pode produzir um olhar exotificado sobre a cidade e o sujeito. Pensando nisso, este artigo questiona: como pode o jornalismo de viagens significar pelos efeitos do exotismo? Diante da questão, são propostos estes objetivos: levantar um percurso teórico-analítico, no bojo da disciplina de Análise do Discurso, para situar a dimensão da ideologia; pensar discursivamente a noção de exótico; e compreender, diante dos materiais jornalísticos, possíveis efeitos do exotismo. O corpus é construído com reportagens da “Qual Viagem”, “Viagem e Turismo” e “Viaje Mais”, importantes revistas sobre viagens no Brasil, podendo-se estabelecer que o exotismo se marca na relação de superioridade e inferioridade, formulada por esse tipo de jornalismo, significando o “outro” na cidade e no sujeito.

Palavras-chave: Efeitos do exotismo. Jornalismo de viagens. Análise do Discurso. Ideologia.

Effects of exoticism: Ideology on the practice of travel journalism

Abstract: Travel journalism, published by more commercial/touristic magazines and scientific and cultural media journals, might produce an exotified perspective about the city and the subjects. Considering this fact, the purpose of this article is to discuss: in which ways travel journalism signifies the effects of exoticism? In the face of this issue, it is proposed the following three objectives: to bring up a theoretical-analytical approach, in the context of Discourse Analysis, in order to understand the ideological dimension; discursively ponder the notion of exoticism; and to analyse, facing the journalistic literature, the potential effects

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

of exoticism. The corpus is built with features of the "Qual Viagem", "Viagem e Turismo" and "Viaje Mais", leading magazines on travel in Brazil, it may be established that the exoticism is marked in the relationship of superiority and inferiority, made by this type of journalism, meaning the "other" in the city and in the subject.

Keywords: Effects of exoticism. Travel journalism. Discourse Analysis. Ideology.

Efectos del exotismo: Ideología en la práctica del periodismo de viajes

Resumen: El periodismo de viajes, practicado por revistas más comerciales / turísticas y medios de difusión científica y cultural, puede producir una mirada exótica a la ciudad y al sujeto. Así, este artículo se pregunta ¿cómo puede entenderse el periodismo de viajes con los efectos del exotismo? Ante la pregunta, se proponen los objetivos de plantear un camino teórico-analítico, dentro de la disciplina del Análisis del Discurso, para situar la dimensión de la ideología; pensar discursivamente sobre la noción de exótico; y comprender, frente a los materiales periodísticos, los posibles efectos del exotismo. El corpus se construye con reportajes de "Qual Viagem", "Viagem e Turismo" y "Viaje Mais", importantes revistas de viajes de Brasil, con las cuales se puede establecer que el exotismo se marca en la relación de superioridad e inferioridad, formulada por ese tipo de periodismo, significando el "outro", en la ciudad y en el sujeto.

Palabras clave: Efectos del exotismo. Periodismo de viajes. Análisis del Discurso. Ideología.

*En los lindes de la mesa
la vida de los otros se detiene.
Adentro hay un extraño país:
las aventuras del envido y quiero,
la autoridad del as de espadas,
como don Juan Manuel, omnipotente,
y el siete de oros tintineando esperanza.*

Jorge Luis Borges em *El Truco* (1984, p. 22)

Introdução

A imprensa, bem como o dicionário, estabiliza os sentidos, organiza as palavras que produzem efeitos no sujeito. Abro o “pai dos burros” nesse tom. Folheio até o verbete: “Exótico - adj. Estranho, estrangeiro, que vem de outra terra. Gr. *εξωτικός*, lat. *exoticus*, de *exos*, de fora” (BUENO, 1965, p. 1.315). Lendo o prefixo *exos-* na junção a *óptikos*, posso dizer que o exótico implica, nesse aspecto mais formal, o observador que olha (exotifica) o que lhe é exterior. Ao passo do exótico, o sujeito repara o que está fora, conhece e reconhece o “outro” além dos limites da mesa, como diria o poeta e jornalista argentino Jorge Luis Borges, significando esse aparente “exterior” de alguma maneira. É o *de alguma maneira* que me empolga na escrita deste texto.

Não por menos, me interessa analisar aqui o jornalismo de viagens, circunscrito ao jornalismo turístico e, também, àquele que se dedica a grandes reportagens e à divulgação científica e cultural (JANÉ, 2002). Esse tipo de jornalismo, que, no Brasil, é praticado por revistas como “Qual Viagem”, “Viagem e Turismo” e “Viaje Mais”, pode ser tanto um braço potente da mídia para dissociar a alteridade do conflito quanto pode colaborar com frequência para a construção de uma imagem exótica e “paradisiaca” dos “outros”, “e aqui estendo o conceito de ‘outros’ não só aos sujeitos, mas a espaços geográficos, ecossistemas e ambientes alheios ao leitor”² (JANÉ, 2002, p. 189-190).

Não quero produzir, contudo, nesse inicial gesto de interpretação, a separação estanque entre a significação de cidade e de sujeito que nela reside, uma vez que o conceito de “outros”, para Jané (2002), justamente, se refere aos sujeitos, aos espaços geográficos e aos ecossistemas. O sujeito, sabemos, é “estruturalmente dividido, efeito de um processo de interpelação-identificação ideológica pelo qual se constitui no interior de diferentes formações discursivas” (BALDINI; ZOPPI-FONTANA, 2014, p. 3).

Então, jogando luz ao possível funcionamento do exótico na prática jornalística, de acordo com o autor de “Periodismo de Viajes” (2002), me pergunto neste artigo como pode o jornalismo de viagens significar pelos efeitos do exotismo? Diante da questão, proponho como objetivo um percurso teórico-analítico, no bojo da disciplina de Análise do Discurso, para situar a dimensão da ideologia e, depois, pensar discursivamente a noção de exótico e exotismo, buscando compreender, por fim, diante dos materiais jornalísticos, possíveis efeitos do exotismo, funcionando na significação da cidade, determinada historicamente.

A análise que estabeleço aqui se tece com base (material) em três reportagens, seja “Templos dourados e cenários de sonho”, “Vai que é demais!” e

² Tradução do original: “y aquí hago extensible el concepto de 'los otros' no sólo a las gentes sino a los otros espacios geográficos, ecossistemas y entornos, ajenos al lector”.

“Emoção em dose tripla!!! África do Sul”, publicadas, respectivamente, pelas revistas “Qual Viagem”, “Viagem e Turismo” e “Viaje Mais”, algumas das marcas mais lidas no segmento de viagens no país. Este trabalho é um recorte do que foi desenvolvido na dissertação “Discursos sobre cidade e efeitos do exótico no jornalismo de viagens”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural da Universidade Estadual de Campinas em 2019.

Exótico na dimensão da ideologia

A injunção ideológica nos coloca a ler os objetos simbólicos ao nosso redor. Não trato o “eu” e o “outro” no processo de exotismo como adendos individuais, mas sim sujeitos à interpretação. Está aí o nodal deste trabalho com a ideologia, questão central na semântica discursiva, pois é característica para os sujeitos atribuírem sentidos a si e ao “outro”. A ideologia tece/são os nós. Cogitar que a ordem ideológica norteia a noção de exótico não explica, contudo, o que chamo de ideologia e o que quero sustentar com isso. Devo, antes, perguntar: como ideologia está na/para a Análise do Discurso? Em tempo, o conceito não funciona na disciplina como em outras ciências sociais e humanas, devido à seara do sentido.

Para estabelecer um ponto de partida, enquanto Marx fala em ideologia de uma maneira negativa, ao referir “a uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais” (BOTTOMORE, 2012, p. 293), a teoria pecheutiana (ORLANDI, 2009, p. 46) coloca a ideologia como aquilo que funciona no indivíduo tornando-o sujeito (processo ideológico de interpelação) e impelindo-o a enunciar, formular, dar sentido às coisas. A ideologia, nesse gesto, não está para ocultação ou distorção dos processos simbólicos, pelo contrário, ela age para que os processos simbólicos signifiquem em/para nós.

A ideologia aparece na Análise do Discurso como propulsora da interpelação do indivíduo em sujeito, em primeiro momento. Ocorre, em um segundo momento, “uma individua(liza)ção histórica da forma-sujeito em função da inserção do sujeito nas relações sociais regidas pelas instituições que são reguladas pelo Estado” (MAGALHÃES, MARIANI, 2010, p. 393). A ideologia produz no sujeito efeitos de evidência que agem para significar o “outro”. “O sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Neutraliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico” (ORLANDI, 2009, p. 46). O sujeito está no mundo, não pode estar à deriva da interpretação. Mas a ideologia age produzindo tal efeito de evidência, como se o contato possível entre o falante e as coisas não fosse necessariamente um gesto de interpretação.

Assim apresentada, a ideologia deixa o lugar da ocultação para explicar a mediação possível entre o mundo e o sujeito pela linguagem. Nesse processo pelo linguístico é que se constrói o efeito de evidência, o qual concomitantemente possibilita ao sujeito “experimentar” a realidade. Está funcionando aí o efeito ideológico elementar, para que “uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua uma significação’ (portanto incluindo evidências da ‘transparência’ da linguagem), esta ‘evidência’ de que eu e você somos sujeitos” (ALTHUSSER, 1980, p. 95).

A ideologia produz algo que não é “punctual”, como lembra Orlandi (2008a, p. 13), muito menos apagável pontualmente. O texto em si não revela a ideologia, não produz o discurso. A ideologia trabalha para que se produzam versões do dito, formulações tais no texto. Ao mexer com o texto, analiso formulações, que significam na relação com as formações discursivas, isto é, aquilo que, em uma

formação ideológica dada, remetendo a uma certa conjuntura da sociedade de classes, “determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160). Esse é, portanto, o princípio que rege a determinação ideológica dos sentidos (ORLANDI, 2009, p. 43).

Na posição de analista, aciono dispositivos (e não instrumentos) para tornar a relação com a linguagem mais opaca – ainda que na vida “comum”, no meu gesto de interpretação de sujeito comum, siga de modo transparente. Vou agora à materialidade da análise. Baseando-se na premissa de que a ideologia historicamente rege a interpretação do sentido em alguma direção (ORLANDI, 1998), leio e interpreto sequências discursivas (SDs), que, em um corpus discursivo, são “dominadas por um determinado estado, suficientemente homogêneo e estável, das condições de produção do discurso” (COURTINE, 2016, p. 20). As seguintes SDs foram retiradas da reportagem “Templos dourados e cenários de sonho” da “Qual Viagem”:

SD1: os grandes templos e monumentos dominam a cena em Bangcoc, mas é certo que você encontrará motivos para parar, observar e fotografar a cada simples deslocamento. Tudo por lá é diferente e emocionante” (SIMÕES, 2017, p. 59).

SD2: não deixe de visitar o templo Wat Traimit, localizado na região de Chinatown. É lá que está o grande Buda Dourado (...). Impressionante! (SIMÕES, 2017, p. 62)

A reportagem foi publicada em uma revista de viagens, empresa de comunicação em disputa de audiência com outros veículos. A capa da magazine já implica disputa (de sentidos). Um gesto de edição (o diretor de redação pode ser pressionado por outros departamentos, como o de marketing e o jurídico), de escolha de uma reportagem principal (veio a ser a Tailândia, mas nessa “Qual Viagem” foram publicadas reportagens sobre Argentina, Chile, Costa Verde etc.) e de uma fotografia significam o destino turístico. Em relação de metonímia, a capa toma a parte (Phuket) pelo todo (Tailândia), ou a cidade pela nação, a versão pelo silêncio.



Imagem 1 - Capa da edição de “Qual Viagem”. Fonte: Qual Viagem (2017)

A construção discursiva na revista explica a relevância da Tailândia – o “sonho de consumo de dez entre dez viajantes” (2017, p. 4), se lê no editorial. Percebo na formulação que não é qualquer relação com a cidade que é posta, mas sim um encadeamento com sonho e desejo paradisíaco. Ademais, o editor da “Qual Viagem” poderia eleger qualquer outra fotografia da Tailândia para significá-la na capa externa, contudo chegou às bancas esta da Imagem 1 na qual se lê “destino dos sonhos” junto à imagem de uma embarcação ao fundo da praia de Phuket.

Me fixo agora à formulação *Templos dourados e cenários de sonho*. Os *templos dourados* são linguisticamente colocados como algo independente (por isso o marcador discursivo *e* funciona) dos *cenários de sonho*. A textualização deixa à parte os *templos dourados* do “sonho de consumo”. Há a formação discursiva, que abre uma série parafrástica na significação do *templo* na revista, sustentando-se na/pelas condições materiais.

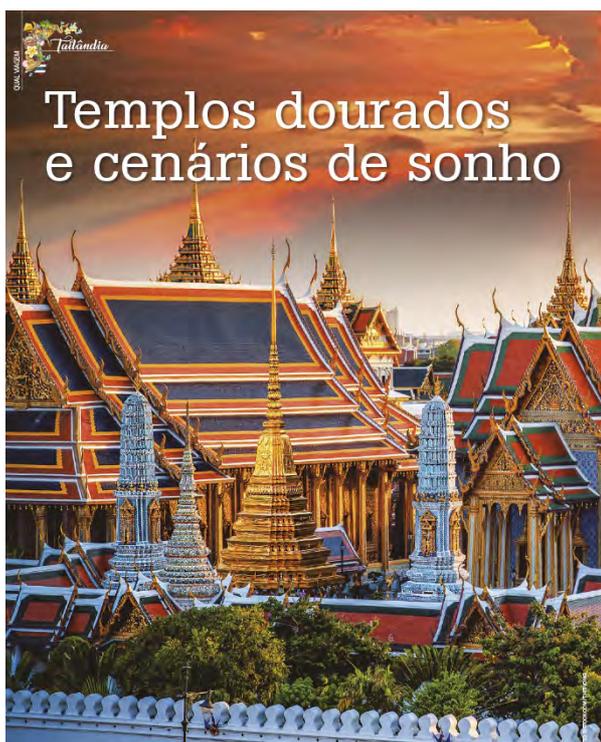


Imagem 2 - Capa interna da “QV” de 07/2017 Fonte: Qual Viagem (2017)

Em SD1 se escreve que *os grandes templos e monumentos dominam a cena em Bangcoc, mas é certo que você encontrará motivos para parar*, uma vez que *Tudo por lá é diferente e emocionante*. O verbo transitivo é “dominar”, que me vem pela memória de um exercer domínio, ter influência sobre. A associação é de dominância e não de autonomia entre os templos e o que merece ser observado pelo turista. “Dominar” é uma ação que implica disputa na cena da cidade (heterogênea por discurso). Além disso, o jeito como as orações *os grandes templos e monumentos dominam a cena em Bangcoc e mas é certo que você encontrará motivos para parar* se unem pelo marcador discursivo *mas* – diferentemente da primeira SD (*Templos dourados e cenários de sonho*) – rege sentido de adversidade entre os elementos de saber.

Partindo da pluralidade de textos (e formações discursivas) no discurso jornalístico, interpreto outra série de sentidos nessa reportagem. Se os templos tailandeses podem significar como algo independente dos *cenários de sonho*, algo no texto é retomado pela fantasia, pela imaginação. E quando escrevo “algo”, me refiro a estas SDs:

SD3: Quem nunca sonhou acordado ao ver uma foto ou filme com as maravilhosas praias tailandesas com águas cristalinas azul turquesa e areias claras emolduradas por paisagens naturais de rara beleza? (SIMÕES, 2017, p. 74)

SD4: a pequena ilha de Phi Phi (...) oferece cenários naturais belíssimos (...), além de um pôr do sol fantástico [...]. A parte norte da ilha [Ko Pha Ngan] tem praias lindas, tranquilas e silenciosas (SIMÕES, 2017, p. 75)

SD5: [Bamboo Island] essa linda ilha [...] [Kantiang Bay] uma das mais belas praias (SIMÕES, 2017, p. 74)

O efeito-leitor (*Quem nunca sonhou*) na SD3 sustenta imaginariamente que o turista já sonhou com as praias tailandesas. Outro ponto: o texto sempre determina linguisticamente os nomes com categorização, sejam as praias *maravilhosas*, a água *azul turquesa*, as areias *claras* e as paisagens de *rara beleza*. A categorização segue funcionando nas SDs 4 e 5 sobre o litoral tailandês: em *pequena ilha de Phi Phi*; *cenários naturais belíssimos*; *pôr do sol fantástico*; *essa linda ilha*; *uma das mais belas praias*; e *A parte norte da ilha [Ko Pha Ngan] tem praias lindas, tranquilas e silenciosas*.

A cidade do destino praieiro aparece como *locus* da fantasia, da beleza, da categorização positiva (*cenários naturais belíssimos*; *belas praias*; *praias lindas, tranquilas e silenciosas*). A cidade formulada deixa o lugar *dominado* pelo diferente *templo* da religião do “outro” (que não é reconhecida como a “nossa”) e aproxima o turista (pela argumentação) às belezas naturais, que lhe são oferecidas como serviço e lhe despertam familiaridade confortável. Não há, pela formação ideológica, como imaginar “quem nunca tenha sonhado” com as praias tailandesas, elas são populares e vendáveis. O discurso jornalístico sobre cidade dá uma representação possível do mundo, na marca linguística tocável, mas como os efeitos do exótico significam essa forma de ler?

Da noção de exótico e exotismo

Para compreender os funcionamentos do exótico no discurso das revistas de viagem, faço uma leitura das teorias desenvolvidas por Todorov (2013) e Segalen (2017). Antes, porém, inicio um exercício breve para distinguir termos aparentemente sinonímicos. Ressalva válida para a escrita de “exótico”, “exotismo” e “exotificação” neste trabalho. De forma ampla, a etimologia de “exótico” indica uma relação necessária com o “outro” (enxergá-lo, significá-lo de algum modo). “O imaginário está no ‘ver’. Ele desenvolve um exotismo, mas um exotismo ótico” (CERTEAU, 2014, p. 43). Ex-ótico é o movimento inesgotável eu-“outro”.

Não se pode sair, nesse sentido, do exótico enquanto houver linguagem porque não se pode significar sem o “outro” (intradiscurso) e o “Outro” (interdiscurso). É a fricção intra/interdiscurso, efeito do processo de interpelação, segundo Pêcheux (1999, p. 13), que implica que os sentidos signifiquem em e para nós, ideologicamente falando. Em outras palavras, o exótico está para o que Orlandi (2008a; 2002; 2015) chama do fora constitutivo do dizer do sujeito, uma vez que palavras já faziam sentido antes de nós e farão sentido depois de nós. Por outro viés, posso entender “exotismo” como processo de uma prática, a qual, como entende Pêcheux (1995), se estabelece de uma e sob uma ideologia e a ideologia se produz no sujeito e para sujeitos. É, portanto, o exótico praticado pelo discurso jornalístico, produzindo efeitos entre falantes.

Pela pesquisa básica, constitutiva para a produção científica, me aproximo de “exotismo” enquanto efeito, especialmente nas análises do livro “Terra à vista” (2008b) de Eni P. Orlandi, que reúne escritos de colonizadores sobre o Brasil. A analista aponta um apagamento nas relações de significação entre o colonizador e o colonizado, “sempre que um discurso se faz passar por outro discurso. Nesse caso, apaga-se o discurso histórico e produz-se um discurso sobre a cultura. *Como efeito*

desse apagamento, a cultura resulta em ‘exotismo’” (ORLANDI, 2008b, p. 20-21, grifo meu). Exotismo como efeito de uma significação em condições de produção próprias.

Já “exotificação” parece carregar algo de insistência, de reincidência, de repetição e de estereótipo. “Exotificação”, que venha da mesma raiz de “exótico”, mas com o elemento sufixo -ção, agregado a verbos (exotificar) para formar nomes, substantivos. Por que, então, falar em exotificar se o “outro” constitui o discurso? A minha leitura é que “exotificação” nomeia o trabalho de significar o “outro” marcando-o como diferente, saturando-o pela estranheza do que não é tido como “nosso”. Saturada, a significação precisa chegar ao limite, ao liame da mesa onde se vê a vida do vizinho, como no poema de Borges (1984, p. 22). Para essa interpretação, especialmente me valho da tese de França (2018) sobre discurso nos guias de turismo e os efeitos da exotificação:

o discurso do turismo parece se estabelecer/ se constituir em meio a discursos que falem do outro, enquanto diferente, isto pode derivar (e deriva) muitas vezes a um discurso que com efeito de exotificação: fala-se daquilo que o leitor-turista supostamente não conhece, parece desse modo haver um sentido de que o leitor-turista busca visitar e encontrar aquilo que não lhe é familiar, e portanto, exótico, ou com efeito de. (FRANÇA, 2018, p. 51)

A exotificação se dá no momento em que o “outro” não resulta familiar para o turista (beirando a coisificação, o rasgo de qualquer natureza humana, a fetichização) e, novamente com essa categoria, voltamos ao estranho-familiar de Freud, que toca o “estranho” e o “estrangeiro” (BUENO, 1965, p. 1.315). A noção de estranho-familiar ou Inquietante (também traduzido em outras línguas para “Lo siniestro, Lo ominoso, Il perturbante, L’inquietante étrangeté” [FREUD, 2010, p. 329]) está ligada ao “que é terrível, ao que desperta angústia e horror, e também está claro que o termo não é usado sempre num sentido bem determinado” (FREUD, 2010, p. 330).

As palavras do médico, apesar de muito específicas para uma categoria da psicanálise, trazem à mente a figura do estrangeiro, “Uma figura do ódio e do outro, não é a vítima romântica da nossa preguiçosa família, nem o intruso responsável por todos os males da cidade. Nem a revelação em andamento, nem o adversário imediato que deve ser eliminado para pacificar o grupo”³ (KRISTEVA, 1991, p. 9). O estrangeiro e o imigrante, tão usados para abarcar os nacionalismos do século 19, são geralmente associados à margem da sociedade pelos noticiários da mídia, de acordo com Jané (2002, p. 189). “A situação parece condenada pelo fato de o processo colonial histórico de aculturação das minorias ser irremediavelmente acelerado”⁴.

Porém, com o ensaio inicial sobre o exótico e suas grafias similares (-ismo e -ação) que produzem efeitos distintos, prossigo com outros apontamentos sobre o tema provocativo. Para Todorov (2013, p. 305), o exotismo e o nacionalismo são um relativismo oposto, pois em ambos a definição do país e da cultura somente

³ Tradução do original: “figura del odio y del otro, no es ni la víctima romántica de nuestra perezosa familia, ni el intruso responsable de todos los males de la ciudad. Ni la revelación en marcha, ni el adversario inmediato que debe ser eliminado para pacificar al grupo”.

⁴ Tradução do original: “La situación más bien parece abocada a que el histórico proceso colonial de aculturación de las minorías se acelere irremediabilmente”.

depende da relação com o observador. Seguindo a premissa, culturas e povos (o “outro”) são mais exotificados quanto mais afastados e ignorados estão (TODOROV, 2013, p. 306). No estudo sobre o exotismo, contariam as distâncias geográficas e culturais.

Continuando o raciocínio, Todorov (2013) afirma que o exotismo tem a ver com impregnar valores a um país, por exemplo, que não seja identificado como “o meu”, sendo puramente relativos os valores reconhecidos como “meus” ou dos “outros”. Compreendo à luz desse argumento o exotismo junto à cultura e à civilização, uma vez que esta última “resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’” (ELIAS, 1994, p. 23).

A cultura funciona no já-dito. Tomada pelo trabalho de Certeau, em “Cultura no plural” (2014), Orlandi (2004; 2017) concorda que cultura é arte social condicionada pelos lugares, “ela é uma proliferação de invenções em espaços circunscritos” (CERTEAU, 2014, p. 19). A cultura “dá a uma época sua figura própria” (ORLANDI, 2017, p. 71) e condiciona os valores que distinguem o corpo do sujeito/corpo da cidade. Não se pode fugir desses valores sobre o “outro” pelo mesmo motivo que não se pode significar sem o pré-construído, a produzir “a inter-in-compreensão (desconstrução do ‘outro’) num movimento de concentração de sentidos. Esse é o sentido radical da instituição na linguagem, é assim que o sentido ganha ‘corpo’ como história, nessa relação tensa entre o fixar-se e o transmutar-se” (ORLANDI, 2008b, p. 52).

Sendo o exotismo o oposto do nacionalismo (que busca as características “minhas”/“nossas” de uma nação), ele se aproxima do estrangeiro, “a face oculta de nossa identidade, o espaço que estraga nossa morada, o tempo que estraga compreensão e simpatia”⁵ (KRISTEVA, 1991, p. 9). Se o estrangeiro está oculto em nossa identidade, ele se torna responsável por produzir essa identidade, concentrando aquilo que não pertence a “nós”. Com efeito, se reconhecemos o estrangeiro em “nosso” grupo, passa a ser difícil odiá-lo: “este sintoma torna o ‘nós’ problemático, talvez impossível: o estrangeiro começa quando surge a consciência da minha diferença e termina quando todos nos reconhecemos como estrangeiros”⁶ (KRISTEVA, 1991, p. 9). O mesmo, o diferente.

De outro modo, escreve Todorov (2013) que o conhecimento é incompatível com o exotismo, o qual seria um elogio ao desconhecimento. Tenho dois contrapontos à última formulação, sobre o exotismo se sustentar pela ignorância. O conhecimento, por ser simbólico, é operante nas significações do político, se dá no movimento de sentidos e não na completude. Como Todorov (1983, p. 3) escreve no trabalho “A conquista da América. A questão do Outro”, teorizar sobre a descoberta do “outro” é um tema complexo, já que se pode “descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu e um outro. Mas cada um dos outros e um eu também, sujeito como eu”. Não é apenas o desconhecer que leva ao exotismo, senão a densidade ideológica do que pode ser dito ou calado; do que, na

⁵ Tradução do original: “la cara oculta de nuestra identidad, el espacio que estropea nuestra morada, el tiempo que arruina la comprensión y la simpatía”.

⁶ Tradução do original: “y este síntoma convierte precisamente el ‘nosotros’ en problemático, tal vez imposible: el extranjero empieza cuando surge la conciencia de mi diferencia y termina cuando todos nos reconocemos extranjeros”.

superfície linguística, nas formações discursivas, está autorizado a ser conhecido ou des-conhecido, descoberto ou ignorado.

Passo ao “Ensayo sobre el exotismo”, escrito pelo médico da marinha francesa Victor Segalen (2017, p. 19) após viagem à Polinésia (em 1903 e 1905) e à China (de 1909 a 1914). No livro do marinheiro de muitas viagens, o exotismo “Não é o estado caleidoscópico do turista e do espectador medíocre, mas a reação sagaz e curiosa que uma forte individualidade experimenta quando se choca com uma objetividade cuja distância percebe e saboreia”⁷. Exotismo e individualismo em paralelo. O francês analisa a literatura de viagens e toma nota sobre o “exota”, viajantes natos que reconhecem “os choques inesquecíveis inspirados em momentos como os que descrevi: os momentos de exotismo”⁸ (SEGALEN, 2017, p. 18). A concepção de “exota” é cunhada em contraponto à de turista, que infamaria o exótico da cidade. Parênteses. A experiência do autor ocorre no início do século 20, ele não conheceu o fenômeno do turismo de massa, que hoje significa parte da vida moderna (URRY, 1999, p. 19).

Se Todorov trabalha o exotismo e o nacionalismo como espécies opostas de relativismo, Victor Segalen (2017, p. 18) aponta que as sensações de exotismo e individualismo se complementam. O autor observa que o exotismo provoca incompreensão a quem o experimenta – isso soa de certo modo contraditório se partirmos do princípio que o exota sente o encanto do diverso em sua plenitude. Mas com essa visada a incompreensão faz parte da sensação de exotismo, a não totalidade dessa sensação, o não fechamento desse “encanto” diverso. Definindo-o pelo que não o é: “não é a compreensão perfeita de um fora de nós que estaria incluído em nós mesmos, mas a percepção aguda e imediata de uma incompreensibilidade eterna”⁹ (SEGALEN, 2017, p. 19). O exotismo se dá, melhor dizendo, na possibilidade da incompletude. Mas é louvável recordar que a relação com o “outro” nunca é trivial; o encontro com outros seres, o contato com o mundo exterior e a decadência do próprio corpo são as três formas “ameaçadoras” de sofrimento, descreve Freud (1985).

Segalen, em minha tentativa de epítome, não vai na mesma direção *todoroviana* em contrapor exotismo a conhecimento. Contudo, a noção de exotismo do francês, assim como a ideia de civilização, apaga de alguma maneira “as diferenças dos povos, coloca a ênfase naquilo que, na sensibilidade daqueles que se servem dela, é comum a todos os homens ou ao menos deveria sê-lo” (ORLANDI, 2008b, p. 53, grifo da autora). O conceito de civilização guarda consigo um projeto de colonização, de apagar (expandindo) as fronteiras.

O exotismo mexe com a incompreensão sobre o que está fora. Está aí uma entrada discursiva para interpretar efeitos do exótico, pois o que ocorre no processo de exotificação é um deslocamento de identidades, uma movência de formações discursivas. A identificação está em “função da incompletude do sujeito e do sentido. Movimento que desemboca na des-organização dessa relação, já que

⁷ Tradução do original: “no es el estado caleidoscópico del turista y del espectador mediocre, sino la reacción espabilada y curiosa que experimenta una individualidad fuerte al chocar con una objetividad cuya distancia percibe y saborea”.

⁸ Tradução do original: “los inolvidables sobresaltos inspirados por momentos como los que he descrito: los momentos de Exotismo”.

⁹ Tradução do original: “no es la comprensión perfecta de un fuera de nosotros que englobaríamos en nosotros mismos, sino la percepción aguda e inmediata de una incompreensibilidad eterna”.

ela é da ordem do inconsciente e do ideológico” (ORLANDI, 2008b, p. 49). O movimento de identidades funciona por um “des-controle” nas relações, significadas pelo silêncio.

Efeitos de exótico no jornalismo de viagens

Na dimensão de entremeio da Análise do Discurso, construo dispositivos teóricos e analíticos a partir da noção de exotismo, seja em Todorov, seja em Segalen, seja em outros autores. O exotismo parece funcionar nos discursos sobre cidade pela sensação de (in)compreensão diante do “outro”, de acordo com Segalen (2017), e pela crítica de si mesmo na formulação de um ideal cujo efeito, escreve Todorov (2013, p. 307), são “duas espécies simétricas de exotismo, dependendo se as pessoas ou cultura valorizadas são consideradas mais simples ou mais complexas do que nós, mais naturais ou mais artificiais”¹⁰.

A ideia das duas espécies simétricas de exotismo é bastante válida para este estudo, basta retomar o mote principal, que é investigar como o jornalismo de viagens significa cidade e se, desse modo, se formula um discurso exótico e paradisíaco do “outro” (JANÉ, 2002). O encadeamento entre o exótico e o paradisíaco não se dá ocasionalmente, porque o elo diz muito sobre o simetrismo todoroviano (valores superiores [paraíso-céu] e inferiores [inferno]) e a sensação de Segalen (“Aqui está um fato: eu concebo o ‘outro’ e imediatamente a visão é deliciosa. Todo o exotismo reside aí”¹¹ [2017, p. 18]). Fora isso, enquanto o médico francês enxerga o “outro” prazerosamente, esse mesmo/diferente “outro” também pode despertar “ódio” se for estrangeiro (KRISTEVA, 1991). “Muito do que não se desejaria abandonar por causa de seu caráter agradável não pertence, entretanto, ao *self*, mas aos objetos; reciprocamente, muitos sofrimentos dos quais se pode livrar se tornam inseparáveis de si mesmo, da origem interna”¹² (FREUD, 1985, p. 13). Os limites entre o “eu” e o “outro” são mais esfumados.

Os valores que distinguem o mesmo e o diferente estão imbricados, são “relativos” e por isso dizem muito de quem os valora, porque nem o mesmo nem o diferente se dão na completude, senão nas brechas, nos vazios do dizer, no limiar do silêncio fundador: “algo do mesmo está nesse diferente; pelo processo de produção de sentidos, necessariamente sujeito ao deslize, há sempre um possível ‘outro’ mas que constitui o mesmo (...). Ou seja, o mesmo já é produção da história” (ORLANDI, 1998, p. 81). Para interpretar funcionamentos do exotismo nos discursos sobre cidade, retiro estas SDs de duas reportagens sobre a África do Sul, publicadas em um intervalo de um mês nas revistas “Viagem e Turismo” e “Viaje Mais”:

SD6: A Cidade do Cabo, ou a Cape Town, é a maior surpresa para quem vai à África do Sul sonhando encontrar um país selvagem e exótico. Com hotéis de luxo e

¹⁰ Tradução do original: “dos especies simétricas de exotismo, según que el pueblo o la cultura valorados sean considerados como más simples o más complejos que nosotros, más naturales o más artificiales”.

¹¹ Tradução do original: “He aquí un hecho: concibo un otro y de inmediato la visión es deliciosa. Todo el exotismo reside ahí”.

¹² Tradução do original: “Gran parte de lo que no se quisiera abandonar por su carácter placentero, no pertenece sin embargo al yo, sino a los objetos; recíprocamente, muchos sufrimientos de los que uno desembarazarse, resultan ser inseparables del yo, de procedencia interna”.

carrões circulando pelas ruas, parece uma cidade mais europeia do que africana. Até no clima temperado, que possibilita às muitas vinícolas dos arredores produzir alguns dos melhores vinhos do mundo (MANCZYK; FITTIPALDI, 2017, p. 16, grifo meu).

SD7: a geografia de praias e montanhas faz lembrar o Rio de Janeiro (...). De qualquer lado que se olhe é fácil ver a Table Mountain, uma curiosa montanha de platô achatado, que está para a Cidade do Cabo assim como o Pão de Açúcar para o Rio de Janeiro. Tem até um bondinho que leva ao topo (MANCZYK; FITTIPALDI, 2017, p. 16. grifo meu).

SD8: A África do Sul é uma ótima introdução às belezas do continente africano. Une a emoção dos safáris, belas praias e cidade de grande riqueza cultural, a começar por Cape Town que é tão bonita na geografia quanto o Rio de Janeiro (MANCZYK; FITTIPALDI, 2017, p. 15, grifo meu)

SD9: O país é bem estruturado para o turismo e recebe cerca de 10 milhões de turistas estrangeiros ao ano, o dobro do que o Brasil (MANCZYK; FITTIPALDI, 2017, p. 15, grifo meu)

SD10: A cidade, a Camps Bay, as montanhas. Ai de ti, Copacabana... (SETTI, 2017, p. 14, grifo meu)

SD11: Camps Bay - Copacabana e Leblon, tremei § Não é de estranhar que, *assim como os cariocas*, os capetonians também sejam ávidos por viver ao ar livre (SETTI, 2017, p. 16, grifo meu)

Na SD6, “surpreendem” os *hotéis de luxo e carrões* na África do Sul, esperada antecipadamente como *país selvagem e exótico* (tensão entre o mesmo e o diferente). A surpresa sobre essa nação (na relação com a Cidade do Cabo) sustenta o funcionamento da oração subordinada adverbial comparativa (sustentando uma categorização) em *cidade mais europeia do que africana*. Há um imaginário funcionando sobre uma cidade europeia (*Com hotéis de luxo e carrões, Até no clima temperado*) e uma africana nessa sequência. Há um imaginário sobre o continente que significa e dá sentidos à África do Sul (*é uma ótima introdução às belezas do continente africano*) pelo deslize de *selvagem e exótica* à terra dos *hotéis de luxo e carrões circulando pelas ruas*.

Ao vincular o exotismo às duas espécies simétricas, diferencio o funcionamento apontado por Todorov em marcadores discursivos de comparação. Na superfície linguística a comparação se dá comumente por categorização (“bom”, “mau”, “mais [do] que”, “como [quanto]”, “menos [do] que”). Noto nas duas reportagens as orações comparativas nas SDs 7, 8, 9, 10 e 11 funcionando. A partir daí descrevo que o efeito da comparação pode ser tanto de inferioridade (“mais simples”, elabora Todorov [2013]) e superioridade (“mais completos”), bem como de igualdade. Nas SDs 7 e 8, a Cidade do Cabo estabelece paralelo (“assim como”, “tão quanto”) com o Rio de Janeiro. A Table Mountain *está para* Cape Town (*Tem até um bondinho*) como o Pão de Açúcar para a capital fluminense, no jogo discursivo.

Já nas SDs 9, 10 e 11, Copacabana (significando por extensão ao Rio) ganha sentido inferior à Cidade do Cabo, seja em *o dobro do que o Brasil* seja em *Ai de ti...*, para expressar dor (*ai*) e até piedade em relação a outrem. As significações de cidade – compreendidas não apenas pelo que guardam em comum mas pelo que têm de diferente entre si (ORLANDI, 2004, p. 12) – ganham dimensão, relevo. A comparação, sendo efeito de exotismo, estabelece elos entre significantes.



Imagem 3 - Foto interna da Cidade do Cabo na “VM”. Fonte: Viaje Mais (2017)



Imagem 4 - Foto interna da “VT” sobre África do Sul. Fonte: Viagem e Turismo (2017)



Imagem 5 - Fotografia de vinícola sul-africana na “VT”. Fonte: Viagem e Turismo (2017)

A materialidade significativa das imagens (recorto três delas nas reportagens de “VT” e “VM”), esse gesto de formular o mesmo/o diferente da cidade continua a se entrelaçar. São fotos abertas, nas imagens 3 e 4 (aéreas), que dão a ver a grandiosidade da geografia, quase como uma ilha que irrompe no azul do oceano sob a mescla de tons amarelados. A escolha da luz também investe em um “como” significar a Cidade do Cabo, que assim como o Rio é determinada (artigo definido “a”) por uma depressão geográfica (“cabo”) na sua nomeação. A luz de princípio ou fim de dia se associada à noite, ao obscuro, ao desconhecido, à surpresa (*A Cidade do Cabo (...) é a maior surpresa para quem vai à África do Sul [SD6]*), à imaginação e ao sonho (*sonhando encontrar um país selvagem e exótico [SD6]*).

A Imagem 5, que também foi tomada na Cidade do Cabo (*Até no clima temperado [SD6]*) também se encaixa na mesma sequência das outras fotografias jornalísticas, se tomarmos a depressão geográfica como referência. A composição dessa imagem investe na geografia e no céu azul ao fundo. O que se fotografa em primeiro plano é uma vinícola, a qual, pelas linhas retas do vinhedo, parece apontar para uma só direção, na organização da dispersão dos sentidos.

Sigo Todorov (2013) pela descrição do efeito (comparativo) simétrico do exotismo, pela regularidade nas SDs. Mas o reformulo na ordem do discurso. Com o encontro das “duas espécies simétricas” do linguista búlgaro com uma expressão matemática, denomino tal efeito de exotismo de “relação simétrica” a depender de uma sequência (ordem “x”) “a” e “b” que, na permuta dessa ordem “x” por “b” e “a”, segue a mesma variável. Esse funcionamento do exotismo se dá no grau comparativo de superioridade (“a” e “b”) e inferioridade (“b” por “a”), ainda que haja a igualdade, a equivalência ou o paralelismo (“a” e “a”, “b” e “b” [SDs 7 e 8]) produzindo algo fora desse exótico.



Gráfico 1 - Relação simétrica nas comparativas. Fonte: Vinicius Brito (2021)

Pela ordem "x" considero que a condição de produção permaneça de certa forma estável (são revistas de turismo em tempos de capitalismo, pelo discurso jornalístico), com as marcas do sujeito no texto, pela forma-sujeito (histórica e pela narratividade do discurso jornalístico), igualmente estáveis, senão os sentidos derivam, pelo efeito metafórico. Estou tratando de língua e não de expressões limitadamente lógicas.

Para não trabalhar com as variáveis "a" e "b" e sim com as sequências discursivas, tenho dois caminhos possíveis, pelas formações discursivas. 1) superioridade/inferioridade: em *A África do Sul tem o dobro de turistas do que o Brasil*; em *Ai de ti, Copacabana* e em *Camps Bay - Copacabana e Leblon, tremei*; e 2) igualdade: *a Table Mountain que está para a Cidade do Cabo assim como o Pão de Açúcar para o Rio de Janeiro* e *Cape Town que é tão bonita na geografia quanto o Rio de Janeiro*. Esses dois caminhos levam ao par superioridade/inferioridade e à igualdade, por orações comparativas ou por expressões de equivalente domínio, a exemplo de *Ai de ti*, (vocativo) e (vocativo) *tremei*; sendo a relação com o vocativo basilar, ainda que não enfatizada ou em elipse.

Considerações últimas

Em um primeiro momento, busquei neste artigo situar a noção de ideologia, muito produtiva nas ciências humanas e sociais, no bojo da Análise do Discurso. Para a disciplina de interpretação, que nasce na França dos anos 1960 e depois é institucionalizada no Brasil, o conceito de ideologia não funciona como ocultação ou distorção dos processos simbólicos, mas, sim, como algo que funciona nos processos discursivos ou, melhor, funciona para que os processos discursivos signifiquem em e para os sujeitos. Esse ponto de partida, inscrevendo a ideologia em uma epistemologia discursiva, é crucial para, em seguida, tentar responder à pergunta desta pesquisa, assumindo, conforme Jané (2002), que o jornalismo de viagens pode contribuir para significar espaços e sujeitos pelo funcionamento do exótico.

Em um segundo momento, fiz um gesto de leitura, voltando a teorias que significam a noção de exótico e exotismo. Assumindo o lugar de entremeio da Análise do Discurso, me interessou nessa etapa compreender o exótico e o exotismo

como processo da prática discursiva, implicando funcionamentos discursivos e produzindo efeitos (do exótico ou do exotismo) entre falantes. Com esse trajeto de leitura, estabeleci, a partir de Segalen (2017), que o exotismo se dá na incompreensão sobre o que está fora, ocorrendo nesse processo de exotificação um deslocamento de identidades. Por outro lado, entendi que os efeitos do exótico, produzido como crítica de si mesmo, resultam em um quadro de duas espécies simétricas, de acordo com Todorov (2013).

Por fim, com a análise do discurso do jornalismo de viagens, e trabalhando o exotismo como efeito das duas espécies simétricas (entre o deslocamento comparativo de superioridade e inferioridade), pude compreender, por exemplo, o funcionamento de marcadores discursivos comparativos e da categorização materializando uma relação exótica dessa prática de jornalismo com o espaço e os sujeitos. Esse tipo de relação é sempre simétrica e sempre conduzida à superioridade e à inferioridade porque está aí o processo de construção do “outro”, pela dimensão da cultura e da civilização. Para se ter a “sensação” de que algo é inferior, o “outro” deve ser entendido (transparentemente) como superior e vice-versa. A cultura, então, dá às cidades uma figura, uma imagem que não é única nem homogênea, apesar de a determinação ideológica apontar, pelo efeito da evidência, para *um* sentido.

Referências

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

BALDINI, L. J. S., ZOPPI-FONTANA, M. G. A Análise do discurso no Brasil. *Décalages*, vol. 1, art. 22, Issue. 4, 2014. Disponível em: http://www.sergiofreire.pro.br/ad/BALDINI_AD_Brasil.pdf. Acesso em: 28 mar. 2021.

BORGES, J. L. *Jorge Luis Borges - Obras completas 1923-1972*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1984.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BUENO, F. da S. *Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa: Vocábulo, expressões da língua geral e científico-sinônimos contribuições do Tupi-Guarani*. Edição Saraiva: São Paulo, 1965. (vol. 3)

CERTEAU, M. de. *A cultura no plural*. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. 7. ed. Campinas: Papirus, 2014.

COURTINE, J-J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Tradução de Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. *Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som* (LABEDIS/UFRJ), Rio de Janeiro, 1. ed., v.1, p. 14-35, jun. 2016.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FRANÇA, G. da R. A. *Gênero, raça e colonização: a brasilidade no olhar do discurso turístico no Brasil e na França*. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2018.

FREUD, S. *História de uma neurose infantil: ("O homem dos lobos")*: além do princípio do prazer e outros textos [1917-1920]. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. El malestar en la cultura. In: _____. *El malestar en la cultura: sobre los sueños miscelánea*. Tradução de Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. México: Editorial Iztaccihuatl, 1985.

JANÉ, M. B. *Periodismo de Viajes: Análisis de una especialización periodística*. Sevilla: Comunicación Social, 2002.

KRISTEVA, J. *Extranjeros para nosotros mismos*. Tradução de Xavier Gispert. Barcelona: Plaza & Janes Editores, 1991.

MANCZYK, N.; FITTIPALDI, M. Emoção em dose tripla!!! África do Sul. *Viaje Mais*, São Paulo, n. 195, 2017.

MAGALHÃES, B.; MARIANI, B. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010.

ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; UNICAMP, 1988.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ORLANDI, E. P. *Língua e Conhecimento Linguístico - para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes Editores, 2004.

ORLANDI, E. P. *Discurso e Texto: Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes Editores, 2008a.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista - Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: UNICAMP, 2008b.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. *Eu, Tu, Ele: Discurso e real da história*. Campinas: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* (org.) *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

SEGALEN, V. *Ensayo sobre el exotismo: una estética de lo diverso*. Tradução de Martín Schifino. Espanha: La Línea del Horizonte Ediciones, 2017.

TODOROV, T. *Nosotros y los otros*. Tradução por Martí Mur Ubasart. Madrid: Biblioteca Nueva, 2013.

SETTI, A. Vai que é demais! *Viagem e Turismo*, São Paulo, ed. 260, 2017.

SOBRINHO, J. S. S. ORLANDI, E. P. Entrevista. Entrevistado: Eni Puccinelli Orlandi. *Revista Polifonia*, Cuiabá, v. 22, n. 31, p. 565-585, jan./jun. 2015.

SIMÕES, T. Templos dourados e cenários de sonho. *Qual Viagem*, São Paulo, n. 44, 2017.

URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

Nota Biográfica

Vinicius de Brito é doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Divulgação Científica e Cultural pela Unicamp. Jornalista pela Universidade Federal de Pernambuco.

E-mail: viniciusdebrito94@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.20396/rua.v26i1.8658775>

Recebido em: 14 de abril de 2021

Aceito em: 04 de junho de 2021

Sede de grupos de teatro: espaço de afeto dedicado à produção de memória e conhecimento

Thiago Carvalho

Resumo: Este escrito se destina à reflexão de um espaço/sede, um espaço que se configura como lugar de criação, mas também como lugar de sustentação, lugar de entendimento da linguagem teatral, por vez o lugar da reflexão das políticas de acesso. Enquanto membro de dois grupos de teatro com sede na cidade de São Salvador: “Grupo de Teatro Finos Trapos (BA)”, “Coletivo das Liliths (BA)” e gestor da Evoé Casa de Criação (BA), esta pesquisa questiona sobre o lugar da sobrevivência, principalmente, com o novo cenário apresentado, sem políticas voltadas para grupos que ocupam espaços/sedes na capital baiana. Apesar de um contexto em que foi conquistada a política de editais, já não é mais possível para grupos de teatro, em especial, no estado da Bahia, se manterem apenas com recursos públicos, pois os meios e mecanismos são insuficientes.

Palavras-chave: Sede de grupo. Espaço/sede. Gestão de espaço. Memória.

Theater group headquarters: space of affection dedicated to the production of memory and knowledge.

Abstract: This writing is intended to be the reflection of a space/headquarters, a space that is configured as a place of creation, but also as a place of support, a place of understanding of the theatrical language, and sometimes, the place of reflection of the policies of access. As a member of two theater groups residing in the city of São Salvador “Grupo de Teatro Finos Trapos (BA)”, “Coletivo das Liliths (BA)” and manager of Evoé Casa de Criação (BA), this research asks mainly about the place of survival, with the new scenario presented without policies aimed at groups that occupy spaces / headquarters in the capital of Bahia. Despite a context in which the public bidding policy was achieved, it is no longer possible for theater groups, especially in the state of Bahia, to maintain themselves only with public resources, as the means and mechanisms are insufficient.

Keywords: - Group headquarters. Space / Headquarters. Space Management. Memory.

La sede de los grupos de teatro: un espacio de afecto dedicado a la producción de memoria y conocimiento

Resumen: Este escrito está destinado a la reflexión de un espacio/asiento, un espacio que se configura como lugar de creación, pero también como lugar de apoyo, lugar de comprensión del lenguaje teatral, a su vez lugar de reflexión de las políticas de acceso. Como miembro de dos grupos de teatro con sede en la ciudad de São Salvador: "Grupo de Teatro Finos Trapos (BA)", "Coletivo das Liliths (BA)" y gestor de Evoé Casa de Criação (BA), esta investigación cuestiona el lugar de la supervivencia, especialmente con el nuevo escenario que se presenta, sin políticas dirigidas a los grupos que ocupan espacios/plazas en la capital de Bahía. A pesar de un contexto en el que se conquistó la política de avisos públicos, ya no es posible que los grupos de teatro, especialmente en el estado de Bahía, se mantengan sólo con recursos públicos, porque los medios y mecanismos son insuficientes.

Palabras clave: Sede del grupo. Espacio/sede. Gestión del espacio. Memoria.

Introdução

Importantes, do ponto de vista artístico-cultural, por se constituírem em um lugar de criação artística e de encontro entre a oferta cultural e o público; do ponto de vista social, por serem espaços capazes de influenciar e qualificar as práticas de sociabilidade vigentes; e ainda do ponto de vista econômico, por mobilizarem a cadeia produtiva da cultura e também por associá-la a outras dimensões econômicas; as sedes de grupos de teatros são lugares que se dedicam à subjetividade, memória e percepção destes, com grande potencial de dinamizar as regiões em que atuam. Entretanto, apresentam um contexto gerencial marcado por particularidades e desafios de ordem administrativa, econômica, social e política que, ao centrar esforços em uma dimensão estritamente organizacional, perdem de vista as oportunidades que o enquadramento territorial oferece, acarretando uma espécie de isolamento destes espaços em relação ao seu entorno e aos demais atores sociais que por eles transitam. Para além disso, estes espaços são lugares de compartilhamento, eles produzem e reproduzem, se conservam e se difundem.

Diante do exposto, a proposta desta escrita é encontrar uma conjunção das experiências artísticas e de produção de dois grupos artísticos de Salvador (BA), o Grupo e Teatro Finos Trapos¹ e Coletivo das Liliths,² para indagar sobre as diversas possibilidades de gestão compartilhada de um espaço de criação, a Evoé Casa de Criação,³ que tem a intenção de visibilizar memórias, afetos, sensibilidades, textualidades e materialidades dos grupos que ocupam um espaço alternativo na cidade de Salvador.

A necessidade de desenvolver essa escrita parte da minha experiência pessoal, durante 20 anos, atuando no campo das artes cênicas como ator,

¹ Há 17 anos desenvolve um continuado trabalho de repertório de espetáculos e realização de atividades de pesquisa, produção de eventos culturais e fomento das Artes Cênicas na Bahia, fundado no ano de 2003. Em seu repertório, já possui reconhecimento de público e crítica registrado nas indicações a prêmios e aprovação em editais públicos estaduais e nacionais. Fazem parte do Fino Repertório os espetáculos: “Sussurros...” (2004), “Sagrada Folia” (2005), “Sagrada Partida” (2007), “Auto da Gamela” (2007), “Gennésius - Histriônica Epopéia de um Martírio em Flor” (2009), Berlindo (2011) e “O Vento da Cruviana” (2014), “Mós Aí Quê”, (2017), “Ponta D’areia Pedaco do Céu” (2018), “Beira de Estrada” (2018) e Corpo Presente (2020).

² Fundado em 2013 o Coletivo Das Liliths é uma plataforma artística composta por artistas mulheres e LGBTQIA+ que vem há 8 anos fomentando e fortalecendo o debate acerca das dissidências de gênero e sexuais através das artes cênicas. Com sede na cidade do Salvador/Bahia, vem produzindo de forma ininterrupta uma série de atividades de formação, capacitação e difusão da cultura dissidente, tais como: espetáculos, leituras dramáticas, oficinas, palestras, seminários e atividades internas de preparação, treinamento e aprimoramento do trabalho de suas intérpretes, sempre voltando as atenções para as questões de gênero e sexualidade. Em seu repertório, estão espetáculos como: “Lady Lilith” (2013), “Adão” (2014), “Eva” (2015), “Circo dos Horrores” (2016), “Xica” (2017), “Tibiras” (2019), “Covil” (2019) e Entocadas (2020).

³ Configura-se como uma proposta de convergência de fluxos entre coletivos, grupos e pessoas de conhecimento livre, que buscam mudar a lógica de consumidores para participantes, criando ferramentas e metodologias de integração entre artistas e público, através da realização de atividades artísticas, tendo a horizontalidade como principal característica e possibilitando que cada artista residente e/ou de passagem exerça sua autonomia artística. A Evoé é um espaço de compartilhamento gerido pelo Coletivo das Liliths e o Grupo de Teatro Finos Trapos, e foi fundada no ano de 2018, no Largo dos Aflitos, no Centro. Hoje, o espaço está localizado no bairro de Brotas, onde esses grupos se reúnem para criar, planejar e administrar os seus espetáculos, para além, a loja colaborativa que existe na mesma.

produtor, gestor e educador, uma condição que me afeta, pois não tem nada mais fascinante que repensar questões tão abrangentes e, ao mesmo tempo, tão insistentemente presente na vida e no dia-a-dia de grupos de teatro que ocupam espaços em rincões espalhados nesse Brasil afora. Penso que se trata de uma narrativa que também estabelece uma conexão histórica, incidindo na noção de tempo, daí, pressupunha-se que nessa escrita exista a noção de tempo dos afetos⁴, pois emergirão múltiplos questionamentos e situações em torno da configuração das criações destes grupos, do desenvolvimento dos espetáculos, das produções e, principalmente, sobre a ocupação de um espaço como lugar de criação, que nos leva a pensar nessas entrelinhas como espaços dinâmicos e que pulsam estados e disposições agradando e desagradando, pois são espaços que têm limitações e qualidades.

Ainda é importante ressaltar que estes grupos observados, formaram-se em cursos de licenciatura, direção e bacharelado teatral na Escola de Teatro da UFBA, e se constituíram enquanto coletividade nos anos 2003 e 2013. Portanto, a observação se concentra em dois grupos que desenvolvem um continuado trabalho de criação, produção e formação no campo das artes cênicas, e que tem uma sede de trabalho localizada no bairro de Brotas. Assim, esta também possibilita um levantamento histórico das ocupações de distintas sedes, que os grupos ocuparam, antes mesmos da fundação da Evoé Casa de Criação, sejam garagens, teatros, centros públicos de economia solidária, capelas de residências universitárias, salas de aula e outros. Sabe-se ainda, que para além dos espaços enunciados, outros também estiveram presentes nesse campo de ocupações.

Além disso, a escrita deseja ainda ressaltar que a adoção de uma estratégia de gestão possibilita alcançar não apenas benefícios relacionados ao desenvolvimento do espaço isoladamente, mas também concorre para gerar benefícios que estimulem a cooperação entre organizações, grupos, artistas, se dedicando à subjetividade, à percepção e ao conhecimento. Espaços de criação e ou sedes de grupos de teatro, são, portanto, locais de “sociabilidade, visando à manutenção de público ou mesmo da sustentabilidade financeira” (KAUARK, LEAL, RATTES, 2019).

Esta pesquisa concentrou-se em questionamentos fundamentais para o delineamento e entendimento da permanência de grupos de teatro que se constituem também enquanto sede, assim os grupos foram inquiridos sobre as ações que desenvolvem nos espaços para além dos seus espetáculos de criação; também, sobre a mobilização na discussão sobre aspectos correlacionados às perspectivas cooperativadas; como compreendem a lógica de uma coletividade? Se existe um modelo de gestão para a sede? Todos os membros dos grupos fazem parte da gestão do espaço e ou dividem essas questões? Este espaço é constituído como lugar de experiência e sustentabilidade? Qual o parâmetro utilizado pelos grupos para escolha da locação da sede? Ele, o espaço, suporta outras atividades que vão para além dos ensaios? Existe programação para que o público externo possa apreciar? Como funciona a relação entre comunidade e a sede? Por que esses grupos se reuniram para fundar um espaço de compartilhamento? É uma

⁴ Trata-se de um tempo vivido, que se deve acrescentar a questão de que estados diferentes de afeto são responsáveis pela percepção alterada pelo tempo, e que o afeto está sempre ligado àquilo que nos constitui como sujeitos desejantes em nossa relação com outro semelhante. (CORRÊA, 2005).

opção ou uma oposição a abertura de um espaço de criação? Estes grupos têm alguma dinâmica específica para gerir o seu espaço?

Para além, é importante destacar, que tais grupos com a sua sede de criação, vem tentando se reinventar de maneira virtual, com criações de novos espetáculos, divulgação dos produtos dispostos em sua loja colaborativa, oferta de seminários, oficinas e workshops para a comunidade, pois nos últimos doze meses, devido ao avanço de uma pandemia que se alastrou no mundo, esta sede, encontra-se aberta, apenas para atividades administrativas, sem circulação de público, apresentação de espetáculos, eventos e ou abertura da sua loja física. Assim, também é importante lembrar, que não só os aspectos econômicos, mas também as questões de ordem afetivas estão sendo refletidas, pois “a espera e o tédio, imobilizador do relógio fazem os contrapontos nos momentos felizes, ao encontro com o prazer quando tudo passa tão depressa” (CORRÊA, 2005).

Este artigo destina-se à reflexão de um espaço configurado como de criação, mas também como lugar de sustentação, de entendimento da linguagem teatral, por vezes o lugar da reflexão das políticas de acesso. Enquanto membro dos grupos supracitados e gestor da *Evoé Casa de Criação*, reconheço este espaço como lugar de sobrevivência, principalmente com o novo cenário apresentando, sem políticas voltadas para grupos que ocupam espaços na capital baiana. Apesar de um contexto em que foi conquistada, já não é mais possível, para grupos de teatro, se manterem apenas com recursos da política de editais públicos, em especial no Estado da Bahia, pois os meios e mecanismos são insuficientes.

Justificar para memorar e elaborar conhecimento

Uma vez que as sedes dos grupos de teatro exercem um importante papel artístico-cultural, social e econômico, dedicando à subjetividade, à memória, à percepção e, também, ao conhecimento, elas se configuram como espaços culturais com grande potencial de dinamizar as comunidades em que atuam. Todavia, a gestão desses espaços apresenta muitos desafios que, por vezes, as desviam desta vocação. Discutir o papel da *Evoé Casa de Criação*, através de grupos *Finos Trapos* e *Coletivo das Liliths*, formados nos cursos de licenciatura, direção e bacharelado em teatro na Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na cidade de Salvador, constituídos nos anos 2003 e 2013, faz-se necessário como estratégia de fortalecimento de vínculos entre universidade, grupos e sedes, pois este espaço é capaz de gerar benefícios organizacionais e territoriais. Trata-se de uma contribuição mais preocupada com a qualificação prático-profissional de gestores, produtores, atores, técnicos, compostos por grupos que desenvolvem pesquisas continuadas no campo das artes cênicas.

Enquanto local não privilegiado de consumo cultural, a sede abrange uma diversidade de públicos, com diferentes demandas e formas de se relacionar com as obras e produtos culturais, conforme a faixa etária, classe, história familiar, experiência cultural, etc. Trata-se de uma diversidade que:

é correlata a uma pluralidade de padrões de cultura, que evidencia distintas possibilidades de escolha, as quais devem ser levadas em conta para que políticas de democratização da cultura deixem de se apoiar em premissas duvidosas, quase sempre não explicitadas. (BOTELHO, 2003, p. 141).

As sedes de grupos de teatro fazem parte de um “universo global por onde circulam, pois são produzidas e consumidas as obras de cultura e arte” (COELHO NETTO, 1997, p. 251). E assim, compreende-se que a *Evoé Casa de Criação*, faz parte de um mercado, um circuito organizado da cultura que depende das políticas culturais adotadas, públicas e privadas, dos segmentos que o constituem e das relações de poder que esses segmentos travam - relações que, em última instância, determinam os modos de funcionamento desse circuito na sociedade contemporânea, para além disso, a inserção da comunidade que está em seu entorno, pois nesse espaço é evidente a colaboração não só afetiva, mas financeira de microempreendedores, sejam em colaborações físico/financeira e/ou com apoios e permutas.

Apesar da importância que tem o mercado da cultura para Salvador, inclusive - ou sobretudo - no plano econômico e turístico, a cidade parece não ser muito diferente de outras cidades brasileiras, como São Paulo⁵ e Rio de Janeiro⁶ no que tange à distribuição espacial desigual e à falta de estudos mais abrangentes sobre as suas sedes.

Em relação à Salvador, são ainda mais raros os estudos disponíveis a respeito dos espaços, em especial, sobre sedes de grupos de teatro, assim como não existem dados e informações sistematizadas que permitam avaliar o seu funcionamento, a efetiva utilização e a importância dos mesmos no contexto no qual se inserem. Ressalta-se que a única publicação encontrada nesse sentido é uma publicação da EDUFBA (2019), que oferece uma visão panorâmica dos equipamentos do Estado da Bahia e de alguns espaços de grupos de teatro da cidade, em *Um lugar para os espaços culturais* (KAUARK; RATTES; LEAL, 2019), que descreve o lugar da gestão, territórios, públicos e programação, estes configurados como espaços culturais.

Os grupos e a sede de criação

O entendimento do espaço gerido pelo Finos Trapos e Coletivo das Liliths, a *Evoé Casa de Criação*, é considerado aqui fundamental para traçar o objeto, que é o espaço de criação como um lugar dedicado à subjetividade, à memória, à percepção, ao afeto e ao conhecimento. Essa pesquisa torna público o lugar da constituição das experiências e se ancora no pensamento da crítica de cultura, ativista e pensadora Marta Porto, quando evocados os sentidos do pensamento da cultura e das artes a partir de espaços.

Entendendo como uma primeira ideia, espaço cultural é um lugar de constituição de experiências, de alargamento do tempo-espaço do sujeito a partir do contato com situações, obras, atividades que afetam os sentidos, promovendo desejos, fantasias, sonhos, apreensão de conhecimentos ou simplesmente emoção. (PORTO, 2019, p. 30).

⁵ Ao analisar a cidade de São Paulo, Isaura Botelho (2003, p.142) demonstra que há um desequilíbrio e uma baixa correspondência entre o crescimento urbano e a distribuição dos espaços de teatro. Conforme a autora, “pode -se dizer que a mobilidade territorial e o uso de espaços culturais se convertem, cada vez mais, em direito e privilégio de classes com maior poder aquisitivo”

⁶ No Rio de Janeiro, como ressalta Lilian Vaz e Paola Jacques (2003, p.134) O que se observa é uma grande concentração de espaços culturais em uma área central da cidade “algumas concentradas em bairros das classes médias e uma enorme carência nos bairros populares, subúrbios e periferias.”

As asserções trazidas por Marta Porto corroboram com a questão-chave, que é o pensamento sobre o sujeito vivenciar o espaço-lugar-tempo, para tanto, a ideia, é compreender o espaço de criação no lugar em que ele está localizado e, também, registrar as memórias desses grupos presentes, enquanto gestores de uma sede, ou seja, o caminho desta escrita se delineia de maneira a compreender aspectos que possam ser escamoteados.

Cunha (2013) atesta que os desafios presentes no dia a dia do trabalho de um espaço cultural se concentram na identificação das potencialidades, ao perceber as suas especialidades para que um espaço se torne dinâmico e humanizado. Cada sede tem a sua singularidade, pois traz em si mesma características distintas no que se refere às captações de recursos, gestão, compartilhamento de informações e abordagens pedagógicas.

A *Evoé Casa de Criação* compartilha e confraterniza com as práticas artísticas exercidas por cada grupo, assim, nesse espaço é possível perceber as ocorrências, através de escutas públicas, lançamentos de livros, saraus, ensaios, laboratórios de criação, reuniões, momentos de descanso e ou alojamentos para outros grupos, estudos, cineclubes, processos criativos e reuniões de fortalecimento das relações do grupo com a comunidade. Além disso, o espaço serve como lugar de compartilhamento das suas pesquisas.

O Finos e o Coletivo das Liliths, se mostram conscientes e atentos aos desejos e necessidades da sua sede, percebendo as questões que antecedem o lugar da criação, e este lugar implica em reconhecer no outro as suas potencialidades, conduzindo ao encontro das pessoas com a arte (FREIRE, 2001, p. 20). Como aponta Bourriaud (2009, p. 59) “(...) Em outros termos, o que o artista produz, em primeiro lugar são relações entre as pessoas e o mundo por intermédio de objetos estéticos”.

Fala-se aqui de uma arte artesanal por natureza, irreproduzível, manufaturada, presencial, cara, coletiva e extremamente delicada. Entende-se que alguns destes aspectos precisam ser tratados, pois ainda permanecem num ambiente de convivência em que os grupos colocam as suas práticas e energias voltadas especificamente para editais públicos. Trata-se de lugares de acesso, pois são vários os movimentos de guerrilha para conquistá-lo, mas ele, o edital, não é suficiente para tantos artistas que desejam ser contemplados. Em muitos casos, como é o exemplo da *Evoé - Casa de Criação*, que precisou entregar o seu ponto comercial, localizado no centro da cidade, para desenvolver suas atividades em um casarão no bairro de Brotas, de forma a pensar apenas as atividades de modo remoto, e também, com o sentido de abrigar integrantes destes coletivos, que de alguma forma, foram afetadas pelas questões físicas/financeiras durante esse período de isolamento social instaurado pela pandemia.

É nesse ambiente de convivência que o *Finos e Coletivo das Liliths* colocam em prática projetos socioculturais, agem divulgando, disponibilizando o seu espaço para outras ações e estabelecendo relações com o público e a comunidade. Também registram, debatem, refletem e compartilham as suas experiências e as suas atuações na comunidade, pois os grupos acreditam em um espaço que abriga indivíduos organizados e interessados na criação de propostas estéticas e na construção de novas bases para as políticas públicas. Como destaca Bourriaud (2009, p. 66): “Os objetos e as instituições, o emprego do tempo e as obras são, ao mesmo tempo, resultados das relações urbanas - pois concretizam o trabalho

social - e produtores de relações, pois organizam modos de sociabilidade e regulam os encontros humanos”.

É no contexto semicomercial ou praticamente não comercial, que o *Finos e o Coletivo das Liliths* com a gestão da *Evoé Casa de Criação* se inserem. Para Schettini (2018, p. 32), “E curiosamente é esse contexto que impõe aos artistas de teatro de grupo o binômio: profissional/amador”. É fato que todo grupo de teatro se depara com questões financeiras, que os espetáculos produzidos em sala de ensaio não conseguem ter vida longa, porque precisam de financiamento para dar continuidade, pois as bilheterias não garantem a sua permanência, ou as pautas dos teatros são exorbitantes para serem financiadas e ou o número de convites e meias não consegue fechar o caixa no final da temporada. Para os grupos de teatro que possuem sede, os espetáculos são os produtos que podem ser comercializados, e eles, com a adesão do público, podem garantir as folhas de pagamento do mês em uma sede de trabalho. Exemplo claro é o espetáculo *Tibiras*, sexto espetáculo de repertório do *Coletivo das Liliths*, que ficou por três meses em temporada no Teatro Gamboa Nova, no Largo dos Aflitos, próximo à sede do grupo, e dirimiu custos próprios dos membros colocados em conta para efetuar os pagamentos do que havia sido gasto no primeiro semestre de 2019, na *Evoé Casa de Criação*.

Os espetáculos dos grupos são considerados como um serviço público e no que se refere à adequação do projeto para uma captação. Em específico no estado da Bahia, poucos são os grupos com espaços que conseguem se aproximar de alguma empresa. Por motivos óbvios, os grupos de teatro, na sua grande maioria, distanciam-se de possíveis patrocinadores, devido, principalmente, aos posicionamentos políticos e às dramaturgias que evocam temas sociais e críticas ao sistema capitalista, ao neoliberalismo, às leis de mercado e às injustiças evidentes no bairro, na cidade, no país.

Fica evidente que para uma empresa não há interesse de patrocinar um grupo, tampouco uma sede de trabalho, pois é necessário que estes possuam visibilidade no mercado, e que tenham retorno financeiro. Conforme diz Moraes:

Na hipótese, muito remota, de negociações bem-sucedidas com empresas, os patrocínios e apoios culturais não pagam o trabalho de produção, pesquisa, criação de personagens, ensaios, iluminadores, cenógrafos, dramaturgos, dentre outros trabalhadores com interesses comuns. Em outras palavras, o teatro de grupo não se sustenta pelos meios mercadológicos e se opõe à cultura de massa e à ausência de políticas públicas. (MORAES, 2014 p.5).

O que prevalece é a quantidade de pessoas que podem acessar as marcas distribuídas em programas, cartazes, panfletos e promoções. Assim para o *Finos e o Coletivo das Liliths* que desejam permanecer com sua sede, faz-se necessário desdobrar-se no fenômeno particular mais do que dupla jornada, qual seja: a heterogeneidade na atuação profissional. Esses grupos se permitem entender o ofício a partir do preço que o artista cênico brasileiro paga que é o de ter meios para se manter. Uma solução recorrente é a prática da docência, além de se dedicarem à prática artística, eles encontram como meio de sobrevivência a sua atuação nos mais diversos segmentos da pedagogia teatral.

O *Finos e o Coletivo das Liliths* possuem a sua sede em condição de movimento à margem, pois precisam, nesse contexto, sustentar a ambiguidade

de perseguir seu projeto poético, e saber como garantir a permanência dos seus produtos, assim, o espaço cresce, explicitando ainda mais as contradições presentes no cotidiano. Por consequência, o tema das políticas públicas na área cultural é constante nas pautas das reuniões, sendo um dos focos principais a questão do financiamento.

Algumas políticas públicas no país têm permitido, entretanto, o surgimento de exceções dentro do hostil cenário do campo da produção e da gestão teatral nacional. Um exemplo é o caso da Lei de Fomento da cidade de São Paulo que possibilitou que alguns grupos de teatro conseguissem desenvolver as suas atividades com excepcionalidade. O programa nasce da organização e pressão de grupos de teatro⁷ descontentes com o modelo de renúncia fiscal utilizado pela lei Rouanet. Estes grupos lançaram o manifesto "Arte Contra Barbárie",⁸ reverberando o projeto de Lei nº. 416/00 que prevê a manutenção e criação de projetos de trabalho continuado de pesquisa teatral.

Essa experiência de políticas específicas para grupos teatrais ainda não se consolidou no estado da Bahia, pois o que foi proposto e ainda é proposto através das políticas de editais, apenas corresponde à manutenção ininterrupta que se estende por até dois anos. O último edital setorial de coletivos e grupos culturais lançado no mês de outubro de 2019 estabeleceu regras diferentes do último edital, reduzindo para doze meses o financiamento o que antes se dava em vinte e quatro meses, deixando assim, uma instabilidade entre os grupos que possuem sede. Vale ressaltar ainda que o referido edital é aberto para outras entidades, organizações, grupos de pesquisa, etc, portanto não está voltado especificamente para grupos de teatro.

Com o surgimento das casas alternativas, sedes de grupos de teatro e espaços não convencionais, entende-se que uma mudança significativa ocorreu no mercado. Pouco se pauta espetáculos de grupos de teatro em espaços cênicos (espaços convencionais), mas, sobretudo, em casas/espaços em que estes grupos funcionam. Há de se registrar também um crescimento e a multiplicação de coletivos de artistas que passaram a ocupar espaços públicos para a realização das suas atividades como demonstrações de processos, oficinas, cursos e espetáculos apresentados em pequenas salas adaptadas.

Hoje, em Salvador, temos a Casa Preta, a Boca, o Casarão da Diversidade, a Casa Charriot, a Casa Rosada, dentre outros. Essa situação de transformação de espaços revitaliza o espaço urbano, como observado nos bairros em que estes grupos, coletivos e artistas estão ocupando.

⁷ Os grupos teatrais: Companhia do Latão, Folias D'Arte, Parlapatões, Pia Fraus, Tapa, União e Olho Vivo, Monte Azul; e os artistas: Aimar Labaki, Beto Andretta, Carlos Francisco Rodrigues, César Vieira, Eduardo Tolentino, Fernando Peixoto, Gianni Ratto, Hugo Possolo, Marco Antonio Rodrigues, Reinaldo Maia, Sérgio de Carvalho, Tadeu de Sousa, Márcia de Barros e Umberto Magnani.

⁸ O primeiro manifesto do movimento foi lançado em 1999 e apresentou, em germe, a versão terceira do manifesto, lançado em 2000, que possui muito mais organicidade, e representa um produto do aprofundamento do debate e da luta política do movimento durante vários anos. Além do fato de que junto com o lançamento do Terceiro Manifesto é proposto o Projeto-Lei supracitado, fazendo com que a revolta e crítica contida desde o Primeiro Manifesto ganhasse uma materialidade. Em 2002, o movimento conquistou uma vitória importante: a aprovação da Lei de Fomento Municipal de São Paulo, além da criação do jornal de intervenção "O Sarrafo". Disponível em www.org/wiki/Lei_de_Fomento_ao_Teatro, acesso em 21 de março de 2021.

Não mais prevalece o conceito de teatro de grupo que surgiu na década de 1970, que tentava se desprender de uma política de estado, que gritava por liberdade em meio a um golpe militar. É evidente que as novas concepções e conceitos de coletivos e a migração de artistas e produtores para espaços de múltiplas possibilidades criam uma ressignificação de espaços ociosos para espaços cênicos.

O trabalho desenvolvido pela *Evoé Casa de Criação*, se mantém pela existência de projetos, e, principalmente, pelo trabalho das pessoas que estão envolvidas com as ações que correspondem ao espaço. Esse trabalho é espinhoso e delicado, pois se caracteriza como um espaço que detém a prática do repertório dos grupos, mas também pela construção de uma programação mensal. Não existe um modelo propriamente dito para a sede. Cada uma produz ao seu jeito, não se limitando a espetáculos de teatro, elas reverberam em outras ações. Nesse caso, a gestão do espaço é compartilhada com os dois grupos, *o Finos e o Coletivo das Liliths*, e essa gestão coletiva é coerente com o teatro colaborativo.

De uma forma ou de outra, o que é importante destacar é que uma sede de teatro tem como força motriz a colaboração mútua de todos os envolvidos. Quando na oportunidade de fundação da *Evoé Casa de Criação*, configurando-se como uma proposta de convergência de fluxos entre coletivos, grupos e pessoas de conhecimento livre, que buscam mudar a lógica de consumidores para participantes, criando ferramentas e metodologias de integração entre artistas e público, através da realização de atividades artísticas, tendo a horizontalidade como principal característica e possibilitando que cada artista residente e/ou de passagem exercite a sua autonomia artística. *O coletivo das Liliths* e o *Grupo de Teatro Finos Trapos* se reuniram em uma das salas de trabalho da antiga sede, que servia de escritório para os grupos, para pactuar com os membros a necessidade de fazer a gestão de forma compartilhada, compreendendo as dimensões estéticas e políticas do entorno, mas também, obedecendo às limitações de cada membro, em cada reunião administrativa esse assunto volta à roda, como forma de não esgotar nenhum deles.

Apesar das limitações impostas pela escassez de políticas públicas e pela imposição de uma cultura massificada, os grupos enunciados utilizam parcialmente da cidade para atribuir valor às suas obras, manifestando os seus anseios e individualidades na conversa de um bate papo e ou mesmo de um show realizado na varanda da sua sede.

Ainda nessa reflexão, o *Coletivo das Liliths* entra em cartaz na *Evoé Casa de Criação*, durante o verão, ocupando a Praça do Mirante e o Largo dos Aflitos com o espetáculo Covil, sétimo espetáculo de repertório do Coletivo, que aborda narrativas pessoais como insurgências políticas contemporâneas, utilizando de técnicas das histórias em quadrinhos para abordar temas do agora, que atravessam as existências das artistas envolvidas. O trabalho foi dividido em quadros, em que breves relatos são compartilhados com o público, as escritas cênicas partem das histórias de vida das próprias artistas. Ambientado numa ocupação artística, o espetáculo “O Covil” convocou as pessoas para uma imersão itinerante numa instalação cênica performativa adaptada ao espaço *Evoé Casa de Criação*.

O espetáculo cumpriu temporada, sempre às sextas e sábados com uma ação de fortalecimento e inserção da comunidade LGBTQIAP+ nas plateias dos espetáculos teatrais, pessoas TRANS-travestis tinham acesso gratuito ao

espetáculo com nome antecipado na lista. “O Covil” foi a culminância de um projeto que estimula o espaço de encontro e troca e (in)formação, e contava com a provocação da artista trans Xan Marçall. O fato de sair das quatro paredes, do lugar que extrapolava o espaço de criação, tornava a obra e os artistas, ainda mais vulneráveis, pois a cada apresentação havia uma novidade.

No dia da estreia deste espetáculo, uma viatura da polícia militar estacionou na porta da *Evoé* e ficou parada, tentando intimidar o público e os artistas por dias seguidos. Alguns transeuntes da comunidade da Gamboa de Baixo tentaram levar as caixas de som que compunham o cenário do espetáculo. O saldo de tal intervenção é que o Coletivo conseguiu se aproximar da comunidade, e vice-versa. Foi sem dúvidas, uma troca entre artistas e comunidade, pois levantou um debate sobre as dissidências de gênero, tema proposto na obra e, também, sobre a utilização da cidade.

Conclusões

Os diálogos entre artistas, grupos e o espaço, logicamente, seguem dinâmicas muito diferentes. Cada um acredita em determinadas formas para debater os assuntos de interesse comum e seguem seus próprios princípios. Cada experiência serve de aporte para a próxima e, acredita-se sempre gerar aprendizados.

Compreende-se que as ações desenvolvidas pelos grupos estudados só tendem a avançar nessa questão, pois são bem articuladas com o desejo de se manterem juntos por mais tempo. Os grupos que fazem parte desta pesquisa corroboram com algo que tem funcionalidade, pois são fontes de resistência, para o que conseqüentemente reverbera na construção de uma sede. É evidente que os erros e acertos no campo estão à espreita de cada passo e, diante das difíceis condições de trabalho, é necessário colocar a imaginação em ação. Por esse viés, resistir é uma forma de protesto, no sentido de situar a obra de arte no contexto em que foi produzida.

O que chama atenção nessa pesquisa é que todos os membros estão, de alguma forma, envolvidos com o diálogo contínuo para transformar o entorno, o que antecede a sede, o lugar de criação. São diversos os perfis encontrados nesses grupos, ora educadores, gestores, produtores, artistas, engenheiros, filósofos, mas todos envolvidos com as práticas e ações. As pessoas que participam dos trabalhos realizados em uma sede de um grupo de teatro podem afirmar que esse espaço é um lugar de informação, de vivências e aprendizado.

Ao estudar tais grupos com a premissa de permanência, principalmente, ao elaborar um pensamento crítico/reflexivo sobre uma sede através do seu *modus operandi*, percebe-se que *o Finos e o Coletivo das Liliths* observam e se concentram na organização de uma programação que possa movimentar o espaço, não só para subsidiar as contas que aparecem mensalmente, mas, também, para pensar quais os aspectos que corroboram com o entendimento de arte e cultura em uma comunidade.

A comunidade aqui tem papel fundamental, pois é ela que, em determinado momento, aprova a inserção desses grupos com a sua sede, pois além de serem o público consumidor de tais atividades, é ela quem media com os grupos as questões que vão além de uma gestão interna. Trata-se do poste que fica desligado por dias em sua rua, do transeunte que aborda alguém da porta da sede enquanto ocorre um espetáculo, do vizinho que fornece um ponto de energia para realização do espetáculo que acontece na rua, da moça da lanchonete que

fornece o lanche para o camarim dos atores no dia da estreia e/ou mesmo dos estabelecimentos comerciais que abrem espaços para divulgarem as atividades que acontecem nessas sedes, como é o caso da inserção de cartazes em suas paredes e ou distribuição de panfletos informativos. É importante dizer, que esta era uma prática ocorrida enquanto desenvolvíamos as nossas atividades, presencialmente.

Além disso, os grupos estudados possuem uma vasta experiência de residências artísticas e ocupações, ocupando espaços convencionais, espaços públicos, alternativos, em residências universitárias, galerias da escola de Belas Artes, salas de aula da Escola de Teatro da UFBA, Teatro Vila Velha, Espaço Xisto, Centro Público de Economia Solidária, Casa Preta, e tantos outros. Acredita-se que essas experiências possibilitaram a esses grupos formatarem um modelo de gestão para a *Evoé Casa de Criação*, um modelo solidário, justo, em que não existe um patrão, pois as pistas encontradas se concentram no modelo de cooperação, de divisão de lucros, pois ambos se solidificam e conseguem, mesmo com muitas dificuldades, manterem suas sedes.

A *Evoé* é, sem dúvidas, um espaço de sociabilidade, de encontro com as práticas artísticas, com a reflexão crítica e, principalmente, um espaço que se dedica a memória dos seus grupos, preservando e guardando as histórias dos membros que já passaram e deixaram seus legados, construindo metodologias de trabalho que hoje reverberam em filosofia de um agrupamento; do espaço como um lugar dedicado à percepção do conhecimento, disseminando as suas práticas, sejam através de formações, com oficinas técnicas, criação de espetáculos, seminários, cursos de curta e longa duração; e, por vez, o lugar da subjetividade, pois as realidades se manifestam simultaneamente nos âmbitos individuais e coletivos, se comprometendo com a apropriação do objeto, que, aqui, é o espaço sede que garante a permanência destes grupos, como meio de sustentabilidade.

Assim, pressupõe-se nessa escrita que o saber da experiência (BONDÍA, 2002), se dá nas relações construídas entre o conhecimento e a vida humana, que os grupos enunciados, através das suas experiências de produção, colaboram com a reflexão sobre um espaço alternativo que ocupa um casarão no bairro de Brotas na cidade de Salvador, em que produzem os seus espetáculos, desenvolvem oficinas de formação, criam residências artísticas, administram uma loja colaborativa e ainda guardam as suas memórias afetivas, de seus históricos de ocupação e também de seus anos de fundação.

A experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo, pois ela acontece, e se o sujeito da experiência é um território de passagem, então a experiência é uma paixão. E eu me apaixono todos os dias pelo meu ofício, pelo meu ato de existir enquanto artista de grupo de teatro. Então, essa pesquisa é composta por partes articuladas, em diferentes graus de complexidade, esta é a essência, cada indivíduo aqui, tem algo de constante - sua essência - e algo mutável, pois as suas partes tendem a se transformar através do tempo. E esse tempo, como dito por Espinoza (2010), nos diz que “essa essência que se esforça para se manter, a partir da qual o indivíduo pode existir (no espaço-tempo)”, ou seja, é importante que um espaço de criação, como uma sede de um grupo, possa ser uma potência, um lugar de autoafirmação do desejo, criando dinâmicas dos afetos, pois “não é por julgarmos uma coisa boa que nos esforçamos por ela, que queremos, mas porque nos esforçamos por ela, por desejar-la boa” (2010).

Referências

BOTELHO, Isaura. *Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública*. Revista Espaço e Debates. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. v.23. n.43-44. jan/dez, 2003

BOURRIAUD, Nicolas. *Estética Relacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BONDÍA, Larrosa Jorge. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Trad. João Wanderley Geraldi, Revista Brasileira de Educação, nº. 19. Ano de 2002. Disponível em: www.scileo.br/pdf/rbedu/n19/n19ao2.pdf. Acesso em 13 Mar. 2021

COELHO NETTO, José Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo, 1997.

COLBARI, Antônia. A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa. In: MOULIN DE SOUZA, Eloísio. (Org.). *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional*. Vitória: EDUFES, 2014.

CORRÊA, Carlos Pinto. O afeto no tempo. *Estudos de psicanálise*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 61 - 68, set/2005.

CUNHA, Maria Helena. Gestão Cultural. IN: *Coleção Política e Gestão Culturais*. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. 2013.

SPINOZA, Baruch de. *Ética*. Ed. Bilíngue. Tradução de Tomaz Tadeu. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FALABELLA, Cida. A insustentável leveza do teatro. In: *Subtexto - Revista de Teatro do Galpão Cine Horto* -nº. 10. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2013, p. 59 - 66.

FREIRE, Paulo. *À sombra desta Mangueira*. São Paulo: Olho d'água. 2001

GLEIZER, M. *Espinosa e a afetividade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

KAUARK, Giuliana; RATTES, Plínio; LEAL, Nathalia. Procedimentos básicos da gestão de espaços culturais. In: GiulianaKaurk, Plínio Rattes e Nathalia Leal (orgs.). *Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação*. Salvador: Edufba, 2019, p.29 - 55.

MORAES, Edson Martins. *Arte popular na instituição cultural: desafios postos à mediação*. (Dissertação de mestrado - Área de concentração Artes Visuais) Instituto de Artes da UNESP, 2006.

PORTO, Márcia. *Imaginação - reinventando a cultura*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

SCHETTINI, Roberto Ives de Abreu (1985 - 2015). *O teatro como arte do encontro: dramaturgia da sala de ensaio, teatro de grupo, criação colaborativa*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2018.

SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Tradução e notas de Tomaz Tadeu. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Nota Biográfica

Ator, pesquisador, produtor executivo, gestor e educador, doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas – PPGAC-UFBA, especialista em Política e Gestão Cultural pela Universidade Federal do Recôncavo - UFRB. É professor tutor do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal da Bahia – UFBA, professor credenciado no programa de pós-graduação *lato sensu* em Pedagogia das artes: linguagens artísticas e ação cultural- EPARTES - UFSB, professor convidado da Faculdade 2 de Julho. É membro do Grupo de Teatro Finos Trapos e Coletivo das Liliths (Ba), gestor da Evoé Casa de Criação, e é Assessor Técnico na Diretoria de Espaços Culturais na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – SECULTBa.

E-mail: thiagopftc@hotmail.com

Recebido em: 14 de Abril de 2021

Aceito em: 04 de Junho de 2021

Caminhos da pesquisa performance: notas para uma metodologia indisciplinada

Thigresa Almeida

Resumo: Neste texto pretendo apresentar alguns caminhos do que venho desenvolvendo enquanto planos metodológicos da minha pesquisa teórico-prática acerca da arte da performance. Trata-se de algumas experimentações - estéticas e teóricas - que passei a desenvolver durante o primeiro semestre do curso de doutorado em que estudo - o Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes, da Universidade Federal Fluminense. As tensões metodológicas que estão em foco neste artigo atravessam a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade, contemplam-se as metodologias da performance, o *work in process*, e a rebeldia como forma de ação política dos corpos e do processo criativo em performance. Ainda, a partir de uma revisão do que desenvolvi no mestrado como as metodologias das NA-VA-LHAS, quero lançar foco à indisciplinada como campo ampliado para desenvolvimento de uma pesquisaperformance.

Palavras-chave: Performance. Metodologia. Indisciplinada. Pesquisaperformance.

Performance research paths: notes for an undisciplined methodology

Abstract: In this text, I introduce some paths I have been exploring on the methodological aspects related to my theoretical and practical research on performance art. It concerns some aesthetic and theoretical experiments that I started to conduct along the first semester of the doctoral degree program - the Graduate Program in Contemporary Studies of the Arts, at Universidade Federal Fluminense. The methodological tensions focused in this article cross paths with interdisciplinarity, multidisciplinarity and transdisciplinarity, considered as performance methodologies, as well as "work in process", and rebellion as a form of political action of the bodies and the creative process in performance. Also, based on a review of what I developed in my MA through the methodologies of

NA-VA-LHAS, I intend focusing on the indiscipline as an enlarged field for the development of a “*pesquisaperformance*” (*researchperformance*).

Keywords: Performance. Methodology. Indiscipline. *Pesquisaperformance*.

Caminos de la investigación performance: apuntes para una metodología indisciplinada

Resumen: En este texto pretendo presentar algunos caminos de lo que he venido desarrollando como planes metodológicos de mi investigación teórica y práctica sobre el arte de la performance. Estos son algunos experimentos - estéticos teóricos - que comencé a desarrollar durante el primer semestre del curso de doctorado en el que estudio, el Programa de Postgrado en Estudios Contemporáneos de las Artes, en la Universidade Federal Fluminense. Las tensiones metodológicas que son el foco de este artículo cruzan la interdisciplinariedad, la multidisciplinariedad y la interdisciplinariedad, incluidas las metodologías de la performance, el *work in process* y la rebelión como forma de acción política de los cuerpos y el proceso creativo en la arte del performance. De modo que al final, a partir de una revisión de lo que desarrollé en el máster como las metodologías de NA-VA-JAS, quiero centrarme en la indisciplina como campo expandido para el desarrollo de una performance-investiga(c)ción.

Palabras clave: Performance. Metodología. Indisciplina. Performance-investiga(c)ción.

Introdução

Várias são as forças que se convergem para que este texto se construa e se desenvolva. Em primeiro lugar, vale dizer que o que será apresentado nas próximas páginas é uma escrita inicial do que venho desenvolvendo enquanto metodologia em minha pesquisa de doutorado. Tendo isso em vista, acrescento que este texto se construiu a partir de questões apresentadas e debatidas com colegas e orientadores desde agosto de 2020, quando iniciei meus estudos no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes na Universidade Federal Fluminense. Mais especificamente, as trocas e debates realizados na disciplina de Metodologias Interdisciplinares.

Outra força que tensiona as reflexões deste texto é o desejo de construir uma metodologia para realizar uma pesquisa que se desenvolva tanto no campo teórico quanto prático da arte da performance - no caso, meu objeto de pesquisa do doutorado. Objetiva-se, assim, uma transfiguração da pesquisa de performance em um processo criativo. Na seção intitulada “a indisciplina salva a indisciplina”, desenvolve-se essa ideia que passo, então, a denominar “pesquisaperformance”.

Um terceiro vetor que se coloca neste esforço de olhar metodológico é a revisão da imagem que gerou o fluxo de pensamentos e de ideias para a construção da metodologia que desenvolvi no mestrado. À época, durante a realização da pesquisa, tratava-se de uma prática que desenvolvia a partir da imagem navalha/lâmina. A intenção era construir uma pesquisa que partisse da investigação do texto/palavra e, ao mesmo tempo, buscasse fissurar, rasgar e atravessar o papel. Foi assim, então, que produzi uma investigação que pautava críticas epistemológicas, metodológicas e performáticas aos planos de pesquisa e à instituição acadêmica. Esse percurso se deu a partir das questões que eu vivenciava e descobria enquanto pessoa não binária.

Tomando como ponto de partida as pulsões explicitadas tal como a necessidade de me encontrar com uma metodologia que viabilizasse olhares para o campo prático das minhas pesquisas, além de uma revisão da metodologia das navalhas - principalmente nas minhas práticas da performance -, comecei a acionar e investigar alguns caminhos que permitissem me aproximar do que, a partir das reflexões deste texto, passo a chamar de pesquisaperformance.

Antes de partirmos para o desenvolvimento deste artigo, aponto que a metodologia debatida aqui serve para o desenvolvimento da minha pesquisa de doutorado, que tem por objeto de pesquisa a arte e a linguagem da performance. Diante desse ponto, friso a importância de desenvolver um alicerce que sustente a construção de uma fissura nos olhares para a arte da performance.

Quando invoco a palavra “performance”, estou me referindo à linguagem artística desenvolvida a partir dos anos 1970, após as vanguardas históricas e que, em seu eixo de conceitualização, busca uma aproximação entre arte e vida. Ao mesmo tempo, a performance, enquanto propulsora de debates da atualidade, carrega em si o que o teórico e artista da performance mexicano Guillermo Gómez-Peña (2013) chama de uma instabilidade dos seus campos de definição.

Ao conceitualizar a performance, o autor se refere à linguagem da performance como “um país de fronteiras movediças” (GÓMEZ-PEÑA, 2013, p. 344), o que leva a crer que a sua conceituação também passar por todas essas definições movediças. Todavia, a performance tem em seu eixo conceitual, além de uma proposta de aproximação entre arte e vida, a característica de ser um campo interdisciplinar entre as artes. Como conceitualizou Renato Cohen (2002, p. 50), a performance é “a legião estrangeira das artes”.

Por isso, ao me referir à performance neste o artigo, não falarei em definição, e sim em conceitualização, justamente por compreender a complexidade e a impossibilidade de qualquer definição para esta linguagem fluída.

Para iniciar questões pulsantes em processos criativos, leituras e imagens, este artigo serve de contextualização de uma trajetória, que está dividida, aqui, em três partes: primeira, as NA-VA-LHAS (o corte), na qual apresentarei o que já vinha desenvolvendo desde o mestrado; segunda, a rebeldia, a travessia que permite a movência para os campos ampliados da performance, no caso a pesquisaperformance associada à indisciplina; e, por último, a pesquisapeformance e a indisciplina.

Por fim, digo que a indisciplina, assim como a navalha, surge da necessidade de tensionar os campos disciplinares, os corpos e as ideias. Tal imagem surge a partir de uma experimentação visual, de uma colagem: a indisciplina salva a indisciplina.

O corte. NA-VA-LHAS

Passei a refletir sobre metodologias de pesquisa no mestrado,¹ ainda quando estava investigando questões relacionadas às novas formas de existências. Ao mesmo tempo, encontrava-me no processo de descoberta e de um reconhecimento de existir enquanto pessoa não binária.²

A partir da perspectiva da não binariedade, passo a refletir sobre como construir uma pesquisa que fosse um ponto de fuga da tentativa de captura de uma linearidade de escrita e de pesquisa.

Primeiramente, a ideia da navalha surge como uma imagem, e é a partir dela que passo a descrever a intenção de construir a metodologia. Então, duas forças estavam postas, uma desencadeada pela outra. A lâmina é o objeto de proteção usado embaixo da língua por algumas pessoas sexodissidentes, que o utilizam como proteção em casos de violência. Tal ato, manipular a lâmina por baixo da língua sem se cortar, já é em si um ato performático, que exige exímia habilidade e destreza. Esse aprendizado é transmitido há anos por pessoas ditas marginais como habilidade desenvolvida desde a malandragem.

¹ Desenvolvi minha pesquisa de mestrado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. A dissertação teve por título: “NA-VA-LHAS: Ruídos e (ex)tetik indisciplinadas”.

² Toda vez que tenho que me colocar na posição de dar uma explicação sobre o que é a não binariedade, coloco-me em um estado de total atenção, para não cair na armadilha de reduzir as possibilidades de não binariedades ao que eu penso ser e experiencio ser. Ainda num estado constante de trânsitos e transição da investigação de novas formas de existências, digo que para mim a não binariedade é habitar um espaço de fissura do mundo, além da constante fuga de uma régua normatizadora e de um olhar que prende e esmaga a dissidência. Logo, para mim, é a possibilidade de transitar entre os polos enrijecidos das possibilidades de gênero masculino e feminino.

Com essa ideia de proteção, em um momento de descoberta do mundo e de percepção de vulnerabilidades, além do reconhecimento de múltiplas violências, decidi desenvolver uma pesquisa com uma escrita que tivesse uma tensão performática. Na ocasião, além de refletir sobre novas formas de existências e realizar uma série de críticas, como dito anteriormente, também almejava uma pesquisa que me permitisse ser um amuleto de proteção para as questões que estava criando.

O processo, então, começou com uma imagem, passou a ser uma ideia, transformou-se em metodologia, tornou-se virou performance e, por fim, passou a habitar o corpo. Para traduzir esse caminho, foi preciso construir uma escrita não linear, que cortasse e produzisse uma fissura no papel, criando, além de uma nova espacialidade, um manifesto existencial do que eu estava pensando e das minhas transições e trânsitos pelo mundo. Digo, ainda, que, naquela ocasião, a ideia era construir uma contrametodologia, uma que permitisse tensionar a narrativa linear. Desse modo, a navalha é ação do corpo, ação da construção de uma contranarrativa que se dá a partir do corpo.

Nos trânsitos entre contrametodologias e narrativas, dá-se a dissidência (que está em imagem sobreposta à da navalha). Produz-se e tensiona-se uma estética nos territórios fronteiriços das possibilidades das novas formas de existências. A lâmina me permitia fabricar um espaço-território de fuga dos espaços rígidos e limitadores das metodologias clássicas e me levava ao território político da fronteira e da borda.

A navalha, acionada pelo corpo dissidente para a sua proteção - no meu caso, a metodologia e suas dimensões estéticas, políticas, conceituais e teóricas - produz um ato estético que se alinha à ideia de trânsitos e criações de territórios fronteiriços. A navalha produz o corte, o recorte.

A partir da ação do corte da navalha, ocorrem processos importantes relacionados à metodologia das navalhas: o primeiro é a construção de uma estética do dissenso, já que é desde as práticas do recorte (do navalhar, a ação da metodologia das navalhas) que se produz a ação da colagem, e essa, por sua vez, é a prática estética-política-conceitual que possibilita a criação de novos espaços, a instauração de territórios (fronteiriços) de ação dos corpos, da narrativa e da performance. Ao mesmo tempo, a navalha tem a capacidade de fissurar, seja o corpo, o papel, o espaço ou o território.

Ao fissurar e navalhar os corpos, constrói-se (desvela-se) a condição política do território, seja ele do corpo, do papel ou qualquer outro, que guarde em si a dimensão política da construção e da dinâmica de novas atividades estético-políticas. O território pode ser o da ação do corpo, mas também o corpo como território, que tem em seu cerne movências e instabilidades. Há uma dinâmica de trânsitos que complexifica o corpo ao ponto de se construir espaços fronteiriços para ações e tensões de possibilidades de existências fronteiriças.

De forma próxima, e não apenas por coincidência, os campos expandidos e tensionados pela lâmina/navalha (navalhar!) se aproximam daquilo que é proposto como um campo da performance, um espaço de ação da performance. Tendo isso em vista, poderia dizer, de forma direta, que os territórios da performance são os territórios navalhados. É nesse território, que guarda as suas políticas estéticas, que se inicia o processo de desenvolvimento e confluências entre a pesquisaperformance e a indisciplina.

Como criar metodologias incapturáveis?

Há uma política das institucionalidades em curso: a necessidade de aprisionamento dos desvios sob o olhar da normatividade. A normatividade que regula, autoriza e cria modos de obediência com a finalidade de se manter a estrutura de poder e de controle (GROS, 2019). É justamente na contramão dessa prática que se pretende a metodologia indisciplinar e a pesquisaperformance, ou seja, criar um estado de desobediência. Tal política é direcionada a qualquer possibilidade de dissidência e desvio produzido pelos corpos, basta se colocar no território fronteiro e fissurado das dissidências estéticas e políticas.

A política institucional e disciplinadora é a da captura. Captura-se sob o olhar para produzir controle, ora pela exotificação, ora pela necessidade de compreender, ou lançar uma possibilidade de prática de existências estético-políticas para dentro da régua das possibilidades normativas de existência. Uma régua que controla inclusive os graus de desvio.

Há a necessidade incansável de escapar dessas práticas regulatórias ao mesmo tempo em que se busca uma radicalização dos desvios. Aliás, é por meio do desvio que também possibilita-se escapar da captura: a incaptura. Pauta-se, então, a constante necessidade de escapar dos olhares normativos reguladores dos desvios - ou, como poderia sugerir Michel Foucault (1999; 2010), da docilização dos corpos - e da política institucional da captura.

A régua produz o seu contraponto: a necessidade de uma produção de performances e ações estético-políticas que desloquem, friccionem o desvio e produzam a tensão da institucionalização. Só assim é que se constrói a ponte entre a performance e a radicalidade. Logo, a ideia e a prática de produzir uma metodologia que escape das capturas se dá a partir da radicalidade que pode ser instaurada a partir das performances dos desvios, das dissidências e desde a prática artística-política da colagem, esta que é uma estética dos corpos dissidentes.

Poderia afirmar que a necessidade de construir uma prática das metodologias incapturáveis - que venho descobrindo e praticando desde as metodologias indisciplinadas para uma pesquisaperformance - está posta também na política existencial da construção de um território para o desenvolvimento de estéticas que se dão no corpo, na pesquisa e na prática performática.

Sendo assim, compreendo que a prática metodológica dentro do campo da radicalidade do corpo e da ação é inseparável de escolhas estéticas e políticas. Logo, toda escolha metodológica é fundamentalmente a emergência de uma escolha política. E depois, afirmar que não há, em nenhum momento, a pretensão de construir um espaço rígido de pensamento e desenvolvimento dos desvios. Essa é uma característica das práticas lineares que não me interessa.

Então, desde os desvios, os tensionamentos de narrativas, atravessando a radicalidade da ação do corpo, chego a um ponto importante da construção desse território de incaptura e de prática do desvio das lentes e das régua: a desobediência que, como coloca Frédéric Gros (2019), é a insurreição das práticas disciplinadoras.

A desobediência se coloca veementemente como mais uma linha de força e de fuga dessas políticas institucionais. Acredito nela como possibilidade para fraturar formalidades e linearidades pautadas pela régua da normatividade.

Tendo a desobediência também como uma possibilidade de ação da

performance - além de lançar novos horizontes, ao passo que coloca em diálogo a contestação das organizações, das paisagens e das práticas da captura -, é que se amplia o olhar para as regulações dos corpos. A desobediência, à primeira vista, pode ser colocada como uma prática da negação. Para além dessa perspectiva e no caso da criação de uma metodologia indisciplinar que propõe um campo de pesquisaperformance, tal prática se amplia, se ramifica - como um rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 2011) - e se coloca como um confronto para uma reordenação e reorganização das instituições regulatórias. Algo que, sob o olhar teórico de Deleuze e Guattari (2011), poderíamos chamar de um movimento à reterritorialização.

Na continuidade e na ampliação de percepções, a desobediência também se coloca como um ato vertiginoso que encaminha uma descoberta por meio da incompletude. Ou seja, a desobediência é a tensão possível de não ter um fim e encaminha os planos metodológicos para uma continuidade tão infinita quanto a finitude da vida e tão múltipla quanto as possibilidades de existências.

Poderia dizer, por fim, que a aliança entre a desobediência e as práticas de tensão da incaptura é que aciona a fuga dos campos disciplinares. Não apenas pelo desejo e a pulsação da indisciplinaridade, mas pela construção de um trânsito e de uma travessia que permita acessar os espaços da borda/fissura que abrem espaço para autonomia, criação e invenção de ocupações políticas. Para finalizar, levanto a possibilidade de que as dinâmicas apresentadas nesta seção, e naquelas que ainda estão para se suceder, estão pautadas pela ocupação. Uma ocupação da desobediência para recriar não o fim, mas a travessia das continuidades.

Se perder é um ato político

Nomadismo pode ser a prática sociocultural de transitar entre vários espaços ou ir mudando de espaço conforme o tempo e a utilização de recursos naturais possíveis daquele local/território. Na performance, o nomadismo é compreendido a partir das reflexões de Paul Zumthor (2005), que o pensa como um processo de construção de algo-por-vir. Ao mesmo tempo, em um sentido ampliado da percepção e das perspectivas do que pode ser o nomadismo, desde o que pretendemos criar enquanto a pesquisaperformance indisciplinar, pode ser a possibilidade de habitar as fissuras.

Fissuras são como as dobras do tempo que nos dão a capacidade não apenas de transitar entre múltiplos territórios diferentes como uma quebra física do espaço X tempo, tal qual o nomadismo de transitar no infinito da fita de Moebius (ROLNIK, 2019). A fissura, ao romper com a lógica dos trânsitos e da relação espaço/tempo, permite ao nomadismo habitar mais de um território ao mesmo tempo. Logo, nas percepções das pesquisas indisciplinadas e da pesquisaperformance, o nomadismo é se localizar em vários e diferentes campos e territórios.

Entre o nomadismo e a possibilidade de habitar vários territórios - por meio da desobediência que é a impossibilidade do fim - apresenta-se a prática das metodologias indisciplinadas para a pesquisaperformance: o ato de se perder. Trata-se de usar e colocar o corpo em primeiro plano. No caso da pesquisa, colocar as tensões em primeiro lugar. E, com a trajetória e as travessias do corpo, criar estratégias por meio da sensação.

Ao assumir estar perdido dentro de um campo de pesquisa, dentro de um território estético-político, funde-se a necessidade de uma ampliação de sensações. Logo, ao se perder, compreende-se essa dinâmica de estar em um lugar instável e construir as estratégias desde um campo das sensações. Essas estratégias, sob uma ótica da autonomia, são concebidas enquanto território transitório (BEY, 2018).

A escrita/pesquisa indisciplinar/pesquisaperformance tem como tensão as criações a partir das possibilidades múltiplas de diferentes caminhos e disparadores de criação. Nesse contexto de tensão de narrativas a partir do se perder, coloca-se em parceria com a sensação. Amplia-se a sensação para criação de um texto que dinamize e apresente os sentidos múltiplos da pesquisa por meio das construções das linhas de força e fuga da performance. Além disso, o “se perder” permite a construção de uma pesquisa que seja possível em várias direções, que tenha diversas entradas e saídas, como um rizoma, uma das imagens que guiam a construção dessas metodologias.

A indisciplina salva a indisciplina

Desde que me posicionei enquanto uma artista da performance, adentrei os campos acadêmicos para desenvolver pesquisas que tangenciam a arte da performance, identifiquei-me e reconheci-me enquanto uma pessoa não binária, muitos atravessamentos me levam a refletir sobre os caminhos que utilizo para a realização das minhas pesquisas. Quando me refiro à pesquisa, quero enfatizar que estou indicando a pesquisa teórico-prática - mas que logo recusarei e explicarei os pontos -, indisciplinar e aquilo que, em algum momento, acontece-me enquanto uma pesquisaperformance.

Antes de adentrarmos ao que quero apresentar e sugerir enquanto uma pesquisaperformance, vou me permitir realizar uma pequena digressão sobre a arte da performance e sobre a palavra corruptela “pesquisaperformance”, já que é sobre ela - a performance enquanto pesquisa - que sobressacai os caminhos metodológicos que aqui quero propor a reflexão e a ação.

Alguns autores da performance sugerem que a linguagem se pretende, em seus recortes estéticos/conceituais, uma possível aproximação entre arte e vida. Essas duas palavras são redigidas nas bibliografias da performance de diversas formas: “arte-vida ou vida-arte”, “arte e vida”, “live art(e)” (CARLSON, 2013). É certo que todas essas possibilidades podem dar conta da linguagem da performance. Como apontou Guillermo Gómez-Peña (2013), a linguagem e o campo de ação da performance são um país em constante atravessamentos e modificações, que se constrói/reconstrói a partir das dissidências que ocupam esse território fronteiriço.

Dentre essas tentativas e proposições, o professor, artista e pesquisador da arte da performance Ricardo Basbaum (2013) sugere a seguinte grafia: ARTEVIDA. Ao não escrever as palavras separadas e transformá-las em uma única sentença, acena para uma impossibilidade de deslocamento, separação ou descolagem da arte da vida, quando nos referimos à performance. Então, de certo modo, a proposta que levantamos nestes campos das pesquisas acadêmicas, que discorrem sobre a arte da performance, é a impossibilidade da separação e da realização de uma pesquisa que seja em sua criação uma performance.

Não se trata de entender, fomentar e formatar pesquisas teórico-práticas, mas de lançar a pesquisa ao campo da indeterminação e do dissenso, do *work in*

process. O caráter processual da performance, de se construir durante sua execução, acolhe os atravessamentos e as questões que surgem no meio do processo, como sugeriu Renato Cohen (2006). Nas experimentações dos processos criativos, expande-se caminhos que permitem à pesquisa alcançar o campo experimental, processual da pesquisaperformance. A pesquisa enquanto processo criativo impossibilita a separação entre artevida, assim, a pesquisaperformance é PESQUISAPERFORAMNCEARTEVIDA.

A PESQUISAPERFORMANCEARTEVIDA também é a possibilidade de realizar uma pesquisa ação política - ação direta e ação estético-política (28 de MaioC, 2017). Entendida enquanto ação de movência e tensão dos campos disciplinares, a pesquisa permite o movimento em direção ao risco, à fuga e à criação de um processo experimental que se desloca entre os territórios fronteiros, brechas, bordas e fissuras.

Digo, então, que a PESQUISAPERFORMANCE, ou a PESQUISAPERFORMANCEARTEVIDA, é, em suma, a multiplicação de perguntas em detrimento à construção de respostas, ou seja, é um constante rompimento estético-político que emancipa as dissidências (do dissenso) ao abandonar e abrir mão da norma. É a PESQUISAPERFORMANCE, que ao fugir de binarismos, que se lança à indeterminação e ao experimental, os dois campos que nos abrem à ideia de indisciplina, que quero sucintamente apresentar.

Sempre que falamos de indisciplina, a palavra acaba por tomar uma proporção maior do que é necessário. A própria palavra em sua essência de indeterminação acaba causando pequenos tremores àqueles que costumam adentrar ou localizar as suas pesquisas nos campos rígidos e deterministas.

Sempre que uso a palavra indisciplina, ela não está em oposição a nada, muito menos à disciplina. Então, afirmo, sem nenhum receio ao erro, que a oposição da indisciplina não é à disciplina. E faço uma segunda afirmação categórica nesse mesmo sentido: a oposição da disciplina é a própria disciplina.

O que sustenta a normatividade compulsória e binária da disciplina é ela mesma própria. Parafraseando o acontecimento da narrativa mitológica grega, a indisciplina de tanto se ver no reflexo da água se afogou na disciplina. A indisciplina é ao mesmo tempo metodologia e prática estético-política. Sendo impossível a separação desses dois eixos, cabe dizer, então, que há um tripé que a sustenta e está pautado na seguinte possibilidade: o distanciamento do equilíbrio; a rebeldia (GÓMEZ-PEÑA; SIFUENTES; 2011); e o fracasso (HALBERSTAM, 2020). Então, atravessemos esses pontos de intersecção da indisciplina.

Em um primeiro momento dessa travessia, encontro-me com a falta de equilíbrio propiciada pela vertigem, sensação de queda. A falta de equilíbrio vem na contramão da construção da expectativa de se chegar à estabilidade. Ao mesmo tempo, é por meio dos atravessamentos da oposição e do tensionamento da falta de equilíbrio com a expectativa que a indisciplina constrói um campo de ação e um território de possibilidade que transita entre a desordem, a monstruosidade (pautada pela não linearidade e pela assincronia), e que foge dos regimes de domesticação - ou, como falei na sessão seção anterior, da incaptura.

Essa fuga da linearidade e da domesticação é a experimentação (est)ética das tensões que podem ser produzidas desde as composições e decomposições, as *collages* e *decollages*,³ o senso e o dissenso.

Se fosse possível construir um diagrama triangular do “distanciamento do equilíbrio”, poderia dizer, então, que ele está no eixo da continuidade:

[distanciamento do] equilíbrio - vida - desordem

Se articulando respectivamente no espelhamento ou sobreposição:

indisciplina - performance

Nesta caminhada, o segundo encontro proposto é com a rebeldia. Ela está relacionada e é, de alguma maneira, codependente dos campos da desconstrução dos campos institucionais. Poderia dizer, então, que a proposta de ação e reação da rebeldia é a negação dos territórios que insistem nas lógicas e nas dimensões pragmáticas e dicotômicas.

Ao negar esse processo de institucionalização por meio da rebeldia e da quebra da regra (ordem), construímos com a performance uma possibilidade intuitiva de fissura nos campos monodisciplinares, não só da arte, não só da pesquisa em arte, mas das esferas arqueológicas emancipatórias. Explico: as arqueologias emancipatórias é o que aqui estou chamando de construções de narrativas que se dão e se constroem nas trincheiras institucionais e institucionalizantes. Das trincheiras - que poderia chamar também de fissuras -, emerge o que desejo vislumbrar enquanto um processo de tensão das organizações lineares. Então, quando digo que a rebeldia é uma prática para além dos campos das artes e da pesquisa em arte, quero me referir que ela (a rebeldia) é algo inerente ao corpo, é uma ação que transforma e transporta as oposições binárias. A rebeldia é uma ação estético-política. E, completando a travessia e o tripé, está o fracasso.

O fracasso pode ser visto sob uma ótica ruim, mas também pode ser uma inversão das lógicas e, no caso da construção da indisciplina, é determinante para a quebra e desmantelamento das práticas sólidas. É a partir dele (fracasso) que podemos construir e inventar formas que fogem das normas punitivas e limitadoras. O fracasso é em si a invenção de formas e possibilidades de existências.

Descrito esse tripé de sustentação da indisciplina, digo resalto algo que pode estar passando pela cabeça e pelas visões críticas a essa visão de metodologia. A ideia do tripé não é sustentar algo imaterial - a ação estético-política - no caso a indisciplina. Caso caia um dos pés, eu fujo para o território da incaptura e afirmo: a indisciplina salva a indisciplina.

Como há de se perceber, utilizamos a imagem da caminhada para construir uma possível travessia entre os campos que permitem fomentar um processo experimental referente à indisciplina. Como tudo que propus aqui, a ideia da

³ A *collage* e a *decollage* são processos que se dão na performance e são pilares conceituais de sustentação da linguagem. Entende-se por *collage* o processo de construção de uma narrativa não linear a partir do processo da seleção, picagem e colagem. Por outro lado, a construção da *decollage* se dá no movimento proposto por Wolf Vostell, artista Fluxos, que propôs uma experiência/experimentação a partir da destruição, da ruína e do desmonte (MAYER, 2019).

caminhada também foi intencional. A decollage que queremos produzir refere-se a uma perforcartografia dos corpos negligenciados da performance. E a nossa caminhada perforcartográfica segue esse rumo, mas nada garante que não vou me perder no meio do caminho.

Logo, cabe a terceira afirmação, não tardiamente, e a faço não na intenção de encerrar este texto, mas pensando nas dobras e desdobramos que ele pode ter: a indisciplina é tudo aquilo que, assim como as não binariedades, as dissidências e os dissensos, não deveria existir, mas existe, no campo da indeterminação. E é pela falta de controle que a indisciplina se faz indisciplina: ação estético-política, desvio, travessia, perder-se (não para se encontrar), experimentação, errância, nomadismo e, com tudo isso, produzir a vertigem da PESQUISAPERFORMANCEARTEVIDA.

A indisciplina salva a indisciplina

Aceitar o risco de navegar por campos e territórios impossíveis. Uma pesquisa que busca colocar-se nos campos instáveis da performance, a partir de uma perspectiva indisciplinar, busca incansavelmente um distanciamento das práticas lineares, que tem sempre um ponto de chegada: uma conclusão para dar conta e fechar o ciclo do pensamento.

Quando se pensa e se aciona performances metodologias com o corpo, ou com o pensamento corpóreo⁴, acredito que não se almeja um fim, já que é por meio da transição e das travessias que é possível construir um estado constante de questionamento e tensão das normas e normatividades (AQUINO; MEDEIROS, 2011).

Poderia dizer que uma das possibilidades de atividades para não se colocar no espaço conceitual e determinista da completude e do final é hackear esses processos. Em vez de produzir respostas, construir fissuras e buracos no pensamento, produzir incompletudes e inviabilizar o final. Construir uma barricada que mova o corpo para outras direções e para a produção de novas tensões.

A ideia com a incompletude e com a construção de um caminho que não tenha final é também uma forma de escapar dos olhares e das normatizações que tensionam os desvios. É uma busca incansável pelo desejo de não atender a uma expectativa, ou uma fruição, de definir a partir da rigidez.

Sendo assim, busco construir, a partir das ações da performance e da pesquisa indisciplinar, um campo de vertigem no qual se dê a sensação de perder o chão, como uma forma de perder o sentido único de pensamento, de construção do corpo e das estéticas. O desequilibrar é um elemento para se perder entre razões que tentam incansavelmente definir o que é o fim, levar a vertigem à desobediência, na tentação/tentativa de criar um espaço de emergência da indisciplina.

⁴ Apropriei-me de uma metodologia/prática do coletivo de performance *Corpos Informáticos*. O coletivo de performance, anarquicamente liderado por Bia Medeiros, está sediado em Brasília e desenvolve uma série de ações e fuleiragem nas intersecções entre performance e cidade. Os *Corpos Informáticos* alimentam um site, que também levou o nome de importantes festivais de performance que se realizaram no centro-oeste brasileiro: *performance-corpo-política*.

Referências

28 de Maio. O que é uma ação estético política? (um contramanifesto). *Revista Vazantes*, v.1, n.1., 2017, p. 192-200.

AQUINO, Fernando; MEDEIROS, Maria B. (Bia). *Corpos Informáticos: performance corpo política*. Brasília: EdUNB, 2011.

BEY, Hakim. *TAZ - Zonas Autônomas Temporárias*. São Paulo: 2018.

BASBAUM, Ricardo. *Manual do artista-etc*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013.

CARLSON, Marvin. *Performance: uma introdução crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

COHEN, Renato. *Performance como linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. *Work in progress na cena contemporânea*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *O anti-Édipo*. São Paulo: 34, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GÓMEZ-PEÑA, Guillermo. Em defesa da arte da performance. In: DAWSEY, J.; MOLLER, R.; MONTEIRO, M. *Antropologia e performance: ensaios na pedra*. São Paulo: Terceiro nome, 2013.

GÓMEZ-PEÑA, Guillermo; SIFUENTES, Roberto. *Exercises for rabel artists: radical performance pedagogy*. Nova York: Routledge, 2011.

GROS, Frédéric. *Desobedecer*. São Paulo: Ubu, 2019.

HALBERSTAM, Jack. *A arte queer do fracasso*. Recife: Cepe, 2020.

MAYER, Mariano (Org.). *Fluxos Escrito: actos textuales antes y después de fluxos*. Buenos Aires: Caja Negra, 2019.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1, 2019.

ZUMTHOR, Paul. *Escritura e nomadismo: entrevistas e ensaio*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

Nota Biográfica

Thigresa é pessoa não binária, performer, professora, e+. Graduada em Comunicação das Artes do Corpo (PUC/SP), mestra em Comunicação Social (UERJ), atualmente é doutoranda do Programa em Estudos Contemporâneos das Artes (PPGCA/UFF) - sob orientação de Ricardo Basbaum e Jorge Vasconcellos. Pesquisa as genealogias da arte da performance (as perforcartografias) e as relações [im]possíveis com ações políticas, dissidências/dissonâncias de

gênero/estéticas e implicações estético-políticas. Interessa-se pela indisciplina - como crítica à normatividade. À prática da devoração, da fuga, incaptura... Suas ações - artísticas[políticas] - se dão a partir de objetos cortantes: lâminas, arames farpados, cacos e a palavra. Atualmente, investiga ações como artista residente do SomaRumor. Colabora com os grupos de pesquisa: CAC (UERJ); Juvenália (ESPM); Práticas estético-políticas na arte contemporânea (UFF); e, Sistemas de revezamento plástico-sonoro-discursivo (UFF).
E-mail: josepedro.arte@gmail.com

Recebido em: 17 de Fevereiro de 2021

Aceito em: 04 de Junho de 2021